


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

FÁBIO CÉSAR DA FONSECA

**A SOCIOLOGIA ECONÔMICA E OS DILEMAS DO
SISTEMA DO CAPITAL**



ARARAQUARA – S.P
2009

FÁBIO CÉSAR DA FONSECA

A SOCIOLOGIA ECONÔMICA E OS DILEMAS DO
SISTEMA DO CAPITAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Sociedade civil, trabalho e movimentos sociais

Orientadora: Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi

ARARAQUARA – S.P
2009

FÁBIO CÉSAR DA FONSECA

A SOCIOLOGIA ECONÔMICA E OS DILEMAS DO SISTEMA DO CAPITAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Sociedade civil, trabalho e movimentos sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi

Data da qualificação: **11/12/2009**

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Membro Titular: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio – UNESP/Marília

Membro Titular: Prof. Dr. Benedito Rodrigues de Moraes Neto – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Cláudia Maria França Mazzei Nogueira – UFSC

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Para Dulcinéa, minha esposa, e para Maíra, minha filha, pelo amor, pela cumplicidade e pelos laços que nos unem existencialmente numa sociedade tão complexa. Obrigado por existirem e pela luz que vocês são na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi, pessoa humana e intelectual imprescindível na elaboração e estruturação de minha tese.

Aos meus pais, Álvaro e Conceição, por tudo que significam como luta e persistência na construção do sentido da vida em meio a tantas contradições socioeconômicas e políticas.

Aos meus irmãos, João Batista, Paulo Cezar e Gladstone, porque insistimos em sonhar juntos pela possibilidade de um outro mundo.

A Irani, minha sogra, e ao Antônio Tomé, meu sogro, que me ensinam caminhos de uma existência cheia de dignidade e simplicidade.

Aos meus (minhas) cunhados (as) e concunhados (as), obrigado pela convivência e por tudo que me proporcionam relacionar o cotidiano com as reflexões teóricas. Faço questão de nomear cada um (a): Marilda, Rosânia, Irinéia, Rosângela, Leila, Lenir, Nézia, Pimenta, José Antônio, José Marques, José Edson e José Tadeu.

Aos meus (minhas) sobrinhos (as), com um olhar fixo e esperançoso numa sociedade mais justa e mais humana. Também faço questão de nomear cada um (a): Mariana, Isadora, Flávia, Maria Clara, Paula, Carolina, Isabela, Bruno, Hugo, Raphael, Gustavo, Felipe, Guilherme, Murilo, José Francisco e João Antônio.

Aos professores (as) e aos funcionários (as) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara. Pelos ensinamentos e pela convivência intelectual e fraterna.

A Maria de Lourdes Carvalho Silveira, pela grandeza profissional e pela sabedoria existencial.

Aos professores (as), funcionários (as) e alunos (as) da Fundação de Ensino Superior de Passos e do Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé, por tantos anos de trabalho, de convivência e de aprendizado.

À Fundação de Ensino Superior de Passos, pelo indispensável apoio institucional.

Aos professores (as), coordenadores (as), funcionários (as) e alunos (as) dos cursos de Licenciaturas e Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, minha nova casa. Na certeza de que esta instituição educacional tem muito a contribuir para a construção de uma sociedade mais humana e justa.

“Pois bem, agora vós, ricos, chorai e gemei por causa das desgraças que estão para vos sobrevir. A vossa riqueza apodreceu e as vossas vestes estão carcomidas pelas traças. O vosso ouro e a vossa prata estão enferrujados e a sua ferrugem testemunhará contra vós e devorará as vossas carnes. Entesourastes como que um fogo nos tempos do fim! Lembrai-vos de que o salário, do qual privastes os trabalhadores que ceifaram os vossos campos, clama, e os gritos dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor dos exércitos. Vivestes faustosamente na terra e vos regalastes: vos saciastes no dia da matança. Condenastes o justo à morte: ele não vos resiste”.

São Tiago (1981, p. 1580)

Erguendo então os olhos para os seus discípulos, dizia:
Bem-aventurados vós, *os pobres*, porque vosso é o Reino de Deus.
Bem-aventurados vós, que agora tendes fome, porque sereis saciados.
Bem-aventurados vós, que agora chorais, porque haveis de rir.
Bem-aventurados sereis quando os homens vos odiarem, quando vos rejeitarem, insultarem e proscreverem vosso nome como infame, por causa do Filho do Homem.
Alegrai-vos naquele dia e exultai, porque no céu será grande a vossa recompensa; pois do mesmo modo seus pais tratavam os profetas.
Mas, ai de vós, ricos, porque tendes a vossa consolação!
Ai de vós, que agora estais saciados, por que tereis fome!
Ai de vós, que agora rides, porque conhecereis o luto e as lágrimas!
Ai de vós, quando todos vos bendisserem, pois do mesmo modo seus pais tratavam os falsos profetas.

Jesus Cristo (1981, p. 1352)

Antes de prosseguir em meu caminho e lançar o meu olhar para a frente uma vez mais, elevo, só, minhas mãos a Ti na direção de quem eu fujo.
A Ti, das profundezas de meu coração, tenho dedicado altares festivos para que, em cada momento, Tua voz me pudesse chamar.
Sobre esses altares estão gravadas em fogo estas palavras: “Ao Deus desconhecido”.
Seu, sou eu, embora até o presente tenha me associado aos sacrílegos.
Seu, sou eu, não obstante os laços que me puxam para o abismo.
Mesmo querendo fugir, sinto-me forçado a servi-Lo.
Eu quero Te conhecer, desconhecido.
Tu, que me penetras a alma e, qual turbilhão, invades a minha vida.
Tu, o incompreensível, mas meu semelhante, quero Te conhecer, quero servir só a Ti.

Friedrich Nietzsche, *apud* Leonardo Boff (2000, p. 84)

RESUMO

Esta tese constitui um estudo sobre a sociologia econômica, suas possibilidades e alcances analíticos a respeito dos principais dilemas que caracterizam o sistema do capital na contemporaneidade. Por outro lado, a própria sociologia econômica é aqui objeto de observação na perspectiva dos estudos críticos sobre o sistema do capital. Trata-se de um trabalho teórico-bibliográfico que leva em consideração os principais pesquisadores e pensadores que estão inseridos na e contribuem com a sistematização teórica da sociologia econômica no campo científico, bem como aqueles que se dedicam às pesquisas e análises críticas em torno do capitalismo atual, suas contradições e mazelas, especificamente sobre o sistema do capital. Esta investigação prioriza estudos consistentes de dois grandes pensadores contemporâneos: Pierre Bourdieu e István Mészáros. A sociologia econômica, principalmente a de Bourdieu, tem contribuições imprescindíveis para uma compreensão histórica da força dos campos, do *habitus*, da *illusio*, das heranças, do capital (econômico, social, simbólico, cultural) e das dinâmicas que estão incrustadas nas relações sociais e econômicas e que, portanto, compõem a realidade e a complexidade do sistema do capital. A análise sociológica é indispensável para a compreensão dos fenômenos econômicos e a sociologia econômica tem instrumentos analíticos fundamentais para as discussões sobre o metabolismo social do capital e as possibilidades de uma sociedade para além do capital. Por sua vez, Mészáros tem uma obra crítica imprescindível para os avanços e contribuições da sociologia econômica. Suas análises a respeito da reprodução sociometabólica e a incontrolabilidade do capital, a crise estrutural do sistema do capital, a estrutura social e as formas de consciência, a produção destrutiva e o caráter totalitário do capital lançam sobre a sociologia econômica questões sobre as quais ela não pode se furtar. Esta tese é uma leitura da sociologia econômica à luz das contribuições críticas de Mészáros e uma leitura das contribuições de Mészáros à luz da sociologia econômica.

Palavras – chave: Sociologia econômica, sistema do capital, teoria econômica, Pierre Bourdieu, István Mészáros.

ABSTRACT

This thesis consists in a study about the economic sociology, its possibilities and analytical range about the main dilemmas which characterize the capital system in the present time. On the other hand, the economic sociology itself is considered here object of observation from the critical studies about the capital system. It is about a theoretical-bibliographical study from the main researchers and thinkers who are inserted in and contribute for the theoretic systematization of the economic sociology in the scientific field, as well as from those who dedicate themselves to critical researches and analysis in what concerns the current capitalism, its contradictions and ills, specifically about the capital system. This investigation prioritizes consistent studies of two great contemporary thinkers: Pierre Bourdieu and István Mészáros. The economic sociology, mainly Bourdieu's, has essential contributions for a historical comprehension of the strength of the fields, the *habitus*, the *illusio*, the inheritances, the capital (economic, social, symbolic, cultural) and the dynamics embedded in the social and economic relations that, therefore, compose the reality and the complexity of the capital system. The sociological analysis is essential to understand the economic phenomena and the economic sociology has fundamental analytic tools for the discussions concerning the social metabolism of the capital and the possibilities of a society beyond capital. Still Mészáros has an indispensable critical work for the advances and contributions of the economic sociology. His analysis about the social metabolic reproduction and the uncontrollability of capital, the structural crisis of the capital system, the social structure and the forms of consciousness, the destructive production and the totalitarian character of the capital imposes questions on the economic sociology from which it cannot escape. This thesis is a reading about the economic sociology under the perspective of the critical contributions made by Mészáros and a reading about the critical contributions made by Mészáros under the perspective of the economic sociology.

Keywords: Economic Sociology, capital system, economic theory, Pierre Bourdieu, István Mészáros.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A SOCIOLOGIA ECONÔMICA EM PERSPECTIVA	38
2 A SOCIOLOGIA ECONÔMICA E A TEORIA DOS CAMPOS	102
3 RECONFIGURAÇÕES DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO	138
4 O SISTEMA DO CAPITAL E AS TEORIAS ECONÔMICAS DOMINANTES	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	220
OBRAS CONSULTADAS	226

INTRODUÇÃO

Neste final da primeira década do século XXI a estrutura socioeconômica do capitalismo sofre as turbulências de uma de suas crises mais dramáticas e profundas. Vivenciamos uma realidade de produção intensa de riqueza e de pobreza, de poucos ricos e muitos pobres, com extraordinários avanços técnicos e científicos, um sistema financeiro centrado no capital produtor de juros, que subjuga pessoas, trabalhadores, empresas, instituições e governos aos caprichos da valorização fictícia de um capital que é fim em si mesmo. Nesse contexto, somos chamados e desafiados a entender criticamente algumas questões relacionadas a essa realidade.

A economia contemporânea, construída nas últimas décadas sobre as bases de uma “finança mundializada” e a ideia hegemônica de estruturação de um mercado livre e auto-regulado, não se acanha em apelar ao Estado nas situações em que o sistema financeiro especulativo se desmorona, entra verdadeiramente em colapso. É assim que, na atual crise financeira e econômica deste final da década de 2000, governos e bancos centrais de todo o mundo se juntam à iniciativa privada para montar uma agenda coletiva de ataque aos pontos mais frágeis do sistema e para tentar salvaguardá-lo como um todo.

Esta crise é marcada por grandes perdas financeiras e por falências de bancos, de instituições de crédito não-bancárias, de seguradoras, de fundos de pensão e de investimentos. Ela é pautada por uma desvalorização do capital acumulado na ciranda financeira dos mercados interconectados e liberalizados. Mas, é também uma crise que contaminou as relações sociais e suas variadas formas de organização: famílias, trabalhadores, clubes de investimento, poupanças estimuladas por um forte sistema midiático, a estabilidade socioeconômica e o emprego (já tão precário e de condições que desvalorizam fortemente os seres humanos) de bilhões de pessoas mundo afora.

Na verdade, esta crise é uma manifestação, outra vez cíclica, das bases frágeis da estrutura sistêmica do capitalismo. E mais uma vez as soluções impostas se dão no plano do provisório e do paliativo, do não enfrentamento das questões mais virulentas do sistema do capital, isto é, são soluções que visam a manutenção do *establishment*, dos privilégios das elites dominantes. Portanto, é uma crise intrínseca à dinâmica da expansão e da acumulação do capital, em que a grande maioria dos seres humanos paga com as próprias vidas o preço das ações impostas como necessárias ao reequilíbrio econômico, ou seja, o preço da socialização de grandes prejuízos no sistema financeiro e econômico, com a justificativa de que sem elas o caos e a depressão econômica profunda tomariam conta do mundo todo.

Os conflitos entre as principais teorias econômicas sobre os fundamentos e as soluções para esta crise atual continuam a imperar no âmbito dos argumentos e propostas liberais e/ou intervencionistas, de cunho neoclássico ou keynesiano. As análises e as propostas que discutem os problemas estruturais e de fundo do sistema do capital são rechaçadas como retrógradas e inconvenientes, jogadas no limbo como discursos fora de época de agitadores que não têm propostas condizentes com a realidade complexa de uma sociedade tecnológica e informacional. O mercado editorial e o sistema midiático que estão nas mãos das classes dominantes jogam com uma realidade em que os problemas socioeconômicos são tratados seletivamente e suas soluções circunscritas ao modelo econômico fundado na luta de classes, na exploração do trabalho, na propriedade privada e na ilusão da liberdade vivenciada democraticamente no sistema capitalista.

Esta tese não discute o sentido e as causas da crise atual¹, mas entra nas suas sendas processuais a partir do confronto entre a sociologia econômica e os dilemas do sistema do capital. Assim, nossa reflexão pode contribuir para uma compreensão das raízes sociais, históricas, econômicas e teóricas fundamentais desta crise, uma vez que a sociologia econômica promove uma série de discussões e questionamentos às pretensões da teoria econômica de colocar os interesses econômicos como as forças centrais que mobilizam as ações humanas e de defender o livre mercado como o ambiente mais propício para o desenvolvimento dessas ações e para o alcance do equilíbrio econômico.

Por outro lado, ao confrontarmos a sociologia econômica com os dilemas do sistema do capital, entraremos no campo das críticas marxistas sobre as relações fundamentais que sustentam – material, histórica e teoricamente – as estruturais capitalistas de dominação e de subordinação do trabalho ao capital. As reflexões de Marx, Engels e Mészáros são essenciais para uma compreensão séria das chamadas crises cíclicas do capitalismo, bem como para a identificação dos mecanismos reais de exploração e de produção da miséria socioeconômica. Daí a necessidade que tivemos, na articulação dos objetivos e dos capítulos desta tese, de discutir os pressupostos das teorias econômicas contemporâneas, suas forças enquanto poder hegemônico e suas fragilidades e mistificações em torno da realidade humana e histórica.

¹ Para um melhor entendimento da crise atual, conferir os dois dossiês, números 65 e 66, publicados neste ano de 2009 pela revista *Estudos Avançados*, especialmente os seguintes artigos: ZARIFIAN, Philippe. *Uma crise inédita do capitalismo, tanto em suas características quanto em sua gravidade: análise e perspectivas*. GOWAN, Peter. *Crise no centro: consequências do novo sistema de Wall Street*. RESENDE, André Lara. *Em plena crise: uma tentativa de recomposição analítica*. BRAGA, José Carlos Braga. *Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças*. PAULANI, Leda Maria. *A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil*. SAWAYA, Rubens R. *Crise: um problema conjuntural ou da lógica da acumulação mundial?* CIOCCA, Pierluigi. *1929 e 2009: duas crises comensuráveis?*

Mas, afinal, qual é o sentido e quais são as origens da sociologia econômica? O objetivo primordial da sociologia econômica é demonstrar que as ações e os interesses econômicos se processam não em mercados livres e auto-regulados, mas em contextos em que as relações sociais são determinantes na configuração das ações econômicas, em que questões culturais, políticas, religiosas e simbólicas se combinam numa complexidade que enraíza socialmente as ações econômicas.

Os fatos econômicos são considerados pela sociologia econômica como fatos sociais (Steiner, 2006). Isso significa que os fenômenos econômicos não podem existir por si mesmos, independentes e desgarrados da complexidade e da variedade de laços que compõem o ser social. É nesta complexidade que os fenômenos tanto econômicos quanto sociais se materializam em variadas formas relacionais, que por sua vez se põem no emaranhado de outras dimensões humanas, como a política, a moral e a cultural.

O desenvolvimento da sociologia econômica se processa como linha de resistência e de questionamento à incapacidade da teoria econômica de explicar a realidade econômica. Steiner (2006, p. 01) afirma que:

O primeiro movimento de envergadura que levou diversos teóricos em direção à sociologia econômica aconteceu nas décadas 1890-1920. Este período, aliás, possui certas particularidades interessantes, que ajudam a compreender o presente. Com efeito, só a partir dos anos 1870 a teoria econômica marginalista logrou impor-se sem encontrar resistência, para acabar desaguando na teoria econômica *mainstream* contemporânea. O marginalismo deparou-se com grandes dificuldades porque precisava enfrentar o que restava da escola clássica inglesa e os diversos economistas que reivindicavam uma abordagem mais histórica e mais institucional da economia (a Escola Histórica alemã) e precisava, também, encarar os limites de seu programa de pesquisas. Naquele momento, a sociologia econômica, na opinião de um grande teórico marginalista como William Stanley Jevons, apresenta-se como uma necessidade; posteriormente, economistas (Vilfredo Pareto, Joseph Schumpeter, Thorstein Veblen, Max Weber) e sociólogos (Émile Durkheim) engrossaram essa idéia.

A sociologia econômica trabalha com análises que buscam a contextualização das ações econômicas no âmbito das relações sociais. Por sua vez, as instituições, enquanto construções sociais, exercem influências sobre as ações econômicas, sobre as ações individuais, o que gera ambientes, campos, forças e interações que impactam as realizações e as buscas dos seres humanos. Os fenômenos que ocorrem no mundo econômico estão inter-relacionados com as forças de outros campos, como da literatura, da arte, do jurídico, do cultural, do político, do religioso, etc. A sociologia econômica situa os fenômenos

econômicos numa complexidade de relações sociais que se corporificam e se transformam ininterruptamente no tempo e no espaço. A sociologia econômica questiona as interpretações e as teorias econômicas que tratam os seres humanos sempre a partir da definição idealizada e naturalizada do indivíduo que age movido essencialmente por interesses econômicos. Como se pode então estabelecer uma definição da sociologia econômica? Conforme Swedberg (2007, p. 7):

A sociologia econômica pode ser definida de modo conciso como a aplicação de ideias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos – mercados, empresas, lojas, sindicatos, e assim por diante. Apoiando-se no enfoque de Max Weber, a sociologia econômica estuda tanto o setor econômico na sociedade (“fenômenos econômicos”) como a maneira pela qual esses fenômenos influenciam o resto da sociedade (“fenômenos economicamente condicionados”) e o modo pelo qual o restante da sociedade os influencia (“fenômenos economicamente relevantes”) (cf. Weber, 1949). A economia pode, por exemplo, influenciar a arte ou a religião; e vice-versa, a arte e a religião podem influenciar a economia. Outro modo de expressar o problema seria dizer que todos os fenômenos econômicos são sociais por sua natureza; estão enraizados no conjunto ou em parte da estrutura social. Segundo os sociólogos da economia, o *homo oeconomicus* não existe – existem apenas atores econômicos concretos que possuem uma determinada idade, uma determinada inserção, pertencem a um gênero, e assim por diante.

Na medida em que nossa tese é construída, queremos mostrar as contribuições relevantes da sociologia econômica para uma compreensão consistente da força e da complexidade das relações sociais, bem como lacunas da sociologia econômica quando é pouco atenta ao poder e às contradições do sistema do capital. Assim, a sociologia econômica tem contribuições importantes para melhor compreendermos a ordem do capital nas suas configurações cotidianas entrelaçadas por múltiplas forças, bem como as reflexões marxistas sobre a ordem do capital colocam para a sociologia econômica questionamentos profundos sobre a necessidade de suas pesquisas contemplarem de forma incisiva o poder determinante do capital no cotidiano das relações sociais.

Portanto, esta tese analisa implicações e relações entre a sociologia econômica e os dilemas do sistema do capital. Ela toma a sociologia econômica como um campo fértil para o aprofundamento das análises críticas à ordem do capital e para contribuições à construção de uma teoria da transição para uma sociedade para além do capital. Por outro lado, a própria sociologia econômica é objeto de análise crítica numa perspectiva marxista. Partimos das análises de Mézáros sobre o sistema do capital, que são rigorosamente críticas ao sistema de dominação que impera por meio da subordinação estrutural do trabalho ao capital, sem deixar

de lado os fatores complexos que envolvem a construção histórica do ser social. Por sua vez, a sociologia econômica, fundamentalmente a de Bourdieu, analisa, a partir de consistentes pesquisas empíricas e de uma profunda reflexão teórica, as formas de dominação e sua reprodução no contexto das mais diversas formas de relações sociais, do capital e suas espécies, dos campos de lutas, das disposições e comportamentos que caracterizam o *habitus* e a *illusio* inscritos no ser social.

Mészáros e Bourdieu são, assim, dois pensadores de grande envergadura presentes na construção que caracteriza a racionalidade e a fundamentação desta tese, porque suas análises, a despeito de usarem conceitos e abordagens metodológicas diferentes, se perfilam nos caminhos da crítica às mais variadas formas de dominação. Para nós, portanto, as análises de Mészáros sobre o sistema do capital e a sociologia econômica de Bourdieu têm em comum uma perspectiva essencialmente crítica sobre os modos de dominação que predominam na realidade socioeconômica capitalista.

A sociologia econômica não forma um discurso homogêneo sobre a capacidade crítica de intervenção na realidade. Mas, a sociologia econômica de Pierre Bourdieu, apoiada numa sociologia reflexiva, compreende as forças e as disposições que podem afetar reflexivamente a realidade no sentido do enfraquecimento e da quebra de ordens de dominação histórica, assim como ela pode estar a serviço da construção de realidades humanas cujos sentidos se formalizam em lutas contra a ordem do capital.

Esta pesquisa é de cunho teórico-bibliográfico, daí a necessidade de um conjunto de citações, muitas delas longas, que procuramos articular nos caminhos de uma necessária inter-relação entre uma sociologia reflexiva e crítica e as críticas marxistas ao sistema dominante do capital. Por isso, Bourdieu e Mészáros são bastante citados em grande parte desta tese.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro trata da sociologia econômica em geral, suas raízes históricas, seus sentidos e seus principais representantes. Optamos por enfatizar os mais representativos no processo de sua estruturação enquanto campo de reflexão social. Dentre eles, Max Weber, Karl Polanyi, Richard Swedberg, Philippe Steiner e Neil Fligstein. É um capítulo que julgamos essencial para uma compreensão histórica e conceitual da sociologia econômica e suas críticas aos pressupostos da teoria econômica.

O segundo capítulo analisa de forma mais específica a sociologia econômica de Bourdieu. Este capítulo se faz necessário em função do grau de relevância que a sociologia reflexiva de Bourdieu tem para as análises críticas sobre as ordens dominantes e como contribuição ao levantamento de questões fundamentais para as análises críticas e as

possibilidades de construção de uma teoria da transição para uma sociedade para além do capital desenvolvida por Mészáros. Avaliamos que a sociologia econômica de Bourdieu tem contribuições indispensáveis para uma compreensão mais profunda e ampla sobre os problemas e as dificuldades interpostas pelas dinâmicas socioeconômicas capitalistas.

O terceiro capítulo é uma abordagem analítica do que chamamos de os dilemas do sistema do capital. Este capítulo entra como a parte que apresenta as bases materiais das contradições mais sórdidas do sistema do capital: a produção da miséria, da pobreza, do caos urbano, da destruição ambiental, da exploração do trabalho, da arte, da cultura e do poder destrutivo das corporações. Esta análise se articula, por sua vez, com o levantamento de questões e problemas, de caráter mais amplo e estrutural, sobre os quais a sociologia econômica, inclusive a de Bourdieu, deve estar bastante atenta.

O quarto capítulo trabalha com as análises mais críticas de Mészáros sobre o sistema do capital, particularmente com os pressupostos que as teorias econômicas construíram com o objetivo de controlar o capital. Este autor vem promovendo a crítica contemporânea mais consistente ao sistema do capital e suas contradições destruidoras dos seres humanos e da natureza. Outro relevante ponto discutido neste capítulo se refere às possibilidades e a alguns limites de uma teoria da transição que visa à construção de uma sociedade para além do capital. Nesta parte, as contribuições de Bourdieu podem nos ajudar a identificar e compreender obstáculos complexos a essa construção.

Queremos ressaltar também que, em várias partes da tese, Mészáros está presente como princípio de orientação crítica e metodológica, ou seja, como ponto de partida que conduz as articulações aqui postas entre a sociologia econômica e os dilemas do sistema do capital. No entanto, também em várias partes desta tese, questionamentos postos pela sociologia econômica, especialmente a de Bourdieu, se interpõem como reflexões que nos puxam para realidades humanas motivadas por interesses não-econômicos.

Esclarecemos ainda que a extensão desta introdução pode ser traduzida como um fio articulador essencial na ligação dos capítulos propostos. Por isso, fazemos aqui referências à importância da dimensão teórica e sua articulação com a realidade, à questão da consciência e à modernidade histórica. Tudo isso como uma forma de fundamentar a força da sociologia econômica enquanto teoria e reflexão que pode nos auxiliar na compreensão dos mecanismos devastadores do sistema do capital e suas correlações com as dinâmicas de reprodução social. Passemos, então, diretamente a essas discussões.

O contexto histórico da modernidade é o pano de fundo da articulação das ideias que compõem esta tese, pois é nele e por ele que é possível a nossa própria percepção de pessoa

inserida num todo complexo de relações sociais, nas quais as ideias, o pensamento, as teorias e as ações centradas no trabalho constroem e reconstroem realidades e mundos – que cada vez mais se interagem, se cruzam, se incluem e se excluem – num porvir jamais definitivo e, portanto, irreconciliável com qualquer ideia de fim da história.

A história humana dos últimos sete ou oito séculos foi sacudida por grandes transformações no domínio da natureza e nas formas das organizações da produção e da sociedade. A potencialização da capacidade humana de pensar a realidade e de homens e mulheres se enxergarem enquanto produtores e criadores de mundos trouxeram novas formas de sociabilidade, de questionamentos às forças transcendentais, de aumento do poder de dominação e de destruição da natureza e dos próprios seres humanos. Trata-se do tempo da modernidade.

A modernidade irrompeu num lento, dramático e penoso processo histórico, cuja essencialidade perdura e influencia nossas formas de analisar, pensar, agir e fazer ciência sobre a sociedade. O uso da razão lançou suas raízes tão profundamente que o sentido da prática, do agir humano, se atrelou definitivamente ao pensamento, à reflexão, à teorização.

A modernidade irrompe quando no centro da própria construção do mundo são firmadas as forças físicas e racionais de homens e mulheres. A partir de então as raízes da modernidade se afirmam como uma imensa, robusta e frondosa árvore (LIMA VAZ, 2002) de cujos frutos nos alimentamos na busca dos caminhos, dos métodos e das reflexões que, coerente e consistentemente, possam nos ajudar a melhor compreender o passado e o presente.

Nesse sentido, a formalização do pensamento, a produção de conteúdos a partir da materialidade da vida humana, o desenvolvimento da consciência e da capacidade reflexiva, a sistematização do conhecimento, a estruturação de teorias e as discussões intelectuais, que fazem parte das raízes da modernidade, consolidam a essencialidade do humano que é a capacidade de pensar sobre si mesmo, de usar a razão na construção, na modificação e no redirecionamento do mundo, ainda que seja um mundo repleto de contradições e irracionalidades. Com a modernidade, a elaboração teórica entra definitivamente para a história e torna-se mais imprescindível nas construções humanas do mundo. Com a modernidade, a ciência e a sistematização do conhecimento têm papel cada vez mais determinante na estruturação das relações sociais, a força das discussões teóricas e intelectuais se firma com a ampliação e disseminação das universidades, das instituições de pesquisas, de editoras e de conselhos editoriais, enfim, com o desenvolvimento dos meios de comunicação e de uma sociedade informacional.

O impacto e a força do uso da razão, das discussões teóricas, tomam impulso e lançam suas raízes no século XIII. Segundo Lima Vaz (2002, p. 32):

Nos cem anos que separam a criação da Universidade de Paris (1200) e os agudos conflitos doutrinários que a sacodem em torno de 1300, o mundo medieval conhece profundas mudanças nos campos econômico, social, político, religioso e cultural. O eixo de poder desloca-se do sacral ao secular. Aos tempos de prestígio de Inocêncio III sucedem-se os atribulados anos de Bonifácio VIII. De outro lado, essas mudanças, ao mesmo tempo em que atestam a pujança de uma civilização em movimento, alimentam as crises que a encaminharão para seu declínio e seu fim. O século XIII oferece, portanto, duas visões aos olhos do historiador: a da civilização que avança para atingir a plenitude de suas virtualidades criadoras e a da civilização que anuncia, nesse supremo esforço, a exaustão de suas forças. Essa figura bifronte do século XIII aparece particularmente nítida no domínio da vida intelectual. É aí que se mostra mais visível o abrolhar das primeiras raízes da modernidade. Numa das suas faces, a vida intelectual do século XIII – concentrada sobretudo nas Universidades de recente fundação: Paris, Oxford, Bolonha, Toulouse e outras – conhece um extraordinário enriquecimento com o afluxo poderoso da ciência greco-árabe. O saber universitário atinge um alto nível de perfeição formal no uso dos instrumentos lógicos, vê a ciência experimental dar seus primeiros passos, reformula as bases da educação acadêmica, integrando as tradicionais *artes liberales* no corpo didático da filosofia, cuja descoberta como saber autônomo constitui, sem dúvida, o mais importante acontecimento intelectual da época.

A vida prática jamais seria a mesma neste contexto de afirmação da razão, da humanidade do mundo e da mundaneidade humana. Aqui fervilham as discussões teóricas sobre o humano, o divino, o mundo, a terra e o cosmos. Nessas discussões residem as raízes da modernidade.

Mas, por que discutir a modernidade e suas raízes nesta tese sobre o sentido da ordem societária entre o mercado como construção social e o sistema do capital? Porque esta tese reconhece a força das discussões e das formulações teóricas forjadas no tempo histórico, ou seja, que as teorias têm uma capacidade material de determinar caminhos dos sistemas produtivos, das organizações institucionais, das formas de organização da vida cotidiana em tempos e espaços diferentes, como atesta o crescimento das raízes da modernidade lançadas no século XIII com a crise intelectual vivenciada na universidade de Paris. É nesse sentido que Lima Vaz (2002, p. 33) afirma que:

toda essa expansão, complexidade e intensidade da vida intelectual é acompanhada por sucessivas crises e tensões que vão da difícil e tumultuada entrada das obras de Aristóteles na Universidade de Paris (1210-1255) até àquela que foi, na opinião dos estudiosos, a mais grave crise doutrinária da

idade Média provocada pela oposição, na *alma mater* parisiense, entre os Mestres da Faculdade de Artes ou Filosofia (*artistaes*) e os Mestres da Faculdade de Teologia (*teologi*) nas últimas décadas do século XIII e começos do século XIV. Será no século XIV que começarão a crescer as primeiras raízes das sementes lançadas no século XIII, anunciadoras do movimento histórico de saída do universo intelectual e espiritual da Idade Média. Contemplado na perspectiva do século XIII em ascensão, o século XIV aparece-nos como um tempo de agravamento da crise e dos primeiros indícios do declínio. Visto, porém, na ótica das evoluções futuras, o século XIV mostra-se profundamente inovador na lógica, na ontologia, na noética, na ética, na teoria política, na filosofia e ciência da natureza e, finalmente, na teologia. Nesse sentido, o século XIV é também um século intelectualmente bifronte, mas nele a relação das duas faces é oposta à que prevalecera no século XIII. A face da crise e do declínio anuncia o enfraquecimento do ímpeto criador do século que terminara. A face inovadora acentua os traços que a distanciam daquelas que constituíram as grandes matrizes culturais e intelectuais da Idade Média.

É a partir daí que é fundada uma antropologia em contraposição ao teocentrismo, e outras matrizes culturais e intelectuais predominarão. A vida intelectual, com o processo de construção da modernidade, com o humano e a razão enquanto centralidades reflexivas, passa a exercer um papel sempre mais determinante sobre as relações sociais e o cotidiano. O lento desenvolvimento e fermentar das ideias entram no tempo e no espaço juntamente com as transformações nos sistemas produtivos, especificamente nas relações de trabalho, nas formas de explorar a natureza, nas inovações tecnológicas e nas revoluções dos meios de comunicação. As formas de dominação material, fundamentalmente das relações de trabalho, passam a ser acompanhadas por formulações ideológicas legitimadoras da dominação, da exploração da força humana de trabalho. As pesquisas nas ciências naturais e nas ciências sociais se multiplicam exponencialmente e as discussões teóricas dão tons para muitas transformações nos próprios sistemas produtivos e nas relações sociais.

Ora, não estaria esta tese caindo em uma grande contradição ao ter como problema de sua análise uma questão de cunho teórico, ou seja, uma reflexão sobre o sentido, os fundamentos da sociologia econômica frente aos dilemas reais do sistema do capital? Como é possível partir da e analisar a teoria sociológica econômica no contexto dos dilemas concretos do sistema do capital? Esta tarefa só é possível no âmbito do entendimento de que as teorias têm a força de influenciar e determinar os comportamentos humanos, assim como as práticas sociais dos seres humanos, relacionadas fundamentalmente às suas relações de produção da vida material, determinam, desmontam e redirecionam as teorias, as reflexões intelectuais. Trata-se no fundo de uma relação dialética entre teoria e prática. Mészáros (2008, p. 56), por exemplo, ao se referir à complexidade da metodologia dialética de Marx, afirma que:

Em uma concepção mecanicista, há uma linha de demarcação definida entre o “determinado” e seus “determinantes”, mas não é o que ocorre no quadro de uma metodologia dialética. Nos termos dessa metodologia, embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam os “determinantes fundamentais” do ser social de suas classes, eles são também, ao mesmo tempo, “determinantes *determinados*”. Em outras palavras, as afirmações de Marx sobre o significado ontológico da economia só fazem sentido se formos capazes de apreender sua ideia de “interações complexas”, nos mais variados campos da atividade humana. Desse modo, as várias manifestações institucionais e intelectuais da vida humana não são simplesmente “construídas sobre” uma base econômica, mas também *estruturam* ativamente essa base econômica, através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente *autônoma*.

Marx, portanto, tinha consciência da complexidade da realidade, da força dos determinantes fundamentais, que, mesmo sendo fundamentais, se relacionam também com outras forças determinantes, como manifestações institucionais e intelectuais. Esta perspectiva metodológica é essencial no trabalho investigativo desta tese, isto é, o trabalho que faz uma análise da sociologia econômica no sentido de identificar seu alcance, seus limites e suas contribuições para o conhecimento e o enfrentamento dos dilemas fundamentais do sistema do capital.

Ao se referir ao prefácio de Marx à sua *Contribuição para a crítica da economia política*, Mészáros faz algumas considerações cruciais sobre algumas passagens do prefácio. Queremos destacar a consideração sobre a passagem em que Marx (1989, p. 29) afirma que:

Uma organização social nunca desaparece antes que desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver.

Para Mészáros, é necessário combater certa hostilidade superficial que é dirigida a essa consideração de Marx. Para muitos, Marx só se refere à criação das condições materiais necessárias dentro da estrutura da antiga sociedade. Mas, de acordo com Mészáros (2009, p. 190), Marx:

está bastante consciente da necessidade de se desenvolver de maneira apropriada as condições políticas e culturais/teóricas – assim como as educacionais existentes – que apresentam um grande desafio para o futuro. É por isso que Marx frisa que “o próprio educador tem de ser educado”, em franco contraste com o socialismo utópico, a exemplo da posição de Robert Owen – segundo ele, é preciso “dividir a sociedade em duas partes [os educadores e os educados], a primeira das quais está colocada acima da

sociedade”. E Marx também se refere a uma tarefa histórica inevitável para a “criação em massa dessa consciência comunista”, que significa “a consciência da necessidade de uma revolução radical”. Em outras palavras, o bem-sucedido cumprimento da tarefa histórica exige o preenchimento de um empreendimento revolucionário político, teórico e educacional ao qual o próprio Marx dedica sua vida inteira, precisamente porque essas dimensões do desafio histórico em questão não podem ser resolvidas pelos processos materiais espontâneos da antiga sociedade.

Como se vê, toda a dimensão teórica e educacional tem um peso significativo no processo de transformação das condições materiais vivenciadas por uma sociedade em que predominam condições de vida desumanas, alienadas e alienantes. Nesse contexto, o empreendimento revolucionário político, teórico e educacional é imprescindível porque essas condições contraditórias não podem ser realmente resolvidas por processos materiais espontâneos.

Ora, esta tese toma a sociologia econômica como um campo de embate entre teorias e práticas que interagem com os grandes problemas do sistema do capital, como um campo relativamente autônomo e imensamente intrincado com a base econômica do sistema do capital, uma base dialeticamente estruturada por forças espirituais. A ação e o impacto dessas forças espirituais, nas suas relações com as determinações econômicas, podem ser compreendidas a partir da seguinte afirmação de Mészáros (2008, p. 57):

“Determinações econômicas” não existem fora do complexo historicamente mutável de mediações específicas, incluindo as mais “espirituais”. Na visão de Marx, “os deuses são, originariamente, não a causa, mas o efeito do erro do entendimento humano. Mais tarde essa relação se transforma em ação *recíproca*”. Como consequência, uma vez que crenças desse tipo – ou mesmo de qualquer outro – são aceitas pelo homem, elas trazem consigo repercussões múltiplas para a totalidade da vida humana, incluindo o “fato econômico” de “alocar recursos escassos” para a construção de catedrais, para a manutenção da Igreja e do clero etc. O mesmo ocorre com a consciência, em todas as suas formas e manifestações, que têm uma estrutura própria *relativamente* autônoma, determinando, assim, de forma recíproca, as estruturas econômicas da sociedade, ao mesmo tempo que são também determinadas pela última. “Oferta e procura”, “produção e consumo” são categorias econômicas *par excellence*, mas somente na superfície. Um exame mais cuidadoso revela que *nenhuma* delas faz qualquer sentido, seja qual for, sem a categoria historicamente mutável das “*necessidades humanas*”, que não pode ser explicada, de modo plausível, em termos de determinações econômicas unilaterais.

Esta tese tem, portanto, dois eixos centrais imbricados: a sociologia econômica e o sistema do capital. A reflexão que aqui se propõe se pauta em cima do que é a sociologia

econômica, de sua contextualização no sistema do capital e das possibilidades de sua ação recíproca sobre este sistema. Por sua vez, a obra e as análises de Mészáros – sobre o capital e sua incontornabilidade, o intercâmbio com a natureza, o poder determinante do trabalho, as consequências nefastas e destruidoras do humano oriundas da subordinação do trabalho ao capital frente às quais urge a construção de uma teoria da transição para uma sociedade para além do capital – ilumina esta investigação reflexiva sobre a sociologia econômica.

Nesse contexto de discussão sobre a força e a relevância das reflexões teóricas articuladas com a realidade material, Harvey (2006, p. 23), por exemplo, nos proporciona uma contribuição contundente quando retoma uma interessante consideração de Marx para justificar seus questionamentos e discussões teóricas com outros pensadores. Em uma entrevista à *New Left Review*, ele foi questionado sobre algumas polêmicas teóricas com Lefebvre. O questionamento foi o seguinte:

Sua resposta às ideias de Lefebvre revela um sinal característico, que volta mais tarde em sua obra. Por um lado, o senhor se entusiasma com o radicalismo de Lefebvre, avaliando com generosidade a carga utópica crítica de seus textos; por outro lado, o senhor assinala a necessidade de um realismo equilibrado. Essa reação ambivalente tornou-se uma espécie de padrão em seu trabalho; considera-se a maneira pela qual o senhor tanto adota imaginativamente quanto limita empiricamente a noção de “acumulação flexível” em *The condition of postmodernity* [Condição Pós-moderna], ou sua reação ao apocalipse ecológico em seu texto mais recente: uma combinação incomum entre engajamento apaixonado e moderação a respeito da tomada de rumo.

Sobre esta questão, queremos ressaltar a referência que Harvey faz a Marx no que diz respeito à importância e à força das teorias. Esta é a resposta de Harvey (2006, p. 24):

Uma das lições que aprendi ao escrever *Social justice and the city* sempre continuou sendo importante para mim. Posso apresentá-la melhor como uma expressão usada por Marx, quando ele falou a respeito da maneira pela qual podemos friccionar blocos conceituais para produzir fogo intelectual. Frequentemente, a inovação teórica surge do choque entre diferentes linhas de força. Numa fricção desse tipo, nunca se deve abandonar inteiramente um ponto de partida; as ideias apenas pegarão fogo se os elementos originais não forem completamente absorvidos pelos novos elementos. Em *Social justice and the city*, as formulações liberais não desapareceram totalmente; elas ainda são parte da agenda existente. Ao ler Marx, tinha bastante consciência de que era uma crítica da economia política. Marx nunca afirmou que os textos de Smith ou Ricardo estavam repletos de sandices; ele tinha bastante respeito por aquilo que eles diziam. No entanto, Marx também confrontou os conceitos deles com outros, de Hegel ou Fourier, num processo transformativo. Assim, ele foi um princípio do meu próprio trabalho. Lefebvre tem ideias excelentes, a escola francesa de

regulação desenvolveu alguns conceitos muito interessantes, que devem ser respeitados, mas não se renuncia a tudo que se tem ao lado; tenta-se friccionar os blocos e perguntar: há alguma coisa que pode surgir a partir disso que seja uma nova forma de conhecimento?

Pode-se dizer que a importância da teoria entrou definitivamente na constituição do processo histórico humano a partir da formação histórica da modernidade. O uso da razão – base do processo histórico de instituição da modernidade que, na sua relação imprescindível com o trabalho humano, torna possível o processo de construção do mundo moderno – é uma força propulsora de grande potência nos primórdios da modernidade. É nesse contexto que se intensificam as discussões sobre o poder e as formas de consciência, como, por exemplo, as que foram empreendidas por Hegel e Marx.

A formação das consciências no processo histórico humano tem uma relação direta com a elaboração e construção de mecanismos de divulgação de muitas e grandes obras teóricas. As obras dos pensadores clássicos, mesmo que contraditórias umas com as outras sobre as compreensões da realidade em suas várias dimensões e totalidade, têm um significativo grau de influência no processo de formação de consciências em espaços e tempos diferenciados. Sobre isso, uma questão importante a ser considerada é fato de que as construções teóricas devem ser contextualizadas na estrutura social e que o método que sustenta essas construções é socialmente determinado. Assim, teorias econômicas e sociológicas têm suas bases analíticas, suas interlocuções e seus arranjos lingüísticos e conscientes inter-relacionados com a Estrutura social e histórica.

Mészáros, em sua obra *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*, faz todo um percurso histórico e analítico para demonstrar como o método é socialmente determinado. Sua análise contempla os principais pensadores e articuladores das ideias relacionadas dialeticamente com a sustentação do sistema do capital, sobre a adesão consciente desses pensadores à ordem sociometabólica do capital. Assim Mészáros (2009, p. 12), ao se referir a esses pensadores, afirma que:

A determinação social do método não significa – e não pode significar – que a posição metodológica e ideológica correspondente ao ponto de vista do capital seja *imposta* aos pensadores em questão, incluindo as figuras mais destacadas da economia política burguesa e da filosofia. Eles próprios *incorporam-na* ativamente *como sua*, ao longo da articulação – e do processo criativo dessa articulação – da posição que integra os *interesses* fundamentais, bem como os *valores*, de uma ordem socio-reprodutiva com a qual se identificam. Eles são *participantes conscientes* numa empreitada que sempre envolve o conflito e o confronto com os defensores de

conjuntos de valores potencialmente rivais – ainda que os interesses sociais correspondentes não sejam (ou não possam ser, em virtude da imaturidade histórica das forças sociais relevantes) inteiramente explicados por seus adversários –, pois mesmo a *ideologia dominante* mais arraigada jamais pode ser *absolutamente dominante*. Em outras palavras, não é possível que ela seja tão completamente dominante a ponto de poder ignorar inteiramente uma posição alternativa que tenha ao menos o potencial de adquirir um grande alcance. Nem mesmo quando, numa determinada versão, a ideologia dominante reivindica sem hesitação o privilégio de representar o único ponto de vista sustentável que, a seu ver, está inteiramente de acordo com *a própria natureza*, ou quando, numa outra abordagem, mas com o mesmo senso de exclusividade, afirma que ela corresponde à “concretude racional” do “Espírito do Mundo”.

Essas considerações demonstram, de fato, o quanto os interesses, os valores, de uma ordem socio-reprodutiva estão presentes na ideologia dominante, ou seja, na ideologia da reprodução sociometabólica do capital. Nas suas formas complexas, a realidade percebida e apreendida pelos grandes pensadores podem ter ou não o potencial de revelar e defender caminhos alternativos à ordem socioeconômica dominante. É isso que Mézáros coloca com propriedade. Porém, por outro lado, como veremos nesta tese, a sociologia econômica tem identificado formas de interações sociais, de redes de relações, de campos, de comportamentos cada vez mais intrincados e complexos no conjunto das relações sociais e econômicas capitalistas, que podem ser percebidos no processo de formação de nossas consciências e, enquanto percepção, alargar a nossa compreensão sobre essas formas de relações sociais, bem como suas correlações com a dominação, a exploração e a reprodução de uma sociedade cujo metabolismo social é dominado pelo capital.

A sociologia econômica é um construto lógico que tem uma sólida base empírico-científica e que se afirma no campo acadêmico em trabalhos e pesquisas em universidades do mundo todo como campo de conhecimento de realidades socioeconômicas centradas na relevância da percepção das relações econômicas, mercantis e financeiras enquanto construções sociais. A sociologia econômica vem exercendo neste início do século XXI uma função essencial para o conhecimento humano dos fundamentos sociais das relações econômicas. No caso de Bourdieu, enquanto teoria de bases práticas, a sociologia econômica se coloca no campo científico-acadêmico como uma força a favor de uma sociologia reflexiva e militante, uma vez que procura identificar as relações sociais que fundamentam e sustentam a complexa rede das relações econômicas e suas contradições.

Qual é então a relação entre o objeto desta tese, a sociologia econômica, e a questão da totalidade? Aqui se põe o desafio da construção racional desta tese: a totalidade,

compreendida como sistema hierárquico cuja força primeira e principal determinante do metabolismo social é o capital, pode se constituir numa interposição fundamental às construções teóricas e práticas da sociologia econômica, bem como a sociologia pode se colocar como força social reflexiva essencial tanto para a compreensão da totalidade dominada pelo capital como para a construção de uma teoria da transição que visa a superação do sistema do capital, como a que é proposta por Mészáros em *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. De outra forma, as questões referentes às construções históricas da razão, da consciência e da autoconsciência, da transcendência e da imanência, das teorias e das ideologias, das dimensões simbólicas e da perpetuação de uma memória social em indivíduos e instituições, são questões relevantes que desafiam as análises da realidade centradas na dimensão econômica.

Assim, esta tese considera que os estudos em torno do caráter hierarquicamente determinante do capital sobre as relações sociais, base das relações econômicas, precisam ter um espaço maior e mais significativo nas construções da sociologia econômica. Por sua vez, análises de parte significativa do marxismo, especialmente o que propõe uma teoria da transição para além do capital, como é o caso de Mészáros, precisam estar atentas às reflexões e referências à dominação e à violência simbólica, às influências culturais e religiosas, aos papéis e representações de indivíduos e instituições, às redes complexas que compõem a arquitetura dos mercados.

Esta tese, portanto, embora de caráter teórico-bibliográfico, se ocupa com muitas referências que têm seus fundamentos na história concreta, nas relações materiais de produção e, principalmente a partir da modernidade, nas contradições nos mundos do trabalho, nos mecanismos de exploração da força humana de trabalho, na construção de um sistema do capital que subjuga a maior parte da humanidade a uma dominação desumanizadora e destruidora da natureza. Mas, para que esta tese alcance a sua finalidade relacional, isto é, a de relacionar a sociologia econômica com os dilemas do sistema do capital, trabalhamos também com referências a pesquisas empíricas da sociologia econômica, que levam em conta a força e a influência da linguagem, do poder simbólico, das variadas formas de capital, dos campos de lutas dos *habitus* presentes na realidade social humana.

Na verdade, a presença da perspectiva da totalidade nesta tese não deixa de considerar o fato de que as relações sociais são atravessadas por múltiplos vetores que influenciam o pensamento e as ações humanas e que, portanto, a realidade material está dialeticamente relacionada com a realidade espiritual. Por outro lado, pensadores como Marx, Engels, Lukács e Mészáros identificam a força e o papel da consciência em sua relação dialética com

a realidade material. Para eles, o fator determinante da realidade social são as condições materiais, fundamentalmente a forma das relações de trabalho entre os homens. Se a condição natural humana, ou seja, do homem enquanto ser social, é descaracterizada pelo trabalho estranhado, a sociedade torna-se alienada e a própria consciência humana é também alienada. Nessa condição é que os homens produzem o seu oposto.

Essa questão pode ser compreendida a partir de uma relevante consideração de Mészáros sobre a formulação marxiana do problema das classes e da consciência de classe como uma antítese. Ele parte da consideração de Marx de que proletariado e riqueza, enquanto antíteses, formam um todo, isto é, os dois são formas do mundo da propriedade privada. Assim, para que a propriedade privada se mantenha, o proletariado deve ser mantido. Trata-se do lado positivo, ou seja, da propriedade privada que se satisfaz a si mesma. O lado negativo é que o proletariado é obrigado a supra-sumir a si mesmo e, portanto, supra-sumir a propriedade privada. Ou seja, a condição para o desaparecimento da propriedade privada é o desaparecimento do proletariado. Segundo Mészáros (2008, p. 63), esta formulação tem dois pontos que devem ser enfatizados:

O primeiro ponto a ser enfatizado é a formulação marxiana do problema das classes como uma “antítese” (ou antagonismo estrutural), constituindo – com seus lados positivo e negativo – um todo único, cujos elementos não podem *ser absolutizados* (uma vez que eles se mantêm ou caem juntos), nem podem, na verdade, ser conduzidos a uma trégua ou “reconciliação”. [...] O segundo ponto a ser enfatizado é a distinção entre os dois lados desse antagonismo em termos da consciência de classe, que não depende simplesmente de um *insight subjetivo*, mas de fatores *objetivos*: por um lado, o caráter “inconsciente” do capital, determinado por uma forma específica de desenvolvimento social que o força, “*contra seu desejo*”, a produzir o seu oposto; por outro, a necessidade, através de sua manifestação sob a forma de necessidade prática, que dá origem à autoconsciência. (A relação entre o “interesse de classe” e a “falsa consciência” tem de ser entendida como uma interação complexa desses fatores).

Como se depreende da afirmação acima, Marx tinha consciência da interação complexa dos fatores envolvidos na luta de classes. Não há reconciliação nem trégua entre os proprietários privados e o proletariado. Sua formulação teórica como um todo único não deixa de lado os fatores objetivos presentes na luta de classes. Esses fatores é que são fundamentais em termos da consciência de classe, já que esta não pode ser adquirida simplesmente como um *insight* subjetivo. É um processo histórico específico de desenvolvimento social que produz o caráter inconsciente do capital e força os trabalhadores a produzirem o seu oposto. É na interação complexa de vários fatores que a relação entre interesse de classe e falsa

consciência tem de ser entendida. É nesse sentido também que, para Marx (1999), não é a consciência que determina o ser social, mas é, inversamente, o ser social que determina a consciência.

Essa constatação nos leva a buscar uma construção teórica que exige uma análise cuidadosa da relação entre a perspectiva materialista e a idealista da realidade histórica. É certo que o materialismo marxiano não pode ser tratado tão-somente como um economicismo reducionista, que menospreza dimensões fundamentais das relações humanas como a subjetividade, o desejo, a força inconsciente, a consciência, a autoconsciência e a complexa interação com os outros fatores, como podemos inferir da análise acima. De outra forma, as questões referentes às construções históricas da razão, da consciência e da autoconsciência, da transcendência e da imanência, das teorias e das ideologias, das dimensões simbólicas e da perpetuação de uma memória social em indivíduos e instituições, são questões relevantes que desafiam as análises da realidade centradas na dimensão econômica.

A preocupação de Marx não era tão-somente com as condições materiais do proletariado. O seu lado espiritual era também analisado cuidadosamente. Ora, a necessidade de auto-extinção do proletariado é a condição da extinção das condições de desumanização. Para que isso ocorra em amplitude e profundidade, a ação do proletariado, que deve se libertar para que a humanização dos próprios seres humanos aflore, tem de ser uma ação consciente e não uma auto-extinção impulsionada por uma “força inconsciente de alguma necessidade histórica mítica”. É nesse sentido também que, para Marx, o homem é que persegue os seus objetivos e constrói a sua própria história. Sobre essa questão, Mészáros (2008, p. 63) considera que:

Também é importante notar a ênfase de Marx sobre o lado “espiritual” da miséria da classe subordinada, pois é costumeiro representar, de forma errônea, a visão marxiana de “miséria crescente” como meramente uma consideração material. Entretanto, o fato de que, segundo o pensamento de Marx, a partir dos primeiros escritos de *O capital*, os aspectos material e espírito-intelectual estão sempre associados, e a condição do trabalhador é descrita como em contínua deterioração, *a despeito* das melhorias materiais (“*seja seu salário alto ou baixo*”), precisamente por causa da inseparabilidade de ambos os aspectos.

Igualmente importante é a insistência de Marx sobre a “*auto-extinção*” do proletariado – definida como extintora, ao mesmo tempo, das condições de desumanização – não poder ser alcançada sem a ação *consciente* da classe que “pode e tem de se libertar”. Na verdade, o programa de “*auto-extinção*” seria uma contradição nos termos, se as coisas fossem deixadas para a força inconsciente de alguma “necessidade histórica” mítica. [Pode-se] ler em *A sagrada família*: “A História não faz nada [...] não é, por certo, a ‘História’ que utiliza o homem como meio para alcançar seus fins – como se se

tratasse de uma pessoa à parte –, pois a História não é senão a *atividade do homem que persegue seus objetivos*”).

É relevante ressaltar na explicação acima de Mészáros que Marx tinha clareza da inseparabilidade dos aspectos material e espírito-intelectual na vida e nas condições de existência dos trabalhadores. Por isso que a ação da classe que pode e tem de se libertar, o proletariado, deve ser uma ação consciente. A miséria material é, sem dúvida, acompanhada de uma intensa miséria espiritual-intelectual.

Assim, a totalidade que envolve o desenvolvimento social e o processo histórico humano não pode ser desvinculada das relações dialéticas entre as condições materiais de existência e a consciência humana. Por essas sendas é que delineamos o sentido primordial desta tese, ou seja, os dilemas do sistema do capital são materiais e geram uma miséria espiritual-intelectual da maior parcela da humanidade neste início do século XXI. A sociologia econômica, especialmente a Bourdieu, pode entrar nos caminhos da identificação e compreensão dos dilemas do sistema do capital enquanto uma sociologia reflexiva que atua no nível da consciência, mas que se trata, ao mesmo tempo, de uma sociologia cujas reflexões teóricas e críticas estão embasadas em pesquisas empíricas com forte rigor metodológico e compreensão histórica do ser social.

Por outro lado, Marx e Engels estão muito atentos às condições de vida, às relações humanas, às conexões sociais, às ações dos homens entre si, à estrutura social que é construída historicamente por seres humanos ativos, cujas atividades vivas e em conjunto produzem uma estrutura social complexa em que a condição material e a espiritual estão dialeticamente entrelaçadas e a qual os próprios seres humanos devem perceber como construção humana e histórica. É nesse sentido que, em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2007, p. 32) fazem a seguinte crítica a Feurbach:

É certo que Feuerbach tem em relação aos materialistas “puros” a grande vantagem de que ele compreende que o homem é também “objeto sensível”; mas, fora o fato de que ele apreende o homem apenas como “objeto sensível” e não como “atividade sensível” – pois se detém ainda no plano da teoria –, e não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que eles são, ele não chega nunca até os homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração “o homem real, individual, corporal”, isto é, não conhece quaisquer outras “relações humanas” “do homem com o homem” que não sejam as do amor e da amizade, e ainda assim idealizadas. Não nos dá nenhuma crítica das condições de vida atuais. Não consegue nunca, portanto, conceber o mundo sensível como a *atividade* sensível, viva e conjunta dos indivíduos que o constituem, e por isso é obrigado, quando vê,

por exemplo, em vez de homens sadios um bando de coitados, escrofulosos, depauperados e típicos, a buscar refúgio numa “concepção superior” e na ideal “igualização no gênero”; é obrigado, por conseguinte, a recair no idealismo justamente lá onde o materialista comunista vê a necessidade e simultaneamente a condição de uma transformação, tanto na indústria como da estrutura social.

Portanto, não é em uma concepção superior nem na idealização de uma igualdade no gênero humano que as condições materiais dos homens podem ser enfrentadas nas suas contradições. É necessário perceber a sociedade como um mundo humanamente construído. Assim, é nas ações humanas, conscientes, que se encontram as possibilidades concretas de transformação da estrutura social.

A totalidade que envolve as relações sociais e as relações espirituais (no nível da consciência) deve ser vista como uma totalidade dialética que não se baseia em polarizações que, ao desvincular o material do espiritual, separam as ações voltadas para a moldagem da consciência da objetividade científica empiricista, por exemplo, entre o Marx sociólogo e o Marx revolucionário (ou ideólogo). Sobre essa questão, Mészáros (2008, p. 64) afirma que:

romper a unidade dialética do conjunto de conceitos marxianos leva inevitavelmente a esse tipo de polarização, que traz consigo a escolha inevitável entre a “objetividade científica” do empiricismo tolo – o agrupamento vulgar dos fragmentos da imediatividade fenomênica, glorificados como “princípios científicos corretos” – e a mitologia empolada do “ativismo político como uma categoria à parte”, que se supõe seja responsável, por si só, pela “moldagem da consciência”. (Não é preciso dizer que podemos encontrar uma grande variedade de polarização artificial em teorias específicas, que têm em comum a metodologia baseada numa separação rígida e não dialética entre “conceitos *teóricos*” e “conceitos *práticos*”, divorciando “a teoria axiologicamente neutra”, “a filosofia pura”, “o conhecimento científico” e “a teoria empírica” da “ideologia”; “a descrição” da “avaliação”; “a análise” da “síntese”; “os fatos sociais” dos “tipos ideais”; “a racionalidade do emotivismo”; “o naturalismo” do “prescritivismo”; “os fatos” dos “valores”; “a necessidade” da “liberdade”; o “é” do “deve” etc. Essas teorias, invariavelmente, se satisfazem em formular programas irrealizáveis para *outras* – e, por causa dessa metodologia de polarização rígida, são *a priori* irrealizáveis).

Ora, é somente como ser social que o homem pode se perceber enquanto ser humano que constrói o mundo por meio do trabalho, da consciência, da linguagem e das relações sociais. É o carecimento que produz a necessidade do intercâmbio dos seres humanos com a natureza e entre si. Sem esse intercâmbio, sem as relações que são construídas socialmente no espaço e no tempo não é possível entender a dimensão humana e natural dos seres humanos. Por isso que espírito, matéria e linguagem se interpenetram no processo histórico de

construção do ser social, cujo reflexo permanente está fundado nas relações humanas de trabalho. A dimensão social do ser humano tem o sentido de que a consciência é e será sempre determinada pelo ser social. É a isso que se referem Marx e Engels (2007, p. 34) quando afirmam que:

o homem é também “consciência”. Mas esta também não é, desde o início, consciência “pura”. O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens.

No processo histórico de produção do ser social e, portanto, da consciência, os seres humanos se debatem enquanto corpos que lutam material e espiritualmente para se manterem vivos e ativos socialmente. Nesse processo todo, a história se desenvolve de geração para geração. Esse desenvolvimento não significa o dissolver-se da história na autoconsciência, como espírito do espírito. O resultado desse desenvolvimento é material, ou seja, conforme Marx e Engels (2007, p. 43):

uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. Essa soma de forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado, é o fundamento real [*reale*] daquilo que os filósofos representam como “substância” e “essência do homem”, aquilo que eles apoteosaram e combateram; um fundamento real que, em seus efeitos e influências sobre o desenvolvimento dos homens, não é nem de longe atingido pelo fato de esses filósofos contra ele se rebelarem como “autoconsciência” e como o “Único”.

Portanto, as relações sociais que envolvem os seres humanos, suas consciências e linguagens, têm uma imprescindível correlação com a natureza, com a matéria, com os meios de produção, com as forças produtivas, com o trabalho, sendo que tudo isso se reflete nos corpos (e nas consciências) humanos situados no espaço e no tempo. Se as condições de

existência da grande maioria dos seres humanos são deploráveis e abjetas, é porque constituem um processo histórico em que, tanto material quanto espiritualmente, a dominação está posta na contramão da natureza humana, do processo natural de humanização dos seres humanos. Daí que a dominação material – como a subjugação dos seres humanos a condições de trabalho baseadas na exploração, no sofrimento, nas doenças socialmente produzidas, na desumanização, na precariedade e no aviltamento dos trabalhadores – se reflete nas piores condições de vida material e espiritual.

Isso significa que a dominação, no modo histórico de produção capitalista, por exemplo, passa pela via material e pela via espiritual. E, mais ainda, os que dominam têm consciência e produzem ideias que, na aparência e, enquanto produtos de uma sociedade alienada, na realidade, dão sentido e legitimidade à dominação. Marx e Engels (2007, p. 47) se referem à produção das ideias dominantes da seguinte maneira:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.

É importante, mais uma vez, atentarmos para o caráter de historicidade que Marx e Engels imprimem à constatação da relação entre a força material e a força espiritual dominante da sociedade. Elas existem de fato, mas jamais podem ser analisadas como definitivas, como tendências naturais e lógicas das construções do mundo humano. Ora, se o que existe na consciência, em termos de ideias e representações, não pode ser desvinculado da vida e das ações concretas dos seres humanos, e se tanto a produção material quanto as ideias e representações são produzidas pelos próprios seres humanos, então a historicidade é a marca da essencialidade do humano. É nesse sentido que, para Marx e Engels (2007, p. 94):

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas.

O objetivo desta discussão sobre a consciência e seu papel no processo histórico humano, nesta parte introdutória da tese, é esclarecer e justificar que nossa reflexão de cunho teórico-bibliográfico é pertinente enquanto reflexão crítica sobre as forças materiais e as forças espirituais que caracterizam o sistema do capital e seus dilemas. A interposição da sociologia econômica, particularmente a de Bourdieu, em torno dos dilemas do sistema do capital se coloca, pois, como instrumento de aprofundamento, identificação e compreensão desses dilemas nas suas inter-relações com dimensões não-econômicas da vida humana.

Assim, mesmo concordando com Marx e Engels sobre suas análises da inter-relação dos produtos da consciência (ideias e representações) com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, entendemos nesta tese que as realidades históricas que os corpos vivenciam, as emoções, as heranças (capital social, cultural, econômico, simbólico) tornam ainda mais complexa a luta contra as contradições do capital, uma vez que essas contradições e, portanto, a dominação espiritual e material, estão inscritas nos corpos humanos e nas estruturas sociais.

Nesse sentido, as análises sobre a consciência e suas inter-relações com a realidade material, que ora fazemos nesta introdução, reconhecem que o corpo socializado tem uma disposição, um conhecimento adquirido, um haver; não é só o sujeito em contraposição ao objeto nem só o objeto em contraposição ao sujeito; não é a estrutura nem a consciência, embora seja concomitantemente as duas. O corpo socializado, enquanto *habitus*, carrega um capital, cria, inventa, é ação com consequências muito práticas para a vida dos indivíduos situados em campos de lutas. Por isso, ele é histórica e espacialmente situado no campo, podendo se relacionar com outros campos. O corpo socializado é consciência e estrutura, é dimensão estruturada e estruturante, é cognição, emoção, força, entrelaçamento de conceitos e práticas, é tradição, cultura, jogo, interesse econômico, dádiva, busca de reconhecimento e de distinção. Em *O poder simbólico*, Bourdieu (2009, p. 61), ao se referir ao conceito de *habitus*, considera que:

Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, eu desejava reagir contra o estruturalismo e a sua estranha filosofia da acção que, implícita na noção levi-straussiana de inconsciente, se exprimia com toda a clareza entre os althusserianos, com o seu agente reduzido ao papel de suporte – *Trager* – da estrutura; e fazia-o arrancando Panofsky à filosofia neo-kantiana das “formas simbólicas” em que ele ficara preso (correndo o risco, com isso, de tirar partido um tanto forçado do uso, único na sua obra, que ele fazia da noção de *habitus*). Sendo as minhas posições próximas das de Chomsky que elaborava, por então, e quase contra os mesmos adversários, a noção de *generative grammar*, eu desejava pôr em evidência as capacidades “criadoras”, activas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra *habito* não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky – o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista), o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em acção: tratava-se de chamar a atenção para o “primado da razão prática” de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeria nas *Teses sobre Feuerbach*, o “lado activo” do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do “reflexo”, tinha abandonado.

Toda a discussão teórica de Bourdieu sobre o *habitus* está entrelaçada com uma estratégia prática de *habitus* científico, com uma forma de fazer sociologia que se insere nas práticas dos agentes, que procura romper com o profetismo para compreender o sentido e o próprio *habitus* dos corpos socializados. Assim, a palavra *habitus* se configura em conceito a partir da direcção da pesquisa designada pelo *habitus* mesmo. Dessa forma, conforme Bourdieu (2009, p. 62), em todos os casos:

os utilizadores da palavra *habitus* se inspiravam numa intenção teórica próxima da minha, que era a de sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objecto. É o que se afigura, tanto no caso em que, como em Hegel que também recorre na mesma perspectiva à noção de *etos*, a noção de *hexis* (equivalente grego de *habitus*) exprime a vontade de romper com o dualismo kantiano e de reintroduzir as disposições duradouras constitutivas da “moral realizada” (*Sittlichkeit*) em oposição ao moralismo abstracto da moral pura e formal do dever; como no caso em que, como em Husserl, o mesmo conceito e noções vizinhas, como a de *Habitualität*, assinalam o esforço para sair da filosofia da consciência reintroduzindo – como em Heidegger e Merleau-Ponty, que, de resto, não empregam a palavra – uma relação de cumplicidade ontológica como o mundo; ou ainda no caso em que – como em Mauss, o qual reconhece a dimensão corporal da *hexis* como porte ou postura – a noção serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado.

Para nós, os conceitos de *habitus* e campo presentes na sociologia reflexiva de Bourdieu são essenciais nas análises sobre o funcionamento do sistema do capital e seus

dilemas, bem como no processo de construção de uma teoria da transição para uma sociedade para além do capital, como presentes em Mészáros. Assim, a discussão teórica aqui proposta não perde de vista as forças materiais e espirituais, as ações dos agentes enquanto corpos socializados nem a historicidade dessas forças e ações. Os conceitos de *habitus* e campo são muito relevantes porque eles nos ajudam a identificar e a olhar um entrelaçamento de tantos aspectos sociais e econômicos que, à primeira vista, as possibilidades de construção de uma teoria da transição parecem extremamente remotas.

Nesse sentido, acreditamos que sem esses conceitos, sem essas formas de inserção na realidade e de apreensão e extração de suas principais características, a construção de uma teoria da transição para uma sociedade para além do capital torna-se impraticável. Isso porque a complexidade da estrutura social – ainda que seja uma estrutura global que constitua um sistema dominado pelo capital, apresenta uma infinidade de nuances, de interações, de instâncias, de muitas espécies de capital, de disputas pelo monopólio da legitimidade de valores, crenças e maneiras, de explicitação do sagrado, de buscas pela distinção e pelo reconhecimento, de lutas entre os campos e de *habitus* incorporados – exige de nós um imenso esforço para o entendimento da realidade e a colocação das bases para a construção da teoria da transição, assim como um conjunto de estudos e elaborações de propostas práticas e reflexivas que progressivamente possam produzir a incorporação de novos *habitus* e a configuração de novos campos de luta em que a interação dos seres humanos com a natureza, com as coisas e entre si possa se realizar com a priorização do humano e não com a hegemonia do capital.

De acordo com Bourdieu (2008b, p. 88), “a história do campo é a história da luta pelo monopólio da imposição das categorias de percepção e apreciação legítimas; é a *própria* luta que faz a história do campo; é pela luta que ele se temporaliza”. Quando nos referimos, por exemplo, à questão do método científico, devemos ter em mente que o campo científico é um campo de luta pelo monopólio da imposição das categorias de percepção e apreciação legítimas. Portanto, o método, que, conforme Mészáros, é socialmente determinado, torna-se um instrumento primordial na luta pela configuração dessa teoria da transição.

Nesta introdução, temos insistido na relevância da história e do próprio caráter histórico do mundo humano. Tanto que o liame com a construção da modernidade é uma força constantemente presente nesta tese. Ora, se o caráter histórico é aqui fundamental, então a compreensão da inserção dos seres humanos no mundo moderno, como agentes que refletem e modificam profundamente as forças produtivas, sem perdermos de vista a intensificação da complexidade das relações sociais que caracterizam o desenvolvimento da

sociedade deste início do século XXI, é essencial para constatarmos a força das elaborações racionais e teóricas em todo o processo histórico da modernidade, principalmente as de Marx, Engels, Lukács, Mészáros e Bourdieu.

Portanto, seguimos nesta tese um percurso histórico de afirmação da modernidade. É certo que o mundo moderno experimenta na atualidade mudanças estruturais profundas na constituição e formulação do espaço e do tempo. Passamos pela formação de uma sociedade da informação e da velocidade, da fragmentação e da efemeridade, de mudanças em ritmo cada vez mais acelerado na organização das instituições e do cotidiano, de transformações tecnológicas em maiores extensões e profundidades, de desafios crescentes à força das ações políticas². Mas, é a partir da compreensão da modernidade enquanto processo histórico que podemos entender melhor a força da razão e das sistematizações teóricas e suas disseminações nos processos de construção do tempo e do espaço humanos.

Ressaltamos mais uma vez que a discussão desta tese sobre sociologia econômica se situa no plano teórico-bibliográfico, mas, a despeito disso, não perdemos de vista a essencialidade da dimensão material da vida humana. Acaso seriam possíveis as teorias sem as bases materiais, como discutimos acima? Ao articular o campo teórico com o metabolismo social do capital, entende-se aqui que as ações cotidianas são impactadas por forças sistêmicas e fazem parte de um todo complexo de relações sociais, no qual os limites no espaço e no tempo, os limites da linguagem configuram os limites das próprias compreensões do mundo (WITTGENSTEIN, 2005). A história real é pensada, refletida, interpretada, constatada e, muitas vezes, imaginada. A razão pode articular ideias que invertem a realidade, que justificam e legitimam relações sociais de dominação e de exploração, de manutenção de privilégios e de situações extremas de miséria material e de sofrimento.

A sociologia econômica se insere neste todo complexo e quer compreender, principalmente com muitas pesquisas empíricas, o sentido e a força das relações sociais na formação das relações de produção e nas construções de mercados. Como campo teórico, ela existe no mundo articulado com as bases materiais do sistema do capital, ou melhor, mesmo inserida nas contradições do metabolismo social do capital, ela pode se constituir em um campo essencial para a compreensão desse próprio metabolismo, para a instauração de um

² Gilberto Dupas faz uma discussão muito interessante sobre as profundas mudanças e as perplexidades vivenciadas pelos seres humanos na contemporaneidade em sua obra *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. Conferir também: EAGLETON, T. *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*; JAMESON, F. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização; Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*; SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal; Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*.

processo reflexivo que procura dar conta das manifestações fundamentais das sociabilidades presentes no sistema do capital.

Assim, esta tese propõe demonstrar que a sociologia econômica, enquanto conhecimento científico que se afirma como campo de contraposição ao domínio teórico das economias – teorias econômicas que menosprezam a força das relações sociais na constituição e no funcionamento dinâmico das relações econômicas e do mercado – do *mainstream*, se constitui hoje num campo teórico dos mais imprescindíveis para a compreensão não apenas das forças sociais determinantes da estrutura e da dinâmica dos mercados, mas também para a compreensão do próprio metabolismo social do capital e suas contradições. Porém, há um aspecto importante para o qual a sociologia econômica deve também estar atenta: o do poder hierárquico do capital na determinação das distintas sociabilidades humanas.

Portanto, esta tese segue os caminhos sulcados e abertos pela modernidade, a qual deitou suas raízes a partir de profundas discussões em torno das forças humanas da razão, que demonstrou historicamente o poder das teorias e das reflexões em suas articulações com o real, que firmou enfim a conspiração dialética entre realidade e teoria.

Vivenciamos no cotidiano a coerção de uma totalidade construída no meio de correlações de forças racionais e materiais – a filosofia, a política, a economia, a história, a geografia, a sociologia, as ciências naturais, a administração, a contabilidade, os sistemas organizacionais da produção, da distribuição, do consumo, do trabalho, do emprego, da moeda, do mercado –, no desenvolvimento e na formatação de uma racionalidade técnica e científica, enfim de um mundo no qual o uso da razão passou a ser preponderante na ordem societária, mesmo que a racionalidade e o planejamento contribuam com a desordem e o caos social, principalmente a partir da fase histórica de formação do sistema do capital, que passou a determinar os rumos do uso da razão e do planejamento socioeconômico.

Esta tese procura reafirmar a relevância da sociologia econômica como campo teórico que se solidifica neste início do século XXI com suas muitas construções teóricas vinculadas a pesquisas empíricas nos diversos níveis do sistema produtivo e monetário, nas suas considerações sobre o poder simbólico, a linguagem e o capital nas suas variadas formas. Por outro lado, levanta os seguintes questionamentos: a sociologia econômica, enquanto campo teórico, não estaria, em uma significativa parte de suas pesquisas e de suas formulações teóricas, enfraquecendo o fato e a compreensão de que o capital, enquanto sistema sociometabólico dominante, está profundamente enraizado nas relações sociais do cotidiano e nas particularidades dos diversos mercados? A sociologia econômica não estaria, por sua vez, com a razão quando entende que o capital e sua reprodução dependem das múltiplas

configurações e arquiteturas tramadas em redes por meio dos fios das relações cotidianas de trabalho articuladas e amarradas às ações políticas, institucionais, empresariais, administrativas, contábeis, culturais, simbólicas e religiosas?

Então, a análise do objeto de estudo desta tese parte da compreensão das raízes da modernidade, que estendem por vários séculos suas profundas contradições das relações de trabalho e suas discussões teóricas que direcionaram os sentidos da construção do mundo moderno, uma modernidade em curso neste início do século XXI, ainda caracterizada e dominada pelas totalidades que, embora construídas nas realidades das relações cotidianas, subordinam as ordens societárias ao poder hierárquico do capital.

Buscar-se-á demonstrar aqui que a racionalidade de nossa construção teórica, longe de uma cisão, tem na sua centralidade a compreensão do vínculo inseparável entre teoria e realidade, porque parte da realidade material do sistema sociometabólico do capital, que subordina estruturalmente o trabalho aos seus interesses. Por outro lado, procura-se aqui entender que existem múltiplas e complexas forças presentes na construção dinâmica da realidade, que tem no cerne das divisões socioeconômicas a dominação do capital, que, por sua vez, é determinante de múltiplas formas de sociabilidades humanas que interagem paradoxalmente com o capital. E que há um fato fundamental nas relações sociais capitalistas que não pode ser dissimulado e para o qual a sociologia econômica deve estar atenta nas suas pesquisas empíricas sobre o funcionamento dos diversos mercados: que o capital impõe a construção de um mundo socialmente estranho, porque o constrói a partir de relações de trabalho estranhadas (MARX, 2004).

O antagonismo estrutural entre o capital e o trabalho é a base da construção social dos mercados capitalistas. Para Mészáros, o antagonismo estrutural entre capital e trabalho, sempre mencionado nas pesquisas empíricas de Marx desde a sua juventude, “longe de ser um mero construto lógico, é necessariamente inerente à realidade empírica de um modo de produção que não pode funcionar sem a reprodução *sempre crescente* do valor de troca” (Mészáros, 2008, p. 68). Essa realidade empírica de reprodução crescente do valor de troca está entranhada no metabolismo social do capital. Portanto, o antagonismo estrutural entre capital e trabalho está enraizado e se ramifica nas relações sociais e nas relações de produção capitalistas. Nesse sentido, por mais que outras forças estejam presentes, como forças culturais, familiares, políticas, religiosas, simbólicas, no sistema sociometabólico do capital e na sua estrutura hierárquica real, é o próprio capital que – mesmo subsumido nas relações aparentemente naturais, num cotidiano com lógica, sentido e reprodução mecânica, numa

urdidura em que crenças e valores impulsionam ações humanas – hierarquicamente mantém a dominação e a exploração da maioria esmagadora dos seres humanos.

Mas, por que a sociologia econômica, no âmbito de suas pesquisas de campo, privilegia outras forças nas suas análises dos mercados como construções sociais ou outras formas de capital como o capital cultural e o capital simbólico? Ela não estaria com a razão em muitas vezes privilegiar outras forças na construção das realidades sociais e dos mercados, como instituições, valores morais e culturais, papéis, representações e imaginário, busca de distinção, *status* e reconhecimento nos empregos, o significado de diplomas e títulos, a posição e o cargo de quem fala, as interpretações divergentes dos fatos a partir dos lugares em que se vive, as considerações sobre o corpo e suas inserções nos meios sociais, etc.?

A sociologia econômica como campo teórico não teria contribuições essenciais e muito relevantes para as teorias marxistas, para o entendimento dos mecanismos de reprodução e manutenção das contradições do metabolismo social do capital e para as discussões sobre os processos de construção de uma teoria da transição para uma sociedade para além do capital? A sociologia econômica, com suas pesquisas empíricas, com seus questionamentos aos fundamentos das teorias econômicas de bases neoclássicas e sua compreensão de que as mudanças nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais no capitalismo deste início do século XXI estão envolvidas com e enraizadas nos mercados socialmente construídos, não poderia se constituir, neste momento e na atual situação, num campo de estudos da realidade que pode muito contribuir para uma melhor compreensão e identificação dos múltiplos e complexos problemas que se entrelaçam na formação, consolidação e rupturas das relações e dos processos sociais que caracterizam o sistema sociometabólico do capital? Ela não poderia também se constituir numa sociologia reflexiva e militante, como proposta por Bourdieu e seu grupo de pesquisadores, que desafia os nossos entendimentos sobre a realidade e influencia as decisões políticas e institucionais no sentido de mudanças estruturais que promovam a emancipação humana?

Mais uma vez é necessário reafirmarmos que, embora esta tese tenha um caráter teórico-reflexivo, esta reflexão se assenta em bases reais, porque trabalha principalmente com uma análise comparativa entre duas construções teóricas com fortes fundamentos empíricos, ou seja, os problemas fundamentais do sistema sociometabólico do capital e sua incontornabilidade, discutidos primordialmente por Mészáros, e as pesquisas empíricas da sociologia econômica, que demonstram a presença de forças sociais com pesos determinantes nas relações sociais vinculadas aos mercados, ao capital, sua reprodução e sustentação.

As críticas que a sociologia econômica faz às construções teóricas da economia de bases neoclássicas configuram um importante passo na apreensão da realidade e no enfraquecimento do poder doutrinário e ideológico da economia dominante. O abstracionismo com que trabalha a economia *mainstream* e sua força institucional, sua ênfase no *homo oeconomicus*, seu enraizamento na prática cotidiana de grandes, médias e pequenas empresas industriais ou agrícolas no mundo todo, seu poder de divulgação por meio de um forte mercado editorial e seu domínio nos principais meios de comunicação em todos os continentes constituem, na prática, uma poderosa força a favor do capital. Ao dismantelar, a partir de bases empíricas, as pretensões e as contradições da doutrina econômica dominante, a sociologia econômica, especialmente a de Bourdieu, se afirma como um campo teórico de reflexão e de presença nos meios institucionais, principalmente acadêmicos e políticos, de embate às forças doutrinárias e práticas dominantes nos diversos mercados de produtos e trocas reais e simbólicas.

Finalizamos, assim, esta introdução, cujo objetivo primordial é o de fundamentar o sentido que estabelecemos entre a sociologia econômica e os dilemas do sistema do capital, enquanto uma pesquisa teórico-bibliográfica. Na verdade, esta introdução está presente nos quatro capítulos desta tese, como guia que orienta os conteúdos e a metodologia dos capítulos no sentido de conectá-los ao trabalho como um todo. Passemos, portanto, aos capítulos.

1 A SOCIOLOGIA ECONÔMICA EM PERSPECTIVA

Cresce a relevância da sociologia econômica como campo de conhecimento e de pesquisa científica no âmbito dos problemas materiais, intelectuais e culturais que envolvem as diversas organizações sociais humanas. Ao reclamar para si uma autonomia capaz de preencher significativas lacunas deixadas pelas análises econômicas, a sociologia econômica se esforça para demonstrar que os fenômenos econômicos são envolvidos e impactados por complexas redes de relações sociais e de comportamentos individuais. Este é um avanço importante para uma compreensão mais sólida sobre a sociabilidade humana.

A sociologia econômica questiona a posição da economia como uma ciência – principalmente a de bases neoclássicas, que defende o *homo oeconomicus* com sua vida guiada pelo interesse próprio, que domina o pensamento econômico e que possui uma bem tramada estrutura de divulgação de suas ideias nas principais escolas de economia do mundo desde o século XIX – que se ocupa dos fenômenos econômicos independentemente das relações sociais, bem como suas construções de modelos abstratos e generalistas. Esses questionamentos e essas análises podem contribuir para um aprimoramento das reflexões econômicas no sentido de incluírem outras dimensões da vida – por exemplo, a cultural, a política, a psicológica, a religiosa, a familiar – em suas compreensões sobre o funcionamento das relações econômicas na constituição dos mercados.

A sociologia econômica atinge neste início do século XXI um grau significativo de importância no contexto das pesquisas nas ciências sociais. Ela se afirma como um campo de pesquisas empíricas, de estudos e análises de muitas e variadas formas de manifestações e organizações sociais e econômicas.

Nos seus pressupostos e na sua arquitetura teórica, a sociologia econômica realça o vínculo essencial que a economia deve ter com os fatores sociais. Para ela, uma das primeiras percepções que a economia deve ter sobre a realidade é a de que o ser humano não significa só e essencialmente um ser voltado para o interesse próprio e a maximização de sua satisfação. Ele é um ser imerso numa teia de complexas relações, num tecido entrelaçado de ações e reações também políticas, institucionais e culturais.

A história humana é, nesse sentido, uma rede que se torna mais complexa na medida em que as relações de produção se encontram e se misturam no tempo e no espaço. Os contatos entre os seres humanos de diferentes formações sociais carregam experiências incrustadas, inculcadas e cristalizadas em formas de relações pessoais e em organizações institucionais com poder de orientar comportamentos.

A sociologia econômica vê a realidade constituída por forças que subjazem nos meandros dos conflitos de classes e que teriam também um grande poder de determinar as formas e os conteúdos das relações sociais e produtivas. Para ela, subjaz também nas trocas o poder da fala, da linguagem, das palavras, dos signos, do letramento, da formação escolar e dos símbolos capazes de direcionar as ações humanas.

A investigação dos fenômenos econômicos a partir do uso de instrumentos e abordagens da sociologia forma o campo de conhecimento da sociologia econômica. Na contracorrente das análises econômicas que explicam a ação econômica como motivação individual, a sociologia econômica trata-a como um fenômeno socialmente situado. Por outro lado, as instituições econômicas passam a ter um papel essencial, tanto como realidades socialmente construídas quanto formas de organizações com o poder de estruturar e influenciar ações e comportamentos de indivíduos, famílias e empresas. Os agentes econômicos vivenciam uma imersão (*embeddedness*) no mercado e, por meio de suas múltiplas ações, dão forma e estrutura ao próprio mercado. As divergências precípua entre a sociologia econômica e a economia estão essencialmente na visão e na interpretação que uma e outra fazem do mercado.

A perspectiva predominante no pensamento econômico sobre o mercado reside no equilíbrio entre oferta e demanda, que é alcançado por meio das ações individuais, ou seja, os agentes econômicos agem movidos por interesses próprios e é na ação independente de cada um que se alcança o equilíbrio de mercado.

Por sua vez, para a sociologia econômica, as relações sociais exercem uma forte influência sobre a formação dos mercados, porque os indivíduos são seres sociais, que estão atrelados uns aos outros por laços não apenas mercantis, mas históricos, emocionais, racionais, legais, institucionais, morais, culturais, enfim de trabalho, de amizade e de fé, entre outros. Os mercados seriam então fenômenos historicamente situados, estruturas sociais construídas no próprio processo histórico humano. Nesse sentido, o mercado não constitui um fenômeno abstrato que domina os seres humanos. Na realidade, existem múltiplos mercados, formas variadas de constituição de relações de produção e de comércio, de organizações do trabalho, do sistema monetário e das políticas públicas, todos inter-relacionados com os mercados social e historicamente construídos.

O desenvolvimento histórico da sociologia econômica segue uma trajetória que envolve muitas variáveis e contradições teóricas e práticas, dentre as quais a própria construção social das relações econômicas; a dimensão analítica em torno de variáveis mercantis e as redes de relações familiares, de amizade e de trabalho; e a dimensão cultural e

cognitiva, ou seja, uma racionalidade que se esforça pelos caminhos metodológicos de compreensão e de contextualização dos fatos econômicos na sua inter-relação com os fatos sociais. Essa perspectiva de desenvolvimento histórico da sociologia econômica nos possibilita o alargamento de nossas compreensões da economia tanto como prática quanto teoria que impacta as ações de governos, instituições, produção, distribuição e consumo, relações cotidianas, administração e gestão de recursos e negócios, realidades artísticas, culturais, científicas e religiosas. É nesse sentido que, de acordo com Steiner (2006, p. 3):

A sociologia econômica, que assume uma postura crítica em relação à teoria econômica fundada no comportamento de um agente econômico não socializado, onisciente e movido unicamente pela busca do ganho máximo (o famoso *homo oeconomicus*), se desenvolve em torno de três dimensões, interligadas, mas que podemos focar separadamente para clareza da apresentação. Em primeiro lugar, estudos sociológicos adentram de novo o campo econômico, abandonado durante o período 1930-1970, aplicando tais ou variados instrumentos da análise sociológica para mostrar como as relações sociais influenciam as ocorrências econômicas, fenômeno atualmente chamado de *construção social das relações econômicas*. Eles mostram, por exemplo, como as relações sociais (domésticas, principalmente) redefinem sensivelmente o uso da moeda conforme a origem da renda. Em segundo lugar, a dimensão *analítica* caracteriza os trabalhos consagrados à explicação sociológica da formação das variáveis mercantis (preço, renda, volume do emprego etc.). Estes estudos mostram, por exemplo, como o poder das relações sociais (da família, dos amigos e profissionais) explica a maneira como os indivíduos encontram um emprego, ou por que certas redes étnicas são mais bem-sucedidas que outras quando se trata de criar empresas. Em terceiro lugar, a sociologia econômica comporta uma dimensão *cultural* e *cognitiva*. Os fatos econômicos não podem ser compreendidos independentemente de um conjunto de *maneiras de classificar* os fatos sociais, que resultam de percepções específicas, sendo que uma das mais enraizadas nos dias de hoje é a tendência de isolar o fato econômico dos demais fatos sociais. A sociologia econômica assume também o fato de que a economia não é apenas uma prática, pois ela é uma representação cultural largamente difundida sob a forma de práticas de gestão e é objeto de uma elaboração científica que se desenrola sob a forma de teoria econômica.

É fato que a teoria econômica tem sido capaz de criar mecanismos que se adéquam ao crescimento do sistema capitalista e à difusão de suas ideias e princípios, principalmente as teorias elaboradas pelos defensores do capitalismo, cuja estruturação e divulgação em faculdades, institutos e universidades têm obedecido à racionalidade de mercantilização das relações sociais, à acumulação e à expansão do capital. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transportes que caracterizam o mundo atual globalizado, com a valorização das informações, da elaboração dos noticiários, do marketing e com o crescimento espetacular

das tecnologias da informação, com a fragmentação cada vez maior do tempo e do espaço, a difusão das ideias das elites que dominam o sistema produtivo, comercial e financeiro vem confirmar a força que as ideias podem ter nas determinações que constroem e configuram as realidades humanas. Além do meio técnico-científico informacional (Santos, 1997) apropriado pelos meios de comunicação mais poderosos, os institutos educacionais mais fortes no processo de divulgação das ideias econômicas dominantes, como as grandes universidades Americanas – Chicago, Harvard, Princeton, Yale, MIT, Stanford, Cornell, etc. – adotam estratégias bem tramadas e articuladas com empresas, grandes corporações e sistema financeiro para fortalecer, naturalizar e eternizar os princípios do *homo oeconomicus*.

A referência acima sobre as universidades americanas é uma corroboração da força que o pensamento sistematizado exerce sobre as relações humanas. A influência dessas universidades, estreitamente relacionada ao desenvolvimento histórico e socioeconômico dos EUA, se traduz numa imensa rede entrelaçada por meios de comunicação, mercados editoriais, assessorias institucionalizadas, empresas multinacionais, políticas de governo, lobbies, estratégias de marketing, estruturação de cursos em nível de pós-graduação nas áreas estratégicas de competição em vários mercados, enfim enquanto poder que usa e estuda os usos mais eficientes da linguagem para atingir os seres humanos e traduzir as realidades.

Por sua vez, a sociologia econômica nos EUA tem no ambiente acadêmico e científico o *locus* primordial de seu desenvolvimento e configuração. No entanto, isso não se faz sem uma interação substancial com as empresas e com o campo institucional. O processo de estruturação das relações sociais capitalistas nos EUA engendra um contexto propício ao desenvolvimento de especificidades da sociologia econômica americana, ou seja, uma sociologia voltada para as questões do enraizamento, das redes e da construção social da economia.

Em artigo publicado na revista de sociologia da USP, *Tempo Social*, em novembro de 2004, intitulado “Sociologia econômica: hoje e amanhã”, Swedberg analisa alguns temas de pesquisas e estudos, bem como seus principais representantes, aos quais se dedica a sociologia econômica nos Estados Unidos, na França e na Alemanha.

Conforme Swedberg, nos Estados Unidos é que a sociologia econômica renasce. No entanto, seu avanço é significativo em outros lugares, particularmente na Europa e especialmente na França. Vejamos o que diz Swedberg (2004, p. 11) sobre esta questão:

Em minha opinião, a sociologia econômica francesa é muito original e também muito distinta da sociologia econômica norte-americana. Isso sucede, por exemplo, no trabalho notável de Pierre Bourdieu, Luc Boltanski

e Michel Callon. O trabalho inicial de Bourdieu sobre a Argélia contém uma análise bastante sugestiva de diversos fenômenos econômicos, a qual difere em muitos pontos da sociologia econômica dominante nos Estados Unidos (cf. Bourdieu, 1979; bem como a última grande contribuição de Bourdieu à sociologia econômica, 2000). Enquanto a sociologia econômica norte-americana predominante focaliza o “enraizamento”, as redes e a construção social da economia, Bourdieu possui uma abordagem muito mais estrutural e talvez também mais realista. Baseado nos quatro conceitos-chave de habitus, campo, interesse e capital (social, cultural etc.), Bourdieu parece menos interessado na maneira como opera a economia oficial do que na maneira como as pessoas vivenciam suas vidas na economia, ao enfrentar e ao mesmo tempo sofrer o impacto das condições econômicas. Se comparada à sociologia econômica prevalecente nos Estados Unidos, uma das razões pelas quais a análise de Bourdieu é consideravelmente mais realista tem a ver com sua ênfase no que entende por interesse. A maioria dos sociólogos econômicos norte-americanos limita-se a descrever o impacto das relações sociais na economia, deixando o interesse a cargo dos economistas.

As diferenças no campo da sociologia econômica – francesa, norte-americana ou alemã – retratam o grau de realismo e da dimensão estrutural em suas análises, a forma dos atores sociais enxergarem a realidade e justificarem suas ações, o papel das convenções, a força da ideologia de um novo tipo de capitalismo baseado em redes, o papel dos economistas, a força do pensamento econômico. A afirmação de Swedberg de que a abordagem de Bourdieu é mais estrutural e realista vai de encontro aos argumentos que sustentam a prioridade desta tese à sociologia econômica de Bourdieu, que, para nós, é a mais consistente para estabelecermos críticas às teorias econômicas, para identificarmos dilemas e contradições estruturais do sistema do capital e para caracterizarmos dificuldades e lacunas das propostas de uma sociedade para além do capital. Daí a necessidade de um aprofundamento sobre a sociologia econômica de Bourdieu nesta tese, o que será feito mais adiante.

Ainda sobre a sociologia econômica francesa e seus outros pensadores, Swedberg (2004) considera que a abordagem de Bourdieu é mais estruturalista do que a de Luc Boltanski, para quem os atores econômicos, ao se esforçarem para coordenar suas ações econômicas, desenvolvem as convenções, que estão relacionadas a modos padronizados de pensar a realidade e justificar certas ações. Boltanski, juntamente com Eve Chiapello, discute também a emergência de um novo espírito do capitalismo, o capitalismo de redes, ou seja, um projeto ideológico que defende, com a contribuição de cientistas sociais e sociólogos econômicos, de forma ingênua as redes, a descentralização e a produção flexível.

Além disso, outras pesquisas e estudos em torno da sociologia econômica podem ser destacados na França. Conforme Swedberg (2004), Michel Callon e Bruno Latour se dedicam à sociologia da ciência e da tecnologia com ênfase na aplicação da teoria dos atores e das redes – actor-networks-theory, ANT, com questionamentos à teoria convencional dos mercados. Callon defende ainda o “desempenho”, isto é, a ideia de que “a teoria econômica cria a realidade que ela mesma realiza” (SWEDBERG, 2004, p. 13).

Outros trabalhos e estudos destacados por Swedberg (2004) no âmbito da sociologia econômica francesa são: a aplicação da sociologia do conhecimento ao pensamento econômico por Philippe Steiner; o estudo de um tribunal comercial em Paris por Emanuelle Lazega e o trabalho sobre arbitragem econômica internacional de Yves Dezalay, que enfoca a relação entre economia e direito.

E como fica a questão da sociologia econômica na Alemanha? De acordo com Swedberg (2004, p. 14):

Se a Alemanha da época de Max Weber e Werner Sombart dominava a sociologia econômica, isso não acontece mais hoje, muito embora figuras de peso como Jurgen Habermas e Niklas Luhman tenham realizado trabalhos muito instigantes sobre economia (cf. Luhman, 1992; sobre Habermas, cf. Sitton, 1998). Não obstante, a sociologia das finanças constitui uma área em particular na qual os sociólogos econômicos têm assumido a dianteira. Liderados por Karin Knorr-Cetina, diversos estudos instigantes e imaginativos sobre finanças foram empreendidos, por vezes com uma dimensão etnográfica (cf. Knorr-Cetina e Bruggers, 2002; Knorr-Cetina e Preda, no prelo). Como tem sido demonstrado, os modernos mercados eletrônicos são muito mais sociais do que se poderia pensar. Vale ainda salientar o quanto Knorr-Cetina se apóia na sociologia da ciência e na fenomenologia em suas investigações. Ao proceder assim, ela tem ampliado de modo considerável o repertório teórico da sociologia econômica contemporânea.

Na verdade, a composição da sociologia econômica enquanto campo de estudo que se estrutura e se afirma no mundo da ciência e das relações sociais, porque se faz e se vê como dinâmica imersa nas contradições socioeconômicas, políticas e culturais, é um processo de construção de conhecimento da realidade não-linear e não-uniforme. É nesse sentido que vão se formando as principais correntes que compõem a sociologia econômica. Conforme Raud (2007, p. 203), baseada em Swedberg e Steiner, existem três tradições principais em sociologia econômica:

a tradição alemã de *Wirtschaftssoziologie* (1890-1930), a tradição francesa de *sociologie économique* (1890-1930) e a tradição norte-americana de

economy and society (anos de 1950). No que diz respeito à tradição francesa, representada por autores como Émile Durkheim, Marcel Mauss, François Simiand ou Maurice Halbwachs, ela compartilharia com a tradição alemã uma ênfase no papel das instituições econômicas e na dimensão cultural e simbólica dos fenômenos econômicos, além da recomendação de que o método da sociologia econômica deveria ser comparativo e histórico. A principal diferença entre ambas as tradições residiria no lugar da Sociologia Econômica: para os sociólogos alemães, ela poderia complementar a teoria econômica, cuja legitimidade não está sendo questionada, enquanto para os franceses ela deveria substituir uma teoria econômica inútil, pois baseada em premissas irrealistas.

Podemos perceber que no centro das discussões e das dissensões que caracterizam a formação do campo da sociologia econômica está a teoria econômica, seus princípios, métodos, orientações e inserções no meio social. Esta sociologia econômica é a de linha francesa, especialmente a de Bourdieu, cujas bases e significados serão desenvolvidos mais adiante. Antes, vejamos como Raud (2007, p. 204) vê Bourdieu no contexto da sociologia econômica. Para ela:

Steiner (1998) posiciona Bourdieu, como herdeiro de Durkheim e Veblen, no campo “crítico” da Sociologia Econômica, que pretende substituir a teoria econômica. Mais tarde, ele identifica em Auguste Comte, Émile Durkheim e Pierre Bourdieu uma “tradição francesa de crítica sociológica da economia política”, fundamentada essencialmente em duas apreciações de ordem metodológica: a análise dos fatos econômicos independentemente dos outros fatos sociais e a natureza do *homo oeconomicus* (cf. Steiner, 2005). De maneira semelhante, Lebaron (2001) vê uma filiação entre Bourdieu, de um lado, e Simiand e Halbwachs, de outro, no que diz respeito ao projeto de substituir a ciência econômica por uma “economia sociológica”. Ele argumenta nesse sentido, tentando mostrar as semelhanças nas reflexões epistemológicas e nas posições metodológicas desses três autores. De fato, todos criticam o caráter normativo e ideológico da ciência econômica, o que é, aliás, uma constante entre os sociólogos economistas franceses desde Émile Durkheim, no quadro de uma tradição iniciada por Auguste Comte.

De fato, as análises em torno da economia, da sociologia ou da sociologia econômica nos colocam diante da necessidade das reflexões epistemológicas e das posições metodológicas. Esta tese, por sua vez, reforça a necessidade de estabelecermos parâmetros de análises que se apoiam sobre as perspectivas que enxergam a realidade econômica como uma construção inseparável das relações sociais e institucionais múltiplas e complexas.

As divergências que ocorrem no interior do processo de construção da sociologia econômica como campo científico refletem as forças socioeconômicas e institucionais em jogo. Os atores sociais se encontram imersos nesse jogo de forças e suas posições estão

relacionadas às suas histórias e trajetórias de vida pessoal, institucional e profissional. Por outro lado, as reflexões da sociologia econômica seguem percursos cujos fundamentos e contribuições epistemológicas e metodológicas podem ser mais ou menos pertinentes e coerentes com conceitos também mais ou menos adequados às realidades e suas dinâmicas complexas. E, como já adiantamos, nesta tese a sociologia econômica de Pierre Bourdieu é tratada como uma construção teórica consistente com as análises aqui feitas sobre as realidades econômicas e sociais imersas no sistema do capital.

É no contexto das relações cotidianas e institucionais que podemos perceber melhor a aplicação das análises sociológicas econômicas. Por exemplo, as iniciativas de busca por emprego no âmbito das relações familiares: quem trabalha, em que atividade, com que idade, como conciliar educação e trabalho, etc.; também os hábitos de consumo, a administração da renda e o uso da moeda. No conjunto, em meio a uma complexidade de relações sociais que envolvem famílias, redes de amigos, governos, moeda, comércio, fábricas, indústrias, produção agrícola, dimensão simbólica e imaginária, as ações humanas não podem ter um caráter meramente econômico. Além disso, no entrelaçamento do político e do econômico, a sociologia econômica exerce um papel político essencial de análise e compreensão das ações humanas no campo da economia. É nesse sentido que, para Steiner (2006, p. 3):

As abordagens da economia social ou da socioeconomia, como bem ilustra a *Revue du Mauss*, lançada por Alain Caillé, se caracterizam pela atenção que dispensam aos vínculos existentes entre o político e o econômico. São analisadas e sugeridas propostas, como, por exemplo, as que concernem à cidadania econômica, ao papel das associações na luta contra o desemprego, as medidas sociais a serem tomadas para acompanhar as mudanças econômicas que emergem nas sociedades contemporâneas. A sociologia econômica assume plenamente a *dimensão política* da maior parte das coisas concretas que investiga, embora isto não implique *engajamento* político. A clareza que a ciência social pode trazer para os fenômenos estudados constitui seu objetivo mais importante.

Podemos complementar a afirmação de Steiner asseverando que a sociologia econômica tem condições de participar de forma efetiva das análises dos fenômenos econômicos, ou seja, ela lança luzes e amplia a visão sobre as realidades econômicas porque as analisa enquanto emaranhados que envolvem várias dimensões do humano – econômico, social, político, cultural e simbólico - construídas historicamente. E podemos avançar ainda mais sobre as possibilidades da sociologia econômica, afirmando que ela pode ter a prerrogativa de analisar os fenômenos econômicos em maior profundidade e extensão do que a ciência econômica, principalmente quando esta se promove como ciência que naturaliza

conceitos e os impõe enquanto fundamentos inquestionáveis e imutáveis sobre a realidade humana.

No processo histórico de estruturação da sociologia econômica, a economia política foi analisada e enfrentada a partir de seus pressupostos e da força que representava enquanto construção explicativa da realidade. Pensar a dimensão social, constatar as inadequações da economia política, observar e considerar o papel da história nas questões econômicas se tornaram objeto de estudo de Pareto, Durkheim, Weber e Schumpeter. Assim, para Steiner (2006, p. 7):

No fim do século XIX, a economia política se encontrava em uma situação desconfortável. Os últimos defensores da economia política clássica se opõem às diversas variações da escola histórica, e estes dois grupos são contrários a uma pequena minoria de economistas que desenvolvia a teoria da utilidade marginal (Jevons, Menger, Walras), quase sempre se apoiando em um matematismo da economia política. O futuro reserva a estes últimos uma posição predominante, mas, naquele momento, sua situação era difícil, visto seu reduzido número e as dificuldades que encontravam para justificar o comportamento do agente econômico e o caráter estático da análise desse comportamento. Destas dificuldades e da avaliação que delas é feita decorrem três maneiras de conceber a sociologia econômica frente à economia política. Com Pareto, foi possível tornar mais *complexa a abordagem econômica*, acrescentando-se a ela as dimensões características do social; com Durkheim, a sociologia econômica passou a ser vista como o modo de *substituir a economia política*, considerada cientificamente inadequada; com Weber e Schumpeter, a sociologia econômica passou a ter como vocação *completar a economia política*, já que ela oferece condições para que a história seja levada em consideração.

Ora, tornar a abordagem econômica mais complexa, substituir a economia política ou completá-la eram tarefas bastante complexas a que se dedicavam esses pensadores clássicos da sociologia. Por isso que para Durkheim as instituições e as representações sociais eram essenciais para explicar a existência e o funcionamento do mercado. O mercado não é apenas o lugar de realização de interesses puramente econômicos, o *locus* do ser egoísta. Para Steiner (2006, p. 11), os durkheimianos se interessam pela

imbricação estreita existente entre os comportamentos egoístas e os comportamentos baseados em normas sociais (por exemplo: a justiça nos contratos ou a fixação dos salários) ou em estruturas cognitivas (por exemplo, a representação do comerciante ou dos proprietários de imóveis na classe operária), já que ambas ditam elementos que são indispensáveis na análise das ocorrências sociais observadas (a multiplicidade crescente das trocas, o rendimento do trabalho, a estrutura dos orçamentos operários e sua evolução).

É isso mesmo. As normas sociais e as estruturas cognitivas exercem uma função essencial na análise das ocorrências sociais. Por outro lado, o crescimento populacional, os encontros e as interações entre culturas e economias diferentes e distantes, as mudanças nas estruturas e nos conceitos de espaço e de tempo, a intensificação da solidariedade orgânica a partir da multiplicidade de funções nas sociedades cada vez mais complexas, tudo isso dá um caráter ainda mais exponencial às formas e aos sentidos das trocas, ao rendimento do trabalho e à estrutura e evolução dos orçamentos operários. Em meio a essa complexidade, a sociologia econômica se instala como campo de conhecimento indispensável para compreensões mais sólidas das realidades humanas.

Se os durkheimianos agem com prevenção contra a teoria econômica abstrata, o mesmo não pode ser dito em relação a Weber, que era professor de economia política e defensor das contribuições do marginalismo. Para Steiner (2006, p. 13-14), “Weber considera o fato econômico como um fato social na medida em que a procura de bens escassos obriga o agente a levar em conta os comportamentos dos outros agentes econômicos e o sentido que eles dão à sua ação”. Ou seja, Weber completa a teoria marginalista, porque na sua sociologia econômica as relações sociais expressam as análises abstratas do comportamento egoísta pressupostas pelos economistas.

Nesse sentido, como pensar e analisar as ações econômicas? É possível estabelecer uma tipologia das ações econômicas? Que influências as análises de Weber exerceram e exercem sobre a sociologia econômica? Vejamos como Steiner (2006, p. 14) interpreta as bases da compreensão de Weber sobre as ações econômicas, isto é, a partir de sua consideração de que o fato econômico é um fato social e da presença das análises abstratas do comportamento egoísta nas relações sociais:

Esta concepção foi retomada por Joseph Schumpeter (1883-1950), para quem a sociologia econômica dedica-se ao estudo do quadro institucional no interior do qual se desenrolam as ações econômicas. Assim, uma história estilizada ou ideal típica pode tornar-se o suporte da teoria econômica por meio da sociologia econômica. Weber (1904, p. 153) propõe três vertentes de trabalho: (1) análise da estrutura das relações socioeconômicas presentes nos fenômenos; (2) análise da formação histórica dessas relações; (3) análise de sua significação cultural. Aí encontramos a origem das três dimensões (analítica, histórica e cognitiva) da sociologia econômica contemporânea.

Fenômenos socioeconômicos, formação histórica das relações socioeconômicas e seus sentidos culturais estão presentes e se entrelaçam nas análises de Weber, que, mesmo

trabalhando com os pressupostos econômicos relacionados ao comportamento egoísta, tinha a compreensão da complexidade que envolve as relações socioeconômicas. Ou seja, ao considerar os fatos econômicos como fatos sociais, ao procurar situá-los no seu processo histórico e ao relacioná-los com as influências culturais, Weber distinguia e explicava detalhadamente as práticas econômicas em suas várias dimensões – trabalho, serviços, técnicas de trabalho e de serviços; racionalidade material e formal da economia; formas de gestão do capital, do patrimônio, do crédito; gestão aquisitiva; meios de troca e usos e sentidos do dinheiro; situações de mercado, situação de interesses; mercado de capital e empreendimentos; cálculo em espécie e cálculo em dinheiro; lutas no mercado; associações econômicas; gerência, técnica, divisão e coordenação de serviços; serviços de direção e de execução, formas de articulação de serviços, instalações, unidade doméstica, trabalho ocasional; restrições da racionalidade técnica; associação de vizinhos e economias familiares; exigências fiscais, exigências políticas; formas de apropriação de bens, serviços e trabalho; expropriação do trabalhador individual e expropriação de todos os trabalhadores; especialização profissional; trabalho ambulante, a domicílio, ocasional ou sazonal; especulação, mendicância, crime organizado; agricultura e usos da terra; transportes, indústrias, comércio livre, negócios financeiros, sistema monetário, ações do Estado; perturbações formais do sistema monetário legal, tráfico de dinheiro, política intercambiária, inflação, etc. – que demonstram o forte viés sociológico de suas análises econômicas.

Procuremos então analisar de forma mais detalhada algumas ideias de Weber e sua influência sobre a sociologia econômica. Em *Economia e sociedade*, Weber (2000, p. 41) afirma que:

Naturalmente, não existe para a ciência, em *princípio*, uma “situação econômica primordial”. Poder-se-ia, por convenção, chegar ao acordo de considerar e analisar como tal a situação da economia em determinado nível *técnico*: o do *equipamento* mínimo constatável. Mas não nos cabe, de modo algum, deduzir dos atuais rudimentos encontráveis entre povos primitivos pobres em equipamento (por exemplo, os vedas ou certas tribos no interior do Brasil), que a gestão econômica de todos os povos do passado situados no mesmo nível de desenvolvimento técnico teve a mesma forma. Pois, do ponto de vista puramente econômico, existia nesse nível de desenvolvimento a possibilidade tanto de uma intensa acumulação de trabalho em grandes grupos quanto, ao contrário, de um extremo isolamento em grupos pequenos. Para a decisão entre ambas as possibilidades, além de circunstâncias econômicas naturalmente condicionadas, puderam oferecer também estímulos muito diversos determinadas circunstâncias extra-econômicas (por exemplo, militares).

Não existe, portanto, a situação econômica primordial que daria sentido, direcionamento a formas idênticas de gestão econômica entre os povos do passado. Por isso que, do ponto de vista puramente econômico, os grupos divergem quanto às suas práticas, que podem ser condicionadas por circunstâncias naturalmente econômicas ou extra-econômicas. Essas afirmações de Weber são relevantes na medida em que confirmam suas preocupações com os fatores históricos e culturais que caracterizam os povos e influenciam suas práticas econômicas. Por outro lado, Weber, de fato, inclui em suas construções analíticas os pressupostos do comportamento egoísta sustentados pelos economistas. Weber é atento à questão da individualidade, da subjetividade, quando, ao analisar o sentido e as formas da troca, que pode ser determinada pela tradição ou por motivos racionais, dá ênfase à utilidade marginal e sua relação com a troca. Observemos algumas das relevantes considerações de Weber (2000, p. 44) sobre a troca:

A troca pode estar determinada pela tradição e, apoiada nesta, ter caráter convencional, ou estar determinada por motivos racionais. Atos de troca convencionais eram as trocas de presentes entre amigos, heróis, caciques, príncipes (veja-se a troca de armas entre Diomedes e Glauco), ainda que muitas vezes com forte orientação e controle racionais (vejam-se as cartas de Tell-el-Amarna). A troca racional só é possível quando *ambas* as partes esperam beneficiar-se dela ou quando uma delas se encontra numa situação forçada, condicionada por algum poder econômico ou por simples necessidades. Pode servir para fins de abastecimento com produtos de necessidade cotidiana ou para fins de lucro, isto é, estar orientada pelo abastecimento de um ou vários participantes com determinado bem, ou por oportunidade de lucro no mercado. No primeiro caso, as condições da troca estão, em grande parte, individualmente determinadas e, *neste sentido*, ela tem caráter irracional: os excedentes de uma gestão doméstica, por exemplo, são avaliados, em sua importância, segundo a utilidade marginal *individual* dessa economia particular e, eventualmente, trocados abaixo de seu valor; em determinadas circunstâncias, desejos ocasionais fixam em nível muito alto a utilidade marginal dos bens pretendidos na troca. Oscilam, portanto, em alto grau os limites de troca determinados pela utilidade marginal. Uma relação de troca de caráter *racional* só se desenvolve no caso de bens trocados com facilidade no mercado e, em grau mais elevado, quando se trata de bens trocados ou utilizados em gestão econômica aquisitiva.

Antes de prosseguirmos em nossas reflexões sobre essas questões postas por Weber, queremos salientar alguns aspectos históricos e conceituais sobre o pensamento econômico utilitarista e marginalista. A teoria da utilidade é a base da elaboração da teoria econômica marginalista. O triunfo do utilitarismo (HUNT, 1989) é forjado no contexto histórico da rápida expansão econômica em quase toda a Europa e nos Estados Unidos entre as décadas de

1840 e 1870, acompanhada de concentração de capital, de poder industrial e de riqueza. Ocorre uma revolução nos transportes e nas comunicações, acelerando a concentração industrial. Grandes e poderosos concorrentes se unem em cartéis, trustes e novas formas de fusões. Uma única organização empresarial controlava grandes volumes de capital, formando uma sociedade anônima. Desenvolve-se um enorme e organizado mercado financeiro que canaliza recursos de indivíduos e pequenas firmas para as grandes sociedades anônimas. A partir de 1870 o capitalismo é dominado por grandes empresas nas indústrias, nas finanças, nos transportes e no comércio.

É também neste contexto histórico e econômico que se desenvolvem as ideias utilitaristas, que passam a exercer uma influência imensa e a dominar o pensamento econômico, de Jeremy Bentham, de Jean-Baptiste Say, de William Stanley Jevons, de Karl Menger, de Leon Walras e de Afred Marshall.

Para Jeremy Bentham (1748-1832), conforme Hunt (1989), o tema central e mais controvertido da economia é o utilitarismo ou princípio da maior felicidade. Para ele, a filosofia hedonista grega, que se refere à busca de todos os indivíduos pela própria e maior felicidade, é o fundamento do utilitarismo.

Para Bentham, a natureza havia colocado a humanidade sob o governo de dois mestres soberanos, a dor e o prazer. Assim, o princípio que sustenta toda motivação humana é o desejo de maximizar a utilidade. Como a dor é o prazer negativo, toda atividade humana derivada do desejo de maximizar o prazer retrata o princípio da utilidade. Portanto, para Bentham, o interesse próprio predomina sobre todos os outros interesses em conjunto em todo e qualquer coração humano. Conforme Bentham (apud HUNT, 1989, p. 148), a utilidade:

É a propriedade de qualquer objeto, pela qual tenda a produzir algum benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade (tudo isso, no caso, equivale à mesma coisa) ou (o que de novo equivale à mesma coisa) a impedir danos, dor, mal ou infelicidade à parte cujo interesse esteja sendo considerado.

Bentham assume mais tarde uma postura de reformador social. Ele passa a levantar questionamentos sobre se a busca do prazer individual promove necessariamente a felicidade geral. Para que esta ocorra, deve haver uma reconciliação dos interesses individualistas do hedonismo grego com o princípio do utilitarismo. A sociedade deve adotar métodos para impelir os indivíduos a promoverem a felicidade geral, ou seja, devem existir leis, sansões morais, sociais ou teológicas que punam os indivíduos que buscam o prazer, mas prejudicam os outros.

Na concepção de Bentham, os legisladores devem aumentar a felicidade total da comunidade. Para isso, o Estado deve servir às pessoas e não as pessoas servirem ao Estado. De qualquer maneira, o acordo deve ser em torno do utilitarismo ou do princípio da maior felicidade.

Por sua vez, Jean-Baptiste Say (1767-1832), que se considerava um discípulo de Adam Smith, passou a criticar a defesa de seu mestre de que apenas o trabalho do homem era capaz de produzir valores. Para Say (apud HUNT, 1989, p. 152):

O valor que a humanidade atribui aos objetos se origina do uso que deles possa fazer ... Tomarei a liberdade de associar o termo *utilidade* à capacidade de certas coisas satisfazerem os vários desejos da humanidade ... A utilidade das coisas é a base do seu valor e seu valor constitui riqueza ... Embora o preço seja a medida do valor das coisas e seu valor seja a medida de sua utilidade, seria um absurdo inferir que, aumentando-se à força seu preço, sua utilidade possa ser aumentada. O valor de troca, ou preço, é um índice da utilidade reconhecida de certa mercadoria.

Para Say, o processo produtivo não é uma série de trabalhos humanos que transformam matérias primas em bens usáveis. Para ele, os agentes de produção, que envolvem capacidade humana, capital, natureza e propriedade, criam todo tipo de utilidade, ou seja, a fonte primária do valor. Assim, as mercadorias têm valor por causa da necessidade de se dar alguma coisa em troca de sua obtenção.

Ainda conforme Say, a frugalidade, que exige tanto sacrifício quanto o trabalho, é a fonte da propriedade do capital, isto é, trabalho e posse do capital envolvem sacrifícios semelhantes. Nesse raciocínio, trabalhadores e capitalistas têm justificativas morais semelhantes para auferir suas rendas. Say, que pode ser considerado um precursor da teoria neoclássica da distribuição, vê, portanto, as contribuições relativas para a criação da utilidade, as quais são dadas pelo trabalho e pelo capital, como determinantes dos salários e da taxa de lucros. Por isso que, para ele, o valor dos produtos não se fundamenta no valor do agente de produção, ou seja, no lucro e nos salários, mas na utilidade do objeto relacionada ao desejo e ao uso do mesmo. Por sua vez, a utilidade é criada a partir da capacidade de criá-la, sendo esta capacidade o fundamento do valor de um agente de produção.

Para Say, a Economia Política seria ainda muito reconhecida e valorizada, quando se percebesse que ela prova que as rivalidades entre ricos e pobres são apenas tolices, porque os interesses entre eles não são antagônicos. Ele também era um defensor irrestrito da propriedade capitalista, tanto que a propriedade era “sagrada e indisputável” e a questão de “se o verdadeiro dono ... ou a pessoa que tivesse a propriedade a conseguira por ocupação

anterior, pela violência ou pela fraude não fazia diferença alguma, em termos de produção e distribuição de seu produto ou receita”(apud HUNT, 1989, p. 155).

Ainda, conforme Say, qualquer pessoa que produzia alguma coisa tinha a intenção de trocar o que havia produzido pela produção de outra pessoa. É nesse sentido que produção abre caminho para produção, ou seja, “uma oferta cria uma procura da mesma magnitude (apud HUNT, 1989, p. 155).

Portanto, o utilitarismo, base filosófica da teoria do valor-utilidade e da moderna economia neoclássica, impõe a teoria do valor-utilidade na perspectiva do mercado e não na da produção, como o fizera a teoria do valor-trabalho. E é a partir do utilitarismo que se desenvolve o marginalismo.

Para os precursores do marginalismo, o conceito marginalista se aplica a qualquer magnitude mensurável de significância econômica. Ele se relaciona à taxa de mudança em uma magnitude. Por exemplo, se o volume de produção se altera, a taxa dos custos também se altera. Trata-se de uma expressão matemática mais refinada do que uma média ou total aritméticos. Sua aplicação inicial é na microeconomia, sendo que a partir do final do século XIX ocorre um aprimoramento das técnicas microeconômicas. Para o marginalismo, a economia clássica não reconhecia o papel da utilidade e da produção na determinação dos preços, uma vez que concebia a utilidade como característica geral de um bem e não como relacionamento entre um consumidor e uma unidade de um bem.

Nesse sentido, a utilidade marginal passa a ser conceituada (HUNT, 1989) como a expressão do valor subjetivo do poder de satisfação de uma unidade adicional de um dado bem a um consumidor particular. Ora, a importância que um indivíduo dá a uma unidade adicional de um determinado bem depende em parte de sua escassez relativa. Assim, quanto maior a oferta de um dado bem, tanto menor será sua significância marginal relativa.

O marginalismo então constituiu uma escola de pensamento econômico, que colocou no centro de suas análises a questão da utilidade como determinante do valor dos bens e serviços. Ao transferirem para a dimensão da subjetividade o problema do valor, os marginalistas promoveram uma ruptura, extremamente propícia ao capitalismo, com a teoria do valor-trabalho, contribuindo sobremaneira para a desvalorização da relevância do trabalho, posta inicialmente pela economia clássica, com Smith e Ricardo, e posteriormente, de forma crítica e enquanto dimensão ontológica fundante da sociabilidade, por Marx e Engels. Os desejos e suas satisfações tornam-se cruciais nas concepções econômicas dos teóricos do marginalismo.

Portanto, a utilidade marginal pode ser definida (OLIVEIRA, 2004, p. 111) como “a utilidade que a última unidade consumida acrescenta à utilidade total. (...) A utilidade marginal do consumo de determinada mercadoria é o acréscimo à utilidade total decorrente do consumo de uma unidade adicional dessa mercadoria”, isto é, quanto mais se consome um bem tanto menor será sua utilidade marginal. Em outras palavras, há uma lei da utilidade marginal decrescente que diz o seguinte: “à medida que aumenta o consumo de determinada mercadoria, a utilidade marginal dessa mercadoria diminui” (OLIVEIRA, 2004, p. 112).

Conforme Hunt (1989), o marginalismo foi introduzido na teoria econômica por Jevons, Menger e Walras, que formularam a versão da teoria do valor-utilidade que até hoje é o centro da ortodoxia neoclássica. Ao se referir ao pensamento econômico neoclássico, Hunt o analisa como ideologia neoclássica, isto é, a economia utilitarista é o estado mais elevado da defesa ideológica neoclássica do capitalismo *laissez-faire*. Assim, de acordo com Hunt (1989, p. 426), o utilitarismo neoclássico pode ser caracterizado por três principais elementos ideológicos:

- 1) a teoria da distribuição baseada na produtividade marginal, que retrata o capitalismo concorrencial como um ideal de justiça distributivo; 2) o argumento da mão invisível, que retratava o capitalismo como um ideal de racionalidade e eficiência; e 3) a imprescindível fé na natureza automática e auto-regulável do mercado, que demonstrava que as principais funções do Governo deveriam ser fazer cumprir os contratos e defender os poderes e os privilégios da propriedade privada.

Estaríamos então diante da estruturação de uma realidade em que os indivíduos e as empresas, agindo livremente no mercado auto-regulável, encontrariam a justiça distributiva na produtividade marginal, em outros termos, na competência e na eficiência de cada um. Essa ideologia se tornou tão poderosa que é ainda predominante nas teorias econômicas hegemônicas, ou seja, justamente as que vêm preponderando nas últimas décadas na implementação de projetos e planos econômicos em países de todo o mundo, no mercado editorial de obras econômicas, na difusão do pensamento econômico nas grandes universidades e na mídia aliada à finança mundializada. Nos momentos de crise, a economia neoclássica e a keynesiana se revezam ou se fundem para manter o *status quo*. Analisaremos essas questões ao longo desta tese.

Outro pensador de destaque da economia neoclássica é Alfred Marshall (1842-1924), principal figura da escola neoclássica de Cambridge e grande intérprete e reformulador da teoria clássica. Se por um lado Walras desenvolveu a teoria do equilíbrio geral, por outro,

Mashall se dedicou às condições de equilíbrio parcial dos mercados. Duas correntes de ideias predominam nas raízes do pensamento de Marshall e fundamentam sua crença nas forças da concorrência: o utilitarismo de Bentham e o evolucionismo de Darwin.

A seguir, apresentamos algumas das principais ideias presentes em *Princípios de economia*, principal obra de Marshall³. Para ele, o regulador último de toda a procura é a procura dos consumidores. A procura está relacionada ao desejo, que se vincula à utilidade, que, por sua vez, mede o preço que uma pessoa se dispõe a pagar pela satisfação do seu desejo. Assim, quanto mais uma coisa está disponível, quanto maior a utilidade total, menor será o seu benefício adicional. Em outras palavras, quanto maior a quantidade de uma coisa que uma pessoa já possui, tanto menor será o preço que ela pagará por um pouco mais desta coisa.

Segundo Marshall, existe sempre uma margem de dúvida: é vantagem ou não adquirir uma unidade a mais de uma coisa? Esta margem de dúvida é expressa no conceito de “compra marginal”. Há então uma lei da utilidade marginal, que diz que a utilidade marginal de uma coisa para um indivíduo diminui a cada aumento da quantidade que ele já possui dessa coisa. Portanto, quanto mais rico um homem se torna, menor será a utilidade marginal do dinheiro para ele. Por outro lado, a cada diminuição dos seus recursos ocorre um aumento da utilidade marginal do dinheiro para ele.

Ora, como o desejo e, portanto, a intensidade do desejo, varia de indivíduo para indivíduo, o preço, conforme Marshall, mede a utilidade marginal de uma mercadoria para cada comprador individualmente. Por isso, não se pode dizer que o preço mede a utilidade marginal em geral, porque as necessidades e as circunstâncias das diferentes pessoas são diferentes.

Essas breves reflexões sobre o utilitarismo e o marginalismo têm o objetivo de servirem de parâmetros para, ao longo de nossa construção, situarmos a força de determinação dos modelos econômicos fundados na ideia dos mercados auto-reguláveis. Ao mesmo tempo, elas serão objeto de análises críticas nas perspectivas da sociologia econômica e do marxismo, particularmente o de Mészáros.

Depois de alguns esclarecimentos sobre o utilitarismo e o marginalismo, e como no centro de toda essa discussão está o indivíduo, voltemos então a Weber. É certo que, quando Weber se refere à troca racional e sua relação com a utilidade marginal, ele faz referência ao benefício, à satisfação, aos interesses dos indivíduos. Também é certo que

³ As ideias de Marshall aqui expostas fazem parte da coleção organizada por Ricardo Carneiro, *Os clássicos da economia*, v. 1.

Weber coloca o indivíduo que age e dá sentido à sua ação como o ponto de partida para o entendimento das estruturas sociais. Sobre essa questão, Cohn (2003, p. 26) afirma que:

O objeto de análise sociológica não pode ser definido como a sociedade, ou o grupo social, ou mediante qualquer outro conceito com referência coletiva. No entanto é claro que a Sociologia trata de fenômenos coletivos, cuja existência não ocorreria a Weber negar. O que ele sustenta é que o *ponto de partida* da análise sociológica só pode ser dado pela ação de indivíduos e que ela é “individualista” *quanto ao método*. Isso é inteiramente coerente com a posição sempre sustentada por ele, de que no estudo dos fenômenos sociais não se pode presumir a existência já dada de estruturas sociais dotadas de um sentido intrínseco; vale dizer, em termos sociológicos, de um sentido independente daqueles que os indivíduos imprimem às suas ações.

Na verdade, Weber, como sociólogo, não para e não se fixa apenas nos pressupostos dos economistas. Ele tem clareza da complexidade que envolve as relações sociais e econômicas, das ações dos indivíduos enquanto fatos sociais, da historicidade das ações dos indivíduos enquanto atores que vivenciam jogos de interesses que contemplam satisfação, racionalidade e irracionalidade nas trocas, cálculo racional do dinheiro, cálculo de capital, técnicas contábeis, luta entre indivíduos, entre grupos, entre empresas, formas de se usar o dinheiro e fazer aquisições no mercado, de calcular o capital e de consumir, etc. Vejamos como o próprio Weber (2000, p. 57) se refere a algumas dessas questões:

Todo cálculo racional em dinheiro e, particularmente por isso, todo cálculo de *capital*, em caso de aquisição no mercado, está orientado pelas oportunidades de preços provindas da luta (luta de preços e de concorrência) e de compromisso entre interesses diversos que ocorrem no mercado. Isso se reflete no cálculo de rentabilidade, de maneira particularmente plástica na forma tecnicamente (até agora) mais desenvolvida da contabilidade (a chamada contabilidade “por partidas dobradas”), no fato de que, através de determinado sistema de contas, se toma por base a ficção de processos de troca entre as diversas seções da empresa ou entre diversas verbas do cálculo, o que tecnicamente permite a forma mais perfeita de controle da rentabilidade de cada uma das medidas tomadas. O cálculo de capital, em sua feição *formalmente* mais racional, pressupõe, portanto, a *luta entre os homens, uns contra os outros*. E isso se deve ainda a outra condição muito peculiar. Para *nenhuma* economia a “sensação de necessidade” subjetivamente existente pode ser igual à necessidade efetiva, isto é, à necessidade que se deve tomar por base para a satisfação através da obtenção de bens. Pois a questão de se aquela sensação subjetiva pode ser satisfeita ou não depende, por um lado, da escala de urgência e, por outro, dos bens (existentes ou, em regra, ainda a serem obtidos, segundo a urgência) provavelmente disponíveis para a satisfação. Frustra-se a satisfação quando, estando cobertas as necessidades precedentes em termos de urgência, as utilidades necessárias para *esta*

satisfação não existem, ou não podem ser obtidas de modo algum, ou apenas com tal sacrifício de força de trabalho ou bens materiais que se prejudicariam necessidades futuras consideradas mais urgentes já pela estimativa precedente. Isso ocorre em toda economia de consumo, mesmo na comunista.

Como se vê, Weber diferencia a necessidade efetiva, que é a base para a satisfação por meio do uso dos bens, da necessidade subjetiva, a qual depende da urgência e da disponibilidade real dos bens. Na economia de mercado, o problema da satisfação das necessidades está emaranhado a um complexo de relações que envolve empresas, instituições, governos, famílias, comércio, agricultura, interesses, cálculos contábeis, rentabilidade, cálculo de capital, enfim, luta entre os homens. Na sua perspectiva, portanto, toda economia de consumo, mesmo a comunista, se depara com o problema da satisfação das necessidades, que, além de envolver a subjetividade e interesses divergentes, se depara, historicamente, com racionalidades – no âmbito técnico, institucional, produtivo, político, estatal, empresarial, etc. – que configuram as arenas das lutas entre os homens, ou melhor, a sociedade em que os seres humanos existem e agem, influenciando e sendo influenciados uns pelos outros.

As análises de Weber sobre a economia têm como pano de fundo a sociologia. Enquanto ciência que estuda o sentido, o curso e as consequências das ações sociais, a sociologia weberiana contempla as ações de indivíduos referentes ao comportamento de outros indivíduos. Ora, no processo de produção de bens para a satisfação das necessidades, que envolvem necessidades reais e sensação subjetiva de necessidade, os homens travam lutas entre si, formam mercados, empreendem, burocratizam empresas e Estados, contabilizam, agem socialmente, isto é, a partir uns dos outros. Weber (2000, p. 3) define a sociologia, a ação e a ação social da seguinte forma:

Sociologia (no sentido aqui entendido desta palavra empregada com tantos significados diversos) significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos. Por “ação” entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um *sentido* subjetivo. Ação “social”, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso.

A ação se refere, portanto, ao comportamento humano, ao sentido subjetivo que cada agente dá ao seu agir. Por sua vez, a ação é social quando leva em conta o comportamento dos

outros. Acontece que a ação subjetiva dos agentes se dá sempre em um contexto de referências relacionadas a outros agentes. Para Weber (2000, p. 14):

A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros). Os “outros” podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas (“dinheiro”, por exemplo, significa um bem destinado à troca, que o agente aceita no ato de troca, porque sua ação está orientada pela expectativa de que muitos outros, porém desconhecidos e em número indeterminado, estarão dispostos a aceitá-lo também, por sua parte, num ato de troca futuro).

Para confirmar a complexidade que envolve as ações individuais, Weber (2000, p. 15) se refere a quatro determinantes fundamentais da ação social, quais sejam:

A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) *de modo racional referente a fins*: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar *fins* próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) *de modo racional referente a valores*: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e *inerente* a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) *de modo afetivo*, especialmente *emocional*: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) *de modo tradicional*: por costume arraigado.

Na linha de Weber, podemos dizer que as ações humanas, que as ações e as reações dos seres humanos em sociedade não são uniformes e predeterminadas, a despeito de, contraditoriamente, as circunstâncias, o contexto socioeconômico e histórico, influenciarem os rumos e os sentidos das ações. Ação em relação a expectativas, ação em relação a valores, afetividade e tradição, ora prevalecendo alguma ou algumas, ora outra ou outras, num processo de interações no tempo e no espaço, tudo isso forja um emaranhado complexo no curso da história humana. Por isso que, para Weber, não se pode presumir a existência de estruturas sociais dotadas de um sentido intrínseco, isto é, independente daqueles que os indivíduos imprimem às suas ações. Além disso, conforme Steiner (2006, p. 24):

A questão da origem do comportamento econômico racional vai permitir demonstrar a imbricação existente entre as duas formas de ação racional. Em *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*, Weber (1905) mostra como o comportamento econômico racional, suporte fundamental de toda a civilização moderna, é uma construção social específica. Segundo Weber,

antes da época moderna (século XVI) a dominação da religião era tal que nenhuma mudança dos comportamentos legítimos poderia ter lugar sem seu consentimento. A ação econômica é, então, tradicional em dois sentidos: ela é ou uma ação na qual não há a procura sistemática do ganho (o camponês procura satisfazer as suas necessidades e, isto alcançado, para de trabalhar) ou uma ação em que o amor pelo ganho se exerce de forma pura, sem escrúpulos, sem consideração de rentabilidade de longo prazo. A Reforma Protestante, na sua acepção calvinista, difundiu na comunidade dos fiéis um comportamento ascético e uma visão do trabalho como dever. Como consequência de uma determinação divina – que faz com que cada indivíduo, não importando o que ele faça, seja condenado ou salvo –, os crentes procuram metodicamente sinais de sua predestinação à salvação, fazendo frutificar o mundo que Deus criou para sua glória. Este comportamento religioso (a procura da salvação, a confirmação diante do outro de seu *status* de eleito) provoca ações racionais em relação a um valor cujas consequências econômicas são evidentes (disciplinamento do comportamento, busca da criação da maior riqueza possível, não para dela usufruir, mas para reinvestir etc.), mas não poderiam ser socialmente aceitas se não estivessem estribadas no referido comportamento religioso.

A partir dessas questões conceituais sobre ação social, passamos, a seguir, a considerações mais específicas de Weber sobre a economia para uma melhor compreensão do sentido de sua sociologia econômica. Na verdade, não podemos perder de vista o fato de que os aspectos religiosos, políticos e econômicos são centrais e estão interligados nas análises de Weber sobre o capitalismo racional, bem como suas manifestações sobre os indivíduos, os interesses, as lutas e as ações sociais e seus sentidos.

Weber levanta a questão sobre o estímulo que decisivamente direciona as ações econômicas. Sem, por ora, fazer considerações críticas sobre se Weber parte em suas análises de pressupostos que envolvem conflitos e interesses de classes, vejamos de que forma e que situações estimulam as ações econômicas. Segundo Weber (2000, 69):

Nas condições da economia de troca, o estímulo decisivo para todas as ações econômicas é, normalmente: 1) para os que não têm propriedade: *a*) a pressão que exerce o risco de carecer de toda provisão, tanto para si mesmo quanto para os “dependentes” (filhos, esposa e, eventualmente, pais), pelo sustento dos quais o indivíduo assume tipicamente a responsabilidade, e *b*) em grau diverso, também a disposição íntima para aceitar como forma de vida a atividade econômica aquisitiva; 2) para os efetivamente privilegiados, em virtude de propriedade ou educação (condicionada, por sua vez, pela propriedade): *a*) as possibilidades de obter, por meio de atividades aquisitivas, rendas de alto nível, *b*) a ambição, *c*) a estimação do trabalho socialmente privilegiado como “profissão” (profissões intelectuais, artísticas, técnicas especializadas); 3) para os que participam das possibilidades de empreendimentos aquisitivos: *a*) risco de capital próprio e as oportunidades lucrativas próprias, em conexão com *b*) a disposição “profissional” para a atividade aquisitiva racional como *a*) “prova” da capacidade pessoal, e *b*) como forma de mando autônomo sobre as pessoas

que dependem das disposições próprias, e, além disso, γ) sobre possibilidades de previsão, de interesse vital e cultural, para número indeterminado de pessoas: o *poder*.

Então, o poder, a propriedade, o privilégio, a educação, a profissão, o empreendimento, a cultura, a especulação, a ambição, o uso do capital, tudo isso, em uma economia de troca, constitui estímulo para as ações econômicas. E se, por outro lado, pensarmos sobre esses estímulos em uma economia planificada? Sobre esta questão e os motivos das ações econômicas acima mencionados, Weber (2000, 70) nos diz o seguinte:

Entre estes motivos, uma economia planificada orientada pela satisfação de necessidades – em caso de realização radical – tem de diminuir, pelo menos, a *coerção* ao trabalho que provém do risco de ficar sem meios de subsistência, uma vez que, em caso de racionalidade material no setor de abastecimento, não poderia deixar sofrerem em extensão ilimitada os *dependentes* de um trabalhador eventualmente menos eficiente. Além disso, supondo-se ainda a mesma realização radical, ela tem de suprimir em considerável grau, em última instância completamente, a autonomia da gerência de empreendimentos produtivos; e, no que se refere ao risco de capital e à comprovação da capacidade própria pelo mando formalmente *autônomo* ou pela disposição *autônoma* sobre pessoas ou possibilidades de abastecimento de importância vital, ela nem conhece essas coisas, ou então lhes reconhece apenas uma autonomia rigorosamente limitada. Prescindindo-se das possibilidades (eventuais) de ganhos extras, de natureza puramente material, esta economia dispõe, portanto, essencialmente de estímulos ideais, de caráter “altruísta” (em sentido mais amplo) para alcançar *rendimentos* semelhantes, em direção à satisfação de necessidades, àqueles que, segundo a experiência, conseguem realizar a orientação pelas oportunidades de aquisição, dentro da economia aquisitiva, em direção à produção de bens procurados por pessoas com poder *aquisitivo*. Além disso, em caso de realização radical, tem de aceitar a diminuição da racionalidade formal, de cálculo, condicionada (neste caso) pela diminuição inevitável do cálculo em dinheiro e do cálculo de capital. É que a racionalidade material e a formal (no sentido de *cálculo* exato) discrepam necessariamente em considerável grau: essa irracionalidade fundamental e, em última instância, inevitável é uma das origens de toda problemática “social” e, particularmente, da problemática de todo socialismo.

Diante das ações, das ações sociais, determinadas por racionalidades referentes a fins ou a valores, pela afetividade ou pela tradição, e das ações econômicas orientadas por estímulos na economia de troca, Weber identifica uma grande discrepância entre a racionalidade material e a formal (cálculo exato), que constitui uma irracionalidade que está na origem de toda problemática social e do próprio socialismo. Os estímulos em uma economia planificada seriam essencialmente ideais e de caráter altruísta para alcançar a satisfação das necessidades. Nela, a racionalidade material no setor de abastecimento é

seriamente comprometida pela coerção ao trabalho, pela supressão da autonomia da gerência de empreendimentos produtivos, pela limitação rigorosa ao risco de capital e à própria capacidade de autonomia, enfim pelos baixos rendimentos que caracterizam esse tipo de economia.

Para Weber, há uma multiplicidade infinita de fenômenos sociais e econômicos oriundos da distribuição de serviços distintos entre pessoas diversas, que buscam coordenar resultados comuns num contexto de múltiplas combinações com os meios materiais para obtenção dos bens. Trata-se de formas típicas de ação social economicamente orientada. Segundo o próprio Weber (2000, p. 72):

Toda forma típica de ação social economicamente orientada e de relação associativa de conteúdo econômico, dentro de um grupo de pessoas significa, em alguma extensão, um modo particular de distribuir e coordenar serviços humanos para o fim da obtenção de bens. A realidade da ação econômica mostra-nos a distribuição de serviços distintos entre pessoas diversas e a coordenação destes em resultados comuns, o que, aliás, se dá em combinações altamente diversas com os meios materiais de obtenção. Contudo, na multiplicidade infinita desses fenômenos pode-se distinguir alguns *tipos*.

Os *tipos* são propostos e estudados por Weber justamente por causa da infinita multiplicidade dos fenômenos socioeconômicos. Frente à realidade material, como distribuir e coordenar serviços humanos para a obtenção de bens? Tendo em vista pessoas diversas, como distribuir serviços distintos para obter resultados comuns?

Podemos observar que, de fato, Weber tinha uma compreensão extensa, profunda e histórica dos fios que compõem e amarram a rede complexa das relações sociais e econômicas. Tanto que estudou profundamente o protestantismo ascético para identificar sua relação com o capitalismo racional. Para Swedberg (2005, p. 21), em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*:

Weber procurou mostrar que a religião – ou, mais precisamente, o protestantismo ascético – ajudou a criar um novo tipo de mentalidade econômica, qual seja, o capitalismo racional. Mas o que nem todos sabem é que Weber via o surgimento do capitalismo moderno como um processo gradual, que teve dimensões institucionais assim como culturais e que se estendeu por vários séculos. A influência do protestantismo ascético é apenas um episódio desse longo processo, embora um episódio importante e particularmente fascinante.

Essa afirmação pode ser constatada na própria obra de Weber (1967, p. 132), no final de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, em que o autor afirma o seguinte:

Aqui apenas se tratou do fato e da direção de sua influência em apenas um, se bem que importante, ponto de seus motivos. Seria, todavia, necessário investigar mais adiante a maneira pela qual a ascese protestante foi por sua vez influenciada em seu desenvolvimento e caráter pela totalidade das condições sociais, especialmente pelas econômicas. Isto porque, se bem que o homem moderno seja incapaz, mesmo dentro da maior boa vontade, de avaliar o significado de quanto as ideias religiosas influenciaram a cultura e os caracteres nacionais, não se pode pensar em substituir uma interpretação materialística unilateral por uma igualmente bitolada interpretação causal da cultura e da história. Ambos são igualmente viáveis, mas, qualquer uma delas, se não servir de introdução, mas sim de conclusão, de muito pouco serve no interesse da verdade histórica.

Ao se referir ao espírito do capitalismo, Weber vai fundo às influências das religiões, especificamente da ascese protestante, e com uma muito bem fundamentada pesquisa histórica, para explicar as origens do capitalismo, suas características primordiais e a importância dos comportamentos humanos, especialmente relacionados ao trabalho, para o desenvolvimento capitalista. A descrição histórica que Weber empreende para explicar o espírito do capitalismo dá a dimensão de sua preocupação com as questões históricas, ou seja, ele opta por não partir de uma definição conceitual do espírito do capitalismo, faz uma trajetória descritiva da evolução desse espírito, passando pela concepção de vocação de Lutero, pelos fundamentos religiosos do ascetismo laico (calvinismo, pietismo, metodismo e seitas batistas) e fecha com a relação entre a ascese e o espírito do capitalismo. Ao colocar o problema a ser investigado – a relação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo –, o próprio Weber, que inicia a sua exposição com um documento de Benjamin Franklin sobre o comportamento econômico americano, afirma o seguinte:

A tentativa de determinação do objeto, cuja análise e explanação histórica estamos tentando, não pode ser feita na forma de uma definição conceptual, mas, pelo menos inicialmente, deve apenas ser uma descrição provisória do que aqui se entende por espírito de capitalismo. Tal descrição é, todavia, indispensável à clara compreensão do objeto da investigação. Com esta finalidade, voltamo-nos para um documento deste espírito, que contém aquilo que procuramos numa pureza quase clássica e que, ao mesmo tempo, apresenta a vantagem de ser livre de qualquer relação direta com a religião, estando assim, para os nossos objetivos, livre de preconceitos.

O documento de Benjamin Franklin⁴, que contém preciosas sentenças condizentes com o espírito do capitalismo – embora sobre o qual Weber afirma que se tratava de um documento que não continha tudo o que era pertinente a este espírito – traduz um comportamento humano, uma ética peculiar, um ethos poderoso na estruturação e no funcionamento do capitalismo.

Também em sua obra *História geral da economia*, Weber, conforme Swedberg (2005, p. 34), resume os fatores que levaram ao surgimento do capitalismo ocidental ou capitalismo racional, que são os fatores econômicos, políticos e religiosos. Analisemos primeiramente como Weber se refere aos fatores econômicos. Para Swedberg (2005, p. 35):

Como fatores econômicos, Weber destaca a contabilidade moderna, o trabalho livre e o surgimento dos mercados de massa. Também é preciso acrescentar os seguintes fatores, que ele discute mais detalhadamente: o surgimento da sociedade anônima ou sociedade por ações, a especulação racional, a fábrica e a ciência e tecnologia modernas. A complicada história da sociedade por ações é esboçada em poucas páginas, que abrangem seu nascimento nas empresas estatais e municipais da Antiguidade e da Idade Média, bem como sua popularização por meio das Companhias das Índias Ocidentais, muitos séculos depois. Ele também discute o surgimento, entre os séculos XVI e XVII, dos mercados modernos, nos quais os comerciantes não eram obrigados a levar suas mercadorias e podiam especular com futuros ou mercadorias que ainda não existiam. E, por fim, embora Weber achasse importante enfatizar que a fábrica moderna constituía uma organização social distinta, e não apenas uma unidade técnica, considerava o surgimento da tecnologia racional – bem como sua aliança com a ciência – um fator central para o nascimento do capitalismo moderno. No capítulo sobre tecnologia industrial, Weber também observa que, caso não se tivesse descoberto que o carvão (e não apenas a madeira) podia ser usado para produzir ferro na Inglaterra do século XVIII, o capitalismo talvez não tivesse conseguido se desenvolver mais.

⁴ Reproduzimos a seguir parte das sentenças de Franklin citadas por Weber para uma melhor compreensão desta exposição, que, para efeitos didáticos está posta de forma enumerada: “1) Lembra-te de que *tempo* é dinheiro. Aquele que pode ganhar dez xelins por dia por seu trabalho e vai passear, ou fica vadiando metade do dia, embora não despenda mais do que seis pence durante seu divertimento ou vadiação, não deve computar apenas essa despesa; gastou, na realidade, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais; 2) Lembra-te de que o *crédito* é dinheiro. Se um homem permite que seu dinheiro permaneça em minhas mãos por mais tempo do que é devido, ele me concede os juros, ou o quanto eu possa fazer com ele durante este tempo; 3) Lembra-te de que o dinheiro é de natureza prolífica, procriativa. O dinheiro pode gerar dinheiro e seu produto pode gerar mais, e assim por diante; 4) Lembra-te deste refrão: “*O bom pagador é dono da bolsa alheia*”. Aquele que é conhecido por pagar pontual e exatamente na data prometida, pode em qualquer momento levantar tanto dinheiro quanto seus amigos possam dispor. Isto é às vezes de grande utilidade; 5) As mais significantes ações que afetem o crédito de um homem devem ser consideradas. O som de teu martelo às cinco da manhã, ou às oito da noite, ouvido por credor o fará conceder-te seis meses a mais de crédito; ele procurará, porém, por seu dinheiro no dia seguinte, se te vir em uma mesa de bilhar ou escutar tua voz, em uma taverna, quando deverias estar no trabalho; exige-lo-á de ti antes de que possas dispor dele; 6) Guarda-te de pensar que tens tudo o que possuis e de viver de acordo com isto. Este é um erro em que caem muitos que têm crédito. Para evitá-lo, mantém por muito tempo um balanço exato tanto de tuas despesas quanto da tua receita. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967, p. 29-31.

A influência desses fatores econômicos sobre a origem do capitalismo apontados por Weber também corrobora a preocupação histórica e o entrelaçamento de múltiplos fatores de caráter econômico presentes em suas análises. A realidade histórica de estruturação do capitalismo se desdobra, poderíamos dizer, num jogo de forças, num campo de luta entre os homens, que envolve a razão, o trabalho, as trocas, os mercados, a formação de grupos, as associações, a especulação, a fábrica, a ciência, a técnica, a tecnologia, as companhias comerciais, a especulação em torno de negócios futuros, etc. E Weber não para nesta complexidade geral, tanto que dá ênfase à fábrica moderna não somente como unidade técnica, mas como uma organização social distinta. Por sua vez, essa complexidade se torna mais profunda na medida em que o entrelaçamento dos fatores econômicos se emaranha aos fatores políticos e religiosos. Observemos, por isso, como Swedberg (2005, p. 35) se refere às análises de Weber sobre presença dos fatores políticos na origem do capitalismo moderno:

A ideia de que a evolução do capitalismo poderia ter sido interrompida também está presente na discussão de Weber sobre o segundo grupo de fatores que ajudaram a criar o capitalismo moderno, qual seja, os fatores políticos. Um deles é a noção de cidadania ou a ideia de que o indivíduo pode pertencer a uma organização política que é distinta de unidades sociais como a família e o clã. A ideia de que um indivíduo poderia participar de uma comunidade política distinta, com outras pessoas, e quebrar as barreiras invisíveis que circundam a família e o clã, apareceu pela primeira vez na cidade ocidental, diz Weber, e seria mais tarde incorporada ao Estado moderno. À medida que o Estado-nação surgia, acrescenta, não apenas a independência das cidades foi esmagada, mas também a ideia original de cidadania. Porém, como os Estados individuais competem uns com os outros por capital, foi garantida uma certa independência aos agentes econômicos do Ocidente, assim como a outros grupos. O “Estado racional” também desenvolveu uma burocracia confiável, um sistema orçamentário avançado e uma política econômica sistemática. A isso é preciso acrescentar um sistema jurídico especial que proporcionava aos agentes econômicos um meio ambiente jurídico previsível.

A participação política exerce, portanto, um papel essencial na formação do capitalismo moderno. Weber atenta para a noção de cidadania e distingue a participação política de unidades sociais como a família e o clã, percebe a força da cidade ocidental na quebra das barreiras em torno da família e do clã, mas sua ênfase maior recai sobre a força e o papel do Estado racional na determinação dos rumos das cidades e do sentido da cidadania. Assim, burocracia, sistema orçamentário, sistema jurídico e política econômica sistemática, todos incorporados no Estado racional, configuram uma estrutura política e econômica densa,

uma rede complexa de ações complementares entre indivíduos e grupos que vivenciam o cotidiano de construção das cidades e os indivíduos profissionalizados no ambiente estatal.

Mas, há uma outra questão relevante nesta análise de Weber sobre a influência da política na formação do capitalismo moderno. Trata-se da competição entre os Estados por capital, que, por um lado, garantiu aos agentes econômicos uma certa independência e fomentou formas mais racionais e eficientes de disputar e garantir volumes maior de capital. Na verdade, o Estado racional é que, do ponto de vista político, promove consideravelmente o desenvolvimento do capitalismo.

Se fatores econômicos e fatores políticos são cruciais para a origem do capitalismo moderno, não menos importante é o papel do fator religioso. Observemos o que Swedberg (2005, p. 37) nos diz sobre esta questão:

Weber teve de voltar a um período histórico muito anterior a fim de explicar adequadamente a contribuição dos fatores políticos para o nascimento do capitalismo moderno, e teve de voltar a um período ainda mais remoto para definir o papel desempenhado pelo último dos três fatores: a religião. Segundo Weber, a religião ajudou a fazer avançar a causa do capitalismo racional principalmente de duas maneiras. Em primeiro lugar, no início da história, o controle do tradicionalismo sobre a sociedade era fortalecido pela crença na magia. O judaísmo ajudou a quebrar o tradicionalismo graças à sua hostilidade em relação à magia e também por meio da profecia. A contribuição mais importante do judaísmo para o surgimento do capitalismo racional não foi, portanto, a oposição dos judeus à doutrina econômica da Igreja Católica, com o que teriam liberado o capitalismo moderno, como afirmou Sombart, e sim o judaísmo retirou a magia da religião e, em certa medida, deu-lhe uma direção diferente da tradicional.

O judaísmo entra para a história do capitalismo como força indispensável para quebrar a magia e romper com o tradicionalismo. Uma religião que se distancia da magia e se alinha com a racionalidade gera ambientes em que ciência, técnica, cálculo e eficiência tornam-se preponderantes enquanto referenciais de ordem, inovação e crescimento econômico. A tradição cede espaço para o espírito contábil, para o Estado racional, para a profissionalização do trabalho, para o uso coordenado e multiplicador do capital.

Mas, é sobre uma força propulsora fundamental do capitalismo, o trabalho, que a religião tem um efeito demolidor e inovador, isto é, a eliminação da atitude negativa posta pela Igreja Católica perante as questões econômicas e a inserção do poder inovador do conceito de vocação. Segundo Swedberg (2005, p. 37):

A segunda maior contribuição que a religião fez para o nascimento do capitalismo racional foi ajudar a eliminar a atitude negativa da Igreja Católica em relação às questões econômicas, principalmente a ideia de que a ação econômica metódica, como sentido da vida, fosse algo negativo. Essa mudança ocorreu principalmente com a introdução do conceito de vocação, ou da ideia de que o trabalho sistemático, inclusive a obtenção de lucros, tinha um valor religioso. Originalmente, diz Weber, havia dois tipos de ética econômica em todas as comunidades: uma “ética interna”, segundo a qual você não devia lucrar com seus confrades, e um “ética externa”, que dizia que qualquer comportamento econômico com os estrangeiros era justo, por mais lesivo que fosse. Aos poucos, essas duas éticas econômicas começaram a se fundir no Ocidente, mas o resultado foi um acordo instável, pois a Igreja Católica suspeitava das forças econômicas, bem como da motivação por lucro. Mas os protestantes ascéticos conseguiram harmonizar as duas coisas, por acreditarem que o trabalho sistemático e a obtenção honesta de lucros eram formas legítimas de honrar a Deus, e que todos os seres humanos deviam ser tratados da mesma forma. O resultado foi que a obtenção de lucros foi liberada da antiga desaprovação da Igreja e que os estrangeiros e os membros da própria comunidade passaram a ser tratados da mesma forma em questões econômicas.

A mudança da perspectiva da visão negativa sobre o trabalho enquanto ação econômica metódica, que, pautada por uma sistematicidade que vai de encontro ao sentido da vida do indivíduo, à sua vocação, mesmo que seja uma ação motivada pela obtenção de lucro, instaura uma dinâmica de visão positiva no funcionamento racional do capitalismo. Assim, o tratamento dispensado a todos, tanto aos estrangeiros como aos pertencentes à comunidade, passou a ser o mesmo. Esta nova postura frente às ações econômicas para a produção de uma complexidade crescente de interações econômicas passou também a exigir uma racionalidade crescente em torno da inter-relação e da coordenação dessas ações. Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber (1967, p. 128) analisa a vocação e suas consequências históricas da seguinte maneira:

É certo, naturalmente, que toda a literatura ascética, de quase todas as religiões, está saturada do ponto de vista de que o trabalho consciente, mesmo por baixos salários, da parte daqueles a quem a vida não oferece outras oportunidades, é algo de sumamente agradável a Deus. Nisto, a ascese protestante não produziu em si novidade alguma. Contudo, ela não se limitou a aprofundar até o máximo esse ponto de vista, pois produziu uma norma que, sozinha, bastou para torná-la eficiente: a da sua sanção psicológica através da concepção do trabalho como vocação, como meio excelente, quando não único, de atingir a certeza da graça. Por outro lado, ela legalizou a exploração dessa específica vontade de trabalhar, como o que também interpretava como “vocação” a atividade do empresário. Não é difícil perceber quão poderosamente a procura do reino de Deus, apenas através do preenchimento de dever vocacional, e a estrita ascese imposta naturalmente pela Igreja, especialmente nas classes pobres, iria influenciar a “produtividade” do trabalho, no sentido capitalista da palavra. O tratamento

do trabalho como “vocação” era tão característico para o moderno trabalhador, como a correspondente atitude aquisitiva do empresário.

O entrelaçamento da ascese religiosa com a sanção psicológica da concepção do trabalho como vocação tem um raio de alcance extenso e poderoso na estruturação racional do capitalismo. Se tanto trabalhadores quanto empresários agradam a Deus por meio do trabalho consciente, ou seja, se exercer o dever vocacional é procurar o reino de Deus, a produtividade do trabalho sofre forte impacto positivo e contribui com a articulação de um sentido lógico e natural do capitalismo.

Assim, ao estar atento aos aspectos históricos sobre a origem do capitalismo no Ocidente, o capitalismo racional, um sistema econômico desenvolvido a partir de forças econômicas, políticas e religiosas que se interagem social e involuntariamente, Weber identifica no fator lucro a força, enquanto ideia e prática, que dobra o tradicionalismo e abre caminhos e fronteiras para a consolidação do próprio capitalismo. E é neste caminho que o Estado político, a formação de um sistema jurídico, de empresas racionais, de mercados de massa, o uso da conta de capital para o cálculo do lucro, da tecnologia racional e do trabalho formalmente livre e como vocação fundamentam o que Weber chama de capitalismo racional (SWEDBERG, 2005).

Procuraremos agora explicitar um pouco mais o sentido da relação entre sociologia e economia a partir dos conceitos e análises postas por Weber, ou melhor, a ideia de sociologia econômica presente em suas reflexões. A partir de sua definição de sociologia como “ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos”, Weber, de fato, se importa com a compreensão do agente. De acordo com Swedberg (2005, p. 46), referindo-se à sociologia de Weber:

a compreensão é fundamental para a sociologia, bem como para outras ciências sociais, além de fazer parte de seu principal mecanismo explicativo. Um fenômeno social constitui-se por meio do significado que tem para o agente, e agentes diferentes podem partilhar uma interpretação desse significado. O mesmo se aplica às ações sociais de natureza econômica, para as quais o elemento de significado é igualmente crucial. Uma explicação adequada em sociologia, segundo Weber, é aquela que consegue explicar a ação social real por meio da compreensão do agente. O tipo de causalidade de Weber pode ser chamado de interpretativo, e difere dos tipos funcional e mecânico de explicação.

Portanto, na perspectiva de Weber, não há uma explicação adequada em sociologia se ela não explica a ação social real por meio da compreensão do agente. Por isso que a

causalidade aqui não é funcional nem mecânica, mas interpretativa, compreensiva. Nesse sentido, e como já mencionado alhures, a sociologia se preocupa com as ações dos indivíduos. Em Weber, a sociologia, assim como a teoria econômica, começa sua análise com o indivíduo e o significado que o indivíduo atribui a seu comportamento (SWEDBERG, 2005). O indivíduo, movido por seus interesses ideais e materiais, é também metodológico.

Ora, hábitos e emoções exercem suas influências e tornam ainda mais complexa a série de fatores que envolve as ações do indivíduo. Por isso que a ação social é o ponto que diferencia a sociologia da teoria econômica (SWEDBERG, 2005). Na própria definição de Weber, conforme já mencionada, a ação é social porque seu significado subjetivo é orientado pelo comportamento dos outros. Assim, se a análise econômica contempla a ação econômica em geral, a sociologia toma a ação econômica enquanto orientada pelo comportamento dos outros.

Existe, portanto, na concepção sociológica de Weber, uma busca por uma combinação analítica entre interesses e comportamento social. Segundo Swedberg (2005, p. 48), na visão de Weber:

a teoria econômica analisa situações em que o agente é movido principalmente pelos interesses materiais e tem a utilidade como objetivo, mas não leva em conta o comportamento de outros atores (*ação econômica*). A sociologia considera tanto a ação movida pelos interesses ideais quanto pelos interesses materiais que também é orientada pelo comportamento dos outros (*ação social*). A sociologia econômica enfoca a *ação social econômica* – isto é, a ação movida principalmente pelos interesses materiais, que é voltada para a utilidade e leva outros agentes em conta. A ação social e a ação social econômica também podem ser movidas pelo hábito (ou tradição) e pelas emoções, combinadas com os interesses.

Podemos afirmar que a sociologia econômica trabalha com uma análise mais completa dos fatos econômicos, porque não os desvincula dos fatos sociais. O emaranhado que caracteriza o jogo econômico se dá no campo social, envolvendo os indivíduos, grupos, empresas, instituições, Estados, hábitos, emoções, interesses, tradições, comportamentos, valores, crenças, técnicas, tecnologias, enfim, uma rede de ações, reações, ideias e práticas amarradas por laços, fracos ou fortes, que compõem o tecido social.

O grande problema da teoria econômica é que ela não lida, explicitamente, com a dimensão social. Ambas, sociologia e teoria econômica, trabalham com a ação racional que é social, mas a última não contempla em suas análises a dimensão social. Então, a ação econômica, para a teoria econômica, é simplesmente ação econômica (Swedberg, 2005).

Para construirmos uma compreensão um pouco mais articulada sobre a sociologia econômica de Weber, voltemos novamente nosso olhar para a questão da utilidade. Fizemos um esboço sobre o sentido da utilidade para os economistas neoclássicos, de suas características e relações com o marginalismo. Explicamos como Weber analisa a questão dos interesses e as ações dos indivíduos que agem socialmente. Apontamos para a relevância da utilidade nas reflexões que o autor faz sobre os interesses dos indivíduos e seus cálculos sobre a utilidade marginal. Vejamos agora como ele, segundo Swedberg (2005, p. 53), trabalha o conceito de utilidade, analisado em três dimensões conceituais:

O conceito de utilidade é central no conceito de ação econômica de Weber, assim como na maior parte da teoria econômica, e abrange objetos (mercadorias), assim como o comportamento humano (serviços). No entanto, a forma como define utilidade é menos comum. Em primeiro lugar, Weber usa um termo alemão muito especial para designar utilidade⁵, querendo deixar claro que não é tanto a qualidade inerente de um objeto que importa, e sim o uso que se pode fazer dele. Em segundo lugar, afirma que é preferível empregar o conceito de utilidade em lugar de “satisfação de necessidades” como base da ação econômica, porque tem um alcance maior e também inclui a geração de lucros. As primeiras ações econômicas das pessoas, diz Weber, podem muito bem ter consistido em busca instintiva de comida, mas esse estágio foi rapidamente superado.

Como podemos perceber, a utilidade para Weber se refere ao uso que se pode fazer de um objeto e ao maior alcance que este conceito tem em relação a “satisfação de necessidades”, isto é, utilidade também inclui geração de lucros. Portanto, o que mais importa na utilidade de um objeto para o sujeito é o como fazer uso deste objeto e não tanto sua qualidade inerente. Por outro lado, um objeto pode também ser útil na medida em que o seu uso pode gerar lucro e não apenas ter o sentido econômico de satisfazer necessidades. Qual seria então a terceira característica do conceito de utilidade para Weber? De acordo com Swedberg (2005, p. 54):

Uma terceira e importante dimensão do conceito de utilidade de Weber é a que enfatiza o elemento de “oportunidade econômica” e incerteza nas ações econômicas – o que Weber chama em alemão de *Chance*. Esse conceito é

⁵ Em nota, Swedberg explica o termo especial usado por Weber para designar utilidade: “Weber usa *Nutzleistung* em lugar dos termos convencionais *Nutzen* ou *Nutzlichkeit*. (...) Raymond Aron traduz *Nutzleistung* para o francês como *prestation d'utilité* (que, em português, seria algo como ‘produção de utilidade’) e acrescenta que *Leistung* deriva do verbo *leisten*, que significa realizar ou produzir, e *Nutz* é raiz da palavra ‘utilidade’. (...) Karl Polanyi critica muito o conceito weberiano de utilidade porque diz que Weber equipara implicitamente seres humanos a coisas (pois a utilidade inclui mercadorias, bem como serviços), e também porque Weber não compreende que não se pode dividir um objeto (como um cavalo) numa série de utilidades”. Conferir Richard Swedberg, *Max Weber e a ideia de sociologia econômica*, v. 5. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005, p. 89.

central para toda sua sociologia, mas também desempenha um papel em sua discussão sobre utilidade. A ação econômica, diz Weber, sempre é mais orientada pelas *oportunidades* do que por certezas, e isso influencia profundamente seu caráter. O mesmo se pode dizer da geração de lucros e da satisfação das necessidades. É claro que a ação econômica é movida pela escassez de meios (ou, mais precisamente, pela percepção das pessoas de que algo é valioso e geralmente também é escasso), mas há também um elemento de incerteza em toda ação econômica, no sentido de ser mais dirigida por uma oportunidade de utilidade do que pela utilidade em si. Em outras palavras, posso adquirir um artigo na esperança de que me venha a ser útil (para me gerar lucros ou para a satisfação de minhas necessidades), mas o que adquire de fato é uma oportunidade de usá-lo de uma série de formas diferentes. É possível acrescentar que, em parte, podemos adquirir a oportunidade de usar alguma coisa para podermos excluir os outros dessas oportunidades. A vida econômica, tal como Weber a entende, gira em grande medida em torno da apropriação e, de preferência, do monopólio dessas oportunidades: oportunidade de obter lucros, oportunidade de mercado etc. Com isso, impedimos que outros as usem.

O caráter de incerteza que ronda as ações econômicas se entrecruza com o elemento da “oportunidade econômica”. Isso nos coloca diante de situações concretas da vida em que as certezas, neste caso específico as econômicas, são e estão distantes da realidade. Assim, mais um elemento, o da incerteza, torna mais complexo o campo social de ação dos indivíduos. Por isso que, para Weber, a ação econômica é mais orientada pelas oportunidades do que por certezas. Portanto, as incertezas e as oportunidades influenciam profundamente as ações econômicas.

Além disso, como se pode notar, Weber não deixa de lado o fato de que a escassez de meios move a ação econômica. Mas aqui outra vez está presente a incerteza em toda ação econômica, ou seja, é mais a oportunidade de utilidade do que a utilidade em si que dirige a ação econômica. Nesta perspectiva, quando alguém adquire um objeto, o que de fato essa pessoa adquire? Para Weber, o que o sujeito adquire não é um objeto apenas para satisfazer uma necessidade ou gerar lucro, mas a oportunidade de usá-lo em uma série de formas diferentes. Daí a vida econômica girar em torno da apropriação, do monopólio das oportunidades, da ação de impedir que outros as usem.

Qual é então o sentido sociológico de ação econômica para Weber? Ele pode ser caracterizado por três elementos, quais sejam: “1) há uma tentativa pacífica de obter o poder de controlar e dispor; 2) essa ação é dirigida para algo que oferece uma oportunidade de utilidade (seja para satisfazer as próprias necessidades, seja para obter lucros); e 3) a ação é orientada pelo comportamento dos outros” (SWEDBERG, 2005, p. 58).

Duas outras questões, que Weber conceitua de relações “comunais” e relações “associativas”, são também relevantes para a sociologia econômica. A diferença entre as duas está no fato de que as comunais envolvem sempre um sentimento de fazer parte de um mesmo conjunto, enquanto as associativas se referem a um acordo racional que envolve interesses. Assim, as principais ações econômicas são de natureza associativa, sendo que os casos mais puros de relações associativas são as associações voluntárias de natureza econômica e o mercado.

Ora, as relações associativas são de interesse da teoria econômica. Weber, no entanto, analisa a ação econômica na perspectiva sociológica. Isso implica a consideração de mais fatores na análise das ações econômicas. Na verdade, ocorreria uma “imbricação” entre relações associativas e relações comunais. Swedberg (2005, p. 58) se refere a esta questão da seguinte forma:

Num mercado aberto, compradores e vendedores entram em contato uns com os outros durante um breve momento, talvez nunca mais se encontrem. Apesar disso, Weber também diz que, “em certo grau”, a maior parte das relações, - em outras palavras, também as relações associativas - têm um componente desse sentimento de fazer parte de um mesmo conjunto: “Por mais calculistas e frias que sejam as razões que orientam essas relações [associativas] - como as que existem entre um comerciante e seus fregueses - é bem possível que envolvam valores emocionais que transcendam seu significado utilitário”. Essas observações de Weber são, numa certa medida, abrangidas pelo conceito de “imbricação”, principalmente como desenvolvido por Mark Granovetter. Também é claro que a teoria econômica se interessa apenas pelas relações associativas.

Essa afirmação corrobora as diferenças com que Weber trabalha as suas análises econômicas. O fator social está sempre presente porque há, de fato, uma imbricação de ações, relações, valores morais, emocionais e religiosos, interesses e lutas, técnicas e racionalidades que amplificam as ações econômicas e suas consequências. Em todo esse contexto o poder é também um fator presente na sociologia weberiana. Para Swedberg (2005, p. 59):

Que a questão do poder está muito presente na sociologia de Weber fica bastante evidente na discussão sobre os três tipos seguintes de relações, todas elas interconectadas: luta, concorrência e seleção. A luta é definida como uma situação em que uma das partes de uma relação social está preparada para brigar com a finalidade de impor seu ponto de vista, independentemente do que a outra parte quer. Weber via lutas em todas as áreas da economia, e sua análise em *Economia e sociedade* está cheia de referências a diferentes modalidades. Sempre há luta, por exemplo, entre duas pessoas que decidem fazer uma troca entre si (“luta pelo preço”), bem como entre cada uma dessas pessoas e seus concorrentes (“luta entre os

concorrentes”). Para Weber, existe no mercado, em geral, uma “*luta do homem contra o homem*”. Em sua visão, todos esses diferentes tipos de luta têm de ser concretizados por meios não violentos para se qualificarem como propriamente econômicos, ideia que também se aplica a seu conceito de concorrência: “Um conflito pacífico é ‘concorrência’, na medida em que consiste numa tentativa formalmente pacífica de tentar controlar as oportunidades nas quais os outros também estão interessados”. Por fim, a seleção constitui um tipo de luta em que os agentes são antagonistas, mas não têm consciência de que suas ações se dirigem contra o outro.

Nesse contexto de luta, concorrência e seleção, no mercado em que o homem luta contra o homem, no campo da luta econômica em que a concorrência se caracteriza enquanto conflito pacífico, o econômico está imbricado com o social. E o mercado, enquanto objeto de estudo da sociologia econômica de Weber, em todo este complexo contexto, não tem uma definição fácil, porque os agentes, os atos de troca, as interações entre indivíduos e entre instituições compõem formas e classificações díspares e complementares de ações econômicas. É assim que, de acordo com Swedberg (2005, p. 70):

Outra instituição econômica central que Weber discute em sua sociologia econômica é o mercado. O mercado é notoriamente difícil de definir e, segundo suas palavras, tem uma “estrutura amorfa”. Mesmo assim, ele apresenta um quadro preciso do que constitui um mercado de uma perspectiva sociológica. Segundo *Economia e sociedade*, um mercado tem uma essência social e pode, tipicamente, ser encontrado num lugar específico. Uma organização pode ou não ser responsável pelo mercado. Apesar disso, sua essência social consiste em atos de troca repetidos – isto é, interações que são simultaneamente dirigidas a *dois* tipos diferentes de agentes. É dirigida ao parceiro de troca (com quem se comercia) e aos concorrentes (que são suplantados por uma oferta mais vantajosa). A primeira interação pressupõe um contato direto (“luta pelo preço”), ao passo que a segunda forma de relação é indireta (“luta entre concorrentes”).

A estrutura amorfa que caracteriza o mercado nos dá a ideia de múltiplos lugares de encontros de diferentes pessoas de diferentes origens socioeconômicas, familiares, educacionais, com diferentes concepções de valores, sentimentos e análises racionais sobre os próprios contextos de existência. É nesse sentido que Weber se refere a luta, a concorrência, a sentidos sociais de trocas, de usos de objetos, do dinheiro e da gestão econômica. Ainda assim, Weber apresenta um modelo básico de mercado, cujo dinamismo advém de relações abertas e fechadas, isto é, são os interesses dos agentes que determinam a ocorrência de mercados abertos ou fechados. Além disso, podem ser múltiplas as formas de regulamentação dos mercados, conforme as leis, as tradições e as convenções. Segundo Swedberg (2005, p. 71):

Weber também se refere a um fenômeno muito semelhante ao das relações econômicas fechadas, o da multiplicidade de formas segundo as quais a liberdade de um mercado pode ser regulamentada (“regulamentação do mercado”). Essa regulamentação pode surgir de inúmeras maneiras: pela lei, pela tradição ou pela convenção (esta última, é bom lembrar, é o termo de Weber para uma ordem mantida por meio da desaprovação social em relação aos comportamentos divergentes e está próxima daquilo que atualmente é chamado de normas). Um outro tipo de regulamentação, a regulamentação voluntária, é interessante no sentido de existir mesmo quando o mercado é formalmente livre, devido à presença de agentes fortes no mercado. Exemplos típicos de regulamentação voluntária são os cartéis de preços e acordos sobre cotas, ambos comuns na Alemanha quando *Economia e sociedade* foi escrito.

Portanto, além da regulamentação oriunda da lei, da tradição e da convenção, Weber ressalta a regulamentação voluntária, que está relacionada com agentes econômicos fortes. Então, o mercado é algo realmente difícil de ser definido, principalmente quando são analisadas as origens e os fatores que se interagem no processo histórico de formação do capitalismo racional, como os econômicos, os políticos e os religiosos.

Weber faz também uma constatação das rupturas dos mercados com monopólios de grupos de *status*, que tentam resistir às forças do mercado. Por outro lado, os mercados racionais podem criar seus próprios “monopólios capitalistas” (Swedberg, 2005). A contraposição dos mercados aos grupos de *status* ocorre porque “os mercados não têm consideração por qualidades pessoais ou pela ‘honra’ – só importa o que está sendo trocado. ‘O mercado e seus processos não levam a pessoa em conta: os interesses impessoais o dominam”.

Ora, as transações que acontecem num mercado são para Weber, do ponto de vista religioso ou ético, inaceitáveis, isto é, o mercado seria “uma subordinação para todo sistema de ética fraternal” (Swedberg, 2005). Assim, a impessoalidade é uma característica da sociedade moderna em função da grande dificuldade de se influenciar o mercado de um ponto de vista moral. Para Swedberg (2005, p. 72):

o mercado não é um ultraje para os sistemas religiosos e éticos apenas por transgredir suas regras em relação à forma como as pessoas devem se comportar umas com as outras. O modo como um mercado moderno funciona também dificulta ser influenciado por um ponto de vista ético. Que medidas devem ser tomadas em relação ao mercado quando, por exemplo, a demanda por um artigo cai levando muita gente ao desemprego e à miséria? Não existe nenhuma resposta pronta para isso de uma perspectiva religiosa ou ética, segundo Weber, que usa o termo “impessoalidade” para esse fenômeno. O fato de ser tão difícil influenciar o mercado de um ponto de

vista moral faz da “impessoalidade” uma característica da sociedade moderna.

O espaço dedicado nesta tese às análises sociológicas e econômicas de Weber se faz pertinente porque também consideramos que tais análises constituíram e constituem referências fundamentais para a compreensão do vínculo entre os fenômenos econômicos e os sociais. É com Weber que a sociologia econômica começa a ser sistematizada e passa a ser um ponto de partida essencial para a sua formulação como campo científico. Como afirmamos no início deste capítulo, outros grandes pensadores – como Durkheim, Pareto, Schumpeter, etc. – são relevantes no processo histórico de estruturação do campo da sociologia econômica, no entanto, os limites desta tese nos obrigam a fazer poucas e pequenas referências a eles.

Por sinal, ainda sobre a questão do mercado, a análise sociológica leva em conta que os contratos, as instituições, a confiança e os princípios éticos exercem influência significativa sobre os sistemas de trocas. Assim, por exemplo, numa economia de troca deve-se levar em conta que as transações têm um custo em termos de tempo e de informações e que a redução desses custos se apoia nas empresas ou nos contratos, ou seja, sobre bases institucionais. Nesse sentido, Steiner (2006, p. 16) avalia que para Durkheim:

o livre contrato só é possível em razão de elementos não contratuais, isto é, quando ele se apoia sobre instituições sociais, sobre tipos preestabelecidos de contrato que se impõem aos agentes. Essa conclusão, convém notar, está muito próxima da idéia sobre a qual repousa a teoria econômica dos custos de transação desenvolvida por Ronald Coase e, posteriormente, por Oliver Williamson. Com efeito, segundo esses autores, as transações têm um custo (em termos de tempo, de informações que precisam ser obtidas etc.) e a minimização de tais custos encontra-se na base da explicação dos arranjos institucionais que surgem na economia de troca, especialmente a existência de empresas (COASE, 1937), ou de contratos que estabelecem direitos diferentes conforme o tipo de bem trocado (WILLIAMSON, 1981). Se existe semelhança entre os dois enfoques, quando a questão é levar em conta o custo das transações comerciais, há no entanto diferença marcante quanto à solução a que chegam.

Ora, as questões sobre os custos comerciais têm enfoque semelhante e solução diferente para Durkheim justamente por causa do sentido social das instituições presente na sua avaliação, ou seja, as trocas não são analisadas de um ponto de vista meramente econômico. Conforme Steiner (2006, 17):

Na teoria econômica dos custos de transação, os arranjos institucionais são “selecionados” segundo um critério de maximização idêntico ao que se encontra no motivo para o comportamento do *homo oeconomicus*; em outras palavras, é porque a firma e sua organização interna minimizam os custos de transação que elas levam vantagem no mercado local. Este tipo de explicação não tem curso no quadro da sociologia econômica durkheimiana: a instituição social que é o contrato não é o fruto de um cálculo que persegue a otimização, mas o resultado difuso da evolução social. Durkheim salienta, a respeito disso, a que ponto as representações sociais de justiça precisam ser consideradas quando se trata de explicar a emergência do contrato. Esta justiça não é a justiça do mercado no sentido de que basta respeitar as regras comerciais para que a troca seja declarada justa; a representação social da justiça sobre a qual Durkheim se apoia é a que assegura a cada grupo social uma remuneração adequada à sua contribuição e à sua posição social. Na linguagem do autor, essas representações são instituições; elas são, da mesma forma, consideradas instituições na terminologia da teoria econômica moderna, como se percebe quando John K. Arrow (1974, p. 28) assinala que ele dá grande importância às “instituições invisíveis”, como a confiança, ou os princípios éticos e morais, quando se trata de analisar as organizações que acompanham ou atenuam o funcionamento do mercado.

O fato de que as transações econômicas envolvem outros fatores, como as instituições sociais, dá a Durkheim uma base mais sólida para apoiar as suas ideias sobre os custos das transações. Essa postura diante dos fatos econômicos contribui para o desenvolvimento da sociologia econômica como campo científico, pois realmente as instituições invisíveis, como a confiança e os princípios éticos ou morais, estão presentes no funcionamento do mercado.

A teoria econômica que prioriza os comportamentos egoístas racionais se desenvolve no século XX. Ao se basear na ação racional instrumental, ao abusar da lógica e dos modelos matemáticos refinados, ao considerar que as preferências são dados estáveis, a teoria econômica insiste na modelagem dos comportamentos dos agentes, estabelecendo para eles a obtenção do melhor bem-estar possível. Para Steiner (2005, p. 20), a ação racional instrumental:

cujo caráter é mais normativo (“o que faria o agente caso fosse inteiramente racional”) que descritivo (“o que faz realmente o agente”), torna-se a pedra de toque da teoria econômica. Sua força deriva do fato de que ela repousa sobre uma única forma de ação, que oferece a vantagem decisiva de ser facilmente compreensível (bastaria aplicar as regras da lógica para compreender o sentido da ação para o ator) e passível de formalização matemática (otimização forçada). Diante desse esquema explicativo, sociólogos e economistas esforçam-se para demonstrar que é necessário incluir outras formas de ação nesse esquema.

Um dos economistas que teve a preocupação de incluir outras formas de ação no esquema explicativo da teoria econômica foi Pareto. Para ele, as preferências dos indivíduos carregam em si a parte social ou não racional. Por si só este fato influencia o comportamento dos indivíduos e coloca em questão o poder da racionalidade de suas escolhas. As ações não são apenas racionais no sentido lógico. Elas são também não racionais. Nisto figura a análise sociológica da economia. Para Steiner (2006, p. 21), a contribuição pessoal de Pareto:

se situa, simultaneamente, no registro da teoria econômica e no da sociologia econômica. De um lado, ao rejeitar a referência à utilidade e à filosofia utilitarista, ele modela o comportamento econômico em termos de teoria da escolha racional. A porção social ou não racional do indivíduo está concentrada em suas preferências, representadas por meio de curvas de indiferença (o conjunto das “cestas” de bens às quais o indivíduo se mostra indiferente) hierarquizadas segundo números-índices. A teoria do equilíbrio geral produz seus resultados em termos de equilíbrio e do alcance do ótimo com base nas escolhas racionais de indivíduos considerados como seres independentes uns dos outros. De outro lado, Pareto se recusa a estender esta teoria da escolha racional para além de um círculo bastante limitado de fenômenos – econômicos basicamente – e rejeita a opção que será contemplada pelo imperialismo econômico, segundo o qual qualquer ato que implique meios escassos (nem que seja apenas o tempo) pode ser estudado segundo os procedimentos da análise econômica. Com efeito, segundo Pareto, as ações racionais (lógicas, para ficar com sua terminologia) constituem apenas um tipo de ação, ao lado de ações não racionais (não lógicas). Além disso, ele pensa que as ações não lógicas são as mais importantes quando se trata de explicar os fenômenos sociais, isto é, quando se passa da primeira aproximação, dada pela economia pura, à sociologia.

Ora, se a realidade é bastante complexa, por que a proposta da teoria econômica de se reduzir as ações dos indivíduos apenas a interesses econômicos racionais? Existe, de fato, um imperialismo econômico, que se impõe e é imposto institucionalmente, que só enxerga a busca do ótimo a partir das escolhas racionais dos indivíduos. Uma lógica calculista na qual os fenômenos sociais são secundários e as *ações não racionais* insignificantes. Pareto, portanto, se aproxima da sociologia e contribui para a ampliação de análises econômicas mais próximas da realidade social, dos múltiplos fatores que compõem a complexidade das relações humanas.

A sociologia econômica se estrutura então como campo de conhecimento científico que identifica nos fenômenos econômicos princípios de outras naturezas. As ações dos próprios empresários, dos empreendedores, também estão entrelaçadas no tecido social. Não podem ser analisadas do ponto de vista meramente do utilitarismo e da racionalidade. É nesse sentido que Schumpeter e Keynes também se contrapõem ao imperialismo econômico de

bases neoclássicas. Sem, por enquanto, fazer referências críticas aos pensamentos schumpeteriano e keynesiano, vejamos como Steiner (2006, p. 26) menciona outros motivos que movem as ações empreendedoras em Schumpeter:

Bom conhecedor da teoria do equilíbrio geral, aluno de Weber, Schumpeter propõe que se conceba a racionalidade do empreendedor como uma racionalidade completamente diferente da do agente econômico racional que está na base da teoria do equilíbrio. Segundo Schumpeter (1911), o empreendedor não é movido pelos princípios do cálculo custo-benefício (racionalidade instrumental), mas por outros motivos, como a criação de um império industrial, por sede de poder, por gosto pelo sucesso etc. Alguns anos mais tarde, Frank H. Knight (1921) explica o lucro do empreendedor pela situação de incerteza mercantil: diante da incerteza inerente ao futuro, quando não se consegue listar os estados possíveis do mundo, o empreendedor não tem condições de otimizar sua ação, como reclama a teoria da utilidade esperada; ele recorre, então, à sua intuição e a sua avaliação. Assim, precisamente porque decisões são não imputáveis (não se consegue definir um preço do serviço “intuição” que iguale sua rentabilidade marginal), o empreendedor, quando sua avaliação o fez prever corretamente a evolução futura do mercado, obtém um lucro puro.

Schumpeter consegue ultrapassar os limites da racionalidade instrumental da teoria econômica do equilíbrio baseada no cálculo do custo-benefício, isto é, existem condições, contextos, incertezas que obrigam os empreendedores a incluírem em seus cálculos variáveis de outras naturezas, imprecisões e imprevistos, intuição e capacidade de decisão. O termo “espírito animal” dos empreendedores, de Keynes, também denota um questionamento à racionalidade instrumental.

Nesse sentido, as realidades sociais e subjetivas se mesclam aos cálculos e previsões econômicas e, em certa medida, desmistificam as pretensões da teoria econômica baseada nas escolhas racionais. Ações não lógicas se entrecruzam com a pretendida racionalidade instrumental do imperialismo econômico, gerando realidades contraditórias, situações históricas complexas em que ações sociais se interpenetram e produzem novas (velhas) realidades, que por sua vez se entrecruzam com outras realidades e ações movidas por diversas origens.

A partir dessas considerações históricas e conceituais sobre da sociologia econômica, presentes principalmente em alguns pensadores clássicos, passaremos agora a uma análise do sentido da sociologia econômica na contemporaneidade, onde também faremos referência a alguns de seus principais representantes, sem, no entanto, nos desvincularmos das ideias da sociologia econômica presentes nos pensadores clássicos.

Pode-se afirmar, conforme Swedberg (1994), que a sociologia econômica foi revigorada nos Estados Unidos em meados da década de 1980, situação em que os sociólogos se encontravam perdidos teoricamente. Existia uma percepção de que os fenômenos econômicos precisavam ser abordados em uma perspectiva sociológica, tendo em vista as ideias produzidas por Marx e Weber. Nesse contexto, Mark Granovetter propôs uma fundição das ideias de Karl Polanyi sobre “enraizamento” com a análise de redes (Swedberg, 1994). Sua percepção era a de que a sociologia econômica deveria descrever as formas pelas quais as ações econômicas são estruturadas por meio de redes. De acordo com Swedberg (1994, p. 16):

as ações econômicas não acompanham os caminhos concisos e diretos da maximização, tal como reivindicam os economistas; acompanham muito mais os caminhos consideravelmente mais complexos das redes existentes. Os economistas estavam errados, mas não tanto por conta de razões psicológicas correlacionadas ao homo economicus ou de fato pelo quão racionais são ou não as pessoas; os economistas como que falharam em apreender a importância da estrutura social na economia.

A estrutura social, composta de redes construídas por diversos fios entrelaçados com o passado, com o presente e com projetos e planejamentos para o futuro, impacta o funcionamento da economia, provoca, gera, modifica e desfaz ações econômicas. As ações econômicas estão submersas, enraizadas na estrutura social. Esta questão do enraizamento tem sido cada vez mais contemplada pela sociologia econômica. Mas, tal contemplação ocorre por causa da imposição da perspectiva econômica que, a partir da modernidade, colocou a economia como esfera separada da sociedade e passou a interpretar as ações econômicas como ações movidas por cálculos racionais de ganho individual e independentes de obrigações sociais ou de parentesco.

Assim, a visão sociológica, antropológica, política e histórica dominante – segundo a qual o comportamento econômico se encontrava profundamente imerso nas relações sociais em sociedades pré-mercantis – foi descaracterizada pela perspectiva da modernização, que se afirmou a partir da defesa da autonomia do comportamento econômico e racional. Segundo o próprio Granovetter (2007, p. 3):

Por vezes chega a se argumentar que a situação tradicional foi invertida: em vez de a vida econômica estar submersa nas relações sociais, essas relações se tornaram um epifenômeno do mercado. A perspectiva da imersão está associada à escola “substantivista” na Antropologia, representada especialmente por Karl Polanyi (1944; Polanyi, Arensberg e Pearson, 1957), e à ideia de “economia moral” em história e em ciência política

(Thompson, 1971; Scott, 1976). Ela também possui uma clara relação com o pensamento marxista.

Como o pensamento marxista está presente em vários momentos e partes desta tese, faremos por ora uma discussão sobre algumas ideias de Polanyi para mostrarmos que, realmente, elas exercem forte influência sobre a formação da sociologia econômica. De acordo com Steiner (2006), Karl Polanyi, desde meados do século XX, examinou as relações entre o sistema de mercado e a sociedade e construiu uma tese original sobre a noção de inserção social do mercado. Para Polanyi, era uma enganação pensar que a mentalidade de mercado tinha sempre existido, sendo que a economia e o mercado não eram uma única coisa. Na verdade, de acordo com Steiner, Polanyi retoma os argumentos de Weber ou Simiand referentes às diversas formas de ação econômica. Polanyi se debruça sobre pesquisas históricas para delas extrair uma tipologia da circulação dos bens que satisfazem às necessidades dos seres humanos. Daí os modelos de circulação: por reciprocidade (o ciclo kula, analisado por Malinowsky e Mauss, do dote/contradote); por redistribuição (o castelo e o vínculo senhoril, utilizado por Smith em *A riqueza das nações*); e por meio da troca mercantil. É nesse sentido que, para Steiner (2006, p. 40), ao se referir a Polanyi:

A circulação de bens que satisfazem às necessidades pressupõe uma estrutura institucional, qualquer que seja a sociedade considerada. No caso da reciprocidade e da redistribuição, a atividade econômica, na medida em que se possa isolá-la, está inserida (*embedded*) nas relações sociais, isto é, estas últimas compõem um conjunto de instituições que permite o funcionamento do aspecto econômico das relações sociais. Em contrapartida, quando a troca mercantil toma a forma de um sistema autorregulador de mercados, o historiador conclui pela emergência de uma *grande transformação* marcada pelo descolamento das relações econômicas das relações sociais. Um indício de tal desarranjo é dado pelo *status* de mercadoria que é atribuído ao indivíduo, à moeda e à terra: a existência dos mercados do trabalho, da moeda e da terra e a existência de remunerações aferentes (salário, juro, renda) mostram que as relações sociais (ligadas ao indivíduo), políticas (a moeda) e ecológicas (a terra) são englobadas pelo sistema de mercados como mercadorias fictícias e passam a ser, daí em diante, tratadas segundo os cânones do mundo mercantil.

Historicamente, afirma Polanyi (1944), o período no qual se deu tal deslocamento tem limites demarcados: ele o situa, aproximadamente, entre 1830 (abolição do Speenhamland Act, conjunto de leis coercitivas, mas protetoras dos pobres na Inglaterra) e 1930 (com a ressocialização da economia que Polanyi, com inquietação, via acontecendo no nacional-socialismo alemão).

Assim como fizemos em relação às ideias de Weber, avaliamos como relevante analisarmos algumas reflexões de Polanyi que o colocam entre os pensadores que dão

sustentação à sociologia econômica. Karl Polanyi parte da constatação de que a realidade social não é determinada pela economia, pois, ao viverem em sociedade, os homens se depararam com a necessidade de organizar a produção, a distribuição e o consumo, enfim organizar a vida econômica. Portanto, são as motivações não-econômicas que dirigem o sistema econômico. O autor faz uma profunda imersão histórica para compreender as origens da nossa época, a emergência e estruturação da economia de mercado, do mercado auto-regulável.

Em sua obra *A grande transformação* Polanyi questiona de forma contundente o tratamento dispensado pelos economistas, particularmente Adam Smith, ao homem enquanto um ser com propensão natural de barganhar. Uma proposição que atravessou séculos e se impõe até os dias atuais. Esta propensão estaria na raiz das atividades econômicas, ou melhor, ela é que dinamiza, movimenta as buscas humanas e que sustenta a formação de mercados. É nesse sentido que, para Polanyi (2000, p. 63):

Um pensador do quilate de Adam Smith sugeriu que a divisão do trabalho na sociedade dependia da existência de mercados ou, como ele colocou, da “propensão do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra”. Esta frase resultou, mais tarde, no conceito do Homem Econômico. Em retrospecto, pode-se dizer que nenhuma leitura errada do passado foi tão profética do futuro. Na verdade, até a época de Adam Smith, essa propensão não se havia manifestado em qualquer escala considerável na vida de qualquer comunidade pesquisada e, quando muito, permanecia como aspecto subordinado da vida econômica. Uma centena de anos mais tarde, porém, já estava em pleno funcionamento um sistema industrial na maior parte do planeta e, prática e teoricamente, isto significava que a raça humana fora sacudida em todas as suas atividades econômicas, se não também nas suas buscas políticas, intelectuais e espirituais, por essa propensão particular.

Para Polanyi, a alegada predileção do homem primitivo por ocupações lucrativas não tinha fundamentação antropológica. Polanyi se debruçou sobre as análises de vários povos, tribos e etnias para comprovar o erro de leitura que correu e corre pelos meandros do pensamento econômico. O propalado axioma da predileção por atividades econômicas lucrativas gerou estranhas atitudes em relação à história primitiva do homem. Surgira aqui uma outra interpretação errada, a de que o homem primitivo tinha, na verdade, uma psicologia comunista ao invés de uma capitalista. Diante disso, os historiadores econômicos passaram a relegar a economia primitiva à pré-história e embasaram seus estudos em períodos da história em que a permuta e a troca existiam em grau considerável.

Esse fato favoreceu a perspectiva de uma psicologia de mercado, em que se estabelecia o que fora eventualmente estabelecido, e, portanto, de um sistema de mercado. Polanyi propugnou então a ligação da história econômica com a antropologia social para desfazer essa perspectiva estreita da psicologia de mercado baseada na propensão do homem às trocas e às atividades lucrativas. De acordo com Polanyi (2000, p. 64):

a mesma tendência que levou Adam Smith a ver o homem primevo como inclinado à barganha e à permuta induziu seus sucessores a descartar todo interesse no homem primitivo, uma vez que já se sabia que ele *não* se inclinava para essas louváveis paixões. A tradição dos economistas clássicos, que tentaram basear a lei do mercado na alegada propensão do homem no seu estado natural, foi substituída por um abandono de qualquer interesse na cultura do homem “não-civilizado” como irrelevante para se compreender os problemas da nossa era.

A partir dessa constatação, baseada em pesquisas históricas e antropológicas, Polanyi afirma categoricamente que a regra é que a economia do homem está submersa em relações sociais. Não é posse de bens materiais, para salvaguardar o interesse individual, que motiva as ações humanas. O que os seres humanos defendem é a situação social, o patrimônio social. Assim, para Polanyi (2000, p. 65):

Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas.

Para a sua defesa de que as motivações não-econômicas dirigem o sistema econômico, Polanyi recorre a estudos empíricos de uma comunidade da Melanésia Ocidental. Uma observação interessante aqui é que o objetivo do autor era mostrar como e por que as motivações econômicas se originam no contexto social. Na análise dessa comunidade ele não levou em conta a sua organização sexual e territorial, que sofre a influência do costume, da lei, da magia e da religião. Polanyi explica que há um ponto negativo de concordância entre os etnógrafos modernos, qual seja: “a ausência da motivação de lucro; a ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração; a ausência do princípio do menor esforço; e, especialmente, a ausência de qualquer instituição separada e distinta baseada em motivações econômicas” (POLANYI, 2000, p. 67).

Ora, se é no contexto social que se originam as motivações econômicas, como explicar a produção e a distribuição nas comunidades e nas sociedades? A reciprocidade e a redistribuição são fatores essenciais na ordem da produção e da distribuição. Sobre essa questão, Polanyi (2000, p. 67) argumenta que:

A resposta é fornecida, em sua maior parte, por dois princípios de comportamento não associados basicamente à economia: *reciprocidade e redistribuição*. Para os ilhéus de Trobriand da Melanésia Ocidental, que servem como ilustração deste tipo de economia, a reciprocidade atua principalmente em relação à organização sexual da sociedade, isto é, família e parentesco. A redistribuição é importante principalmente em relação a todos aqueles que têm uma chefia em comum e têm, assim, um caráter territorial.

É relevante ressaltar que Polanyi estuda, histórica e socialmente, as formas pelas quais o processo econômico é instituído no tempo e no espaço, ou seja, em diferentes comunidades e sociedades. Na verdade, as formas de integração, baseadas na reciprocidade e na redistribuição, são essenciais na compreensão dos sistemas econômicos. A reciprocidade e a redistribuição é que asseguram o funcionamento de um sistema econômico. Mas, e se as comunidades em questão não possuem a ajuda de registros escritos nem uma administração complexa, como elas podem assegurar o funcionamento da economia? Segundo o autor, isso só é possível com a ajuda de padrões como a simetria e a centralidade.

No caso da simetria, ela é muito frequente na organização social de povos iletrados. A simetria facilita a reciprocidade. Para Polanyi, a “marcante ‘dualidade’ que encontramos em subdivisões tribais colabora para a união de relações individuais, ajudando assim o tomar-e-dar de bens e serviços na ausência de registros permanentes” (POLANYI, 2000, p. 68). Então, atos de dar-e-tomar, ao obedecerem a um padrão simétrico, estão presentes nas subdivisões da tribo, na localização de povoados e nas relações intertribais, ampliando a reciprocidade. Por outro lado, para Polanyi (2000, p. 69), o padrão institucional da centralidade que está presente, de alguma forma, em todos os grupos humanos:

fornece um conduto para a coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços. Os membros de uma tribo de caçadores geralmente entregam a caça ao chefe para a redistribuição. É da natureza da caça que o rendimento seja irregular, ale de ser o resultado do esforço coletivo. Sob condições como essas, não seria praticável qualquer outro método de partilha a não ser que o grupo se desfaça após cada expedição. Assim, em todas as economias desse tipo existe uma necessidade semelhante, seja o grupo numeroso ou não. Quanto maior for o território e quanto mais variado o produto, mais a

redistribuição resultará numa efetiva divisão do trabalho, uma vez que ela ajudará a unir grupos de produtores geograficamente diferenciados.

Portanto, Polanyi quer demonstrar com esses estudos que, nas relações econômicas em muitas comunidades, não é consentida a ideia de lucro; não se dá crédito às disputas e regateios; e é visto como virtude o dar graciosamente. Ora, onde está então a propensão à barganha, à permuta e à troca? Ela simplesmente não aparece, porque “o sistema econômico é mera função da organização social” (POLANYI, 2000, p. 69).

No entanto, Polanyi não para aí. Ele quer entender as razões que levaram os mercados a controlar a sociedade humana e se a imporem de forma auto-regulável. Trata-se de um processo histórico e social bastante complexo. Por exemplo, a partir do século XVI houve um aumento do número e da importância dos mercados. Mas, nesses mercados os regulamentos e os regimentos ainda eram muito severos. Assim, a ideia de um mercado auto-regulável ainda estava ausente.

A relação entre o motivo da barganha ou da permuta e a formação de um padrão de mercado foi capaz de criar uma instituição específica, o mercado, o qual, ao controlar o sistema econômico, passou a dirigir a sociedade como um acessório. Este fato alterou profundamente a organização da sociedade, pois o fator econômico passou a ser determinante para a existência da sociedade. Nesse sentido, as relações sociais é estão embutidas no sistema econômico e não o contrário. Sendo assim, a sociedade “tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado” (POLANYI, 2000, p. 77).

O processo histórico de transformação de mercados isolados numa economia de mercado, de mercados reguláveis num mercado auto-regulável, tem, conforme Polanyi, seu auge no século XIX. Havia a visão ingênua de que a difusão dos mercados produzira naturalmente o mercado auto-regulável. De acordo com Polanyi (2000, p. 77):

Não se compreendeu que a engrenagem de mercados num sistema auto-regulável de tremendo poder não foi o resultado de qualquer tendência inerente aos mercados em direção à excrescência, e sim o efeito de estimulantes altamente artificiais administrados ao corpo social, a fim de fazer frente a uma situação criada pelo fenômeno não menos artificial da máquina. Não foi reconhecida a natureza limitada e não expansiva do padrão de mercado como tal; e, no entanto, é este o fato que emerge com toda clareza da moderna pesquisa.

Uma questão importante que deve ser ressaltada nas análises de Polanyi sobre o desenvolvimento da economia de mercado diz respeito ao papel dos mercados locais. Para ele, os mercados locais protegiam a organização econômica, vigente na sociedade, de interferências oriundas das práticas de mercado. Cerimônias e rituais eram realizados para garantir o funcionamento dos mercados locais nos seus estreitos limites. O autor considera o nascimento das cidades e a civilização urbana uma consequência dos mercados. As cidades protegiam os mercados e os impediam de se expandirem pelo campo e, conseqüentemente, de se enraizarem na organização econômica da sociedade.

No entanto, o desenvolvimento do mercado nacional promoveu rupturas e fissuras no sistema de proteção dos mercados locais sustentado pelas municipalidades. Os particularismos, tanto do comércio local quanto do intermunicipal, foram destruídos pela ação deliberada do Estado nos séculos XV e XVI. O mercado nacional ignorou crescentemente a distinção entre cidade e campo. Para Polanyi, as regulamentações e os mercados cresceram juntos.

Nesse contexto, ocorre uma inversão significativa em torno da estrutura, da força e da capacidade de influência do sistema econômico sobre a sociedade. A absorção do sistema econômico pelo sistema social sofre profundas alterações com a emergência da ideia da auto-regulação, ou melhor, a ideia do mercado auto-regulável passa a ser imposta cada vez mais à sociedade. Este é um pressuposto fundamental da economia de mercado. Assim, na explicação das origens da economia de mercado, Polanyi (2000, p. 89) faz as seguintes considerações:

Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo autor-regulável. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários. Ela pressupõe mercados nos quais o fornecimento dos bens disponíveis (incluindo serviços) a um preço definido igualarão a demanda a esse mesmo preço. Pressupõe também a presença do dinheiro, que funciona como poder de compra nas mãos de seus possuidores. A produção será, então, controlada pelos preços, pois os lucros daqueles que dirigem a produção dependerão dos preços, pois estes formam rendimentos, e é com a ajuda desses rendimentos que os bens produzidos são distribuídos entre os membros da sociedade. Partindo desses pressupostos, a ordem na produção e na distribuição de bens é assegurada apenas pelos preços.

Na verdade, a auto-regulação implica que os problemas da produção e dos rendimentos devem ser resolvidos pelas vendas no mercado. Assim, devem existir mercados

para todos os produtos da indústria, inclusive para o trabalho, a terra e o dinheiro. Preços e rendas estão intrinsecamente relacionados, isto é, a renda de quem fornece o dinheiro é juro; a renda de quem fornece a terra é o aluguel; a renda de quem vende a força de trabalho é o salário; e a renda de quem vende as mercadorias é o lucro. Portanto, as mercadorias, a força de trabalho, o uso da terra e o uso do dinheiro são vendidos em mercados que se auto-regulam.

Ainda, segundo Polanyi, para que exista um mercado auto-regulável é necessária uma exigência mínima, ou seja, a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política. Para a sociedade como um todo, essa separação reforça a existência de um mercado auto-regulável. No entanto, é falsa a conclusão de que em todos os tipos de sociedade pode ser observada a separação entre a esfera econômica e a esfera política. De acordo com Polanyi (2000, p. 92):

É verdade que nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e distribuição de bens. Entretanto, isto não implica a existência de instituições econômicas separadas. Normalmente a ordem econômica é apenas uma função da social, na qual ela está inserida. Como já demonstramos, não havia um sistema econômico separado na sociedade, seja sob condições tribais, feudais ou mercantis. A sociedade do século XIX revelou-se, de fato, um ponto de partida singular, no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta.

As considerações de Polanyi nos ajudam, portanto, a compreender que existe todo um processo histórico, entrelaçado por múltiplas forças e ações humanas, na constituição da economia de mercado. A questão histórica e a questão social são imprescindíveis para essa compreensão. Isso demonstra a fragilidade (e a força) da ideia de que o homem é um ser naturalmente voltado para a barganha e a permuta.

Demoramos sobre essas considerações, e por mais um pouco nos fixaremos nelas, para demonstrarmos que, de fato, os estudos de Polanyi têm uma relação essencial com a sociologia econômica, uma vez que a historicidade e as pesquisas empíricas são fatores que dão sustentabilidade à sociologia econômica enquanto ciência. Essa questão será mais bem esclarecida em outra parte desta tese. Voltemos às reflexões de Polanyi.

A Inglaterra do século XVIII, e a Revolução Industrial que a sacudiu, é palco de observações minuciosas de Polanyi. Entender o que se passa na Inglaterra nesse período, especialmente o que se passa com o trabalho e a civilização rural inglesa, é entrar nas sendas históricas da formação da economia de mercado. A inclusão do trabalho na economia de

mercado apontava para uma grande destruição do tradicional tecido da sociedade inglesa. De acordo com Polanyi, a criação de um mercado de trabalho na Inglaterra enfrentou forte resistência, mesmo no período mais dinâmico da Revolução Industrial. Essa resistência estava relacionada com a Speenhamland Law⁶.

Portanto, no novo sistema industrial, o mercado de trabalho foi o último dos mercados a ser organizado. Ele entrou no sistema econômico com o processo de desenvolvimento da economia de mercado. Mas, a grande questão girava em torno da contradição entre as vantagens econômicas de um mercado de trabalho livre e a destruição social que ele provocaria. Por isso que a Speenhamland Law foi imposta à sociedade inglesa. Como ela era insuficiente em relação às condições desumanas de trabalho, novas formas de proteção, novas regulamentações foram introduzidas no sistema na tentativa de frear o próprio mecanismo de mercado. Instituições protetoras, como sindicatos e leis fabris, eram adaptadas às exigências do mecanismo econômico. No entanto, o sistema social foi desmantelado.

A terrível situação em que se encontrava a população rural e os trabalhadores urbanos na Inglaterra do século XVIII e começo do XIX, a desestruturação de seu tecido social gerava uma provocação sobre as razões daquela situação e as saídas mais pertinentes que deveriam ser implantadas e seguidas.

As razões foram corajosamente apontadas, estudadas com propriedade e exaustivamente discutidas por Marx e Engels. No entanto, as saídas seguiram o ideal utópico de uma economia de mercado. O marxismo, enquanto base fundamental de uma sociologia econômica crítica e reflexiva, começa a entrar com um grau de relevância crescente nesta tese. A relação entre economia e sociedade está presente de forma contundente nas obras de Marx, Engels, Lukács e Mészáros. Sem os estudos e as reflexões críticas desses pensadores a sociologia econômica pode ser tão somente um instrumento nas mãos das elites intelectuais, institucionais, econômicas e políticas para a manutenção do *status quo* dominante.

Mas, voltemos um pouco mais a Polanyi para, logo a seguir, discutirmos algumas considerações de Engels sobre a Inglaterra em foco. Com o início do capitalismo industrial,

⁶ Na Inglaterra, tanto a terra como o dinheiro foram mobilizados antes do trabalho. Este se viu impedido de formar um mercado nacional pelas restrições estritamente legais impostas à sua mobilidade física: o trabalhador estava praticamente restrito à sua paróquia. O Act of Settlement (Decreto de Domicílio) de 1662, que estabeleceu as regras da assim chamada servidão paroquial, só foi abrandado em 1795. Esse passo tornaria possível o estabelecimento de um mercado nacional de trabalho se não tivesse surgido, no mesmo ano, a Speenhamland Law ou “sistema de abonos”. A intenção dessa lei tinha um sentido oposto, isto é, o de reforçar poderosamente o sistema paternalista da organização de trabalho, nos moldes herdados dos Tudors e dos Stuarts. Os juízes de Berkshire, num encontro no Pelikan Inn, em Speenhamland, próximo a Newbury, em 6 de maio de 1795, numa época de grande perturbação, decidiram conceder abonos, em aditamento aos salários, de acordo com uma tabela que dependeria do preço do pão. Assim, ficaria assegurada ao pobre uma renda mínima independente dos seus proventos. (Polanyi, 100)

em 1834, a Poor Law Reform foi introduzida. A Speenhamland Law – que havia devorado “parte da medula da sociedade”, resguardado a Inglaterra rural e a população trabalhadora em geral contra o funcionamento total do mecanismo de mercado – havia sido revogada. Era uma situação desastrosa em termos socioeconômicos. A economia de mercado e a transformação do trabalho em mercadoria se firmam e se desenvolvem historicamente. Vejamos como Polanyi (2000, p. 126) se refere a este fato:

Na ocasião que foi revogada [a Speenhamland Law], grandes massas da população trabalhadora pareciam mais espectros de um pesadelo do que seres humanos. Mas, se os trabalhadores estavam fisicamente desumanizados, as classes dominantes estavam moralmente degradadas. A unidade tradicional de uma sociedade cristã cedia lugar a uma negação de responsabilidade por parte dos ricos em relação às condições dos seus semelhantes. As Duas Nações assumiam a sua forma. Para espanto dos pensadores da época, uma riqueza nunca vista passou a ser a companheira inseparável de uma pobreza nunca vista. Os estudiosos proclamavam, em uníssono, a descoberta de uma nova ciência que colocava além de qualquer dúvida as leis que governam o mundo dos homens. Em obediência a essas leis, a compaixão não habitava mais os corações e a determinação estóica de renunciar à solidariedade humana, em nome da maior felicidade para um número maior de pessoas, adquiriu a dignidade de uma religião secular. O mecanismo do mercado defendia seus direitos e reivindicava seu acabamento: o trabalho humano teve que transformar-se em mercadoria. O paternalismo reacionário tentara em vão resistir a essa necessidade. Fugindo aos horrores da Speenhamland, os homens correram cegamente para o abrigo de uma utópica economia de mercado.

A transformação do trabalho humano em mercadoria foi, de fato, indispensável para o desenvolvimento da economia de mercado. A destruição do tecido social e a formação do proletariado na Inglaterra da época da Revolução Industrial são magistralmente discutidas por Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. A introdução das máquinas, a formação de novos mercados, a desestruturação das famílias, o assalariamento e as precárias condições de trabalho, a acumulação de capital e a dominação de classe compõem e recompõem o tecido social numa dinâmica cheia de contradições e de desvalorização do ser humano. Assim, para Engels (2008, p. 45):

Antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente sua existência porque o mercado interno – quase o único mercado – era ainda decisivo para a demanda de tecidos e porque o poder esmagador da concorrência, que se desenvolveu mais tarde, com a conquista de mercados externos e com o

alargamento do comércio, não incidia sensivelmente sobre o salário. A isso se somava um constante crescimento da demanda do mercado interno, ao lado de um diminuto aumento populacional, o que permitia ocupar todos os trabalhadores que, ademais, não concorriam ativamente entre si, dado seu isolamento no campo. Por outra parte, o tecelão às vezes podia economizar e arrendar um pequeno pedaço de terra, que cultivava nas horas livres, escolhidas segundo sua vontade, posto que ele mesmo determinava o tempo e a duração de seu trabalho. É verdade que era um pobre camponês, que lavrava a terra com pouco cuidado sem grande proveito; mas não era um proletário: tinha – como dizem os ingleses – um pé na sua terra pátria, possuía uma habitação e situava-se num escalão social acima do moderno operário inglês.

É exatamente esse tecido social discutido por Engels que é despedaçado pelo avanço da economia de mercado. O desenvolvimento e a introdução das máquinas – que dependem essencialmente do próprio trabalho para as suas invenções, construções e manutenções –, o aumento da velocidade de ampliação dos mercados, a valorização crescente das coisas e do capital, a degradação da vida humana, tudo isso promove uma desconfiguração das relações sociais, produz riqueza e pobreza, intensifica os conflitos sociais e políticos. Com as máquinas, os trabalhadores são cada vez mais desvalorizados, devem se adaptar a elas, ter uma produtividade crescente na produção de mercadorias. Para Engels (2000, p. 50), com as invenções, aperfeiçoadas ano a ano:

decidiu-se nos principais setores da indústria inglesa a *vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual* e toda a sua história recente nos revela como os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas. As consequências disso foram, por um lado, uma rápida redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comércio de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comércio e da indústria, a conquista de quase todos os mercados estrangeiros não protegidos, o crescimento veloz dos capitais e da riqueza nacional; por outro lado, o crescimento ainda mais rápido do proletariado, a destruição de toda a propriedade e de toda a segurança de trabalho para a classe operária, a degradação moral, as agitações políticas e todos os fatos que tanto repugnam aos ingleses proprietários.

O movimento que a economia de mercado faz para envolver a terra, o trabalho e o capital nas suas engrenagens funcionais é inovador e devastador. Como vimos, Polanyi identificou com propriedade esse movimento. Além da transformação da terra em mercadoria, em que a propriedade da terra passa para as mãos de outros possuidores e cultivadores, Engels (2000, p. 56) vê outras razões para a sacudida que sofre a agricultura. Segundo ele:

Os grandes fazendeiros investiram capital na melhoria dos solos, destruíram os pequenos muros divisórios inúteis, drenaram e adubaram a terra, utilizaram instrumentos melhores e introduziram a rotação sistemática das culturas (*cropping by rotation*). Também eles foram auxiliados pelo progresso das ciências: sir Humphrey Davy aplicou com êxito a química à agricultura e o desenvolvimento da mecânica trouxe-lhes um sem-número de vantagens. Ademais, em consequência do aumento da população, a demanda por produtos agrícolas cresceu tanto que, entre 1769 e 1836, foram aproveitadas 6.840.540 jeiras inglesas de terras até então incultas – e, apesar disso, a Inglaterra passou de exportador a importador de trigo.

Na verdade, toda a sociedade inglesa é sacudida, varrida por um vendaval de proporções gigantescas no cotidiano das relações sociais, no sistema produtivo, no uso da terra, nas relações de trabalho, no uso do dinheiro, no aumento populacional e na organização política. Novas máquinas, novas configurações dos fatores de produção, novas formas de organizar o trabalho e de produzir riqueza, novas mercadorias e a criação de novas necessidades produzem uma sociedade cada vez mais complexa. Sem dúvida, o marxismo olha com cuidado a relação da sociedade com a economia. No entanto, a sociologia econômica lança dúvidas em torno do poder fortemente determinante dos fatores econômicos sobre as relações sociais. Assim, como fica a sociologia econômica em relação às reflexões que o marxismo faz sobre o capitalismo, o sistema do capital, enfim o poder determinante da economia?

Esta é uma questão muito relevante e sobre a qual queremos lançar ainda mais indagações, mas que procuraremos discuti-la ao longo de nossa exposição. Uma dessas indagações nos faz voltar a Polanyi. Ora, se o fator econômico passa a ser decisivo e determinante das formas de sociabilidade, principalmente quando se considera as relações de trabalho como determinantes das relações sociais, o que pensar sobre o poder de determinação dos fatores sociais? Vamos analisar, por exemplo, a seguinte afirmação de Polanyi (2000, p. 184):

O mito liberal da conspiração coletivista deve ser dissipado inteiramente antes de se colocar a nu a verdadeira base das políticas do século XIX. Essa fábula alega que o protecionismo foi apenas o resultado dos sinistros interesses agrários dos fabricantes e dos sindicalistas que arruinaram, de forma egoísta, a maquinaria automática do mercado. De uma outra forma e com uma tendência política oposta, naturalmente, os partidos marxistas argumentavam em termos igualmente seccionais. (Não é relevante, aqui, o fato da filosofia básica de Marx centralizar na totalidade da sociedade e na natureza não-econômica do homem). O próprio Marx seguiu Ricardo ao definir as classes em termos econômicos e a exploração econômica foi, sem dúvida, um aspecto da era burguesa.

Esta análise de Polanyi bate de frente com a concepção marxista de classe. Haveria um erro de fundo na análise da sociedade de mercado compartilhado por marxistas e liberais. Como se vê, a partir de várias considerações aqui mencionadas, particularmente a citação acima, Polanyi expõe, confirma e critica a exploração econômica e a tendência destrutiva da economia de mercado baseada no mercado auto-regulável. Mas, enxerga na teoria de classe uma perspectiva limitada para compreender a sociedade, ou seja, para ele, os meros interesses de classe não explicam satisfatoriamente qualquer processo social a longo prazo. E a teoria econômica liberal, tão criticada por ele, teria encontrado um poderoso apoio numa estreita teoria de classe.

Por outro lado, o antagonismo de classe não é um retrato fiel da realidade desumana, historicamente construída, que permeia a sociedade capitalista do princípio de sua formação aos dias atuais? Por exemplo, vejamos como Engels (2008, p. 115) narra a situação dos operários na Inglaterra de meados do século XIX, depois de ter percorrido por muitos meses várias cidades inglesas, suas ruas e casas:

As grandes cidades são habitadas principalmente por operários, já que, na melhor das hipóteses, há um burguês para dois, muitas vezes três e, em alguns lugares, quatro operários; esses operários nada possuem e vivem de seu salário, que, na maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana. A sociedade, inteiramente atomizada, não se preocupa com eles, atribuindo-lhes o encargo de prover suas necessidades e as de suas famílias, mas não lhes oferece os meios para que o façam de modo eficaz e permanente. Qualquer operário, mesmo o melhor, está constantemente exposto ao perigo do desemprego, que equivale a morrer de fome e são muitos os que sucumbem. Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, *num único cômodo vive uma família inteira*; o interior das casas é miserável: chaga-se mesmo à ausência total dos móveis mais indispensáveis. O vestuário dos operários também é, por regra geral, muitíssimo pobre e, para uma grande maioria, as peças estão esfarrapadas. A comida é frequentemente ruim, muitas vezes imprópria, em muitos casos – pelo menos em certos períodos – insuficientes e, no limite, há mortes por fome. A classe operária das grandes cidades oferece-nos, assim, uma escala de diferentes condições de vida: no melhor dos casos, uma existência momentaneamente suportável – para um trabalho duro, um salário razoável, uma habitação decente e uma alimentação passável (do ponto de vista do operário, é evidente, isso é bom e tolerável); no pior dos casos, a miséria extrema – que pode ir da falta de teto à morte pela fome; mas a média está muito mais próxima do pior que do melhor dos casos.

Depois de mais de 150 anos desta narração feita por Engels sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, é certo que o capitalismo passou por mudanças e reformas

profundas. Em meio a crises econômicas de grandes proporções, como a de 1929, das décadas de 1970, 1990 e a do final dos anos 2000; de duas grandes guerras mundiais; da guerra fria e da corrida armamentista; de guerras localizadas e de inúmeros conflitos, como os do Oriente Médio, da Índia, China, Afeganistão e Paquistão; em meio a várias revoluções tecnológicas e técnico-científicas; enfim, em meio a tudo isso e a uma concomitante produção de riqueza em volumes excepcionais, perguntamos pela situação da grande maioria dos trabalhadores do mundo contemporâneo.

Discutiremos essas questões em outra parte da tese. Continuemos a analisar outras considerações de Polanyi sobre a questão das classes e da posição dos liberais e dos marxistas a respeito das ações econômicas no contexto social. Polanyi (2000, p. 184), ao se referir à definição das classes em termos econômicos, afirma que:

No marxismo popular isto levou a uma incipiente teoria de classe do desenvolvimento social. A pressão por mercados e zonas de influência foi simplesmente atribuída à motivação do lucro de um punhado de financistas. O imperialismo foi explicado como uma conspiração capitalista para induzir governos a se lançarem a guerras no interesse dos grandes negócios. Atribuía-se as guerras a esses interesses, combinados aos das firmas de armamentos que adquiriam, miraculosamente, a capacidade de levar nações inteiras a políticas fatais, contrárias a seus interesses vitais. De fato, liberais e marxistas estavam de acordo ao inferir o movimento protecionista a partir da força dos interesses seccionais; em responsabilizar as tarifas agrárias pela força política dos latifundiários reacionários; em fazer da fome de lucro dos magnatas industriais a responsável pelo crescimento das formas monopolísticas de empresa; em apresentar a guerra como resultado da agressividade dos negócios.

Para Polanyi, portanto, os liberais se apoiam numa teoria de classe para sustentar sua perspectiva econômica. Nesse sentido, liberais e marxistas, ao defenderem a perspectiva das classes em oposição, acabaram por apresentar proposições idênticas. O protecionismo do século XIX seria assim o resultado da ação de classe, isto é, da ação das classes para atender aos seus interesses econômicos. Além disso, para Polanyi (2000, p. 185), o “destino das classes é muito mais determinado pelas necessidades da sociedade do que o destino da sociedade é determinado pelas necessidades das classes”.

Por outro lado, como ficam os interesses de classe? Afinal de contas, eles têm algum poder na mudança social? Na verdade, Polanyi não coloca a questão econômica como determinante da existência das classes sociais, ou seja, as classes não existem e não agem por motivos meramente econômicos. Como as ações econômicas estão enraizadas na sociedade, muitos outros fatores as influenciam. Por isso que, para ele, os interesses seccionais são o

veículo natural da mudança social e política. O próprio Polanyi (2000, p. 186) se refere a essa questão da seguinte forma:

Qualquer que seja a fonte da mudança, guerra ou comércio, invenções assombrosas ou mudanças nas condições naturais, as várias seções da sociedade procurarão métodos diferentes de ajustamento (inclusive pela força) e conciliarão seus interesses de modo diferente dos escolhidos por outros grupos, os quais talvez até procurem conduzir. Daí, somente quando se pode apontar o grupo ou grupos que efetuarão a mudança, pode-se explicar *como* essa mudança ocorreu. Entretanto, a causa última é estabelecida por forças externas e a sociedade depende das forças internas apenas para o mecanismo da mudança. O “desafio” é para sociedade como um todo; a “resposta” chega através de grupos, seções e classes.

Enfim, conforme Polanyi, o reconhecimento social afeta mais o comportamento de classe do que as questões puramente econômicas como as que afetam o desejo-satisfação. Assim, são questões basicamente não-econômicas, como a posição, o lugar, o *status* e a segurança que se relacionam mais diretamente com os interesses de classe.

Então, uma questão central para a sociologia econômica é estudar os mercados como estruturas sociais. Isso significa que os mercados não se estruturam apenas a partir de interesses econômicos. Para Abramovay (2004, p. 34), para compreendermos o funcionamento dos mercados temos que estar atentos à subjetividade dos agentes econômicos, à diversidade e à história de suas formas de coordenação, às representações mentais, à confiança, aos negócios, ao cumprimento de contratos, à realização de direitos. Evidentemente que a racionalidade dos atores é importante, mas ela não é suficiente para a ação, uma vez que indivíduos e grupos agem socialmente. Nesse sentido, o contexto limita a racionalidade e crenças, e normas a influenciam.

Para Swedberg (2004), a sociologia econômica carece hoje de um corpo teórico unificado. Por exemplo, o projeto de enraizamento – o fato de que as ações econômicas não estão assentadas apenas em relações sociais, mas também em redes, por exemplo, de firmas, de diretores interconectados, em torno de interações econômicas que não podem ser classificadas nem como costumes nem como alguns tipos de organização econômica, de grupos de compradores e vendedores, de amigos e conhecidos, etc. – foi bastante testado e ampliado por Granovetter, seus alunos e seguidores. Essa abordagem passou a enfrentar algumas críticas e desafios sobre a sua eficácia e capacidade de compreender a ação econômica e sua imersão social. É nesse sentido que, para Swedberg (2004, p. 17):

Um desses desafios foi formulado por Pierre Bourdieu, que criticou tal enfoque por sua incapacidade em lidar com fatores estruturais (cf. Bourdieu, 2000). O conceito de campo, ao contrário, pode lidar facilmente com o impacto da estrutura, no entender de Bourdieu. Outros críticos atribuem a Granovetter certo fracasso ao lidar com o conceito de instituições e, de modo mais geral, ao manejar os macrotópicos na economia (cf. Nee e Ingram, 1998; sobre a sugestão de que as instituições podem ser conceituadas como “redes congeladas”, cf. Granovetter, 1992). Até que ponto os sociólogos econômicos devem apelar à teoria dos jogos constitui outro tópico recém-formulado, e para o qual o enfoque do “enraizamento” e outras idéias dominantes em sociologia econômica proporcionam hoje pouca orientação (cf. Swedberg, 2001). Como se sabe, nos últimos anos as principais revistas acadêmicas norte-americanas de sociologia têm incluído análises baseadas na teoria dos jogos. Mas os sociólogos econômicos sempre guardaram reservas diante dessa teoria. Podem, no máximo, ter demonstrado simpatia pela tentativa de misturar a análise empírica com a teoria dos jogos, em algo conhecido pela designação de “narrativas analíticas”, as quais podem ser exemplificadas pelo trabalho significativo de Avner Greif sobre as organizações de negócios na Idade Média (1998). Em resumo, podemos concluir que a sociologia econômica carece hoje de um corpo teórico unificado.

Assim, conforme Swedberg (2004), os mercados, as redes, as firmas, a moeda e seus diferentes tipos fazem parte da agenda da sociologia econômica nas duas últimas décadas. Também o papel do *status* tem sido estudado por alguns sociólogos da economia. Enfim, a despeito da sociologia econômica não constituir um corpo teórico unificado, ela é relevante no combate à ideia fixa e fictícia do livre mercado abstrato acima de todo ser humano.

O fato é que a sociologia econômica ganha corpo teórico e científico nos últimos anos. Seja na França, na Alemanha ou nos Estados Unidos o seu envolvimento nos estudos dos mercados e suas dimensões sociais, assim como seus questionamentos à predominância do pensamento econômico do mercado auto-regulável, cresce significativamente. Então, de acordo com Abramovay(2004, p. 38):

É bem verdade que tanto a tradição francesa originária de Émile Durkheim e Marcel Mauss como os autores de formação marxista nunca abandonaram o estudo da vida econômica. Os primeiros trabalhos de Pierre Bourdieu são hoje amplamente citados na literatura internacional, e o conceito básico que lhe é subjacente (*habitus*) é bastante divulgado nas escolas de sociologia norteamericanas. Mas é a partir de meados dos anos de 1980 que se desenvolve, sobretudo nos Estados Unidos, um conjunto de trabalhos baseados no uso de instrumentos conceituais estranhos à teoria econômica – seja ela neoclássica, marxista, seja keynesiana – para explicar aquilo que até então parecia o domínio exclusivo dos economistas. Os mercados passam a ser encarados como formas de coordenação social caracterizadas por conflitos, dependências, estruturas e imprevisibilidades muito distantes da imagem canônica consagrada na teoria do equilíbrio geral. Nessa

reaproximação disciplinar – que atinge a economia e o direito (law and economics), o direito e a política (com os trabalhos de Norberto Bobbio) –, destaca-se o surgimento, no início dos anos de 1980, da chamada nova sociologia econômica, que faz parte de um movimento geral de questionar alguns dos pressupostos comportamentais básicos da tradição neoclássica, num registro diferente daquele que marca a crítica a ela dirigida pelos próprios economistas.

Sobre a estruturação histórica e o sentido da sociologia econômica, até aqui, fizemos referência a alguns pensadores que se destacam, porque se ocupam mais dela em seus estudos, como uma forma de situarmos a sociologia econômica no tempo, no espaço e na sua correlação, objeto principal desta tese, com o sistema do capital e seus dilemas. Assim, para finalizarmos este capítulo, analisaremos algumas questões postas por Neil Fligstein, um pensador que se destaca na sociologia econômica norte-americana.

Existe uma ideia básica e muito forte, principalmente na sociologia econômica norte-americana, de que as sociedades de mercado promoveram o progresso, o desenvolvimento econômico, a criação de muita riqueza e de mais e maiores oportunidades para a grande maioria das pessoas. Para compreender esta realidade, que foi proporcionada pelo sistema capitalista, nós temos de ter a capacidade de entender os próprios mercados como construções sociais. Para isso, nós devemos analisar os mercados como estruturas arquitetônicas, construídas por múltiplas forças e ações. O capitalismo é uma realidade dinâmica que funciona a partir das ações individuais e institucionais. A dinâmica capitalista, empreendida por atores num ambiente de jogo e competição, aponta sempre para uma estabilização. Há uma arquitetura dos mercados que deve ser analisada com maior profundidade e extensão. Um dos principais estudiosos desta questão na atualidade é Neil Fligstein, professor de sociologia da Universidade da Califórnia, Berkeley.

Em sua obra *The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies*, Fligstein afirma que a sociedade de mercado produziu mais renda, riqueza, bens e serviços do que qualquer outra forma de organização social. Grandes grupos de seres humanos, muitos deles separados por imensas distâncias geográficas, sofreram e promoveram mudanças sociais no contexto de uma sociedade de mercado.

Segundo Fligstein (2001), para muitos analistas e observadores, a tecnologia e a competição são as responsáveis pela produção da riqueza. Novos mercados são formados pelas rupturas tecnológicas num processo de acirramento da competição, para a busca de oportunidades e para a capacidade de se fabricar produtos mais eficientes, de melhor qualidade e mais baratos. Muitas vezes, de forma não intencional, novos produtos

reconfiguram a economia. Por exemplo, as estradas de ferro, a eletricidade, os telefones, os automóveis, os produtos farmacêuticos e os computadores criaram possibilidades para as pessoas construírem novos mercados.

Mas, para Fligstein essa explicação simplifica a complexidade que caracteriza a sociedade de mercado. É interessante observar que este autor usa correntemente a expressão “sociedade de mercado” ao invés de “economia de mercado”. Muitas vezes, esta é uma interpretação típica da sociologia econômica.

Conforme Fligstein (2001), o dinamismo da formação e da operação dos mercados reais não existe sem um envolvimento profundo de empresários, administradores, trabalhadores, firmas e governos. Assim, é necessário conceitualizar oportunidades, imaginar caminhos, motivar outras pessoas a atingir certas finalidades, conseguir capital, garantir matérias-primas e construir uma organização. Também é necessário buscar interações estáveis em função dos competidores, bem como a abertura para as negociações constantes entre patrões e trabalhadores.

Nesse sentido, os mercados constituem verdadeiras estruturas arquitetônicas que envolvem muitas e diversas variáveis. Nelas estão presentes regras e leis sustentadas por governos, as quais são fundamentais para a estabilidade dos mercados modernos. Condições adversas, como guerras e pilhagens, desestabilizam os empresários. Por isso que as leis, por exemplo, as de patentes, são importantes para a estabilidade. Regras e leis governamentais contribuem para a garantia da qualidade de bens e serviços e de melhores condições de trabalho.

Para Fligstein, “a sociologia econômica é o estudo de como a produção material e o consumo das populações humanas dependem dos processos sociais para a sua estrutura e dinâmica⁷”. Conforme esse autor, a sociologia econômica tem expandido bastante suas pesquisas empíricas. Ele próprio analisa a estrutura da produção, ou seja, a sociologia dos mercados.

De acordo com Fligstein, a crítica, seja da literatura que foca os macroprocessos – por exemplo, pesquisas comparativas sobre a organização dos capitalismo nacionais, o desenvolvimento de sociedades do Terceiro Mundo, o processo de globalização, etc. –, seja da que foca os microprocessos – como a formação de uma indústria ou de um mercado particular, as estruturas sociais que afetam a estratégia de firmas, as práticas do mercado de

⁷ Economic sociology is the study of how the material production and consumption of human populations depend on social processes for their structure and dynamics. Cf. FLIGSTEIN, N. *The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies*. Princeton: Princeton University Press, 2002, p. 06.

trabalho, etc. – tem como alvo a perspectiva neoclássica dos mercados perfeitamente competitivos. Para ele, a sobrevivência dos atores nos mercados está diretamente relacionada com os diferentes aspectos das relações sociais entre esses atores. As estruturas sociais são múltiplas e podem produzir resultados de sucesso para as sociedades. É nesse sentido que, para Fligstein (2001, p. 7):

These relations are shaped by how and when markets were founded, who dominates them, and the social relations among producers and their suppliers, customers, and governments. In contradiction to theories of competitive markets, many markets have complex and stable social structures based on repeated interactions of buyers and sellers and on the status and reputation of market participants. It is also clear that firms have very different internal configurations that reflect these social processes⁸.

Um dos grandes problemas da teoria econômica moderna, para Fligstein, é a sua pretensão em ser uma teoria geral, que pode ser aplicada em todas as sociedades em todas as épocas, da forma das pessoas alocarem os recursos escassos para diferentes fins. No entanto, as pesquisas sociológicas e antropológicas demonstram exatamente o contrário, ou seja, a existência de diferentes e inúmeras formas de organização social da produção e da reprodução material. De acordo com Fligstein (2001, p. 08):

Three of the most important sociological classics, Karl Marx's *Capital*, Max Weber's *Economy and Society*, and Emile Durkheim's *The Division of Labor in Society*, view the modern market economy as an outcome of the deeper social processes that generated modernity. Karl Polanyi, an anthropologist, built on these understandings to consider how markets became the dominant form of social organization to structure material reproduction. These scholars distinguished between the material reproduction of human beings and the organization of that material reproduction. All societies had to solve the problem of material reproduction, but the exact form of economic organization varied from society to society.

One can recognize the influence of classical sociological theories, particularly Marx's and Weber's, in much of the new work in the sociology of markets. However, in general, the work borrows unsystematically from their ideas. Unlike the sociological classics, the modern sociology of markets rarely connects its theoretical ideas to a broader vision of society or societal change. Instead, most studies focus on their empirical object and

⁸ Estas relações são formadas na perspectiva de como e quando os mercados foram fundados, quem os domina, e as relações entre produtores e seus fornecedores, clientes e governos. Em contradição com as teorias dos mercados competitivos, muitos mercados têm estruturas sociais complexas e estáveis baseadas em interações repetitivas de compradores e vendedores e no status e reputação dos participantes do mercado. É claro também que as firmas têm configurações internas muito diferentes que refletem esses processos sociais.

the literature in which it is embedded. The element that holds the field together is its opposition to the neoclassical model of perfect competitions⁹.

Como podemos observar, a oposição ao modelo neoclássico das competições perfeitas é um dos pontos mais controversos e combatidos pela sociologia econômica desde os pensadores clássicos. Mas, a maneira da nova sociologia econômica se referir aos clássicos, como Marx e Weber, por exemplo, é muito variável e no geral seus trabalhos estão focados e imersos em objetos empíricos e literaturas específicas. Por outro lado, o próprio Fligstein menciona algumas limitações na visão dos clássicos, como, por exemplo, em Marx. Conforme Fligstein (2001, p. 12):

Marxist approaches to markets focus on the organization of economic elites and usually see them as controlling a given market or capturing Congress or regulatory agencies (for instance, Useem 1984; Mizuchi 1989; Mintz and Schwartz 1985). The organization of elites and their ability to co-opt political actors should not be underestimated. But one of the biggest problems of this approach is explaining disunity or conflict within elites. As markets come into existence and are transformed, economic elites frequently come into conflict with one another. One elite with a very different conception of doing business can overthrow other elites. A good example of this was the merger movement in the United States in the 1980s. Managers of many firms were thrown over by hostile management teams who bought the firm. In such circumstances the antagonists often ask the government to negotiate their conflict. The government has to decide whether to choose sides or to let the economic chips fall where they may. These conflicts can profoundly change the nature of business¹⁰.

⁹ Três das mais importantes obras sociológicas clássicas, *O capital* de Karl Marx, *Economia e Sociedade* de Max Weber, e *A divisão social do trabalho* de Emile Durkheim, visualizam a economia de mercado moderna como um resultado dos processos sociais mais profundos que geraram a modernidade. Karl Polanyi, um antropólogo, construiu estes entendimentos ao considerar as maneiras pelas quais os mercados se tornaram a forma dominante da organização social para a reprodução da estrutura material. Estes estudiosos distinguiram entre a reprodução material e a organização da reprodução material dos seres humanos. Todas as sociedades tiveram que resolver o problema da reprodução material, mas a forma exata da organização econômica variou de sociedade para sociedade.

Pode-se reconhecer a influência das teorias sociológicas clássicas, particularmente a de Marx e a de Weber, em grande parte do novo trabalho da sociologia dos mercados. No entanto, este novo trabalho não toma as ideias desses clássicos de forma sistemática. De modo diferente dos clássicos, a sociologia dos mercados moderna raramente associa suas ideias teóricas com uma visão mais ampla da sociedade ou da mudança social. Ao invés disso, a maioria dos estudos foca o seu objeto empírico e a literatura na qual está imersa. O elemento que mantém o campo conjuntamente é a sua oposição ao modelo neoclássico de competições perfeitas.

¹⁰ As abordagens marxistas dos mercados focam a organização das elites econômicas e geralmente as veem como controladoras de um dado mercado ou capturadoras do Congresso ou de agências reguladoras. A organização das elites e sua habilidade para cooptar atores políticos não deveriam ser subestimadas. Mas um dos grandes problemas desta abordagem é explicar a desunião ou conflito no interior das elites. Como os mercados existem e são transformados, as elites econômicas frequentemente entram em conflito umas com as outras. Uma elite com uma concepção muito diferente de fazer comércio pode derrubar outras elites. Um bom exemplo disso foi o movimento de fusão nos Estados Unidos nos anos de 1980. Gerentes de muitas firmas foram abandonados equipes de gerenciamento hostis que compraram a firma. Em tais circunstâncias os antagonistas frequentemente pedem ao governo para negociar seu conflito. O governo tem de decidir se escolhe lados ou se deixa o problema resolver por si mesmo. Estes conflitos podem mudar profundamente a natureza do comércio.

Realmente, essa questão dos conflitos no interior das elites econômicas não pode ser subestimada. No entanto, ela pode ser abordada, dentro da própria visão marxista, de uma outra forma. Empresários, empreendedores, gerentes de firmas e executivos estão imersos num sistema do capital que domina a todos nós. As personificações do capital devem fazer exatamente o jogo do capital para que a sua acumulação e expansão se reproduzam da forma mais eficiente possível. Neste jogo, os trabalhadores sofrem muito mais as consequências dos conflitos e da concorrência entre empresas que buscam maximizar os lucros e cortar os custos. Os trabalhadores são lançados e, na grande maioria dos países, abandonados a condições precárias e extremamente desumanas de trabalho. Desemprego, trabalho precário, trabalho informal, baixos salários (ANTUNES, 1999, 2006; DRUCK, G. e FRANCO, T., 2007; GUIMARÃES, N. A. e HIRATA, H., 2006; LINHART, D., 2007), acumulação de riqueza e aumento da miséria, da fome e de doenças produzidas socialmente caracterizam a situação da grande maioria dos trabalhadores do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, é preciso muito cuidado com a afirmação de que a sociologia econômica constitui um campo de oposição ao modelo neoclássico de competições perfeitas. É necessário relativizar essa oposição, pois o reconhecimento de que os mercados são construções sociais e a crítica à visão da teoria econômica do *homo oeconomicus* não são suficientes e condizentes com uma crítica mais fundamentada na realidade humana dominada pelo sistema do capital.

Para Fligstein (2001), as pessoas, coletivamente, tentam encontrar caminhos para atingir seus objetivos. Por isso que governos modernos, movimentos sociais, políticas democráticas, firmas e mercados foram inventados. Muitas dessas invenções foram acidentais, outras frutos de compromissos refletidos em grupos. Fligstein tem uma grande preocupação com a estabilidade dos mercados, uma vez que instabilidades geram consequências mais drásticas para empresas, firmas, mercados, indivíduos e grupos. Daí a necessidade de estruturas sociais e organizacionais que possam amenizar as instabilidades. Conforme Fligstein (2001, p. 29):

once these inventions were in place, other persons became aware of the various ways to organize and self-consciously built on them. The theory of fields is a generic theory of social organization in modernity. Our ability to recover that theory is itself an act of historical self-awareness. By abstracting away from the common experiences of social actor vying for control over their social arenas, social analysts have begun to appreciate that generic social processes underlie the construction of fields across states, markets, and the private nonprofit sector.

The theory of fields assumes that actors try to produce a “local” stable world where the dominant actors produce meanings that allow them to reproduce their advantage. These actors create status hierarchies that define the positions of incumbents and challengers. Actors face two related problems when constructing these fields: attaining a stable system of power and, once it is in place, maintaining it. The social organization of fields broadly refers to three features: the set of principles that organize thought and are used by actor to make sense of their situations (what might be called cognitive frames or worldviews), the routines or practices that actors perform in their day-to-day social relations, and the social relations that constitute fields that may or may not be consciously understood by actors (Bourdieu, 1977)¹¹.

Nesse sentido, conforme Fligstein, os mercados são arenas sociais que, caracterizadas pela troca estruturada, existem para a produção e a venda de mercadorias e serviços. Na troca estruturada, os atores sentem a necessidade de regras e estruturas sociais que guiam e organizam a própria troca. Se as identidades de clientes e fornecedores podem mudar o tempo todo, a expectativa dos produtores é de que possam continuar a procurar clientes e encontrar fornecedores. Para Fligstein (2001, p. 32):

As forms of social organization, market structures involve both cognitive understandings and concrete social relations. The cognitive understandings are of two sorts: general societal understandings about how to organize firms and markets and find stable ways to compete, and specific understandings about the way a particular market works. These specific understandings structure the interactions between competitors but also allow actors to make sense of their competitors’ actions. The concrete social relations in a given market reflect its unique history and its dependency on other markets. The kinds to suppliers and customers play a role in creating stable markets. The constitution of these relations determines which firms are dominant and why, and their relations to challenger firms. The ultimate success of firms in producing stable fields (i.e., social structures to stabilize their relationships with one another) is dependent on the general principles

¹¹ Uma vez que as invenções estavam postas, outras pessoas se tornaram conscientes das várias maneiras de organizá-las e auto-conscientemente construí-las. A teoria dos campos é uma teoria geral da organização social na modernidade. Nossa habilidade para recuperar essa teoria é ela mesma um ato de auto-conhecimento histórico. Ao teorizar as experiências comuns do ator social que compete pelo controle de suas arenas sociais, os analistas sociais começaram a avaliar que os processos sociais gerais subjacentes à construção de campos envolvem estados, mercados e o setor privado sem fins lucrativos.

A teoria dos campos assume que os atores produzem um mundo local estável em que os atores dominantes produzem significados que lhes permitem reproduzir sua vantagem. Estes atores criam hierarquias em termos de status que definem as posições de negociadores e competidores. Os atores enfrentam dois problemas relacionados quando constroem estes campos: atingir um sistema estável de poder e, uma vez isso alcançado, mantê-lo. A organização social dos campos se refere amplamente a três recursos: o conjunto de princípios que organizam o pensamento e são usados pelos atores para dar sentido às suas situações (o que deveria ser chamado de estruturas cognitivas ou visões de mundo), as rotinas ou práticas que os atores realizam nas relações sociais de seu dia-a-dia e as relações sociais que constituem os campos que podem ou não ser conscientemente entendidos pelos atores (Bourdieu 1977).

of making markets in their society, and the ability to find a way to do this within a particular market¹².

Portanto, os mercados são organizações sociais estruturadas que envolvem conhecimento e relações sociais concretas. Cada mercado tem sua história, suas relações determinantes, suas formas de produzir e reproduzir as relações de produção, suas interações com outros mercados. Mercados não são estruturas dirigidas por forças abstratas ou mecanismos auto-reguladores. Têm histórias, são constituídos por ações sociais concretas de indivíduos, firmas, instituições, governos, etc. São campos de lutas. As trocas nos mercados estruturados envolvem muitas forças e relações concretas. Por isso que os governos modernos são fundamentais para a existência dos mercados modernos. De acordo com Fligstein (2001, p. 65):

Governments are implicated in modern capitalist economies in two ways. First, their current policy domains are constituted to intervene, regulate, or mediate in product, capital, and labor markets. These structures are not innocent but bear the marks of control by dominant social groups. Thus, in economic crises, organized groups of firms or workers quickly take their grievances to governments if their group controls the domain. Second, rules and understandings built around property rights, governance structures, rules of exchange, and conceptions of control create the possibility for new markets to emerge by providing social-organizational vehicles for entrepreneurs to take advantage of selling new products. This implies a somewhat more passive role for governments, but it is important nonetheless. Accepted rules by which entrepreneurs can be organized and legally defined means to control competitors give entrepreneurs the chance to exploit opportunities to capture profits¹³.

¹² Como formas de organização social, os mercados estruturados envolvem as compreensões cognitivas e as relações sociais concretas. As compreensões cognitivas são de dois tipos: as compreensões societárias gerais sobre como organizar firmas e mercados e encontrar caminhos estáveis para competir e as compreensões sobre a maneira de um mercado particular trabalhar. Estas compreensões específicas estruturam as interações entre competidores mas também permitem aos atores encontrar sentido nas suas ações de competidores. As relações sociais concretas em um dado mercado refletem sua história original e sua dependência em relação a outros mercados. A constituição destas relações determina quais firmas são dominantes e por que, bem como suas relações com firmas competidoras. O sucesso final das firmas em produzir campos estáveis (isto é, estruturas sociais para estabilizar seus relacionamentos uns com os outros) depende dos princípios gerais de construção social dos mercados e da habilidade em encontrar um caminho para fazer isso em um mercado particular.

¹³ Os governos estão implicados de duas formas nas economias capitalistas modernas. Primeiro seus domínios políticos correntes são constituídos para intervir, regular ou mediar mercados de produto, de capital e de trabalho. Estas estruturas não são inocentes mas trazem as marcas do controle pelos grupos sociais dominantes. Deste modo, nas crises econômicas, os grupos organizados de firmas ou trabalhadores levam suas queixas aos governos se o seu grupo controla o domínio. Segundo, regras e entendimentos construídos em torno dos direitos de propriedade, estruturas de governo, regras de troca e concepções de controle criam a possibilidade para novos mercados emergirem provendo veículos sócio-organizacionais para empresários levarem vantagem na venda de novos produtos. Isto implica em um papel um pouco mais passivo dos governos, entretanto importante. Regras aceitas pelos empresários como recursos que podem ser organizados e legalmente definidos para controlar os competidores dão aos empresários a chance de explorar oportunidades para capturar recursos.

Mais uma vez, fica clara a caracterização dos mercados como campos por Fligstein. Governos, políticas, mercados de produto, de capital e de trabalho, grupos, competidores, regras, firmas, empresários, gerentes, etc., formam organizações enraizadas socialmente, que afetam a vida cotidiana dos indivíduos, suas escolhas e decisões. Assim, a teoria dos mercados como campos deve ser mais explorada com proveito. Para Fligstein, a sociologia econômica das sociedades capitalistas analisa com cuidado a construção de um grande número de mercados que operam com diferentes concepções de controle e com um grande número de campos de governo que estão conectados com esses mercados. São analisadas tanto as dinâmicas internas de mercados particulares quanto as interações de mercados e estados no sentido geral. Por isso que, de acordo com Fligstein, “Markets are social constructions that reflect the unique political-cultural construction of their firms and nations. The creation of markets implies societal solutions to the problems of property rights, governance structures, conceptions of control, and rules of exchange”¹⁴ (FLIGSTEIN, 2001, p. 97).

Com essas reflexões de Fligstein finalizamos o primeiro capítulo desta tese. A concepção dos mercados como construções sociais, as ações econômicas socialmente imersas, a ação individual e a ação social, as diferenças que caracterizam as organizações sociais no tempo e no espaço, a formação histórica do capitalismo e suas várias influências, a formação da economia de mercado e a imposição da ideia de mercado auto-regulável, a constituição de grupos e de redes, algumas referências ao sistema do capital e suas contradições e extremas injustiças, a formação dos mercados e sua relação com campos autônomos, todas essas questões estão mencionadas neste capítulo com o objetivo de compreendermos o sentido histórico da sociologia econômica e a força (ou limites) que ela tem ou pode ter nas nossas análises sobre o sistema do capital e seus dilemas. Mas, nossa tarefa em relação à sociologia econômica não para por aqui. No segundo capítulo continuamos com nossa análise sobre a sociologia econômica, porém com um enfoque específico, ou seja, com uma reflexão sobre a sociologia econômica de Pierre Bourdieu.

A introdução e os dois primeiros capítulos deste trabalho são, portanto, essenciais para entendermos e situarmos a sociologia econômica como um campo muito relevante na compreensão e no combate das ideias fixas, imutáveis, eternas e naturalizadoras da teoria econômica, principalmente a de bases neoclássicas. No terceiro e no quarto capítulos

¹⁴ Mercados são construções sociais que refletem a construção político-cultural singular de suas firmas e nações. A criação de mercados implica em soluções societais para os problemas de direitos de propriedade, estruturas de governo, concepções de controle e regras de troca.

analisaremos os principais dilemas que caracterizam o sistema do capital, assim como os fundamentos sólidos da crítica marxista a esse sistema, principalmente as análises de István Mészáros. Nosso objetivo é relacionar as análises e as críticas da sociologia econômica, principalmente as de Bourdieu, sobre a teoria econômica e a questão dos mercados com a análise marxista, principalmente a de Mészáros, sobre o sistema do capital e seus dilemas.

Para Abramovay (2004), Bourdieu define a economia como uma ciência que se assenta sobre uma abstração originária que dissocia uma categoria particular de práticas da ordem social em que toda prática humana está imersa. Se, por um lado, a teoria econômica pura toma a esfera econômica como universo separado e radicalmente autônomo, por outro, o conceito de campo econômico de Bourdieu se relaciona a um cosmos que tem autonomia e leis próprias, mas com eficiência e validade limitadas.

Já fizemos referência algumas vezes ao fato de que esta tese prioriza a sociologia econômica de Bourdieu, porque, para nós, ela tem mais sustentabilidade e consistência enquanto instrumento analítico das questões sociais que envolvem o sistema do capital, assim como na identificação de muitos obstáculos para o processo de construção de uma teoria da transição para uma sociedade para além do capital, do que a sociologia econômica em geral. Passemos, então, ao segundo capítulo.

2 A SOCIOLOGIA ECONÔMICA E A TEORIA DOS CAMPOS

As reflexões de Pierre Bourdieu sobre a sociedade, a economia, a política e a cultura têm ocupado um espaço crescente no meio acadêmico, especialmente entre grupos que se dedicam a pesquisas sociológicas empíricas. Aliás, em Bourdieu o caráter de historicidade e os estudos empíricos conferem à sua sociologia um alto grau de profundidade e de precisão, embora o autor faça uma crítica cerrada ao que ele chama de tentação profética no mundo da ciência.

Bourdieu é um pensador que repensa constantemente seus conceitos na perspectiva da coerência. Suas pesquisas na Argélia sempre o acompanharam como que num diálogo permanente. Ao estudar a atitude do povo argelino diante do tempo, ele elaborou uma antropologia econômica. A partir daí, o pensador francês estabelece um diálogo profícuo, ao mesmo tempo crítico, com a ciência econômica, especialmente a neoclássica. Ele critica e se apropria da economia neoclássica ao ponto de ser considerado neoclássico por alguns e, por outros, de marxista heterodoxo. Na verdade, ele foi capaz de construir uma sociologia econômica.

Bourdieu defendeu uma ciência social reflexiva e passou a ser o cientista social mais citado do mundo. Era convicto de que havia uma compatibilidade plena entre racionalismo e historicismo, demonstrando em suas pesquisas e escritos que a sociologia tem uma missão social indispensável. Sobre ele, Wacquant (2002, p. 96), nos diz o seguinte:

Treinado para juntar-se à alta casta dos filósofos, a espécie intelectual suprema na França do pós-Segunda Guerra, ele abraçou, ao contrário, a Sociologia, uma disciplina então inferior e moribunda, ajudando a revitalizá-la e a renová-la, e cuja influência na esfera pública ele propagou como ninguém. Bourdieu, além disso, também incorporou muitos de seus ensinamentos e de suas notáveis inovações teóricas em sua própria prática de pesquisa e em sua produção científica. Sua perspectiva de que a ação social é governada por disposições adquiridas pela imersão contínua em jogos sociais encontrou expressão em sua insistência e habilidade para fundir trabalho teórico de alto nível com atividades prosaicas de investigação. (...) Seu engajamento pessoal nas lutas sociais contra a globalização neoliberal e na defesa da autonomia intelectual, dos desempregados, dos desabrigados e dos imigrantes ilegais pode ser lido em seus ensaios políticos reunidos em *Contre-feux*. Seu compromisso com o “corporativismo do universal” é amplamente manifesto em seus incansáveis esforços para disseminar os instrumentos do pensamento crítico e para criar um “intelectual coletivo” capaz de fazer avançar uma *Realpolitik* transnacional da razão.

Todos os esforços de Bourdieu produziram contribuições essenciais para a compreensão e enfrentamento das questões sociais. A preocupação pela reflexividade atravessa as práticas e as obras de Bourdieu como forma de transformação constante das ferramentas sociológicas em prática científica. Por isso que ele foi capaz de fazer a fusão do trabalho teórico de alto nível com atividades prosaicas de investigação. O sentido de seus esforços para disseminar os instrumentos do pensamento crítico e criar o intelectual coletivo se coaduna com uma prática sociológica transformadora da realidade social. Bourdieu se ocupou profundamente com o entendimento dos mecanismos que compõem o processo de dominação. As suas pesquisas empíricas vão ao âmago dos acontecimentos, das relações e das coisas mais simples sem perder de vista o rigor teórico e a perspectiva crítica. De acordo com Wacquant (2002, p. 98):

Ele procedeu no sentido de combinar em sua prática de pesquisa o racionalismo de Bachelard e o materialismo de Marx com o interesse neokantiano de Durkheim pelas formas simbólicas, a visão agonística de Weber sobre os *Lebensordnungen* em competição com as fenomenologias de Husserl e Merleau-Ponty. O resultado foi um quadro teórico original, elaborado por meio de e para a produção de novos objetos de pesquisa, objetivando desvendar a multifacetada dialética das estruturas sociais e mentais no processo de dominação.

Sabemos que objetivar o desvendamento da multifacetada dialética das estruturas sociais e mentais no processo de dominação é uma tarefa hercúlea, coletiva e ininterrupta. Mas, ele conseguiu formar muitos e consistentes grupos de pesquisadores e estudiosos dessas estruturas sociais e mentais de dominação. Muita pesquisa empírica e teórica, com base em sua perspectiva sociológica, tem sido produzida mundo afora. Seu trabalho de investigação social, a partir dos conceitos de *habitus*, *illusio*, *capital cultural* e *campo* nos proporciona uma compreensão dos jogos de forças e das dinâmicas que compõem as estruturas sociais e históricas. Assim é que, para Wacquant (2000, p. 98):

Bourdieu cunhou a noção de *capital cultural* e inseriu-o em uma concepção generalizada de capital como “energia social” congelada e conversível. Ele recuperou e retrabalhou o conceito aristotélico-tomista de *habitus* para elaborar uma filosofia disposicional da ação como propulsora dos socialmente constituídos e individualmente incorporados “esquemas de percepção e apreciação”. Ele forjou a nova ferramenta analítica do *campo*, designando espaços relativamente autônomos de forças objetivas e lutas padronizadas sobre formas específicas de autoridade, para dar força à estática e reificada noção de estrutura e dotá-la de dinamismo histórico. E ele sociologizou o conceito husserliano de *doxa* para basear a “atitude

natural da vida diária” na coincidência das estruturas sociais e mentais por meio das quais o mundo magicamente aparece como auto-evidente e sua composição é posta além do alcance do debate e da elaboração.

Neste capítulo faremos várias incursões sobre algumas obras de Bourdieu com o objetivo de compreendermos seus conceitos e sua sociologia econômica. Por ora, continuemos com uma visão mais geral sobre o seu pensamento. Por exemplo, Bourdieu promove uma reviravolta no estudo das classes e das culturas ao abolir a sagrada fronteira entre a alta cultura e o consumo ordinário. Não existe apenas o capital econômico. O julgamento é aprendido socialmente e o poder simbólico está fortemente presente na vida diária. Sobre essas questões, Wacquant (2000, p.99) nos esclarece que:

Vinculando os mais variados domínios da vida, desde a alimentação e o companheirismo até a estética e a política, ele demonstrou que o julgamento não é um dom inato, mas uma habilidade socialmente aprendida que serve para travar lutas de classes negadas, via batalhas simbólicas da vida diária e posturas adotadas em vários “campos da produção cultural”. Ele revelou que o espaço social é organizado por dois princípios de diferenciação entrecruzados – o capital econômico e o capital cultural –, cujas distribuições definem as duas oposições que circundam as linhas maiores de clivagem e de conflito nas sociedades avançadas, aquelas entre as classes dominantes e as dominadas (definidas pelo volume de seu capital), e aquelas entre frações rivais da classe dominante (opostas pela composição de seu capital).

Como podemos observar, a forma de distribuição do capital econômico e do capital cultural organiza o espaço social. Essa concepção de espaço social, que leva em conta vários domínios da vida, a busca de distinção, o julgamento, as batalhas simbólicas e a herança cultural, nos coloca novamente perante uma sociedade complexa em que o capital econômico é um aspecto dentre muitos outros.

Bourdieu não menospreza a economia, particularmente a neoclássica. Ele tem ciência de seu potencial e procura se apropriar de alguns de seus instrumentos, a estatística, por exemplo, como arma de combate social. Para ele, a Ciência Social deve ser encarada como um empreendimento, um serviço público com o objetivo de “desnaturalizar” e “desfatalizar” o mundo social. De acordo com Wacquant (2000, p. 100):

Contra o fatalismo e as profecias superficiais e novidadeiras do pós-modernismo, ele acreditava não apenas na Ciência Social como um empreendimento do conhecimento, como também na capacidade da Sociologia para informar um “utopismo racional”, necessário à salvação das instituições da justiça social da nova barbárie do mercado livre e do Estado

retraído. Bourdieu concebia uma Ciência Social unificada como um “serviço público” cuja missão é “desnaturalizar” e “desfatalizar” o mundo social e “requerer condutas” por meio da descoberta das causas objetivas e das razões subjetivas que fazem as pessoas fazerem o que fazem, serem o que são, e sentirem da maneira como sentem. E dar-lhes, portanto, instrumentos para comandarem o inconsciente social que governa seus pensamentos e limita suas ações, como ele incansavelmente tentou fazer consigo próprio.

É nesse sentido que para Wacquant, aluno que trabalhou com Bourdieu, o poder da elaboração teórica pode tomar a vida e envolver as mentes, como se deu com os trabalhos de Marx e Durkheim, por exemplo. Para ele, Bourdieu não formou discípulos, visto que a Ciência Social não é uma religião nem uma seita. O que ele conseguiu foi formar colaboradores e pesquisadores envolvidos num grande projeto de produção de uma ciência da sociedade crítica e reflexiva.

Para Bourdieu, a sociedade também constitui uma teia de relações e ramificações complexas, em que as relações se dão nos mais diferentes níveis de ação e apreensão do sentido das coisas, do humano e da sociedade. As suas argumentações são entrelaçadas por uma grande quantidade de fios interligados por conceitos-chave. Sua argumentação é como uma teia, porque o universo social é constituído dessa maneira, daí que “seus conceitos-chave são relacionais (*habitus*, campo e capital são todos constituídos de ‘feixes’ de laços sociais em diferentes estados – personificados, objetivados, institucionalizados – e funcionam muito eficazmente uns em relação aos outros)” (Wacquant, 2002, p. 102).

Para fazermos mais alguns comentários gerais sobre a sociologia e o pensamento de Bourdieu, antes de entrarmos mais detalhadamente em sua sociologia econômica, nos detenhamos um pouco nos comentários que Wacquant faz sobre sua pesquisa e obra, *Corpo e alma*, em que, por meio de uma observação participante, ele próprio se torna parte do fenômeno a fim de analisá-lo. Trata-se de uma pesquisa que envolve profundamente conceitos-chave da sociologia reflexiva de Bourdieu. Através deste exemplo prático, podemos dar início a um entendimento mais plausível dos conceitos de *habitus* e *illusio*, por exemplo.

Wacquant mergulha num gueto negro norte-americano, faz nele uma imersão intensiva para explicar antropológicamente a disputa por supremacia enquanto habilidade corporal no gueto. O próprio Wacquant (2002, p. 102) afirma que esta obra “mistura Sociologia, Etnografia e narrativa literária, texto e imagens, análise ‘fria’ e experiência ‘quente’, para levar o leitor ao cotidiano dos boxeadores comuns e recapitular em cores vívidas a produção específica de seu ‘complexo corpo-mente’”. Trata-se de um estudo sobre a produção social do *habitus* pugilístico, isto é:

um conjunto de disposições particulares reunidas coletivamente por meio de uma pedagogia silenciosa que transforma a totalidade do ser do lutador ao tirá-lo do reino profano e introduzi-lo em um universo sensual, moral e prático distinto, trata-se de um processo de sedução a fim de refazer a si mesmo e adquirir honra (masculina) pela submissão voluntária às regras ascéticas de sua arte. O trabalho é uma radicalização empírica da teoria do *habitus* no qual se mostra de maneira quase experimental o quanto o *habitus* é um conjunto de desejos, vontades e habilidades, socialmente constituídas, que são ao mesmo tempo cognitivas, emotivas, estéticas e éticas, como ele é elaborado e como opera concretamente. Deixe-me citar uma passagem de Bourdieu que resume o que eu tentei demonstrar e indicar o que os boxeadores podem ensinar-nos sobre todos os agentes sociais: “Por meio de um jogo de palavras heideggeriano, poder-se-ia dizer que a disposição é exposição. Justamente porque o corpo está (em graus diversos) exposto, posto em xeque, em perigo no mundo, confrontado ao risco da emoção, da ferida, do sofrimento, por vezes da morte, portanto obrigado a levar o mundo a sério (e nada é mais sério do que a emoção, que atinge o âmago dos dispositivos orgânicos), ele está apto a adquirir disposições que constituem elas mesmas aberturas ao mundo, isto é, às próprias estruturas do mundo social de que constituem a forma incorporada”.

A observação acima, em si mesma, apresenta uma riqueza de detalhes que devem ser percebidos e analisados no emaranhado das relações sociais, na teia social historicamente construída. Daí o conceito de *habitus* ser fundamental na compreensão dos agentes sociais e suas ações. São muitos os fatores envolvidos, como sensualidade, moral, distinção, sedução, honra, desejo, vontades, habilidades, conhecimento, emoção, estética, ética, etc. Sem dúvida, o fator econômico está presente na vida cotidiana dos boxeadores em foco. Mas, muitos outros fatores estão presentes também enquanto essencialidades determinantes do modo de ser social. A citação de Bourdieu expõe o próprio fato de estarmos materialmente expostos no mundo enquanto corpo que se confronta com o risco da emoção, da ferida, do sofrimento e da morte. A seriedade com que a emoção é posta e exposta nos obriga a reconhecer a complexidade social como sistema social para além do econômico.

Com essa pesquisa, *Corpo e alma*, Wacquant quis também demonstrar, a partir das interpretações de Bourdieu, que, enquanto seres sociais, os conhecimentos e as habilidades personificadas são as competências mais fundamentais e distintas que possuímos. Esses conhecimentos e habilidades, encarnados, operam sob o discurso da consciência. Ao se referir a essa questão, Wacquant (2002, p. 103) afirma que:

Se for verdade que nossa “presença-no-mundo” opera através do que ele chama de “o conhecimento pelo corpo” (...) então segue-se que para penetrar um dado universo como analistas sociais devemos obter conhecimento desse universo por meio de nossos corpos: devemos adquirir, e então investigar e problematizar, as categorias práticas, as sensibilidades e

as habilidades que os nativos desenvolveram na e pela prática. Devemos elucidar a “*illusio* como essa maneira de *estar no mundo*” que emerge de *ser de* um certo mundo. Devemos, em suma, fazer não apenas a Sociologia *do corpo* – criaturas animais como construtos sociais – como também a Sociologia *a partir do corpo* – o organismo socializado e sensório como construtor social – que põe em primeiro plano a primazia cinética do mundo que faz membros reconhecidos de um dado universo o que e quem eles são.

A partir dessas considerações iniciais sobre a sociologia de Bourdieu e alguns de seus conceitos centrais, entraremos agora na discussão mais específica sobre a sua sociologia econômica. A maior parte de nossas referências se concentra no próprio Bourdieu.

Ao analisar algumas considerações de Lebaron sobre a sociologia de Bourdieu, Raud (2007) observa que, ao fundamentar na sociologia do conhecimento científico sua crítica da ciência econômica, Bourdieu superou seus mestres. Isso permitiu a Bourdieu evidenciar que os erros científicos na aquisição do conhecimento têm origem nos obstáculos sociais. Enquanto pesquisadores, devemos ter o máximo de cuidado com relação às nossas estruturas mentais, com as classificações sociais preexistentes, enfim, com as pré-noções de senso comum. Nesse sentido, de acordo com Raud (2007, p. 204):

A “falácia escolástica” decorre então da posição particular ocupada pelo cientista no espaço social, levando-o a considerar como princípio das práticas dos agentes sociais suas próprias representações dessas práticas ou os modelos teóricos elaborados para explicá-las, ou seja, a “colocar seu pensamento pensando na cabeça dos agentes agindo” (Bourdieu, 2000, p. 19). As estruturas mentais dos cientistas são, assim, suscetíveis de contaminar-se pelas classificações sociais preexistentes, que funcionam como representações pré-formadas da realidade estudada (cf. Lebaron, 2001). Em particular, é o caso de certas categorias ou pressupostos implícitos da ciência econômica, como a noção de mercado, “mito inteligente”, ou a visão do agente econômico (cf. Bourdieu, 2005, p. 20). Por isso Bourdieu defende a necessidade da ruptura epistemológica durkheimiana com relação às pré-noções de senso comum, e o esforço para elaborar uma sociologia econômica baseada em novos conceitos, como os de campo e habitus (cf. Bourdieu, 2000; 2005).

Ora, se as estruturas mentais dos cientistas podem ser contaminadas pelas classificações preexistentes, uma das atitudes mais fundamentais dos cientistas deveria ser a de construir uma perspectiva crítica em relação a si mesmo e a realidade social. Daí a necessidade da ruptura epistemológica durkheimiana com relação às pré-noções de senso comum e a proposta ousada do esforço para a elaboração de uma sociologia econômica fundada em novos conceitos.

Na introdução desta tese buscamos embasamento em Mészáros para justificarmos a força e a relevância do método, ou seja, é essencial que os pesquisadores e estudiosos compreendam o envolvimento social que têm suas pesquisas e suas ações. O método é socialmente determinado. Acreditamos que o esforço que Bourdieu empreende na construção de uma sociologia reflexiva, de elaboração de uma sociologia econômica fundada em novos conceitos, como o de *habitus* e campo, e suas pesquisas empíricas para entender os campos de lutas e os processos de dominação vão de encontro às reflexões críticas de Mészáros sobre a estrutura social e as formas de consciência, isto é, os trabalhos de Bourdieu contribuem significativamente para as nossas compreensões críticas sobre as formas de consciência e a inserção das mesmas na estrutura social.

Entre as muitas críticas que Bourdieu direciona à teoria econômica, estão, conforme Raud (2007), a crítica da metodologia, da noção de *homo oeconomicus*, do etnocentrismo e da visão a-histórica da ciência econômica. Para Raud (2007, p. 206):

Bourdieu fala, a esse respeito [*homo oeconomicus*], de “criação fictícia” (1963, p. 25), de “monstro antropológico” (2005, p. 46) ou de uma “antropologia imaginária” (Idem, p. 51). Reconhecendo sua dívida intelectual para com Durkheim e Veblen, ele caracteriza a teoria da ação racional como uma “epistemologia dedutivista”, cujos axiomas são irrealistas, uma “filosofia intelectualista, que concebe os agentes como puras consciências sem história” e uma “visão atomística e descontínuista” (Idem, pp. 51-52). Em particular, cobra da “filosofia individualista da microeconomia do agente” sua visão de atores “intercambiáveis e livres de qualquer pressão estrutural” (Idem, p. 16). Contra uma ciência etnocêntrica, que tende a “creditar universalmente os agentes da aptidão à conduta econômica racional”, ele reivindica a necessidade de uma análise das “condições econômicas e culturais do acesso a essa aptidão” (2000, p. 16). Paralelamente, “contra a visão a-histórica da ciência econômica”, ele afirma a importância de “reconstruir, de um lado, a gênese das disposições econômicas do agente econômico [...], e, do outro lado, a gênese do próprio campo econômico”.

Assim, no conjunto dessa perspectiva crítica, a prioridade que esta tese dá à sociologia econômica de Bourdieu se justifica, dentre outras, por três fundamentações básicas: sua profundidade, sua amplitude e seu alto grau de envolvimento com as pesquisas empíricas. Esta última não deixa qualquer brecha para a acusação de empirismo. Bourdieu é um teórico rigoroso e tem uma percepção refinada do peso e da força das estruturas sobre as ações individuais. Seu conceito de campo é a expressão do quanto a história e o conjunto das forças institucionais, políticas, sociais, econômicas e culturais envolvem os sujeitos. Por isso, neste capítulo sobre, particularmente, sua sociologia econômica, o campo econômico é central.

Bourdieu, juntamente com um grupo de pesquisadores, se envolveu profundamente numa pesquisa sobre o mercado imobiliário na França para entender os fundamentos e o sentido do campo econômico. Enquanto crítico dos pressupostos, que por si mesmos têm a pretensão de justificativas naturais do comportamento econômico racional guiado pelo interesse de maximização da satisfação ou do lucro, dos economistas neoclássicos, Bourdieu discute a barafunda em que esses economistas caíram ao criarem todo um arcabouço teórico abstrato realimentado por sofisticadas equações matemáticas.

Assim, primeiramente, ele procura despojar suas pesquisas da aparelhagem técnica do discurso econômico, o que pode levar os que se armam das abstrações econômicas a acusar de ingênuas as pesquisas do autor. Porém, sobre essas pesquisas, Bourdieu (2005, p. 17) afirma que:

elas mostram que tudo o que a ortodoxia econômica considera como um puro dado, a oferta, a demanda, o mercado, é o produto de uma construção social, é um tipo de artefato histórico, do qual somente a história pode dar conta. E que uma verdadeira teoria econômica só pode se construir rompendo com o preconceito antígenético, para se afirmar como uma ciência histórica. Isto implicaria que ela se empenhasse, prioritariamente, a submeter à crítica histórica suas categorias e seus conceitos que, em grande parte emprestados sem exame do discurso comum, são protegidos de tal crítica pelo amparo da formalização.

Assim para Bourdieu seria preciso criar as condições experimentais de um “verdadeiro exame crítico, não somente de um ou outro aspecto da teoria econômica (como a teoria dos contratos, a teoria das antecipações racionais ou a teoria da racionalidade limitada), mas dos princípios mesmos da construção econômica” (BOURDIEU, 2005, p. 16).

A pesquisa sobre o mercado das casas próprias proporcionou a Bourdieu uma compreensão mais efetiva e detalhada da indefinida abstração “mercado” tão propalada pelos economistas. O autor constata que o mercado das casas próprias é produto de uma dupla construção social sobre a qual o Estado tem uma contribuição decisiva, tanto pelo lado da demanda quanto da oferta. Na questão da demanda, o Estado produz disposições e sistemas de preferências individuais, por exemplo, sobre propriedade ou locação, bem como atribui recursos para construção ou aquisição conforme leis e regulamentações. Na construção da oferta, existem políticas de Estado inter-relacionadas com os bancos para crédito aos construtores, que, inter-relacionado com os meios de produção, estabelece as condições de acesso ao mercado, a posição dos construtores de casas na estrutura do campo, as pressões estruturais, em termos de produção e publicidade, que pesam sobre cada um deles. Nessa

construção da demanda e da oferta, como fica a questão do mercado? Sobre isso, Bourdieu afirma que:

E se se vai até o fim do trabalho de reconstrução histórica da ontogênese e da filogênese do que a ortodoxia econômica reúne, por uma formidável abstração, sob o nome quase indefinível de mercado, descobre-se, ainda, que a demanda se especifica e se define completamente apenas em relação a um estado particular da oferta e também das condições sociais, jurídicas notadamente (regulamentações em matéria de construção; alvarás, etc.), que permitem satisfazê-la.

Como podemos observar, a construção do conceito de campo em Bourdieu se insere no processo de uma profunda reconstrução histórica dos sentidos das relações econômicas que são postas abstratamente, bem como de uma imersão nas relações humanas construídas histórica e socialmente. Por isso que o mercado só pode ser definido enquanto construção social, isto é, nele a demanda se especifica e se define completamente em relação a um estado particular da oferta e de condições sociais, jurídicas, políticas, culturais, etc.

Por outro lado, podemos constatar uma verdadeira crença econômica entre os economistas, que contribui enormemente para a reprodução da ordem social dominante. Assim, é de fundamental importância a reconstrução do conjunto das interdependências dos discursos e das teorias econômicas que sustenta essa ordem de forma eficaz. Para reconstrução, a sociologia econômica reflexiva de Bourdieu é um instrumento indispensável. Para Lebaron (2000, p. 11):

La sociologie de la connaissance économique est, dès lors, le premier moment d'une *économie réflexive* dont l'objet ne se réduit pas au seul microcosme des économistes. L'une des difficultés rencontrées ici tient au fait que, comme tout enjeu de croyances de nature religieuse, il est souvent pensé par opposition au reste du monde social: or, c'est en étudiant de façon objective sa relation complexe avec l'ensemble de l'espace environnant que l'on peut analyser les fonctions de ce champ et, plus particulièrement, sa contribution à la reproduction de l'ordre social. Les produits de l'économie font l'objet de croyances diversifiées et d'usages multiples, et la science économique participe à une longue chaîne de l'Être qui va des productions les plus abstraites et les plus "purês" (comme la théorie de l'équilibre général) jusqu'aux pratiques les plus concrètes (comme le choix d'investir son argent dans tel ou tel titre financier, d'emprunter telle ou telle somme d'argent, d'acheter tel ou tel produit, etc.) En étudiant cette longue chaîne de la croyance économique, il s'agit, de reconstituer l'ensemble des interdépendances qui fondent l'efficacité sociale des discours et des théories économiques¹⁵.

¹⁵ A sociologia do conhecimento econômico é, logo, o primeiro momento de uma *economia reflexiva* cujo objeto não se reduz ao único microcosmo dos economistas. Uma das dificuldades encontradas aqui vem do fato de que,

Ora, os indivíduos estão inseridos na realidade e na inter-relação de vários campos. No caso do campo econômico, eles incorporam uma história baseada na produção e na reprodução de relações econômicas de demanda e oferta que expressam comportamentos de muitos indivíduos e instituições públicas e privadas. Assim, o sujeito das ações econômicas age no contexto de um complexo campo econômico, enquanto agente econômico coletivo e não como uma consciência pura e sem passado como a defendida pela teoria econômica. Vejamos como Bourdieu (2005, p. 18) se refere a essa questão:

Quanto ao “sujeito” das ações econômicas, é difícil não ver, sobretudo a propósito da compra de um produto tão carregado de significado quanto uma casa, que ele não tem nada da pura consciência sem passado da teoria, e que a decisão econômica não é a de um agente econômico isolado, mas a de um coletivo, grupo, família ou empresa, funcionando à maneira de um campo. No mais, além de serem profundamente enraizadas no passado, sob a forma de disposições ou de rotinas, através da história incorporada dos agentes responsáveis por elas, as estratégias econômicas são, na maioria das vezes, integradas num sistema complexo de estratégias de reprodução, estando, portanto, plenas da história de tudo ao que visam perpetuar.

Portanto, conforme Bourdieu, as disposições econômicas do agente econômico têm uma gênese que está intimamente relacionada com suas preferências, gostos, necessidades e aptidões, que, por sua vez, estão inseridas num campo econômico que tem todo um processo histórico de diferenciação e de autonomização, de constituição de um jogo específico, ou seja, de um campo econômico enquanto cosmo que obedece às próprias leis. Por isso que, para Bourdieu (2005, p. 18):

Foi somente muito progressivamente que a esfera das trocas de mercado se separou dos outros âmbitos da existência e que se afirmou seu *nomos* específico (“negócios são negócios”); que as transações econômicas cessaram de ser concebidas com base no modelo das trocas domésticas – comandadas, portanto, pelas obrigações sociais ou familiares – e que o cálculo dos lucros individuais – portanto o interesse econômico – impôs-se como princípio de visão dominante, senão exclusivo (contra o recalque da disposição calculista).

como toda aposta de crenças de natureza religiosa, é muitas vezes pensada em oposição ao resto do mundo social: ora, é estudando de modo objetivo sua relação complexa com o conjunto do espaço ao redor que podemos analisar as funções desse campo e, mais particularmente, sua contribuição à reprodução da ordem social. Os produtos da economia são objeto de crenças diversificadas e de usos múltiplos, e a ciência econômica participa de uma longa cadeia do Ser que vai das produções mais abstratas às mais “puras” (como a teoria do equilíbrio geral) até práticas mais concretas (como a escolha de investir seu dinheiro em tal ou tal título financeiro, de tomar emprestado tal ou tal soma de dinheiro, de comprar tal ou tal produto, etc.). Estudar essa longa corrente de crenças econômicas é reconstituir o conjunto das interdependências que fundamentam a eficácia social dos discursos e das teorias econômicas.

Para Bourdieu, as disposições capitalistas se inventam, têm origens históricas e se realizam num campo instituído socialmente. Assim, as disposições econômicas exigidas pelo campo econômico não são naturais e universais, mas produtos de uma história coletiva que deve sempre ser reproduzida nas histórias individuais. A consideração da teoria econômica – com sua análise estatística das variações das práticas econômicas em termos de crédito, de poupança ou de investimento – de que as condutas econômicas são racionais é uma desconsideração de que existem condições econômicas e culturais de acesso às condutas, é fazer da ordem econômica do mercado “o fim exclusivo, o *telos*, de todo o processo de desenvolvimento histórico. Mais amplamente, querer conhecer e reconhecer apenas a lógica do cinismo racional, é se privar de compreender as condutas econômicas mais fundamentais, a começar pelo próprio trabalho”. (BOURDIEU, 2005, p. 19).

Entrelaçadas a essas condutas econômicas, estão as crenças defendidas e difundidas pelos economistas por meio de marcas distintivas, de institucionalização de prêmios, de forte presença nos meios de comunicação de massa, principalmente nos comentários, artigos, colunas, entrevistas, análises de conjuntura em revistas e em jornais impressos e televisivos. O mundo econômico tem uma presença consagrada nas universidades, nos governos, nas instituições privadas e nos meios de comunicação. A linguagem hermética e o monopólio do uso legítimo de conceitos sacralizados nos modelos matemáticos colocam os economistas no topo dos poderes eficazes para o ordenamento das relações sociais. De acordo com Lebaron (2000, p. 28):

Le monde des économistes apparaît en conséquence traversé par plusieurs principes de différenciation qui fondent des formes multiples de hiérarchisation. Lês plus “universitaires” des éconoistes peuvent se rapprocher des plus “professionnels” (par exemple lês éconoistes d’entreprises) par des caractéristiques comme lês revenus ou la visibilité médiatique. Lês hiérarchies lês plus internes, définies par des performances académiques et scientifiques, et lês plus externes, celles qui obéissent, par exemple, aux critères d’évaluation propres à l’univers de l’entreprise (salaires, position de responsabilité et prestige au sein de l’organisation) s’opposent à l’intérieur même de la “profession”, mais se confondent ou se recouvrent lorsque celle-ci est perçue de l’estérieur, par exemple par lês journalistes ou lês responsables qui produisent des palmares (explicite, comme celui que produit *Lê Nouvel Économiste*, ou implicites comme, plus récemment, la nomination au Conseil d’analyse économique). La persistance, même brouillée, de ces multiples hiérarchies explique em partie lês difficultés rencontrées lors des tentatives de définition et d’unification de la “profession”, qui visent en imposer une identité stabilisée et légitime¹⁶.

¹⁶ O mundo dos economistas aparece em consequência atravessado por vários princípios de diferenciação que fundamentam formas múltiplas de hierarquização. Os mais universitários dos economistas podem se aproximar dos mais “profissionais” (por exemplo, os economistas de empresas) por características como as rendas ou a

De acordo com Bourdieu, o mercado é apresentado pela teoria econômica como um mito inteligente, que quase nunca é definido nem discutido. Na verdade, para Bourdieu (2005, p. 20), é a revolução marginalista que transforma o mercado de algo concreto em um “conceito abstrato sem referência empírica, uma ficção matemática remetendo ao mecanismo abstrato de formação dos preços descrito pela teoria da troca (ao custo da colocação entre parênteses, consciente e explicitamente reivindicada, das instituições jurídicas e estadistas)”.

Essa noção de mercado como mito inteligente encontra, em Walras, sua expressão completa com as noções de mercado perfeito, com concorrência e informação perfeitas, e de equilíbrio geral num universo de mercados interconectados. Nesse sentido é que, para Bourdieu, a construção do mercado é deixada ao arbítrio de uma decisão *ad hoc*, sem justificação teórica e sem validade empírica. As consequências dessa noção de mercado como mito inteligente são drásticas para a sociedade como um todo. Bourdieu (2005, p. 21) identifica com precisão a polissemia da noção de mercado que se justapõe às economias de mercado. Para ele:

Devido a sua ambigüidade, ou a sua polissemia, a noção de mercado permite evocar, alternativamente ou simultaneamente, o sentido abstrato, matemático, com todos os efeitos de ciência associados, ou tal ou qual dos sentidos concretos, mais ou menos próximos da experiência comum, como o lugar onde ocorrem trocas – *marketplace* –, o acordo sobre os termos da transação numa troca – concluir um mercado –, os escoamentos de um produto – conquista de mercado –, o conjunto das transações abertas a um bem – o mercado do petróleo –, o mecanismo econômico característico das “economias de mercado”. Ela se encontra, assim, predisposta a desempenhar o papel de “mito inteligente”, disponível para todos os usos ideológicos fundados sobre o deslizamento semântico. Assim, os membros da Escola de Chicago, e mais especialmente Milton Friedman, fundamentaram seus esforços para reabilitar o mercado (notadamente contra os intelectuais, presumidamente hostis) na identificação do mercado com a liberdade, fazendo da liberdade econômica a condição da liberdade política.

É por causa de todas essas questões historicamente impostas que Bourdieu constrói sua crítica aos economistas e à teoria econômica que trata o mercado como mito inteligente. É nesse sentido que Bourdieu chama a Ciência Econômica de “hidra de Lerna”, pois ela tem

visibilidade midiática. As hierarquias mais internas, definidas por performances acadêmicas e científicas e as mais externas, as que obedecem, por exemplo, aos critérios de avaliação próprias ao universo da empresa (salários, posição de responsabilidade e prestígio no seio da organização) se opõem no interior mesmo da “profissão”, mas se confundem ou se recobrem quando esta é percebida do exterior, por exemplo, pelos jornalistas ou os responsáveis que produzem premiados (explícitos, como o que produz *Le Nouvel Économiste*, ou implícitos como, mais recentemente, a nomeação no Conselho de análise econômica). A persistência, mesma embaçada, dessas múltiplas hierarquias explica em parte as dificuldades encontradas no momento das tentativas de definição e unificação da “profissão”, que visam impor uma identidade estável e legítima.

tantas cabeças diferentes, que sempre se pode achar uma que já levantou, mais ou menos bem, “a questão que se tenta lhe colocar, e sempre uma – não necessariamente a mesma –, da qual se podem tomar emprestados elementos para respondê-la. Seus contestadores são assim condenados a aparecer como ignorantes ou injustos” (BOURDIEU, 2005, p. 15).

Outra reflexão fundamental de Bourdieu é o sobre o capital, que é por ele considerado e conceituado em várias dimensões e formas. Além de analisar o capital enquanto construção econômica, social, cultural e simbólica, o autor identifica formas diferenciadas de capital em consonância com as disposições e lugares que os agentes ocupam no espaço social e com as forças que exercem no campo e nas lutas entre os campos. No caso do campo econômico, as diferentes espécies de capital participam decisivamente da concorrência, alteram a estrutura do campo e conduzem agentes ao sucesso ou ao fracasso. A estrutura do campo é determinada pela estrutura da distribuição do capital e da estrutura da distribuição dos custos. É assim que, para Bourdieu, o poder sobre o campo e sobre os pequenos detentores de capital vem das relações de forças entre as firmas e do controle de uma parte muito importante do capital (da energia global).

A estrutura do campo econômico distribui as chances de lucro e comanda o direito de entrada no campo. A ação das diferentes espécies de capital não se dá apenas de forma indireta, ou seja, através dos preços. As diferentes espécies de capital têm um efeito estrutural no campo. Assim, as posições relativas e as performances de todas as espécies de capital que estão com as firmas são modificadas, quando, por exemplo, é adotada uma nova técnica ou ocorre o controle de uma maior parte do mercado. Com relação a essas diferentes espécies de capital e as vantagens na concorrência, Bourdieu (2005, p. 25) afirma que:

A força ligada a um agente depende de seus diferentes recursos, por vezes chamados *strategic market assets*, fatores diferenciais de sucesso (ou de fracasso) que podem lhe assegurar uma vantagem na concorrência, isto é, mais precisamente, do volume e da estrutura do capital que ele possui, sob suas diferentes formas: capital financeiro, atual ou potencial, capital cultural (não confundir com o “capital humano”), capital tecnológico, capital jurídico, capital organizacional (incluindo o capital de informação e conhecimento sobre o campo), capital comercial e capital simbólico. O capital financeiro é o domínio direto ou indireto (por intermédio do acesso aos bancos) de recursos financeiros que são a condição principal (com o tempo) da acumulação e da conservação de todas as outras espécies de capital. O capital tecnológico é o portfólio de recursos científicos (potencial de pesquisa) ou técnicos diferenciais (procedimentos, atitudes, rotinas e competências únicas e coerentes, capazes de diminuir a despesa em mão-de-obra ou em capital, ou de aumentar o rendimento) susceptíveis de serem implementados na concepção e na fabricação dos produtos. O capital comercial (equipe de venda) deriva do controle de redes de

distribuição (armazenagem e transporte) e de serviços de marketing e pós-venda. O capital simbólico reside no controle de recursos simbólicos baseados sobre o conhecimento e o reconhecimento, como a imagem da marca (goodwill investment), a fidelidade à marca (brand loyalty), etc.; poder que funciona como uma forma de crédito, ele supõe a confiança ou a crença dos que lhe estão submetidos porque estão dispostos a atribuir crédito (é este poder simbólico que invoca Keynes, quando afirma que uma injeção de dinheiro funciona se os agentes crêem que ela funciona, e a teoria das bolhas especulativas).

Esta afirmação de Bourdieu, enquanto constatação empírica e histórica, nos coloca diante de um problema fundamental levantado por esta tese, qual seja, o do sentido do sistema do capital, exaustivamente analisado e discutido por Mészáros. Como ficam as relações sociais, políticas, culturais e ideológicas, no contexto histórico do sistema do capital, perante a constatação empírica de várias espécies de capital? Adiantemos, aqui, algumas reflexões sobre o caráter relacional e diferencial entre as análises de Bourdieu e as do marxismo, especialmente as de Mészáros. Essas questões serão discutidas de forma mais profunda no último capítulo, mas avaliamos como pertinentes algumas antecipações.

O capital mencionado por Mészáros é de grande complexidade, e que fora ampla, profunda e criticamente analisado por Marx e Engels. Na verdade, a centralidade da análise crítica de Marx, Engels, Mészáros e outros pensadores de grande envergadura do marxismo, como Lukács, é o trabalho humano enquanto categoria fundante do próprio ser do homem, enfim do mundo humano. Nesse sentido, uma sociedade em que o trabalho é estruturalmente subordinado ao capital só pode ser uma sociedade alienada, ou seja, uma sociedade onde o próprio humano é destituído de valor e de sua natureza social; os produtos do trabalho, como o próprio capital e as mercadorias, passam a ser valorizados como realidades dotadas de vida e movimento próprios, assim como as coisas se tornam mais importantes do que os seres humanos.

Ora, entre as espécies de capital constatadas por Bourdieu, o capital simbólico, por exemplo, que está presente em outros campos, como o político, o da arte, da literatura, da educação, etc., exerce um poder estupendo na estrutura do campo econômico. Por sua vez, se este capital simbólico se entrelaça com o capital financeiro, o comercial, o organizacional, etc., na estrutura do campo econômico são forjados *habitus* em termos de disposições, comportamentos e ações que se inscrevem nas coisas, nos corpos humanos e no próprio corpo social de forma duradoura. Este fato não colocaria para nós indagações muito relevantes com relação às possibilidades de construção de uma teoria da transição para uma sociedade para

além do capital? Será que Mészáros não prioriza excessivamente o capital econômico nas suas considerações sobre o metabolismo social do capital?

É certo que a ênfase de Marx sobre o caráter histórico das construções sociais, econômicas, políticas e culturais humanas são essenciais nas nossas compreensões de um mundo que é fundamentalmente humano e, sendo assim, é um mundo passível de ser transformado. Mas, de fato, as ações e disposições humanas não estão enraizadas na sociedade de tal forma que *habitus* são construídos, historicamente, e passam a constituir matrizes geradoras de comportamentos que se cristalizam em sentidos extremamente difíceis de desmantelar nos processos de dominação? Mencionemos, antes de prosseguir em nossa discussão sobre o campo econômico, uma incitante colocação, em sua obra *Meditações Pascalianas*, de Bourdieu (2007, p. 218) sobre o *habitus*:

As paixões do *habitus* dominado (do ponto de vista do sexo, da cultura ou da língua), relação social somatizada, lei do corpo social, convertida em lei do corpo, não estão entre aquelas que se possam cancelar por um simples esforço da vontade, fundado numa tomada de consciência libertadora. Aquele que afoga a timidez sente-se traído por seu corpo, que reconhece proibições ou cobranças paralisantes, onde algum outro, produto de condições diferentes, perceberia incitações ou injunções estimulantes. É inteiramente ilusório acreditar que a violência simbólica possa ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade: as condições de sua eficácia estão inscritas de modo durável nos corpos sob a forma de disposições as quais, sobretudo no caso das relações de parentesco e das relações sociais concebidas segundo tal modelo, se exprimem e são vividas na lógica do sentimento ou do dever, muitas vezes confundidos na experiência do respeito, da dedicação afetiva ou do amor, podendo sobreviver muito tempo ao desaparecimento de suas condições sociais de produção.

Ora, as paixões do *habitus* dominado e a violência simbólica estão, portanto, inscritas nos corpos de uma forma durável. Esse fato não constitui um obstáculo imenso à proposta de construção de uma teoria da transição para uma sociedade para além do capital? Por enquanto, essas questões ficam em aberto, porque serão, como dissemos, objeto de aprofundamento no quarto capítulo. Continuemos, pois, com os instigantes estudos que configuram a sociologia econômica de Bourdieu, que, para nós, tem contribuições essenciais para a compreensão da complexidade do sistema socioeconômico capitalista.

Para Bourdieu, os agentes existem no meio social e suas ações não podem ser tomadas como o são pelas perspectivas atômica e mecanicista ou pela interacionista. Por isso que os modelos econômicos, que criam o conceito de agente representativo, devem ser questionados e criticados, pois homogeneizam as diferenças e têm a pretensão de impor padrões

comportamentais. A teoria do campo de Bourdieu é construída exatamente em oposição aos pressupostos que são impostos pelas teorias, sejam elas sociológicas ou econômicas. Nesse sentido, em *A economia das trocas lingüísticas*, Bourdieu (2008a, p. 82) afirma que:

A teoria do campo se opõe, assim, à visão atomista e mecanicista que superestima o efeito do preço, este *deus ex machina*, e que, como a física newtoniana, reduz os agentes (acionistas, gerentes ou empresas) a pontos materiais intercambiáveis, cujas preferências, inscritas numa função de utilidade exógena ou até, na variante mais extrema, imutável, determinam as ações de maneira mecânica (a noção de “agente representativo”, que faz desaparecer todas as diferenças entre os agentes e suas preferências, sendo um artifício cômodo para construir modelos capazes de produzir previsões análogas às da mecânica clássica). Ela se opõe também, mas de outra maneira, à visão interacionista, que a ambigüidade fundamental da representação do agente como átomo calculador permite fazê-la coabitar com a visão mecanicista, e segundo qual a ordem econômica e social se reduz a uma multidão de indivíduos interagindo, na maioria das vezes de maneira contratual.

Com essa observação, entendemos melhor a crítica de Bourdieu à Ciência Econômica e suas razões e esforços para a construção dos conceitos e das teorias do campo e do *habitus*. Ora, o preço é posto como um *deus ex machina*, uma força própria, um mito inteligente que determina a vida e a existência dos agentes. Daí o agente representativo, os modelos e suas previsões calcadas em complexos cálculos matemáticos e estatísticos empreendidos pela teoria econômica. Por outro lado, o interacionismo também é insuficiente para compreender a complexidade das ações sociais e econômicas, uma vez que as veem, na maioria das vezes, como ações contratuais.

Uma perspectiva teórica crítica é, portanto, um passo essencial para a compreensão dos processos de dominação econômica e social. As ciências sociais podem e devem enfrentar os conceitos que dominam as consciências na estrutura social. Sob o enfoque marxista, por exemplo, esse enfrentamento pode ser necessário, mas não é suficiente, pois os que detêm a dominação espiritual são os que detêm a dominação material na sociedade. Porém, a dominação passa por estruturas e relações que envolvem formas e violências simbólicas de dominação apoiadas por estruturas lingüísticas, institucionais e rituais que as legitimam. Por isso, é necessária uma compreensão mais ampla e profunda, envolvendo a maioria dos seres humanos, desses processos de dominação. As ciências sociais podem ter um papel determinante no entendimento das formas sociais de determinação do método científico. De acordo com Bourdieu (2008a, p. 82):

a ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito de teoria que, ao contribuir para impor uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo: a palavra, ou *a fortiori*, o ditado, o provérbio e todas as formas estereotipadas ou rituais de expressão, são programas de percepção. As diferentes estratégias, mais ou menos ritualizadas, da luta simbólica de todos os dias, assim como os grandes rituais coletivos de nomeação ou, melhor ainda, os enfrentamentos de visões e de previsões da luta propriamente política, encerram uma certa pretensão à autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social, ou seja, das divisões do mundo social. Em meio à luta para a imposição da visão legítima, na qual a própria ciência se encontra inevitavelmente engajada, os agentes detêm um poder proporcional a seu capital simbólico, ou seja, ao reconhecimento que recebem de um grupo: a autoridade que funda a eficácia performativa do discurso é um *percipi*, um ser conhecido e reconhecido, que permite impor um *percipere*, ou melhor, de se impor como se estivesse impondo oficialmente, perante todos e em nome de todos, o consenso sobre o sentido do mundo social que funda o senso comum.

Há, de fato, uma força que está presente no meio dos agentes e suas histórias que se relaciona com o capital simbólico, isto é, com reconhecimento que um grupo proporciona a que detém esse capital. Ora, reconhecer o poder simbólico significa ignorar a sua arbitrariedade, ou seja, esse poder é uma relação que se situa no campo da crença, na legitimidade de quem está investido do poder de falar. Em *O poder simbólico*, Bourdieu (2009, p. 14) expressa esse poder da seguinte forma:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeito, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

Portanto, a ordem ou a sua subversão não estão relacionadas com o poder das palavras, mas com o reconhecimento de quem as pronuncia. O poder simbólico, para Bourdieu, tem a capacidade de influenciar e impactar a realidade material a partir de uma

transubstanciação das relações de força. Não apenas isso. A violência simbólica, que tem consequências reais, é reconhecida (ignorada) e legitimada. Conforme Bourdieu (2009, p. 15):

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia.

Bourdieu investe em trabalhos de pesquisa sobre determinadas relações e determinados objetos que, aparentemente, são insignificantes perante a sociedade e no próprio âmbito científico. Assim, o maior alcance das ciências sociais está na sua capacidade de tomar objetos empíricos bastante precisos, menores na aparência ou pouco irrisórios, e trabalhá-los teoricamente. Para ele, nas ciências sociais, a importância social ou política do objeto não é suficiente para fundamentar a importância do discurso em torno desse objeto. Por exemplo, muitos sociólogos avaliam a importância própria pela importância dos objetos que estudam, como o Estado ou o poder. Esses sociólogos são os que, muitas vezes, se mostram os menos atentos aos procedimentos metodológicos. Por isso é que, para Bourdieu (2009, p. 20):

O que conta, na realidade, é a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto – como eu procuro fazer, por exemplo, ao partir, para compreender um dos efeitos maiores do monopólio estatal da violência simbólica, de uma análise muito precisa do que é um *certificado*: de invalidez, de aptidão, de doença, etc. Neste sentido, o sociólogo encontra-se hoje numa situação perfeitamente semelhante – *mutatis mutandis* – à de Manet ou de Flaubert que, para exercerem em pleno o modo de construção da realidade que estavam a inventar, o aplicavam a projetos tradicionalmente excluídos da arte acadêmica, exclusivamente consagrada às pessoas e às coisas socialmente designadas como importantes – o que levou a acusá-los de “realismo”. O sociólogo poderia tornar sua a fórmula de Flaubert: “pintar bem o medíocre”.

Ora, pintar bem o medíocre no campo das ciências sociais é exatamente desenvolver a capacidade para analisar objetos que, socialmente, aparecem como insignificantes do ponto de vista social e científico. Esta postura propugnada por Bourdieu promove uma reviravolta metodológica, teórica e prática nas pesquisas científicas e nos faz pensar mais na discussão de Mészáros sobre a determinação social do método. Realmente, analisar um certificado (invalidez, aptidão, doença, etc.) e relacioná-lo com a violência simbólica exercida pelo monopólio estatal é entrar no universo social do que é posto como insignificante e excluído como importante.

Ao observarmos os objetos de estudos da teoria econômica como um todo, podemos inferir das discussões acima que ela procura se ocupar com os objetos considerados mais importantes socialmente, como preço, oferta, demanda, juros, câmbio, políticas monetárias, modelos econométricos, inflação, demanda efetiva, etc. Não que essas questões não tenham importância. Trata-se na verdade do grau de importância que é conferido a elas por quem detém a legitimidade de dar-lhes significado e, conseqüentemente, pelo reconhecimento dispensado aos elaboradores das teorias econômicas.

Os profundos e críticos questionamentos que Bourdieu dirige à teoria econômica estão relacionados com a pretensão de legitimidade de que se investe o discurso econômico. Assim, ele se dedica a uma pesquisa de fôlego sobre o mercado de casa própria na França para construir sua teoria do campo econômico. Bourdieu (2009) defende que a teoria econômica é um caso particular da teoria dos campos e não modelo fundador. Ela é construída pouco a pouco, de generalização em generalização e deve ser analisada na perspectiva dos campos de produção cultural, como estudados por Weber. Nesse sentido, Bourdieu (2009, p. 69) considera que:

A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a *forma específica* de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário. Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir.

O caminho metodológico construído por Bourdieu estremece as bases não só das grandes pretensões impostas pela teoria econômica dominante, mas também de todos os

estudos que se sustentam em estruturas e sistemas generalistas, que são em si causa final, sujeitos históricos que realizam os seus próprios fins. Nesse contexto crítico, cabem teorias consideradas críticas, como as marxistas, principalmente a de Althusser com os seus “Aparelhos ideológicos de Estado”. Além disso, a reflexão de Bourdieu que citaremos a seguir também nos coloca diante de uma grande indagação: o sistema do capital não é tratado pelo marxismo, principalmente por Mészáros, como sujeito histórico que realiza os seus próprios fins? Como uma mitologia? Analisemos a seguinte análise de Bourdieu (2009, p. 75):

A filosofia da história que está inscrita no uso mais corrente da linguagem corrente e que leva as palavras que designam instituições ou entidades colectivas – Estado, Burguesia, Patronato, Igreja, Família, Justiça, Escola – a constituírem-se em sujeitos históricos capazes de originar e realizar os seus próprios fins (“o Estado – burguês – decide...”, “a Escola – capitalista – elimina...”, “a Igreja de França combate...”, etc.) encontra a sua forma mais acabada na noção de *Aparelho* (ou de “dispositivo”), a qual voltou a estar em moda no discurso com maiúsculas denominado “conceptual”. Enquanto operador mecânico de finalidade, *Deus* (ou *Diabolus*) *in machina*, o “Aparelho”, máquina divina ou infernal, consoante o humor ideológico, bom ou mau funcionalismo, está preparado para funcionar como *Deus ex machina*, “asilo da ignorância”, causa final capaz de justificar tudo, e com menor custo, sem nada explicar: dentro desta lógica, que é a da mitologia, às grandes figuras alegóricas da dominação só se podem opor outras personificações míticas, tais como a Classe operária, o Proletariado, os Trabalhadores, até mesmo as Lutas, encarnação do Movimento social e das fúrias de vingança.

Essa colocação de Bourdieu nos põe, de fato, diante de uma realidade com uma série de perguntas em torno de nossas ações, de nossos comportamentos enquanto seres humanos que existem e se relacionam socialmente, do poder de sujeitos históricos que nós mesmos construímos e constituímos. Afinal, que poder tem o Estado de decidir? Como a Escola capitalista elimina? Em que termos a Igreja da França combate? O que esses aparelhos, essas personificações míticas – Estado, Burguesia, Proletariado, Igreja, Família, Movimento Social, Escola, etc. –, produzem histórica, material e socialmente? E o sistema do capital? Sua perspectiva auto-destrutiva, analisada de forma tão perspicaz e profunda por Mészáros em *Para além do capital*, não se inclui em uma filosofia teleológica da história?

Para Bourdieu, a filosofia ortodoxa trata as ciências sociais como disciplinas auxiliares e ancilárias e com suspeição de cumplicidade com a realidade que elas se esforçam por conhecer. Ao buscar a máxima satisfação na exigência de elevação teórica, ela estimula “o sobrevoar dos factos e a generalização vazia e apressada, como a pretensão hermenêutica que

manda procurar a essência por detrás da aparência, a estrutura para além da história e tudo o que a define em exclusivo, quer dizer, todas as realidades vagas, misturadas e ambíguas” (BOURDIEU, 2009, p. 76). E são exatamente essas realidades que pesam sobre as ciências sociais. Nesse sentido, de acordo com Bourdieu (2009, p. 76):

é assim que Althusser, com o pretexto de restauração teórica, reavivou a condenação que a ortodoxia marxista sempre fez pesar sobre todos aqueles que, pelo facto de procurarem, revelam que nem tudo está encontrado; matando de uma cajadada dois coelhos, ele reforçava, se necessário, o desprezo – inquieto – que a ortodoxia filosófica nunca deixou de professar em relação às “ciências ditas sociais”, disciplinas plebéias e importunas. Reduzir os agentes ao papel de executantes, vítimas ou cúmplices, de uma política inscrita na Essência dos aparelhos, é permitirmo-nos deduzir a existência da Essência, ler as condutas na descrição dos Aparelhos e, ao mesmo tempo, fugir à observação das práticas e identificar a pesquisa com a leitura de *discursos* encarados como matrizes reais das práticas.

Impressiona a forma contundente com que Bourdieu dirige seus ataques à filosofia ortodoxa que deduz a existência da Essência. O marxismo está no centro deste ataque, principalmente o de Althusser. Mas, Bourdieu não ameniza suas palavras ao colocar que o marxismo ortodoxo condena todos os que revelam que nem tudo está encontrado, porque permanecem no caminho concreto da procura. Além disso, o marxismo ortodoxo reduz os agentes ao papel de executantes, vítimas ou cúmplices de uma política inscrita na Essência dos aparelhos. Repetimos essas palavras porque pensamos que outras questões devem ser interpostas a essas reflexões de Bourdieu.

Quando Marx, Engels, Lukács e Mészáros discutem a materialidade que caracteriza as relações sociais, quando insistem na centralidade do trabalho como categoria fundante do ser social e quando observam a realidade das relações de trabalho que predomina na vida cotidiana dos trabalhadores na sociedade capitalista, marcada pela alienação e pelo estranhamento, não estão eles exatamente imersos na questão mais básica dos seres humanos ao se relacionarem socialmente, ou seja, no trabalho e suas formas, na exploração e na produção das riquezas, na exclusão e na produção da miséria material e espiritual?

Por outro lado, Bourdieu tem razão nas suas críticas à filosofia dos aparelhos que toma o discurso como matriz real das práticas. Avaliamos também que Bourdieu tem muitas razões nos seus procedimentos metodológicos, pois suas buscas pela compreensão do sentido social dos objetos mais insignificantes, suas pesquisas que partem dos corpos socializados, dos *habitus* encarnados e dos campos de lutas nos levam realmente a estabelecer questionamentos

sérios ao papel e à força das mitologias, das personificações míticas, dos sujeitos históricos que são causa de si mesmos.

De acordo com Bourdieu (2009), devemos escapar às alternativas mortais nas quais se encerrou a história ou a sociologia. Assim, não podemos ficar circunscritos a oposições dos seguintes tipos: o acontecimento e a longa duração; os grandes homens e as forças coletivas, as vontades singulares e os determinismos estruturais. Para Bourdieu (2009, p. 82):

toda a acção histórica *põe em presença* dois estados da história (ou social): a história no seu estado objectivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*. Aquele que tira o chapéu para cumprimentar *reactiva*, sem saber, um sinal convencional herdado da Idade Média no qual, como lembra Panofsky os homens de armas costumavam tirar o seu elmo para manifestarem as suas intenções pacíficas. Esta actualização da história é consequência do *habitus*, produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico. A história no sentido de *res gestae* constitui a história feita coisa a qual é levada, “actuada”, *reactivada* pela história feita corpo e que não só actua como traz de volta aquilo que a leva (segundo a dialéctica do levar e do ser-levado, bem descrita por Nicolai Hartmann).

Portanto, para Bourdieu, há uma história instituída, objetivada, que pode ser transformada em ação histórica, ou seja, em história atuada e atuante. Então, existem agentes que estão predispostos a agir e por a história em funcionamento. A ação dos agentes vem de uma predisposição histórica, de investimentos anteriores que os levam a se interessar por esse movimento. Há uma espécie de cumplicidade ontológica que caracteriza a relação com o mundo social, que não se trata de uma relação mecânica entre o meio e a consciência. Nesse sentido, para Bourdieu (2009, p. 83):

quando a história que frequenta o *habitus* e o *habitat*, as atitudes e a posição, o rei e a sua corte, o patrão e a sua empresa, o bispo e a sua diocese, é a mesma, então é a história que comunica de certo modo com ela própria, se reflecte nela própria, se reflecte ela própria. A história “sujeito” descobre-se ela mesma na história “objecto”; ela reconhece-se nas “sínteses passivas”, “antepredicativas”, estruturas estruturadas antes de qualquer operação estruturante ou de qualquer expressão linguística. A relação dóxica com o mundo natal, essa espécie de empenhamento ontológico que o senso prático instaura, é uma relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história.

A existência desse senso prático colocada por Bourdieu é de fundamental importância para entrarmos no mundo complexo das relações sociais e buscarmos algumas compreensões dessa teia de complexidades que caracteriza a estrutura social. O fator histórico é aqui essencial, pois a história objetivada – acumulada em tantas coisas produzidas pelos seres humanos por tanto tempo – e a história incorporada, ou seja, *habitus* que atualiza a história, que a reativa, que a leva ao mesmo tempo em que é levado, essa história objetivada e essa história incorporada se fazem presentes e mantêm muitas formas de comportamentos que, entrelaçados a outros comportamentos oriundos de outros investimentos e acúmulos de capital social, sustentam a estrutura social. O capital social herdado é de extrema importância na determinação desse senso prático.

Ora, nesse sentido, é possível se falar em posição e em situação de classe. A classe social é estudada por Bourdieu em vários aspectos, isto é, o que explica as classes não é fundamentalmente a situação de trabalhador ou de proprietário de meio de produção. O fator econômico é um, muito importante, dentre outros que estão incorporados pelas classes. As condições materiais de existência são importantes, mas que determinação elas têm na posição que uma classe ocupa na estrutura social?

Essa questão está bastante presente na sociologia econômica de Bourdieu. Por isso que ele pesquisa e escreve sobre uma economia das trocas simbólicas, das trocas linguísticas, da produção da crença, da distinção, do campo econômico e do poder simbólico, ou seja, todas essas formas de relações estão postas historicamente na estrutura social. Mas, indaga Bourdieu, as partes constitutivas de uma sociedade estratificada, classe ou grupos de *status*, formam uma estrutura social? Em sua obra *A economia das trocas simbólicas* Bourdieu (2003, p. 03) afirma que:

Levar a sério a noção de estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui *propriedades de posição* relativamente independentes de propriedades intrínsecas como por exemplo um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência.

Portanto, entender que as classes sociais possuem propriedades de posição relativamente independentes de propriedades intrínsecas é condição para entender o sentido de estrutura social. Ou melhor, grupos com posições sociais equivalentes carregam, em termos estruturais, traços transistóricos e transculturais com poucas variações. Assim, por exemplo, de acordo com Bourdieu (2003, p. 09), a pequena burguesia, “classe de transição

que se define fundamentalmente por aquilo que não é mais e pelo que ainda não é, extrai inúmeras atitudes, tal como sua inclinação para o objetivismo, de uma posição de dupla oposição, em relação às classes superiores e em relação às classes populares”.

No entanto, para Bourdieu, as estruturas devem ser estudadas e descobertas nos sistemas concretos. Por exemplo, as proposições que têm a pretensão de compreender as sociedades globais e os grupos que as constituem, como as classes, de uma forma universal são apenas classificações abstratas enquanto as categorias propostas não refletirem estruturações no âmbito dos sistemas concretos. Bourdieu (2003, p. 14) vê a classe da seguinte forma:

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes*. É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das *marcas de distinção*, graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com esta posição) operando sobre os “valores” (no sentido dos lingüistas) necessariamente vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural. De fato, esta “expressão sistemática” (segundo as palavras de Engels) da ordem econômica e social pode, como tal, ser legitimamente constituída e tratada como sistema, e, por conseguinte, pode tornar-se o objeto de uma apreensão estrutural. É evidente que as diferenças de segunda ordem, vale dizer, as marcas de distinção como duplicação simbólica dos valores de posição vinculados a cada posição na estrutura social (a cada “nível”), dependem das atitudes que os agentes desenvolvem para se apropriar dos modelos da transmutação das diferenças em distinções, transmutação esta que depende principalmente da educação dos agentes e, portanto, de sua condição e de sua posição estrutural.

Notemos que a definição de classe colocada por Bourdieu, ou seja, a de que uma classe nunca pode ser definida somente pelas relações que mantém objetivamente com outras classes na estrutura social, provoca questionamentos relevantes em relação a uma conceituação de classe em que o fator econômico, a posição da classe em relação a outras, é o aspecto determinante e do qual irradiam todos os sentidos das demais formas de interação humana, como a cultural, a educacional, a política, etc. Bourdieu vai muito além dessa perspectiva e afirma a existência de inúmeras propriedades que se formam a partir de relações simbólicas com outras classes. Essas propriedades podem configurar sistemas que realçam

diferenças de situação e de posição que também podem ser transmutadas em distinções significantes. Por isso, as marcas de distinção são centrais nas análises de Bourdieu sobre as classes.

Nesse sentido, propriedades como prestígio social, *status*, busca de reconhecimento, honra e prestígio também devem ser consideradas nas relações de classes, ou seja, os aspectos econômicos e os aspectos simbólicos se inter-relacionam na formação e na constituição das classes sociais, que, por sua vez, ao se formarem na história, estruturam legados, heranças, capital social, cultural e simbólico que se incorporam como *habitus* que se apresentam no cotidiano das lutas no interior dos e entre os campos. Ao discutir essa questão, Bourdieu (2003, p. 14) afirma que:

Ao constatar que o poder econômico puro e simples e sobretudo “a força do dinheiro” não constituem, necessariamente, um fundamento reconhecido do prestígio social, Max Weber distingue a classe social enquanto um grupo de indivíduos que, por partilharem a mesma “situação de classe”, isto é, a mesma “situação de mercado”, possuem as mesmas chances típicas no mercado de bens e de trabalho, as mesmas condições de existência e de experiências pessoais, e o grupos de *status* (*Stände*) que são conjuntos de homens definidos por uma certa posição na hierarquia da honra e do prestígio. Ao que tudo indica, Weber opõe a classe e o grupo de *status* como dois tipos de unidades *reais* que se confundiriam de modo mais ou menos freqüente, conforme o tipo de sociedade (isto é, ao que parece, conforme o grau de autonomização e de dominação da ordem econômica). Para restituir às análises weberianas toda sua força e alcance, antes é preciso reconhecer que os grupos de *status* e as classes constituem unidades *nominais* que podem restituir a realidade de modo mais ou menos completo segundo o tipo de sociedade, mas que são sempre o resultado *da opção de acentuar o aspecto econômico ou o aspecto simbólico*, aspectos que sempre coexistem na própria realidade (em proporções diferentes conforme as sociedades e as classes sociais de uma mesma sociedade), uma vez que as distinções simbólicas são sempre secundárias em relação às diferenças econômicas que as primeiras exprimem, transfigurando-as.

De acordo com Bourdieu, o modo de distribuição do prestígio social, a ordem propriamente social, para Weber, tem uma autonomia relativa, pois ela está unida à ordem econômica, ao modo de distribuição e de utilização dos bens e das prestações econômicas, sendo que esta ordem social constitui sua autonomia parcial a partir da possibilidade dela se desenvolver enquanto universo de relações simbólicas. Assim, em Weber, todos os traços do grupo de *status* fazem parte da ordem simbólica, tanto no que diz respeito ao estilo de vida quanto aos privilégios honoríficos. Os grupos de *status* se caracterizam mais por um ser do que por um ter, mais pela maneira de usar os bens do que pela posse desses bens, uma vez que a busca de distinção pode gerar uma forma inimitável de raridade, como a arte de consumir

bem até mesmo o bem de consumo mais trivial. Por outro lado, posse e não-posse são as categorias fundamentais da situação de classe. Portanto, a diferença entre classes e grupos de *status*, para Weber, é que as classes se relacionam com a produção e com a aquisição de bens, enquanto os grupos de *status* se relacionam com o consumo de bens, o qual configura estilos de vida específicos. É no âmbito dessas reflexões que Bourdieu (2003, p. 16) considera que:

as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir estes bens, ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, *as diferenças de tato em distinções significantes*, ou, para falar como os linguistas, em “valores”, privilegiando a *maneira*, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função. Em consequência, os traços distintivos mais prestigiosos são aqueles que simbolizam mais claramente a posição diferencial dos agentes na estrutura social – por exemplo, a roupa, a linguagem ou a pronúncia, e sobretudo “as maneiras”, o bom gosto e a cultura – pois aparecem como propriedades essenciais da pessoa, como um ser irredutível ao ter, enfim como uma *natureza*, mas que paradoxalmente uma natureza cultivada, uma cultura tornada natureza, uma graça e um dom. O que está em jogo no jogo da divulgação e da distinção é, como se percebe, a excelência humana, aquilo que toda sociedade reconhece no homem cultivado.

Portanto, as distinções significantes estão na maneira de transmutar os bens em signos, na forma de usufruir os bens, de consumi-los, de ostentá-los. Conta mais a forma da ação ou do objeto do que sua função. É por isso que, na estrutura social, os traços distintivos que mais aparecem enquanto prestígio, propriedade essencial da pessoa, natureza cultivada que se torna cultura natural, graça e dom, são os que simbolizam a posição diferencial dos agentes. Daí os exemplos relacionados com as formas de uso da roupa, da linguagem ou da pronúncia, da questão do bom gosto e da cultura.

É nesse contexto que, conforme Bourdieu, Weber considera que “os grupos de *status* são os portadores de todas as ‘convenções’: toda estilização da vida, seja qual for a forma sob a qual se manifesta, tem sua origem num grupo de *status* ou é mantida viva por um grupo de *status*” (BOURDIEU, 2003, p. 16). Assim, os grupos de *status* impõem modelos de comportamento, regras convencionais para executar esses modelos, àqueles que desejam participar do grupo. Bourdieu considera também que, agora fundamentado em Veblen, na ótica popular, as maneiras adquirem um caráter sacramental e passam a ter uma utilidade substancial por si mesmas. Em outros termos, as regras e as observâncias cerimoniais ocupam um lugar extremamente importante na estima dos homens enquanto marca de honorabilidade. Portanto, para Bourdieu (2003, p. 17):

Dissociar os fins almejados da maneira de atingi-los e propor tal maneira como objeto de uma apreensão específica, privilegiar o estilo em detrimento da eficácia e submetê-lo à estilização, tomar a execução acabada da divisão social realizada como o signo por excelência da realização social, tudo isto significa fazer da arte de viver uma das belas-artes, e transmutar as coerções naturais em regras culturais, propriamente humanas. (...) De fato, nada mais falso do que acreditar que as ações simbólicas (ou o aspecto simbólico das ações) nada significam além delas mesmas: na verdade, elas exprimem sempre a posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção. Os signos enquanto tais “não são definidos positivamente por seu conteúdo mas sim negativamente através de sua relação com os demais termos do sistema” e, por serem apenas o que os outros não são, derivam seu “valor” da estrutura do sistema simbólico e, por esta razão, estão predispostos por uma espécie de harmonia preestabelecida a exprimir o “nível” estatutário que, como a própria palavra indica, deve o essencial de seu “valor” à sua posição em uma estrutura social definida como sistema de posições e oposições.

Então, para Bourdieu, as ações simbólicas são essenciais na determinação da posição social de indivíduos ou grupos. Daí que a maneira de atingir determinados fins, que se configura como estilo, signo de realização social, valor, forja regras culturais, humanas. Assim, os desvios diferenciais exercem uma função fundamental de sociação e dissociação, de definição da estrutura de uma sociedade como sistema de significações. São os desvios diferenciais que arrancam os elementos constitutivos da estrutura social, os grupos ou indivíduos, da insignificância.

Juntamente com os atos específicos que intencionalmente exprimem a posição social, é necessário, de acordo com Bourdieu, considerar o conjunto dos atos sociais, ou seja, aqueles que independem do nosso querer ou saber, que traduzem aos olhos dos outros, principalmente dos estranhos ao grupo, uma posição na sociedade, porque a percepção da situação de classe, da própria e a dos outros, é espontaneamente estrutural. Assim, a autonomização do aspecto econômico das ações orientadas para fins econômicos não são totalmente desprovidas de funções simbólicas. Para Bourdieu (2003, p. 23):

se os procedimentos expressivos enquanto atos subjetiva e intencionalmente destinados a exprimir a posição social, se opõem aos atos objetivamente expressivos (isto é, todos os atos sociais), pelo fato de veicularem significações de segundo grau, produtos de uma duplicação expressiva das significações de primeiro grau que os atos sociais devem necessariamente à posição na estrutura social daqueles que os efetuam, passamos gradualmente pela ênfase intencional (que pode ir até à autonomização da função expressiva) dos atos sociais mais comuns aos procedimentos expressivos e à busca da maximização do rendimento simbólico dos procedimentos expressivos. Tal fato sucede, por exemplo, em matéria de

vestuário, quando se desenvolve um esforço, pela comparação sistemática, para adquirir pelo menor custo o maior valor simbólico possível.

Todas as classes sociais de todas as sociedades não estão igualmente disponíveis para o jogo da duplicação expressiva das diferenças de situação e de posição. Diversas vezes, observou-se que a opinião dos indivíduos acerca de sua posição na hierarquia social e da hierarquia das posições sociais, ou seja, acerca dos *critérios de hierarquização*, é função direta de sua posição na hierarquia social.

A relação entre os atos intencionais e o conjunto dos atos sociais configura uma oposição e uma passagem dos atos sociais mais comuns à busca da maximização do rendimento simbólico dos procedimentos expressivos. Há, portanto, um jogo da duplicação expressiva das diferenças de situação e de posição de classe. A posição na hierarquia social exerce uma influência social direta na opinião dos indivíduos quanto à sua posição na hierarquia social e à hierarquia das posições sociais. Por isso é que existem significações de primeiro grau e significações de segundo grau na estrutura social, sendo estas produtos daquelas. Como as referências a grupos de *status* ou a classes, que são unidades nominais, mas que coexistem na realidade, estão relacionadas com a opção de acentuar o aspecto econômico ou o aspecto simbólico, temos que esta opção é muito relevante nas nossas maneiras de apreender e compreender a realidade. Conforme Bourdieu (2003, p. 25):

Tentar apreender as regras do jogo da divulgação e da distinção, segundo as quais as classes sociais exprimem as diferenças de situação e de posição que as separam, não significa reduzir todas as diferenças, e muito menos a totalidade destas diferenças, a começar por seu aspecto econômico, a distinções simbólicas, e muito menos, reduzir as relações de força a puras relações de sentido. Significa optar por acentuar *explicitamente*, com fins heurísticos, e ao preço de uma abstração que deve revelar-se como tal, um *perfil* da realidade social que, muitas vezes, passa despercebido, ou então, quando percebido, quase nunca aparece enquanto tal.

Ao se empenhar numa profunda análise, a partir de muitas e amplas pesquisas empíricas, dos aspectos simbólicos que fazem parte da realidade, Bourdieu promove vários estudos sobre o funcionamento da sociedade e a força que os aspectos simbólicos exercem neste funcionamento. Em *A economia das trocas simbólicas* Bourdieu analisa o peso e a influência de vários aspectos simbólicos na constituição da estrutura social, como os aspectos religiosos, culturais, científicos, escolares e artísticos. E esta estrutura social é fundamental na compreensão das relações econômicas. Passamos a analisar agora alguns desses aspectos.

A formação de um campo religioso, de acordo com Bourdieu (2003), está diretamente relacionada com a formação de um corpo de especialistas que detém os conhecimentos

secretos para a produção e a reprodução de uma estrutura organizacional desses conhecimentos, na qual os leigos estão excluídos, ou seja, passam a existir porque não possuem esses conhecimentos. Esses leigos (ou profanos) são destituídos do capital religioso – trabalho simbólico acumulado – e reconhecem a legitimidade de não de não serem possuidores deste capital. Assim, o grau de desenvolvimento e de diferenciação do aparelho religioso pode distribuir diferentes formações sociais. É este aparelho religioso que assegura a produção, a reprodução, a conservação e a difusão dos bens religiosos. São dois polos extremos, o auto-consumo religioso e a monopolização completa da produção religiosa por especialistas, que movimentam as engrenagens deste aparelho religioso. É nesse sentido que, para Bourdieu (2003, p. 40):

A estes dois extremos de estrutura da distribuição do capital religioso vão corresponder : a) tipos opostos de relações objetivas (e vividas) com os bens religiosos e, em particular, tipos opostos de competência religiosa, a saber, de um lado, o *domínio prático* de um conjunto de esquemas de pensamento e de ação *objetivamente* sistemáticos, adquiridos em estado implícito por simples familiarização, e portanto comuns a todos os membros do grupo e praticados segundo a modalidade pré-reflexiva e, de outro lado, o *domínio erudito* de um *corpus* de normas e conhecimentos explícitos, explícita e deliberadamente sistematizados por especialistas pertencentes a uma instituição socialmente incumbida de reproduzir o capital religioso por uma ação pedagógica expressa; b) tipos nitidamente distintos de sistemas simbólicos, como por exemplo os *mitos* (ou sistemas mítico-rituais) e as *ideologias religiosas* (teogonias, cosmogonias, teologias) que constituem o produto de uma *reinterpretação letrada*, levada a cabo em resposta a novas funções internas correlatas à existência do campo dos agentes religiosos e, de outro lado, funções externas, como por exemplo as que resultam da constituição dos Estados e do desenvolvimento dos antagonismos de classe e que propiciam as razões de existência às grandes religiões com pretensão universal.

Essa afirmação de Bourdieu é uma comprovação do fato de que o domínio prático, o domínio erudito, os sistemas simbólicos, mítico-rituais e as ideologias religiosas, que são historicamente estruturados, têm um grande poder de estruturar comportamentos humanos e visões de mundo. Na verdade, quando observamos as propriedades de um estilo de vida singular, a religião pode legitimar todas essas propriedades. Por exemplo, um grupo ou classe que ocupa uma determinada posição na estrutura social pode possuir, conforme Bourdieu (2003), propriedades arbitrárias quando exercem o poder de consagração como sacralização pela naturalização e pela eternização. Sendo assim, a religião assume uma função ideológica, prática e política de absolutizar o relativo e de legitimar o arbitrário, além de reforçar a força

material ou simbólica que pode ser mobilizada por um grupo ou uma classe. Assim, para Bourdieu (2003, p. 45):

Em sua qualidade de sistema simbólico estruturado, a religião funciona como princípio de estruturação que 1) constrói a experiência (ao mesmo tempo que a expressa) em termos de *lógica em estado prático*, condição impensada de qualquer pensamento, e em termos de *problemática implícita*, ou seja, de um sistema de questões indiscutíveis delimitando o campo do que merece ser discutido em oposição ao que está fora de discussão (logo, admitido sem discussão) e que 2), graças ao efeito de *consagração* (ou de legitimação) realizado pelo simples fato da *explicitação*, consegue submeter o sistema de disposições em relação ao mundo natural e ao mundo social (disposições inculcadas pelas condições de existência) a uma *mudança de natureza*, em especial convertendo o *ethos* enquanto sistema de esquemas implícitos de ação e de apreciação em *ética* enquanto conjunto sistematizado e racionalizado de normas explícitas.

A religião, sistema simbólico estruturado e princípio estruturante, atua, portanto, por meio de uma construção da experiência que se expressa na prática cotidiana das pessoas como algo lógico e natural, que diz o que deve e o que não deve ser discutido, assim como, ao monopolizar o poder de consagração e de explicitação do sagrado, produz a inculcação de esquemas de ação e de apreciação sustentados em uma ética constituída como um conjunto de normas sistematizado e racionalizado. Então, a religião cumpre funções sociais, pois além das expectativas dos leigos de que a religião possa produzir justificações de existir capazes de livrá-los da “angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte”, eles também contam com a religião para que ela lhes “forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir como de fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes” (BOURDIEU, 2003, p. 48).

Nesse sentido, para Bourdieu, a perpetuação e reprodução de uma ordem social, por exemplo, em uma sociedade dividida em classes, conta com a estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas próprias aos diferentes grupos ou classes. A ordem social é consagrada, sancionada e santificada por essa estrutura. As esperanças existenciais são reforçadas pelos sistemas de práticas e de representações religiosas, em que técnicas de manipulação simbólica são utilizadas para a compensação e a transfiguração simbólica de aspirações e conflitos, como, por exemplo, as promessas de salvação. Essas técnicas são também adotadas para a transmutação do destino em escolha, como a exaltação do ascetismo. Assim, de acordo com Bourdieu (2003, p. 52), no momento em que a estrutura dos sistemas

de representações e práticas religiosas se apresenta oficialmente como una e indivisa, ela se organiza:

em relação a duas posições polares, a saber: 1) os sistemas de práticas e de representações (religiosamente dominante) tendentes a justificar a hegemonia das classes dominantes; 2) os sistemas de práticas e de representações (religiosidade dominada) tendentes a impor aos dominados um reconhecimento da legitimidade da dominação fundada no desconhecimento do arbitrário da dominação e dos modos de expressão simbólicos da dominação (por exemplo, o estilo de vida bem como a religiosidade das classes dominantes), contribuindo, desta maneira, para o reforço simbólico da representação dominada do mundo político e do *ethos* da *resignação* e da *renúncia* diretamente inculcado pelas condições de existência.

O campo religioso é um fato fortemente presente na estrutura social. A concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso entre as instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, dependem do capital religioso acumulado. Esse capital religioso pode ser caracterizado com um o poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, “inculcando-lhes um *habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social” (BOURDIEU, 2003, p. 57).

O capital religioso se inscreve nas estruturas sociais de tal maneira que ele produz uma economia de trocas simbólicas, caracterizada pela oferta e demanda de bens religiosos, e interfere na divisão do trabalho religioso e na divisão do trabalho político. Nas palavras de Bourdieu (2003, p. 57):

De um lado (I), este capital religioso depende do estado, em um dado momento do tempo, da estrutura das relações objetivas entre a *demand* religiosa (ou seja, os interesses religiosos dos diferentes grupos ou classes de leigos) e a *oferta religiosa* (ou seja, os serviços religiosos de tendência ortodoxa ou herética) que as diferentes instâncias são compelidas a produzir e a oferecer em virtude de sua posição na estrutura das relações de força religiosas (ou seja, em função de seu capital religioso) e, de outro lado (II), este capital religioso determina tanto a natureza, a forma e a força das estratégias que estas instâncias podem colocar a serviço da satisfação de seus interesses religiosos, como as funções que tais instâncias cumprem na divisão do trabalho religioso, e em consequência, na divisão do trabalho político.

Portanto, existem relações fundamentais entre o campo religioso e o campo do poder no processo histórico de estruturação das ordens sociais, uma vez que o campo religioso pode legitimar a ordem estabelecida, isto é, a partir da manutenção de uma ordem simbólica que contribui diretamente para a manutenção da ordem política. Assim, para Bourdieu (2003), a subversão simbólica da ordem simbólica não consegue afetar a ordem política se não for acompanhada por uma subversão política desta ordem. Isso decorre, de acordo com Bourdieu (2003, p. 70), principalmente da interação de dois fatores e processos:

a) a autoridade propriamente religiosa e a força temporal que as diferentes instâncias religiosas podem mobilizar em sua luta pela legitimidade religiosa dependem diretamente do peso dos leigos por elas mobilizados na estrutura das relações de força entre as classes; b) em consequência, a estrutura das relações objetivas entre as instâncias que ocupam posições diferentes nas relações de produção, reprodução e distribuição de bens religiosos, tende a reproduzir a estrutura das relações de força entre os grupos ou classes, embora *sob a forma transfigurada e disfarçada* de um campo de relações de força entre instâncias em luta pela manutenção ou pela subversão da ordem simbólica.

Com essas reflexões sobre o campo religioso e sua força e poder de influenciar as relações humanas nas estruturas sociais, queremos considerar que, de fato, a complexidade da realidade social torna-se cada vez mais exponencial quando observamos que as estruturas sociais são compostas por campos de lutas, nos quais os aspectos simbólicos, profundamente relacionados aos *habitus* incorporados, têm uma função de peso significativo na produção e reprodução das relações sociais. Assim, as análises econômicas – principalmente as que se concentram no capital, na produção e reprodução de bens e serviços, de mercadorias, no equilíbrio de mercado, nos modelos econométricos e na racionalidade que guia os interesses – devem estar atentas a outros poderes que se relacionam e se incrustam nas relações econômicas, como os simbólicos. Nesse sentido, faremos mais algumas breves reflexões, a partir de Bourdieu, sobre um outro aspecto simbólico relevante nas estruturas e nas ordens sociais.

Um campo importante e de grande presença simbólica na realidade social é o campo intelectual e artístico. Bourdieu faz referência à história da vida intelectual e artística das sociedades europeias a partir das transformações do sistema de produção de bens simbólicos, que constituiu progressivamente um campo com autonomização do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos. É importante ressaltar que as lutas entre os diferentes campos, com suas respectivas autonomizações, são sempre consideradas por

Bourdieu como um aspecto decisivo na configuração das estruturas sociais e nas formas de ação dos indivíduos. Nesse sentido, para Bourdieu (2003, p. 99):

à medida que se constitui um campo intelectual e artístico (e ao mesmo tempo, o corpo de agentes correspondente, seja o intelectual em oposição ao letrado, seja o artista em oposição ao artesão), definindo-se em oposição ao campo econômico, ao campo político e ao campo religioso, vale dizer, em relação a todas as instâncias com pretensões a legislar na esfera cultural em nome de um poder ou de uma autoridade que não seja propriamente cultural, as funções que cabem aos diferentes grupos de intelectuais ou de artistas, em função da posição que ocupam no sistema relativamente autônomo das relações de produção intelectual ou artística, tendem cada vez mais a se tornar o princípio unificador e gerador (e portanto, explicativo) dos diferentes sistemas de tomadas de posição culturais e, também, o princípio de sua transformação no curso do tempo.

De acordo com Bourdieu, a constituição do campo intelectual e artístico perpassa toda a Idade Média e grande parte do Renascimento. Nesse contexto histórico, a vida intelectual e artística se libertou, progressivamente, do comando e das demandas éticas e estéticas da aristocracia e da Igreja. Para Bourdieu (2003, p. 100), esse processo sucedeu em meio a uma série de transformações, como:

a) a constituição de um público de consumidores virtuais cada vez mais extenso, socialmente mais diversificado, e capaz de propiciar aos produtores de bens simbólicos não somente as condições minimais de independência econômica mas concedendo-lhes também um princípio de legitimação paralelo; b) a constituição de um corpo cada vez mais numeroso e diferenciado de produtores e empresários de bens simbólicos cuja profissionalização faz com que passem a reconhecer exclusivamente um certo tipo de determinações como por exemplo os imperativos técnicos e as normas que definem as condições de acesso à profissão e de participação no meio; c) a multiplicação e a diversificação das instâncias de consagração competindo pela legitimidade cultural, como por exemplo as academias, os salões (onde, sobretudo no século XVIII, com a dissolução da corte e da arte cortesã, a aristocracia mistura-se com a *intelligentsia* burguesa e passa a adotar seus modelos de pensamento e suas concepções artísticas e morais), e das instâncias de difusão cujas operações de seleção são investidas por uma legitimidade propriamente cultural, ainda que, como no caso das editoras e das direções artísticas dos teatros, continuem subordinadas a obrigações econômicas e sociais capazes de influir, por seu intermédio, sobre a própria vida intelectual.

A riqueza de detalhes históricos, as interações que se fizeram necessárias entre várias instâncias – produtores, empresários, profissionais, técnicos, instâncias de consagração e de legitimação cultural (academias, salões), mistura da aristocracia com a *intelligentsia* burguesa,

operações de seleção (editoras, direções artísticas de teatros), subordinação da vida intelectual a obrigações econômicas e sociais –, com que Bourdieu analisa o processo de formação do campo intelectual e artístico revela-nos, mais uma vez, a força dos aspectos simbólicos na configuração das múltiplas e diversas formas das relações sociais humanas, bem como a consistência de uma economia das trocas simbólicas.

Ora, as diferentes instâncias são definidas de acordo com a função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão de bens simbólicos. O sistema de relações objetivas entre essas diferentes instâncias é o sistema de produção e circulação de bens simbólicos. No caso do campo de produção da vida intelectual e artística, existem o campo de produção erudita e o campo de produção cultural. Para Bourdieu (2003), o campo de produção erudita produz bens culturais e os instrumentos de apropriação destes bens, cujo público é de produtores de bens culturais que também produzem para produtores de bens culturais. Por sua vez, o campo da indústria cultural produz bens culturais para não-produtores de bens culturais, ou seja, para o grande público. Sobre esses campos, Bourdieu (2003, p. 105) afirma que:

Ao contrário do sistema da indústria cultural que obedece à lei da concorrência para a conquista do maior mercado possível, o campo da produção erudita tende a produzir ele mesmo suas normas de produção e os critérios de avaliação de seus produtos, e obedece à lei fundamental da concorrência pelo reconhecimento propriamente cultural concedido pelo grupo de pares que são, ao mesmo tempo, clientes privilegiados e concorrentes. É a partir deste princípio que se pode compreender não somente as relações entre o campo de produção erudita e o “grande público” e a representação que os intelectuais ou os artistas possuem desta relação, mas também o funcionamento do campo, a lógica de suas transformações, a estrutura das obras que produz e a lógica de sua sucessão.

Por exemplo, uma das formas de se medir o grau de autonomia do campo erudito é pela sua capacidade de funcionar como um mercado específico. Para isso, ele deve ser capaz de produzir uma raridade e um valor propriamente culturais, isto é, um tipo de raridade e de valor irredutíveis à raridade e ao valor econômicos. Trata-se da capacidade do campo de competir pela legitimidade cultural, pela produção de distinções culturalmente pertinentes. Nesse sentido, conforme Bourdieu (2003), ocorre uma busca de temas, técnicas e estilos com valor na economia específica do campo, que torna os grupos que os produzem culturalmente existentes. Esses grupos passam a ter um valor cultural, a possuir marcas de distinção em termos de especialidade, de maneira, de estilo. É nesse contexto que ocorrem as relações entre o campo de produção erudita e o grande público.

Essa análise sobre o campo intelectual e artístico fecha este capítulo sobre a sociologia econômica e a teoria dos campos, ou, especificamente, sobre a sociologia econômica de Bourdieu. As marcas distintivas estão presentes nesse campo de forma contundente, ou seja, como busca pelo reconhecimento na diferença, como imposição de uma marca. De acordo com Bourdieu (2008c, p. 88):

Fazer época é impor sua marca, fazer reconhecer (no duplo sentido) sua diferença em relação aos outros produtores e, sobretudo, em relação aos produtores mais consagrados; é inseparavelmente, fazer existir uma nova posição para além das posições ocupadas, à frente dessas posições, na vanguarda. Introduzir a diferença é produzir tempo. Compreende-se o lugar que, nesta luta pela vida, pela sobrevivência, cabe às marcas distintivas que, na melhor das hipóteses, visam identificar, muitas vezes, as mais superficiais e visíveis das propriedades associadas a um conjunto de obras ou produtores. As palavras, nomes de escolas ou de grupos, nomes próprios, só têm tanta importância porque eles fazem as coisas: como sinais distintivos, eles produzem a existência em um universo em que existir é diferir, “fazer-se um nome”, um nome próprio ou nome comum (a um grupo). Falsos conceitos, instrumentos práticos de classificação que estabelecem as semelhanças e as diferenças, nomeando-as, os nomes de escolas ou de grupos que têm florescido na pintura recente – pop art, minimal art, process art, land art, body art, arte conceitual, arte povera, Fluxus, novo realismo, nova figuração, suporte-superfície, op art, cinética – são produzidos na luta pelo reconhecimento pelos próprios artistas ou por seus críticos titulares, e desempenham a função de sinais de reconhecimento que distinguem as galerias, os grupos, assim como os pintores e, ao mesmo tempo, os produtos que eles fabricam ou propõem.

Então, o campo intelectual e artístico é analisado por Bourdieu também como um campo de luta, isto é, de luta pelo reconhecimento, para fazer época, para impor uma marca. Por isso que nomes de escolas, de grupos ou nomes próprios só têm sentido, importância e existência quando são reconhecidos na diferença. O campo intelectual e artístico forma um mercado de bens simbólicos que se reconfigura no processo histórico de luta pelas marcas de distinção. Isso tem consequências práticas para o mundo material dominado pelo capital econômico, isto é, existe um capital simbólico que pode ser transformado em capital econômico. Existe uma violência simbólica que se entrelaça sobremaneira com a exploração no mundo do trabalho. Existe uma dominação simbólica presente nas lutas de classes, nos mecanismos e estruturas mantenedoras da propriedade privada e nos corpos submetidos a regimes de trabalho legitimados pelos que sofrem a dominação.

Este capítulo teve a função de nos colocar perante uma realidade em que a economia é profundamente analisada no contexto de um complexo entrelaçamento de forças, campos, *habitus*, *status*, reconhecimento, distinção, dominação simbólica e formas múltiplas de

capital. Na verdade, a sociologia econômica de Bourdieu destoa da sociologia econômica no seu sentido geral, em função de seu alto grau de envolvimento com a realidade e com as pesquisas empíricas, bem como com uma construção teórica de grande profundidade e complexidade, mesmo trabalhando com muitas questões aparentemente irrelevantes.

As análises de Bourdieu sobre questões como o campo econômico, o religioso, o intelectual e o artístico, sua atenção a questões como os certificados e os nomes de escolas, enfim sobre a dominação e a violência simbólica, são realmente centrais quando pensamos a realidade social. Bourdieu é um pensador que também estuda o poder das estruturas, a globalização, as artimanhas da razão imperialista. Analisa a miséria do mundo no sentido não-econômico, como o de um condomínio, por exemplo.

Enfim, trata-se de um pesquisador e pensador que estuda as formas cruéis e desumanas de dominação em vários e amplos setores, áreas e campos, desde os mais pessoais aos mais estruturais e complexos. Sua sociologia reflexiva é um chamado a uma postura crítica diante dos mecanismos de reprodução da dominação material e simbólica.

No entanto, a partir de agora queremos colocar algumas realidades e reflexões do marxismo que configuram um sistema de dominação histórico e de proporções gigantescas em termos de dominação, exploração e violência. Trata-se do sistema do capital, seus dilemas reais e suas sustentações teóricas. Até o momento, fizemos considerações sobre a sociologia econômica geral e de Bourdieu com o objetivo de entendermos melhor a realidade social e, a partir dessa compreensão, observarmos com mais atenção o fato de que o funcionamento do sistema do capital passa por múltiplas forças e laços sociais. Analisaremos a partir de agora a realidade do sistema do capital e as teorias que a sustentam, assim como procuraremos fazer uma leitura da sociologia econômica à luz das análises críticas ao sistema do capital. Passemos, pois, ao terceiro capítulo.

3 RECONFIGURAÇÕES DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO

A construção social do mercado tem sido reconfigurada insistente e incessantemente nas últimas décadas em estruturas e arquiteturas que se combinam e se recombina para manter a eficiência reprodutiva e acumulativa do capital. Avanços na área tecnológica, na administração, na contabilidade, nas engenharias (mecânica, elétrica, eletrônica, mecatrônica, civil, química, genética, de produção, de alimentos, de computação, de bioprocessos, etc.), na indústria farmacêutica e na medicina, na agroindústria, nas ciências biológicas, enfim, em tantas áreas que requisitam a ciência e a racionalidade técnica, têm um custo altíssimo para as vidas dos trabalhadores e para o meio ambiente, além de serem extremamente excludentes. E a exclusão constitui um dilema perverso do sistema do capital, porque transforma todos esses avanços em áreas lucrativas, em maneiras de valorizar o capital e desvalorizar os seres humanos e seu *habitat* natural.

A vida humana guiada pelo capital não pode reconhecer limites e obstáculos no seu caminho. As táticas e estratégias de pessoas, empresas, governos e indústrias devem ser pensadas, configuradas e reconfiguradas num todo social em que o acesso aos bens e serviços fundamentais para a reprodução da vida, para a realização humana no seu intercâmbio com a natureza e para a constituição de uma sociedade não alienada, é negado à grande maioria dos seres humanos, ou melhor, essa grande maioria produz bens e serviços que lhes estranhos e os quais lhes são negados.

Esse dilema da exclusão é intrínseco ao sistema do capital, isto é, ele perdurará enquanto o capital dominar as relações sociais entre os seres humanos. Trata-se de um sistema complexo que envolve e enraiza pessoas, instituições, governos e empresas em construções sociais diversificadas, contraditórias e permeadas pela competitividade. Com o capital invadindo todos os poros da sociedade, a configuração e a reconfiguração dos mercados se misturam às relações sociais cotidianas e o maior tempo de cada vida humana passa a ser determinado pelo ritmo, pelos avanços e pela voracidade da expansão e da acumulação do próprio capital.

Ora, mas a ideia central da sociologia econômica não é exatamente a de que não são somente os interesses econômicos que determinam as ações humanas? Que os mercados são configurações socialmente construídas? Que outros valores estão presentes nas relações sociais?

As discussões que fizemos nos capítulos um e dois foram justamente para analisarmos a perspectiva da sociologia econômica em torno da força dos interesses não-econômicos no

conjunto das relações sociais e, portanto, na constatação de que os mercados são socialmente construídos. Especificamente no capítulo dois analisamos a sociologia econômica de Bourdieu para entendermos de que forma as trocas simbólicas estão presentes nas relações sociais e participam eficazmente dos processos de dominação humana em várias esferas e campos, como o econômico, o linguístico, o artístico, o religioso, o político, o cultural, o social, etc.

Para nós, as ações sociais cotidianas devem ser de fato identificadas nos seus processos de dominação entrelaçados por múltiplos encontros influenciados pela história familiar, pela herança escolar, pela consciência construída no espaço socioeconômico, pelo capital social, econômico e simbólico acumulado no tempo de vida e nos campos de luta, enfim, pelos *habitus* incorporados emocional, racional, social e culturalmente. Por outro lado, as ações sociais não podem ser desvinculadas da totalidade social que foi historicamente construída pela própria humanidade. Se a essência desse todo social é a alienação, que desumaniza os seres humanos e os despersonaliza, é porque as ações que caracterizam o cotidiano no processo de construção da totalidade são fortemente influenciadas e determinadas – mas que, dialeticamente, influenciam e determinam a totalidade – por uma força sistêmica que se impõe como um poder acima do humano e, que, portanto, subjuga os seus criadores. Referimo-nos, neste caso, ao sistema do capital.

Assim, as redes, os laços, as raízes, as arquiteturas que compõem as reconfigurações da construção social dos mercados na atualidade são dinamizadas mais pelas necessidades do capital (expansão e acumulação) do que pelas necessidades do conjunto da humanidade. No entrelaçamento das relações sociais enraizadas nos mercados capitalistas o processo de alienação segue uma trajetória crescente de envolver, de tragar pessoas, instituições, governos e a produção para a lógica das necessidades do capital. Por isso que na sociedade alienada todas as coisas que são humanamente criadas no mundo tecnológico são admiradas e propagandeadas pela mídia como produtos das virtudes do capitalismo. Aqui, o trabalho e os trabalhadores são apresentados como empecilhos para um funcionamento que poderia ser ainda mais eficiente caso os obstáculos à liberdade dos mercados fossem removidos.

Compreender os mercados como construções sociais é, realmente, um passo muito importante para percebermos que as relações sociais são determinantes no funcionamento da economia. Além do mais, que as teorias econômicas hegemônicas, sejam de fundo neoclássico ou keynesiano, apresentam contradições, fraturas e lacunas que se sustentam ou na defesa do mito inteligente do mercado e do *homo oeconomicus* ou nas possibilidades do Estado corrigir as falhas do mercado.

Assim, a sociologia econômica tem uma contribuição estratégica e imprescindível, porque contribui para a ampliação das ferramentas e dos mecanismos de desmistificação, principalmente, das pretensões das teorias econômicas dominantes de colocar os interesses próprios como naturais e como móveis fundamentais das ações humanas. Noutra sentença, contribui também como contraponto à reprodução dessas teorias nos ambientes intelectuais e acadêmicos.

No entanto, como já mencionamos na introdução desta tese, para que a imposição de determinadas forças espirituais se efetivem é necessária também a dominação material por parte de quem as impõem, ou, nas palavras já citadas de Marx e Engels, “a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante”. Assim, o marxismo se situa além da sociologia econômica em termos de perspectiva crítica de análise do ser social alienado que caracteriza o capitalismo, ou melhor, o sistema do capital com seus dilemas insuperáveis e com suas construções teóricas que propugnam controlar o capital e construir o reino da eficiência governamental, mantendo a divisão de classes, a propriedade privada e a exploração do trabalho. Passemos então a caracterizar alguns dos dilemas cruciais do sistema do capital.

A realidade deste início do século XXI é uma demonstração incontestável de que a história do capitalismo é uma história dramática de uma luta de classes que não reconhece limites às suas formas de manter a dominação. O cotidiano da grande parte da população mundial é tecido por imposições de forças econômicas, políticas, ideológicas e culturais que variam no tempo e no espaço, a partir de distintas formas históricas de resistência ou integração a essas forças, cujas variações se sustentam e se mantêm articuladas aos mesmos elementos estruturais do sistema do capital.

A história do capitalismo, nesta sua dramaticidade material, se insere num percurso de reflexão que se assenta nas origens da modernidade, com seu desenvolvimento filosófico, teórico-reflexivo, iluminista, enciclopédico, mas, fundamentalmente, contraditório na estruturação e afirmação das relações econômicas de trabalho que constroem e sustentam essa realidade cotidiana do mundo capitalista moderno e contemporâneo.

Da relação entre as forças materiais e espirituais que dia-a-dia construíram os primórdios do capitalismo, emergem as reflexões que delimitam, contornam e determinam os conceitos e suas inter-relações com o real, com o objetivo de entendê-lo, compreendê-lo, justificar ou criticar as formas básicas de sua construção. O uso da razão, não propriamente como conceito universal, mas histórico, se intensifica com a racionalidade da produção capitalista e a formação do pensamento científico moderno.

O processo de formação do capitalismo é inseparável de sua tendência histórica de construção de uma realidade decadente nas suas origens e, neste sentido, decadente na elaboração e articulação de seus conceitos e categorias que explicam o real, ou seja, decadente ideologicamente. As evoluções do capitalismo, caracterizadas principalmente pelos avanços técnicos, tecnológicos e científicos não são tributárias das virtudes deste sistema, mas sim do fundamento ontológico que proporciona, contraditoriamente, a realidade e a permanência do capital e do capitalismo, isto é, o trabalho.

O trabalho agregado nas mais diversas formas de sociabilidade é o fundamento primeiro que, no intercâmbio imprescindível com a natureza, produz os bens primordiais para a sobrevivência humana, as técnicas e os instrumentos de produção, máquinas, sistemas de energia, fábricas, indústrias, enfim as riquezas de todo o sistema capitalista. No cotidiano de centenas de anos de estruturação das formas de sociabilidades capitalistas, o trabalho é a categoria central que forja os laços que as sustentam. Assim, as relações socioeconômicas de dominação, sem as quais o capitalismo não perpetua, se expressam na subordinação histórico-estrutural do trabalho ao capital. Esta subordinação, que utiliza forças e meios ideológicos para evidenciar o capital e subsumir o trabalho no processo de produção de riquezas, constrói um mundo defeituoso na sua essência, com problemas sociais e econômicos que nunca serão solucionados, mas aprofundados, como demonstra, e demonstraremos nesta tese, a situação socioeconômica deste início do século XXI.

O percurso do capitalismo, do mercantilismo às sofisticações do sistema financeiro globalizado, expressa em intensidade e clareza – clareza que construiu (ir)racionalmente teorias, nos âmbitos econômico, sociológico, político e, mais recentemente, nas áreas da administração, contabilidade, propaganda e publicidade, que obscurecem e manipulam a realidade – as contradições que demonstram o sentido de sua decadência real e ideológica.

A gênese estrutural do sistema do capital – que se sustenta no trabalho assalariado, alienado e estranhado e na propriedade privada – traz consigo um processo histórico e um projeto material com um alto custo para a maior parcela da humanidade, como atestam as disputas econômicas, as concorrências desenfreadas e destruidoras dos homens e da natureza, as guerras por produtos estratégicos para o funcionamento da máquina capitalista, os gastos exorbitantes com produção e comercialização de armamentos¹⁷, a ciranda financeira de

¹⁷ Conforme o Instituto de Pesquisa da Paz Internacional de Estocolmo (Stockholm International Peace Research Institute - SIPRI), o gasto militar global em 2008 está estimado em 1,464 trilhão de dólares, o que representa 2,4% do PIB global em 2008. Isso representa um aumento real de 4% em comparação com 2007 e de 45% desde 1999. Por sua vez, a produção global de armas continua a aumentar. Desde 2002, o valor das vendas das 100 maiores companhias produtoras de armas do mundo aumentou 37% em termos reais. No topo das 100, 44

valorização do capital – que tem sua origem no trabalho que produz riquezas, mas que é permanentemente desvalorizado –, a situação de penúria e miséria na qual se encontra a grande maioria da população mundial, a enorme concentração de renda e riqueza e a impossibilidade de acesso ao mínimo dos bens e serviços alardeados pelas propagandas defensoras das virtudes do sistema do capital, a fome avassaladora em dimensões continentais, as doenças e epidemias produzidas social e economicamente, o aumento das favelas e das condições mais abjetas e repugnantes de vida, a poluição, a destruição de matas e florestas, o desmantelamento e a precarização dos sistemas educacionais nos países pobres e emergentes, enfim a obsessão pelo lucro a quaisquer custos.

A racionalidade ontológica e explicativa do processo de constituição e universalização do chamado mundo capitalista, isto é, a estruturação e formatação material e racional do sistema do capital, é mais bem traduzida como um irracionalismo estrutural que carrega em si, não como profecia, mas como constatação histórico-científica, uma decadência – da vida, da existência e do meio natural – evolutiva e, portanto, irreversível. Não fosse o trabalho vivo de bilhões de homens, mulheres e crianças e o trabalho morto incrustado nas máquinas, instrumentos e equipamentos, ao longo de vários séculos, as admiráveis invenções e inovações da sociedade e da economia capitalista seriam uma miragem. Assim, a decadência real e ideológica¹⁸ que está na essência do sistema sociometabólico do capital coaduna-se com a construção de um mundo estranhado, porque é pelo trabalho estranhado e alienado que a dinâmica do mundo capitalista é construída e mantida.

O caráter de historicidade das construções sociais, econômicas e políticas é o recurso mais racional que nos auxilia na compreensão da inter-relação entre realidade e racionalidade. Tanto uma quanto a outra são formas históricas, portanto essencialmente humanas, de ação e reflexão mediadas pelo fundamento primeiro de existir e permanecer vivo, ou seja, o trabalho.

companhias norte-americanas respondem por 61% das vendas de armas em 2007; a Europa ocidental por 31%; e Rússia, Japão, Israel e Índia pelo restante. Receitas, lucros e reservas dessas companhias também sofreram os impactos da atual crise financeira global e poderão enfrentar uma redução da demanda se governos cortarem gastos militares em função do aumento de seus défits orçamentários. As companhias russas, por exemplo, com dificuldades de fluxo de caixa, estão recebendo ajuda governamental. Em termos de transferência internacional de armas, o comércio de armas convencionais tem tido uma tendência crescente desde 2005. Por exemplo, a média anual no período 2004-2008 foi 21% maior do que no período 2000-2004. Os Estados Unidos e a Rússia são os maiores exportadores de armas, seguidos por Alemanha, França e Reino Unido. Esses cinco países respondem por 79 % das exportações de armas no período 2004-2008. Os maiores importadores são: a Ásia Oriental, a Europa e o Oriente Médio, que juntos respondem por 20% de todas as importações; a China é o maior importador individual, seguida por Índia, Emirados Árabes Unidos, Coreia do Sul e Grécia. Para maiores informações e detalhes acessar < www.sipri.org >.

¹⁸ Para uma maior compreensão do sentido de decadência ideológica conferir PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

De fato, as formas de organização social e econômica espalhadas no tempo e no espaço histórico se interligam diretamente com as formas de organização do trabalho.

A produção das relações sociais no capitalismo acompanha as formas dos homens se relacionarem com e no trabalho. As relações, ao serem produzidas como as coisas, não são eternas, mas passíveis de reflexões e transformações. No capitalismo, as formas de trabalho e de relações sociais se emaranham a formas de dominação, expressas, camufladas ou sutis, cujos princípios e fins são ditados pelo capital, o que constitui um irracionalismo – ou um racionalismo arquitetado e materializado em diversas formas de dominação econômica, política, repressiva e ideológica –, pois sustenta uma ordem socioeconômica caracterizada por séculos de exploração e destruição.

O processo de formação do capitalismo se traduz numa história de constante desvalorização da vida humana e da natureza e de valorização do mundo das coisas. Os avanços nas áreas técnico-científica – como química, física, biologia, fisiologia; máquinas, equipamentos e administração; indústrias farmacêutica, de transportes e petroquímica; microeletrônica, informática, telemática e robótica; todas dependentes de uma intensa quantidade de trabalho –, por mais que sejam colocados como compensações para facilitar e dar conforto à vida dos homens em sociedade, têm um custo irracional, problemático, mantenedor dos privilégios das elites econômicas e políticas, pois a forma de sustentação deste sistema sociometabólico do capital construiu problemas estruturais da vida em sociedade insolúveis do ponto de vista do capital¹⁹ e de sua necessidade intrínseca de valorização: urbanização falida e decadente, com grandes contingentes humanos vivendo em meio ao lixo, esgotos, excrementos, poluição, doenças, epidemias e violência; no campo, a intensa especulação pela agroindústria, com a exploração do trabalho, o desmatamento, o crescente uso de agrotóxicos e herbicidas, o êxodo rural e a violência.

Aliás, no século XIX, Marx já percebia e identificava as raízes dos grandes problemas do sistema do capital. Para ele, o mundo capitalista demonstrava com sobras as contradições que subjugavam e mantinham os trabalhadores nas mais precárias e desumanas condições de trabalho, ao mesmo tempo em que gerava muitas riquezas. Um mundo rico e pobre, de dominantes e de dominados, de privilégios para a minoria e de carências e sofrimentos para a maioria, de abundância para poucos e de necessidades primárias para muitos, enfim um mundo estranho, irreconhecível, mas posto pelas formas dominantes de conhecimento como

¹⁹ A obra de Mészáros *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* se traduz nos dias atuais como a abordagem mais profunda e extensa sobre o sistema sociometabólico do capital e seus problemas fundamentais e estruturais. No capítulo quatro faremos várias referências a essa obra.

um mundo ordenado, bem administrado e eficiente quando se tem competência no planejamento e no uso racional dos recursos e das técnicas de trabalho.

A base de construção de um modo de produção está na maneira dos homens se relacionarem para produzir os bens e serviços necessários para o prosseguimento da vida. Daqui se estruturam e evoluem as relações sociais, políticas, culturais e espirituais. Em primeiro plano está o intercâmbio absolutamente necessário com a natureza. As formações sociais variam no tempo e no espaço que os homens vivenciam historicamente. A formação social capitalista, como um modo histórico de produção, tem um longo processo de estruturação e maturação que não seria possível não fosse a sua forma específica de trabalho: estranhado e alienado nas diferentes sociedades dominadas pelo sistema do capital. Ora, um mundo capitalista num crescente movimento histórico de universalização, que tem sua base de construção no trabalho estranhado e alienado, só pode ser um mundo indubitavelmente estranho. É um mundo em que o trabalho, o processo de trabalho e os trabalhadores são estranhos nas atividades que dinamizam o cotidiano, os projetos e planejamentos para o futuro deste mundo, porque o tempo todo dessa construção é dominado pela subordinação do trabalho ao capital. Nisso reside a decadência real e ideológica que caracteriza a construção do capitalismo.

Afinal, no que se constitui o trabalho estranhado e alienado? Para Marx (2004, p. 81):

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (sachlich), é a objetivação (Vergegenständlichung) do trabalho. A efetivação (Verwirklichung) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (Entwirklichung) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (Entfremdung), como alienação (Entäusserung).

A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento

(Entfremdung) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital.

Que relações concretas podem ser feitas entre estranhamento e decadência do atual mundo capitalista? O atual contexto socioeconômico não apresenta mais fatos positivos que negativos para a vida dos homens, mulheres e crianças na maior parte do planeta? As análises que se concentram nos aspectos negativos não seriam tão-somente pessimismo e catastrofismo ideológico? Não é uma questão de tempo a conquista de um desenvolvimento socioeconômico sustentável? Afinal, não temos grandes avanços técnicos e científicos nas áreas mais relevantes e estratégicas do capitalismo? Na produção e organização do trabalho; na gerencial e administrativa; na informacional; nas organizações e instituições privadas e públicas; nas áreas jurídica e de políticas públicas; ambiental e de projetos de preservação e recuperação da natureza; no pensamento econômico e administrativo que, com uma capacidade cada vez maior de racionalização, de construção de modelos econométricos, tornam-se determinantes para um funcionamento da economia, da sociedade e da política mais eficiente e eficaz; num sistema educacional altamente produtivo e de grandes descobertas para o bem da humanidade. Enfim, não estamos diante de avanços que demonstram que o capitalismo, mesmo apresentando falhas, é um sistema que, ao respeitar a individualidade e investir na democracia, se afirma como o melhor caminho para romper com a servidão e manter a humanidade no progresso e no bem-estar?

Como Marx percebeu profundamente as artimanhas no processo de dominação material e ideológica próprias do sistema do capital, vejamos como ele trata dos avanços no capitalismo para depois apresentarmos fatos, entre tantos e inumeráveis, que desmistificam e desmentem as pretensões do capitalismo.

As formas de organização da produção, das relações de trabalho, da determinação do que produzir e da apropriação do que foi produzido são determinantes para compreendermos as relações sociais, políticas, culturais e ideológicas entre os homens, bem como as maneiras predominantes de dominação. O capitalismo passa essencialmente pela dominação econômica, por uma forma de apropriação dos meios de produção, distribuição e consumo sustentada no poder econômico e político. A ideologia da liberdade e do assalariamento baseado na qualificação e na produtividade dinamiza as relações de produção e mantém um cotidiano mistificado, de exploração e espoliação dos trabalhadores, assim como os privilégios e riquezas das elites dominantes.

Dentre tantas tragédias, guerras e destruições promovidas pelo sistema do capital, analisemos alguns fatos que contradizem o discurso e as teorias que sustentam a forma de apropriação e distribuição dos bens produzidos no capitalismo, tanto quanto a gerência e a administração do capital que, fundadas em promessas, colocam a solução dos problemas presentes num futuro racionalmente planejado.

Se a história, como afirmam Marx e Engels, tem sido a história da luta de classes, a história do capitalismo tem sido uma confirmação da exacerbação desta luta de classes, por mais que a organização do sistema produtivo no capitalismo contemporâneo seja caracterizada pela fragmentação, por inúmeras formas de exercício da atividade produtiva e de profissões, pela precarização, terceirização, trabalhos temporários, informalidade e desemprego. A luta de classes no capitalismo do início do século XXI deve ser enxergada e analisada em todos os poros da sociedade, uma vez que o capital, além de hegemônico, exerce um poder totalitário sobre os seres humanos e as relações sociais. Marx e Engels identificavam com propriedade o intercâmbio crescente entre as sociedades humanas e a necessidade de tomarmos consciência das formas de organização das forças produtivas com a ampliação do sistema do capital. De acordo com Marx e Engels (2007, p. 55):

No começo da história, toda invenção tinha de diariamente ser realizada de novo e em cada localidade, de forma independente. A prova de quão pouco as forças produtivas desenvolvidas, até mesmo no caso em que o comércio tenha atingido uma relativa extensão, estão salvas de uma destruição total é-nos fornecida pelos fenícios, cujas invenções desapareceram em sua maior parte e por longo tempo a partir do momento em que essa nação viu-se excluída do comércio pela conquista de Alexandre e pela decadência que daí se seguiu. Assim também se deu na Idade Média, com a pintura sobre vidro, por exemplo. Somente quando o intercâmbio torna-se mundial e tem por base a grande indústria, quando todas as nações são levadas à luta da concorrência, é que está assegurada a permanência das forças produtivas já alcançadas.

Portanto, as forças produtivas já alcançadas permanecem no âmbito da produção industrial, das trocas mundiais e da concorrência. A destruição total dessas forças se enfraquece crescentemente à medida que o capitalismo se consolida enquanto modo de produção dominante. E é nesse contexto de formação do mercado mundial que o capital adquire uma feição e uma força sistêmica poderosa que domina os seres humanos que o criaram e o recriam nos mais diversos mercados. Nesse sentido, as forças produtivas já alcançadas vêm passando, principalmente nas últimas décadas do capitalismo, por transformações e reestruturações que tentam manter a essência acumulativa do capital. No

entanto, deparamos, na verdade, com dilemas do sistema do capital que conduzem a grande maioria dos seres humanos a uma vida desumana e miserável.

Assim, o espaço de vivência atual, seja nas cidades ou no campo, carrega contradições e conseqüências aterrorizantes para a maior parte da humanidade. O capitalismo global universaliza as sofisticações na exploração do trabalho e na especulação financeira para manter ou aumentar a acumulação do capital nas áreas, países, corporações, grupos familiares, indústrias, fábricas, prestadoras de serviços, produção agrícola e mineral que detêm o capital. Como as cidades são uma invenção humana das mais antigas e cujas origens estão na busca de segurança e na fuga da solidão, na facilitação do trabalho e da produção, na construção de uma sociabilidade que pode tornar a vida mais bela e valorizada, analisemos a situação em que elas se encontram, a partir da desvalorização do trabalho, que constrói as próprias cidades e suas riquezas, e a sobrevalorização do capital, na contemporaneidade. Mas, antes de adentrarmos nas conseqüências do sistema do capital para o processo de urbanização, é relevante situarmos os sentidos das cidades para melhor percebermos o que o capitalismo produz em termos de desorganização, caos, doenças, miserabilidade e destruição.

Na complexa transição do feudalismo para o capitalismo, as cidades já apresentam problemas socioeconômicos que vão perdurar e se aprofundar no processo de constituição do capitalismo, como, por exemplo, a marginalidade. Ao se referir à *Place de Gréve* na Paris da Idade Média, Le Goff (1998, p. 44) faz o seguinte comentário:

A *Place de Gréve* é o lugar em que se reúnem, todas as manhãs, os trabalhadores que não fazem parte de uma corporação, que não têm emprego fixo. Temos a imagem de uma Idade Média e de uma época moderna – é verdade, aliás, que ela é um pouco mais verdadeira para a época moderna do que para a Idade Média – que seriam totalmente enquadradas por corporações, mas a maior parte dos trabalhadores é constituída de operários não organizados, sem defesas, vulneráveis, que chegam de manhã para oferecer seu trabalho para o dia todo. A essas pessoas precarizadas, como diríamos hoje, resta a revolta – esta é bastante rara, mas haverá revoltas urbanas muito importantes no século XIV, espalhadas pela cristandade, em Florença, em Paris –, ou então o recurso de provocar tumultos, os “*taquebans*” do francês antigo, e verdadeiras greves. Temos a narrativa do que se passa no fim do século XII, em Colônia, a respeito de um religioso que se tornara servente de pedreiro por devoção. Ele trabalhava gratuitamente com os outros serventes como forma de penitência e de piedade. Desencadeia-se uma greve desses trabalhadores da qual ele não participa porque, de certo modo, é um falso operário. O resultado? Os grevistas o lançam no Reno. Disso nasceu uma lenda segundo a qual dois anjos o tiraram do Reno; ressuscitado, o homem tornou-se santo. Trata-se de um episódio interessante que mostra as realidades do mercado de mão-de-obra. É ao mesmo tempo o movimento demográfico e a economia que criam, a partir do século XIII, mas sobretudo a partir do

século XIV, esse novo tipo de população urbana que são os marginais, para os quais é extremamente frágil o limite entre pobreza, miséria e crime, mais ainda para as mulheres, que se debatem entre a miséria e a prostituição.

Como se depreende da afirmação acima, os marginais, enquanto novo tipo de população urbana, são criados nos séculos XIII e XIV pelo movimento demográfico e a economia. A relevância desta constatação histórica reafirma a nossa defesa da centralidade do trabalho no processo de constituição do capitalismo, do trabalho enquanto protoforma, fundamento primeiro da sociabilidade humana e de toda forma de riqueza. Ora, a marginalidade é uma demonstração de que as estruturas do capitalismo são construídas sobre contradições econômicas e sociais que se materializam na produção concomitante de riqueza e pobreza, numa crescente busca de sofisticação de formas de exploração do trabalho e de sustentação de um mundo estranhado.

Por outro lado, a despeito da maior complexidade das sociedades, cidades e países, – no fundo, problemas mais complexos porque suas causas e soluções são determinadas pelo movimento de acumulação e expansão do capital, com a conivência e o apoio das políticas implementadas pelo Estado capitalista –, as políticas e os governos capitalistas giram em torno de medidas paliativas que nem sequer arranham os mais graves problemas econômicos, sociais e ambientais contemporâneos. A política, dominada pelos grandes grupos econômicos industriais e financeiros e ideologicamente posta em sintonia com a forte publicidade de que o melhor sistema de governo é a democracia, que na verdade se reduz ao direito de voto, não dá conta de atender às maiorias em suas necessidades meramente básicas. A subordinação do trabalho ao capital gera também uma crise estrutural na política²⁰.

O processo de decadência da urbanidade e de construção das cidades na maior parte do mundo atual, caracterizado pela especulação imobiliária, destruição ambiental, marginalidade, guetos e favelas, além da exclusão da grande maioria das pessoas nas tomadas de decisões políticas relativas à construção e manutenção do espaço urbano, tem uma historicidade atrelada ao capitalismo e à expansão e acumulação do capital. O capitalismo piora as relações humanas no sentido da coletividade social, política e econômica. Ele promove a construção da desordem política e de uma ordem econômica de justificação e legitimação do domínio dos ricos sobre os pobres. A forma de governabilidade, do bom governo, tem uma relação direta com a ideologia política. Le Goff (1998, p. 101) relata o seguinte sobre a questão do bom governo:

²⁰ Conferir MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*, particularmente o capítulo 6, intitulado “Teoria e política econômica – para além do capital”.

Ah, o bom governo! Esse é um tema fundamental de ideologia política, sobretudo a partir do momento em que se difundiram as ideias aristotélicas entre as pessoas mais cultas e entre os clérigos. Constituiu-se uma oposição entre o bom e o mau governo, registrada por uma obra-prima como o afresco do palácio comunal de Siena, que data do século XIV. Aqui, é preciso inserir, além do modelo da família harmoniosa, aquele do príncipe justo, que cada vez ganha mais força. O bom governo tende essencialmente a imitar aquilo que é o governo do rei ou do príncipe, mas num espaço diferente. As duas grandes palavras de ordem são: a paz e a justiça. A paz consiste em evitar as discórdias, evitar que se formem esses agrupamentos de famílias que às vezes tomam quase a dimensão de gangues, e também fazer reinar a segurança. A justiça é fundamentalmente a ordenação de uma tributação justa, isto é, que pese de modo proporcional aos recursos dos cidadãos e que não seja demasiado dura para os mais pobres. O bom governo é também aquele que faz reinar a religião, isto é, que permite à Igreja exercer seu apostolado. O governo comunal é laico, mas, como os soberanos se tornam o braço secular da Igreja, ele deve colocar-se a serviço desta a fim de que não haja heréticos na cidade e de que nela se propaguem a fé e a devoção. O bom governo, enfim, deve fazer funcionar instituições relativamente democráticas, relativamente igualitárias. É preciso essencialmente evitar que haja um cidadão ou uma família que se sobressaia aos outros, que confisque os poderes e que se torne um tirano urbano. A cidade medieval foi, mais do que hoje, um campo de experiências sociais e políticas.

O relato de Le Goff nos leva a uma reflexão sobre a trajetória histórica das cidades com o processo de universalização do capitalismo. Houve, sem dúvida, avanços significativos nas ciências ligadas à arquitetura, engenharia, produção de materiais e meios de transportes. Mas, a situação da grande maioria das cidades no século XXI é caracterizada pela decadência econômica, social e política. As desigualdades sociais e econômicas estão estampadas em grande parte das ruas, bairros e construções contemporâneas: miséria, detritos, poluição, excrementos, marginalidade, doenças, epidemias, trânsito caótico, favelas, crime organizado, tráfico de drogas e armas. É uma trajetória histórica de decadência material e ideológica.

No campo das experiências sociais e políticas, o poder do capital dita as normas e regras que norteiam o planejamento urbano. A especulação imobiliária e a valorização do capital são a fundamentação das políticas públicas das cidades capitalistas contemporâneas. Democracia, cidadania, participação popular são expressões meramente figurativas, pois na prática fazem parte da linguagem de dominação oriunda da dominação real e constantemente reconfigurada e reconstruída para a manutenção do domínio econômico.

A trajetória de construção das cidades capitalistas é de aprofundamento das desigualdades, muito embora, na idade média, a paz e a justiça tenham sido buscadas nas relações entre governo, famílias e Igreja. Aliás, a própria feudalidade tem também suas marcas de profundas desigualdades, frente às quais os burgueses pregavam,

contraditoriamente, uma sociedade de iguais. Le Goff tem outra contribuição sobre a relação entre as ordens mendicantes e os cidadãos que nos ajuda a refletir sobre a trajetória de decadência da sociedade e da economia capitalista estampadas nas suas cidades. Trata-se de um texto dos anos de 1260, no qual é retratado um fato sobre Alberto, o Grande, um teólogo e pregador dominicano que ensinou em várias cidades da Alemanha e da França. Em Augsburg, na Baviera, Alberto pregou, durante uma semana, uma série de sermões sobre um único tema, a cidade. São sermões que, ao mesmo tempo, elogiam a cidade e definem o que deve ser o ideal urbano. De acordo com Le Goff (1998, p. 90):

Alberto, o Grande, parte de uma frase de Cícero que já havia sido retomada por Santo Agostinho, e que mostra mais um ideal do que uma realidade: “Uma cidade não é constituída de pedras, mas de homens, de cidadãos”. Note-se que é um dominicano que diz isso. Insisto em pensar e dizer que há uma Idade Média antes das ordens mendicantes e uma Idade Média depois dessas ordens. Ora, as ordens mendicantes são as cidades! Elas é que primeiro desenvolvem uma verdadeira imagem daquilo que deve ser a cidade, imagem de paz, de justiça, de segurança. Aquilo que não são sempre as ruelas sóbrias, estreitas, sujas. Alberto, o Grande, compara as ruelas ao inferno, porém elas desembocam em praças que são o paraíso. O paraíso do claustro monástico foi transportado para o paraíso das praças urbanas. Uma imagem na qual, num primeiro momento, funciona o esquema ideal das obras de misericórdia que os cidadãos devem cumprir. Depois, num segundo momento, realça-se uma teoria da cidade como no ensinamento de Alberto, o Grande, a cidade recupera também o ideal antigo do bem comum, mas o adapta às novas condições. O mundo feudal é uma pirâmide que tem, embaixo, o camponês, no alto, os senhores, e, no topo, o rei (pois este também faz parte do sistema feudal). A cidade, ou mais exatamente as pessoas que a encarnam, isto é, os burgueses, aqueles que têm o direito de burguesia, é uma sociedade de iguais e isso é uma revolução. Também é justo falar de revolução comunal, a despeito das reservas que provoca hoje essa expressão entre os historiadores. A sociedade “burguesa” é, ela também, vivamente desigual: os grandes contra os pequenos (os miúdos), os ricos contra os pobres, mas o modelo teórico burguês inicial é aquele dos homens iguais no direito. As cidades são, portanto, uma revolução, porque, como já se disse, sua aparência torna os homens livres e iguais, mesmo que a realidade, com frequência, permaneça longe do ideal.

A distância entre o ideal e a realidade nas cidades capitalistas é um tema que se apresenta hoje num grau extremo de dramaticidade, que corrobora o drama histórico, a luta de classes, da construção das estruturas sociais, econômicas e políticas nos modos de produção historicamente construídos pelos homens. A especificidade no capitalismo é a força expansiva e destruidora do capital. As relações entre as pessoas, que sempre passam pelo cotidiano das relações de trabalho, familiares, culturais, emocionais e racionais, de lazer e de busca pela liberdade, enfrentam um momento de destruição planetária refletido no cotidiano das cidades.

Mas, é necessário um grande cuidado na análise entre o cotidiano e a totalidade. É no cotidiano que as sociedades e a própria história são construídas. No entanto, há forças extremamente poderosas na determinação dos rumos dessa construção. A principal delas é o capital e suas personificações.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels fazem uma análise bastante pertinente sobre a questão das cidades, a divisão entre cidade e campo, a necessidade de várias instâncias organizacionais à medida que as cidades surgem e evoluem. Para eles, a separação entre cidade e campo retrata a maior divisão entre trabalho material e espiritual. É uma oposição que começa com a passagem da barbárie à civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação. Conforme Marx e Engels (2007, p. 52):

Com a cidade surge, ao mesmo tempo, a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, desse modo, da política em geral. Aqui se mostra, pela primeira vez, a divisão da população em duas grandes classes, que se baseiam diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é, de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades, enquanto o campo evidencia exatamente o fato contrário, a saber, o isolamento e a solidão. A oposição entre cidade e campo só pode existir no interior da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade determinada, a ele imposta – uma subsunção que transforma uns em limitados animais urbanos, outros em limitados animais rurais e que diariamente reproduz a oposição entre os interesses de ambos. O trabalho é, aqui, novamente o fundamental, o poder *sobre* os indivíduos, e enquanto existir esse poder tem de existir a propriedade privada. A superação da oposição entre cidade e campo é uma das primeiras condições da comunidade, uma condição que, por seu turno, depende de uma massa de pressupostos materiais e que não pode ser satisfeita pela mera vontade, como qualquer um pode constatar à primeira vista. (Tais condições têm ainda de ser desenvolvidas.) A separação entre cidade e campo também pode ser apreendida como a separação entre capital e propriedade da terra, como o início de uma existência e de um desenvolvimento do capital independentes da propriedade da terra, o início de uma propriedade que tem como base apenas o trabalho e a troca.

Tanto essas considerações de Marx e Engels quanto as de Le Goff sobre a cidade nos comprovam a complexidade da constituição histórica do ser social, complexidade crescente na medida em que as pessoas se aglomeram mais, o sistema produtivo se tranforma, os trabalhadores sofrem as consequências nefastas da exploração, a propriedade se institucionaliza juridicamente, as trocas se intensificam e o capital tem de ser mais valorizado do que os seres humanos.

Então, os atuais problemas urbanos e ambientais enfrentados pela humanidade têm uma trajetória que não pode ser desvinculada de um processo de dominação material e ideológico, cujos princípios são a exploração do trabalho e da natureza. O discurso predominante, feito pelos capitalistas, ao mesmo tempo proprietários dos meios de comunicação, das grandes empresas, indústrias e bancos, é baseado no planejamento urbano e na preservação do meio ambiente. Propagandeiam que devemos salvar o planeta. Mas, a exploração dos trabalhadores, as péssimas condições de trabalho, as grandes desigualdades socioeconômicas, os grandes poluidores e produtores de supérfluos e a produção crescente de armamentos continuam intocáveis. Em primeiro plano perduram a acumulação e a valorização do capital.

Em *Para além do capital*, Mészáros faz uma intrigante colocação sobre as práticas e as intenções dos capitalistas que têm crescentemente aderido a um discurso ambientalista. Intrigante e relevante, porque demonstra não apenas o caráter ideológico desse discurso, mas principalmente a atualidade do pensamento de Marx sobre as conseqüências do sistema do capital para o meio ambiente. Na sua perspicácia, Marx critica a aparência do raciocínio de Feuerbach entre a questão da essência e a da existência. Vejamos primeiramente como Mészáros (2002, p. 987) enxerga a fórmula que o capitalismo, que se coloca como o melhor sistema econômico para humanidade, defensor da liberdade e revolucionário na área tecnológica, utiliza para justificar suas falhas a partir de uma defesa de um interesse ecológico universal:

“O Deus que falhou”, na imagem da onipotência tecnológica, é agora recomposto e novamente apresentado sob o disfarce do “interesse ecológico” universal. Há dez anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Atualmente, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada e exagerada unilateralmente para que as pessoas – suficientemente impressionadas com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos. Africanos, asiáticos e latino-americanos (especialmente estes últimos) não devem se multiplicar como lhes aprouver – nem mesmo de acordo com a vontade de Deus, caso sejam católicos apostólicos romanos –, dado que o desequilíbrio demográfico poderia resultar em “tensões ecológicas intoleráveis”. Em termos claros, poderia até pôr em perigo a relação social de forças prevalecente. Analogamente, as pessoas deveriam esquecer tudo sobre as cifras astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida, de modo a viabilizar os custos da “recuperação do meio ambiente”: isto é, em palavras simples, os custos necessários à manutenção do atual sistema de expansão da produção de supérfluos. Para não mencionar a vantagem adicional que constitui o fato de se compelir a população em geral a custear, sob o pretexto da “sobrevivência da espécie

humana”, na sobrevivência de um sistema socioeconômico que se defronta agora com deficiências derivadas da crescente competição internacional e de uma mudança crescente na sua própria estrutura de produção, em favor dos setores parasitários.

Portanto, os problemas econômicos, sociais e políticos mais sérios gerados pelo capitalismo não devem ser enfrentados, como as grandes desigualdades socioeconômicas, as conseqüências da produção de armamentos para os homens e a natureza, a poluição provocada pelas grandes indústrias e fábricas, a intensa e inovadora produção de supérfluos que abarrota a terra de lixo e materiais não-degradáveis, a dominação política guiada pela dominação econômica, as ilusões da liberdade e da democracia que reinam nas estruturas da política do sistema do capital.

Voltemos então a Marx, que juntamente com Engels, em *A ideologia alemã*²¹, já falava dos problemas que o crescimento do capitalismo produziria inevitavelmente. Inclusive, segundo Mészáros, a afirmação seguinte, do próprio Marx, deve soar bastante estranha para aqueles que muitas vezes sepultaram Marx como um “ideólogo irremediavelmente irrelevante com a marca do século XIX”. Conforme Mészáros (2002, p. 988):

Criticando a retórica idealista e abstrata com a qual Feuerbach determinava a relação entre o homem e a natureza, Marx escreveu:

Feuerbach ... sempre se refugia na natureza exterior, na natureza ainda não dominada pelos homens. Mas, com cada nova invenção, com cada progresso da indústria, uma nova parte é arrancada deste terreno e o solo sobre o qual crescem os exemplos de tais proposições feurbachianas se reduz cada vez mais. A “essência” do peixe é a sua “existência”, a água – para retomar apenas uma das proposições de Feuerbach. A “existência” do peixe de água corrente é a água do rio. Contudo, esta água deixa de ser sua “essência”, deixa de ser um meio adequado de existência, tão logo o rio sofra a influência da indústria, tão logo seja poluído por corantes e outro dejetos, tão logo seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência.

Foi assim que Marx abordou a questão no início dos anos 40 do século XIX. Torna-se desnecessário acrescentar que ele rejeitava categoricamente a alegação de que tais formas de desenvolvimento eram inevitavelmente inerentes à “essência humana” e que, conseqüentemente, o problema consistia em saber como poderíamos nos *adaptar* a estas formas no cotidiano.

A lucidez com que trabalhavam Marx e Engels em meados do século XIX em torno do intercâmbio entre homem e natureza e a forma utilizada pelos homens ao aderirem a “um

²¹ Fizemos a citação completa em que Mészáros cita a referida passagem de *A ideologia alemã*. Para maiores detalhes conferir: MARX e ENGELS. *A ideologia alemã*, Boitempo, 2007.

controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva precisamente em virtude do modo prevalecente, alienado e reificado de intercâmbio e controle humanos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 988), controle determinado pelo movimento do capital, é a lucidez, agora muito mais necessária e urgente, que deve permear as práticas e as reflexões dos homens do século XXI. As condições de existência da humanidade são as condições que permitem aos homens pensarem sua própria essência.

No entanto, são dramáticos os dilemas vivenciados pela humanidade neste início do século XXI. Nossa investigação prossegue na demonstração desses dilemas para, mais à frente, estabelecermos nossa crítica às teorias econômicas contemporâneas hegemônicas, que persistem na defesa dos pressupostos que sustentam o sistema do capital e jogam na direção contrária da absolutamente necessária e urgente construção de uma teoria da transição que supere o sistema do capital.

De Marx e Engels para cá, o capitalismo, que produziu tantas riquezas e tantos avanços tecnológicos graças a uma quantidade incalculável de trabalho e de vidas de trabalhadores, com conquistas na agricultura, na medicina e em várias ciências da natureza, produziu também miséria, fome, desnutrição, doenças e destruição ambiental. E no centro das fortes contradições da realidade urbana capitalista mundial estão as favelas, que perdurarão pelo tempo necessário para a reprodução do sistema do capital ou para a intensificação da barbárie e da autodestruição. De acordo com Davis (2006, p. 155):

As favelas, apesar de serem funestas e inseguras, têm um esplêndido futuro. Por um breve período o campo ainda conterà a maioria dos pobres do mundo, mas essa honraria às avessas será transmitida para as favelas urbanas por volta de 2035. Pelo menos metade da próxima explosão populacional urbana do Terceiro Mundo será creditada às comunidades informais. Dois bilhões de favelados em 2030 ou 2040 é uma possibilidade monstruosa, quase inconcebível, mas a pobreza humana por si só superpõe-se às favelas e excede-as. Os pesquisadores do projeto Observatório Urbano da ONU advertem que, em 2020, “a pobreza urbana do mundo chegará a 45% ou 50% do total de moradores das cidades”.

Neste caos arquitetado e produzido pelo sistema do capital, a essência humana é corroída pelas condições mais abjetas de existência. A pobreza produzida social e economicamente pode ser ainda camuflada pelas riquezas, bens e serviços do capitalismo do início do século XXI, mas não haverá avanço técnico-científico, medicina, sistema de segurança, sistema prisional, saneamento básico e programas de moradias populares que

suportem a destruição que o processo de expansão e acumulação do capital provoca. Neste sistema, o fardo dos pobres e trabalhadores é muito mais pesado. Para Davis (2006, p. 150):

Os maiores diferenciais de saúde não são mais entre cidade e campo, mas entre a classe média urbana e os pobres urbanos. A taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos nas favelas de Nairóbi (151 por mil) é duas ou três vezes maior do que na cidade como um todo e 50% mais alta do que nas áreas rurais pobres. Do mesmo modo, a mortalidade infantil de Quito é trinta vezes maior nas favelas do que nos bairros mais ricos, enquanto na Cidade do Cabo a tuberculose é cinqüenta vezes mais comum entre os negros pobres do que entre os brancos ricos. Mumbai, como antigamente, continua a ser um necrotério, com a taxa de mortalidade das favelas 50% mais alta do que nos distritos rurais adjacentes; além disso, espantosos 40% da mortalidade total são atribuídos a infecções e doenças parasitárias causadas pela contaminação da água e pelas péssimas condições sanitárias. Segundo estatísticas médicas, em Daca e Chitagongue (Bangladesh), “acredita-se que cerca de um terço das comunidades faveladas esteja doente em qualquer dado momento” – o equivalente a uma pandemia em qualquer outro contexto urbano.

Os favelados, enfatizam os pesquisadores de saúde, carregam um fardo duplo de doenças. “Os pobres urbanos”, escreve uma equipe de pesquisa, “são a interface entre o subdesenvolvimento e a industrialização, e os seus padrões epidemiológicos refletem os problemas de ambos. Do primeiro recebem o fardo pesado das doenças infecciosas e da desnutrição enquanto da segunda sofrem a gama típica de doenças crônicas e sociais”. “De mãos dadas com a urbanização”, acrescenta Richard Horton, editor da revista médica *Lancet*, “vieram epidemias de doenças que até então costumavam estar confinadas a áreas rurais, como teníase, nematodíase, esquistossomose, tripanossomíase e dengue”. Porém, diabetes, câncer e problemas cardíacos também cobram seu maior tributo entre os pobres urbanos. Esse fardo duplo, ademais, costuma ser mais pesado, segundo pesquisadores da ONU, nas “cidades menores e menos prósperas de países de renda mais baixa ou nas regiões de renda mais baixa de países de renda mediana”. Parece que as megacidades politicamente dominantes consideram relativamente fácil exportar parte dos seus problemas ambientais e sanitários rio abaixo, usando outras regiões como fossas para os dejetos e a poluição.

Uma análise realista do trajeto histórico do capitalismo não pode esconder indefinidamente seus problemas e dilemas cruciais, por mais que sistemas educacionais aliados das elites econômicas e políticas, por mais que teorias econômicas produzidas nas grandes universidades do mundo e por mais que meios de comunicação de massa nas mãos dos donos do capital tentem escondê-los. Ao seguirmos o rastro de destruição histórica provocada pelo capitalismo, de suas absurdas contradições reais na urbanização e na industrialização, deparamos com a necessidade que sistema tem de adiar o enfrentamento de seus problemas e de lançá-los para os pobres, sejam nas cidades ou nas periferias de sua estrutura de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Da Revolução Industrial inglesa aos dias

atuais, com tantos avanços técnico-científicos, as situações de degradação humana e ambiental persistem e se multiplicam. Parte considerável da humanidade vive em meio ao lixo, esgotos excrementos. Vejamos, segundo Davis (2006, p. 142), como a evolução capitalista tem enfrentado o problema dos excrementos:

O excesso de excrementos é, realmente, a contradição urbana primordial. Na década de 1830 e início da de 1840, com a cólera e a febre tifóide avançando em Londres e nas cidades industriais da Europa, a ansiosa classe média britânica foi obrigada a enfrentar um tópico que não se costumava mencionar na sala de visitas. A “consciência” burguesa, explica Steven Marcus, especialista na época vitoriana, “foi repentinamente perturbada pela percepção de que milhões de homens, mulheres e crianças inglesas estavam praticamente vivendo na merda. Parece que a questão imediata seria se não estavam se afogando nela”. Como se acreditava que as epidemias nasciam dos “miasmas” fecais malcheirosos dos bairros favelados, houve súbito interesse da elite por condições de vida como aquelas catalogadas por Friedrich Engels em Manchester, onde em algumas ruas “mais de duzentas pessoas dividem a mesma privada” e o ex-bucólico rio Irk era “um rio fétido e preto como carvão, cheio de imundície e lixo”. Marcus, numa glosa freudiana de Engels, pondera a ironia de que “gerações de seres humanos, com cujas vidas se produzia a riqueza da Inglaterra, eram obrigadas a viver na contrapartida simbólica e negativa da riqueza”.

Ora, das condições que a burguesia se viu obrigada a enfrentar – já relacionadas à produção da miséria, de doenças sociais, de péssimas condições de vida e de moradia, de poluição e destruição da natureza, de *apartheid* social – no processo de sua formação enquanto classe social dominante no sistema do capital na Inglaterra do século XIX, que grandes transformações e avanços podemos identificar nos dias atuais na realidade da divisão internacional do trabalho e na situação da maioria dos países e das cidades do mundo? Sem dúvida, o processo urbano capitalista constitui um dilema dramático para grande parte dos seres humanos no planeta terra. A propriedade privada, a especulação imobiliária, a transformação da terra em mercadoria, o uso inadequado do solo, a expulsão dos pobres dos centros das cidades, as condições de trabalho e de moradia dos trabalhadores intensamente explorados para que o capital seja valorizado e se acumule, o aglomerado de enormes contingentes humanos sobrevivendo em meio a esgotos, córregos poluídos, ratos e insetos transmissores de doenças, tudo isso contrasta com o luxo, com a ostentação de edifícios e casas com projetos arquitetônicos arrojados, com a apologia hipócrita das virtudes do capitalismo estampadas no mercado editorial e na mídia que reproduzem os princípios das teorias econômicas dominantes.

É certo que os aspectos culturais e simbólicos estão presentes no enfrentamento da vida nas diversas formas de organizações sociais e econômicas construídas no tempo e no espaço, como a sociologia econômica nos mostra. Mas, não podemos perder de vista que a questão primordial, a da sobrevivência, perpassa todas elas por meio do desafio individual e coletivo de dominar a natureza e enfrentar a morte. O objetivo de produção de riqueza e de acumulação de capital imposto pela sociedade de classes, com a exploração do trabalho e a propriedade privada, teve e tem um custo muito alto para várias gerações de seres humanos. Porém, para os entusiastas do capitalismo, que só apregoam suas conquistas técnico-científicas e organizacionais – inclusive nas áreas sanitárias, de tratamento de lixo e esgotos, de combate a epidemias, de diagnósticos de doenças e procedimentos cirúrgicos, entre outras –, teríamos mais para comemorar do que para lamentar com um sistema capaz de aliar produção de riqueza, liberdade e democracia. Por isso que a ideologia é aliada ímpar deste sistema produtivo, pois ele mistifica a realidade para perpetuar a dominação e tentar negar os reais custos de produção, ou seja, a vida de gerações de seres humanos e a destruição ambiental. Nesta luta pela sobrevivência e como que escarnecendo os ideólogos do sistema do capital, o problema dos excrementos persiste em gerações espalhadas na divisão territorial do trabalho do capitalismo global. Conforme Davis (2006, p. 142):

Oito gerações depois de Engels, a merda ainda recobre doentamente a vida dos pobres urbanos, como (para citar Marcus outra vez) “objetificação na prática de sua condição social, de seu lugar na sociedade”. Efetivamente, pode-se colocar *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra em 1844* lado a lado com um romance urbano africano moderno como *Going Down River Road* [Descendo a estrada do rio], de Meja Mwangi (1976), e ponderar sobre a continuidade excrementícia e existencial. “Num desses pátios”, escreve Engels sobre Manchester, “logo na entrada, onde termina a passagem coberta, há uma privada com porta. Essa privada está tão suja que os moradores só podem entrar ou sair do pátio patinando em poças de excrementos e urina estagnada”. Do mesmo modo, Mwangi escreve sobre Nairóbi em 1974:

A maioria dos caminhos que cruzam a pradaria orvalhada estava salpicada de excrementos. [...] O vento úmido e frio que nela soprava levava consigo, no mesmo meio de transporte que o cheiro da merda e da urina, o murmúrio ocasional, a rara expressão de sofrimento, incerteza e resignação.

Que sistema é este em que uma enorme quantidade de pobres tem como condição social viver em condições subumanas? Que poder têm as teorias econômicas contemporâneas hegemônicas de manipular e esconder uma realidade tão brutal de desigualdades e sofrimento? O que ensina a grande maioria das escolas e universidades do mundo sobre a economia e a sociedade atual? Que estrutura de pensamento, que epistemologia sustenta as

construções intelectuais das escolas de economia? Com que objetividade as teorias econômicas contemporâneas do *mainstream* trabalham? A objetificação na prática da condição social dos pobres urbanos, cujas vidas ainda são doentamente recobertas pela merda, é uma demonstração do esgotamento das forças do sistema do capital e da decadência ideológica que o acompanha desde sua gênese. E é Davis (2006, p. 26) novamente quem auxilia nossa crítica:

De Karl Marx a Max Weber, a teoria social clássica acreditava que as grandes cidades do futuro seguiriam os passos industrializantes de Manchester, Berlim e Chicago – e, com efeito, Los Angeles, São Paulo, Pusan (Coréia do Sul) e, hoje, Ciudad Juarez (México), Bangalore e Cantão aproximaram-se de certa forma dessa trajetória canônica. No entanto, a maioria das cidades do hemisfério sul se parece mais com Dublin na época vitoriana, que, como enfatizou o historiador Emmet Larkin, não teve igual em meio a “todos os montes de cortiços produzidos no mundo ocidental no século XIX [...] [porque] os seus cortiços não foram produto da Revolução Industrial. Dublin, na verdade, sofreu mais entre 1800 e 1850 com os problemas da desindustrialização do que com a industrialização”.

Do mesmo modo, Kinshasa, Cartum (Sudão), Dar ES Salaam (Tanzânia), Guayaquil (Equador) e Lima continuam crescendo prodigiosamente, apesar da ruína do setor de substituição de importações, do encolhimento do setor público e da decadência da classe média. As forças globais que “empurram” as pessoas para fora do campo – a mecanização da agricultura em Java e na Índia, a importação de alimentos no México, no Haiti e no Quênia, a guerra civil e a seca em toda a África e, por toda parte, a consolidação de minifúndios em grandes propriedades e a competição do agronegócio de escala industrial – parecem manter a urbanização mesmo quando a “atração” da cidade é drasticamente enfraquecida pelo endividamento e pela depressão econômica. Como resultado, o crescimento urbano rápido no contexto do ajuste estrutural, da desvalorização da moeda e da redução do Estado foi a receita inevitável da produção em massa de favelas. Um pesquisador da Organização Internacional do trabalho (OIT) estimou que o mercado habitacional formal do Terceiro Mundo raramente oferece mais de 20% do estoque de residências e assim, por necessidade, as pessoas recorrem a barracos construídos por elas mesmas, a locações informais, a loteamentos clandestinos ou às calçadas. “O mercado imobiliário ilegal ou informal”, diz a ONU, “forneceu terrenos para a maioria dos acréscimos ao estoque de residências na maior parte das cidades do hemisfério sul nos últimos trinta ou quarenta anos”.

Toda essa situação urbana neste início do século XXI é a demonstração de um dos dilemas mais perversos do processo crescente de desumanização empreendido pelo sistema do capital. Ela é a face nua e crua de uma construção histórica que insiste e impõe uma forma de organização socioeconômica que tem um preço altíssimo para bilhões de trabalhadores e para o meio ambiente. As cidades aglomeram grandes quantidades de pessoas e exigem organizações sociais, econômicas e políticas que deveriam ser capazes de proporcionar a essas

peças o mínimo de convivência, de condições de vida e de segurança. No entanto, a maior parte das cidades do mundo, que hoje cada vez mais são empurradas para o centro do processo de globalização excludente, enfrenta problemas cujas soluções o sistema do capital não é capaz de construir, mas, pelo contrário, aprofunda-os, já que os modelos de planejamento e de administração urbana devem seguir a lógica do capital.

Na verdade, a lógica do capital carrega em si um conjunto de dilemas incorrigível. Há uma combinação terrível entre exploração do trabalho, valorização do capital, divisão de classes, decadência urbana, destruição da natureza, sistema financeiro articulado ao capital produtor de juros e ao empobrecimento de centenas de milhões de famílias, poder das corporações e governos comprometidos com a reprodução do capital. Essa combinação se multiplica em dilemas social e economicamente situados em diferentes condições de espaço e tempo. Mas, a lógica do sistema do capital, enquanto totalidade que avança sobre cidades, povos, etnias, países, comunidades, vilas, famílias, enfim, sobre todas as formas de organização social e cultural, impõe, por meio dessa terrível combinação, a experiência de um cotidiano insuportável e doentio para a grande maioria dos seres humanos. Vivemos, assim, em meio a dilemas historicamente construídos, mas impostos como lógica única e inescapável. É nesse sentido que o sistema do capital envolve as relações sociais cotidianas, o trabalho cotidiano, as experiências culturais e históricas, o sistema educacional, a literatura e a arte. O objetivo dessa lógica é mercantilizar todas as relações humanas e todas as coisas produzidas pelo trabalho. E é a esse caráter sistêmico do capital que a sociologia econômica deve estar muito atenta.

Nesta nossa discussão sobre as reconfigurações da construção social do mercado, caracterizadas pelos dilemas impostos pelo sistema do capital, queremos fazer referência ao poder das corporações e à finança mundializada para uma melhor compreensão do significado desses dilemas.

No sistema do capital, as corporações exercem um poder tremendo sobre pessoas, famílias, empresas, instituições, cultura e governos. No centro da lógica organizacional, administrativa e contábil das corporações está a busca pela eficiência e pela racionalidade técnica do trabalho, pelo lucro e pela valorização do capital a quaisquer custos. Elas entram no dia-a-dia das pessoas e impõem uma lógica de exploração da natureza como se fossem empresas que se preocupam com o bem-estar, com a produção de riquezas e com a geração de empregos. De acordo com Bakan (2008, p. 05):

Durante os últimos 150 anos, a corporação saiu de uma relativa obscuridade para se tornar a instituição econômica predominante no mundo. Hoje em dia, as corporações governam nossa vida. Determinam o que comemos, a que assistimos, o que vestimos, onde trabalhamos e o que fazemos. Estamos inevitavelmente cercados por sua cultura, iconografia e ideologia. E, como a Igreja ou a monarquia em outros tempos, elas se apresentam como infalíveis e onipotentes, glorificando a si mesmas com seus edifícios imponentes e sua ostentação bem planejada. Cada vez mais, as corporações ditam as decisões de seus supostos supervisores no governo e controlam setores da sociedade assim que se instalam dentro da esfera pública. A extraordinária ascensão das corporações ao domínio é um dos eventos mais marcantes da história moderna, não apenas por causa das origens desfavoráveis da instituição.

As corporações se apresentam em número limitado, mas se impõem com um poder quase ilimitado. De fato, elas exercem um enorme domínio sobre nossas vidas. Nosso cotidiano, nossas relações sociais e culturais são extremamente influenciadas por suas determinações. Questões básicas sobre como, onde e com o que trabalhar, o que comer e vestir, passaram a ser determinadas por algumas corporações com poderes globais. E na combinação da valorização do capital com o domínio do cotidiano, a esfera pública está também subordinada ao poder das corporações na composição de governos, na formação de parlamentos, na constituição de leis nas esferas da propriedade privada, da cultura, da mídia, da educação, da produção agrícola e industrial, da exploração do meio ambiente e do mundo do trabalho.

A institucionalização das corporações tem uma história marcada por um crescimento extraordinário nos últimos três séculos, relacionado com a sua capacidade de combinar o capital, o poder econômico, com um número ilimitado de pessoas. Já no final do século XVI (Bakan, 2008), a corporação rompeu com a forma predominante de sociedade sustentada por um pequeno grupo de homens unidos por lealdade pessoal e confiança mútua. Esses grupos eram formados por pessoas que juntavam recursos para montar negócios nos quais eram os proprietários e os administradores. A ruptura imposta pela corporação se deu na esfera da separação entre proprietários e administradores, ou seja, um grupo de diretores e gerentes passou a administrar a empresa enquanto os proprietários constituíam o grupo de acionistas. Conforme Bakan (2008, p. 09):

As sociedades anônimas surgiram no século XVI quando ficou claro que as sociedades limitadas, restritas a captar dinheiro de poucas pessoas que podiam administrar um negócio juntas, eram inadequadas para financiar os novos, porém poucos empreendimentos de grande escala da nascente industrialização. Em 1564, a Company of the Mines Royal foi criada como uma sociedade anônima, financiada por 24 ações vendidas por 1.200 libras

cada; em 1565, a Company of Mineral and Battery Works aumentou seu capital oferecendo opção de compra para 36 ações emitidas anteriormente. A New River Company foi fundada como sociedade anônima em 1606 para transportar água doce até Londres, entre outros diversos serviços. Em 1688, quinze sociedades anônimas estavam em funcionamento na Inglaterra, apesar de nenhuma ter mais do que algumas centenas de membros. As corporações começaram a proliferar durante o final do século XVII, e o total de investimentos em sociedades anônimas dobrou à medida que essa forma de negócio passou a ser uma forma popular de financiar os empreendimentos coloniais. A sociedade limitada ainda era a forma de organização comercial predominante, mas pouco a pouco a corporação ganharia posições até finalmente ultrapassá-la.

A forma de organização das corporações toma impulso, combina-se e se encaixa na lógica reprodutiva do capital, entra no circuito de construção do mercado mundial e se afirma em outros países, principalmente nos Estados Unidos. Seres humanos, instituições e governos entram na lógica de valorização do capital imposta pelas corporações. Evidentemente, o trabalho e os trabalhadores, que constituem a base real de construção das riquezas, entram nesse circuito, contraditoriamente, como os mais desvalorizados. O que seriam os avanços extraordinários do capitalismo sem os investimentos nas indústrias, nas máquinas, na tecnologia, nos meios de transportes e de comunicação? Mas, muito aquém desse questionamento devemos colocar um outro: como indústrias, máquinas, tecnologia e meios de transportes e de comunicação poderiam existir sem o trabalho árduo e diuturno de centenas de milhões de trabalhadores? Quem explora as matérias primas, desce às profundezas das minas, opera máquinas, intoxica pulmões e vias respiratórias no chão das fábricas, planta e colhe os alimentos básicos do consumo humano, produz roupas, constrói estradas, ferrovias, rodovias, automóveis, casas, edifícios, teatros, cinemas, instrumentos musicais e shopping centers?

No contexto em que impera a lógica contraditória entre o valor de uso e o valor de troca, o trabalho significa mero meio, que subsume no processo produtivo, para a produção de riqueza e o capital significa um fim em si mesmo. Assim, no domínio das corporações, o trabalho é simples meio, a organização das condições e do ambiente de trabalho deve ser eficiente e com racionalidade técnica, os trabalhadores devem ser qualificados para o exercício de suas funções, os lucros e a acumulação do capital devem ser mantidos a partir de estudos, de planejamentos e de imposição de formas de trabalho no campo das intituladas reestruturações produtivas. Vamos utilizar uma consideração de Bakan sobre o desenvolvimento das corporações que nos ajuda a visualizar o trabalho como categoria sem a qual as próprias corporações não existiriam. Queremos esclarecer que Bakan se refere aos empreendedores e aos investimentos de capital como bases para a criação da corporação

moderna. No entanto, vamos além dessa consideração, porque na nossa concepção a lógica do sistema do capital de fato envolve empresários, empreendedores e trabalhadores, mas contraditoriamente a grande força propulsora do desenvolvimento e do funcionamento das corporações é o trabalho humano. Vejamos então a consideração de Bakan (2008, p. 11):

Os barões das ferrovias norte-americanas do século XIX, considerados celebridades por alguns e vilões por outros, foram os verdadeiros criadores da era da moderna corporação. Como as ferrovias eram empreendimentos monumentais e exigiam enormes quantias de investimento de capital – para assentar os trilhos, fabricar a frota e operar e manter os sistemas – rapidamente a indústria começou a confiar na forma corporativa para financiar suas operações. Nos Estados Unidos, a construção de ferrovias teve seu ápice nos anos 1850 e também após a Guerra Civil, com mais de 150 mil quilômetros de trilhos instalados entre 1865 e 1885. Conforme a atividade crescia, o número de corporações também aumentava. Na Inglaterra não foi diferente. Entre 1825 e 1849, a quantidade de capital levantado pelas ferrovias, a maioria por meio de sociedades anônimas, aumentou de 200 mil para 230 milhões de libras, mais de de mil vezes.

Essa consideração é relevante para compreendermos a história da formação da corporação moderna, mas, por meio dela, podemos constatar que sem os trabalhadores para assentar os trilhos, fabricar a frota e operar e manter os sistemas, os barões das ferrovias norte-americanas não poderiam ser considerados os verdadeiros criadores da era da moderna corporação. Evidentemente, o trabalho e a vida dos trabalhadores entram forçosamente neste circuito da lógica acumulativa do capital, ou seja, na produção do oposto aos próprios trabalhadores, daquilo que os desvaloriza e os desumaniza. Por outro lado, enquanto personificações do capital, os barões das ferrovias entram nessa lógica do sistema do capital, intensificam o caráter de perversidade e de exploração dos trabalhadores e se juntam para manter a dominação de classe. Marx e Engels, como já nos referimos na introdução desta tese, discutem a luta de classes e a necessária consciência de classe exatamente como contraponto à irracional dominação que perdura no capitalismo.

O poder das corporações se insere no processo histórico do capitalismo através de sua irônica convivência com a defesa do livre mercado. Em determinados períodos históricos, como o que culminou com a grande crise de 1929, as corporações sofrem abalos no seu poder de dominação, uma vez que trabalhadores, sindicatos, consumidores e organizações civis questionam a exploração econômica e social empreendida por elas. Na década de 1990, fortes movimentos também sacudiram cidades norte-americanas e europeias, questionando os excessos corporativos e os danos que as corporações causaram aos trabalhadores,

consumidores, comunidades e meio ambiente (Bakan, 2008). A responsabilidade social corporativa foi adotada como resposta a esses questionamentos. Nesse sentido, para Bakan (2008, p. 33):

Hoje em dia, os líderes empresariais dizem que suas companhias se preocupam com outras coisas além de lucros e prejuízos, que se sentem responsáveis pela sociedade como um todo, não apenas por seus acionistas. A responsabilidade social corporativa é sua nova doutrina, uma maneira consciente de corrigir as visões da corporação que antes eram inspiradas pela ganância. Apesar dessa mudança, a corporação em si não mudou. Ela continua, assim como era na época de suas origens em meados do século XIX, sendo uma instituição de negócios moderna, uma “pessoa” oficializada e criada para valorizar seus próprios interesses e ignorar preocupações morais. Se ela fosse um ser humano, muitas pessoas achariam sua “personalidade” repugnante, até mesmo psicopata, mas curiosamente aceitamos que a instituição mais poderosa da sociedade seja assim (...) Na verdade, todas as sociedades com capital aberto ao investimento público têm a mesma personalidade, até mesmo as mais respeitadas e socialmente responsáveis, como a Pfizer Inc.

Ao caracterizar a corporação como uma criatura psicopata, Bakan constata e reconhece que uma corporação não é capaz de seguir preceitos morais e que ela nada faz para evitar que os outros sejam prejudicados. Assim, trabalhadores, consumidores, comunidades e meio ambiente continuam a sofrer prejuízos, violências e humilhações aterrorizadoras pelas tendências psicopatas das corporações. E o que impressiona é que as corporações, enquanto personificações do capital, não reconhecem limites – humanos, ambientais, legais ou de qualquer outra natureza – aos seus anseios por lucratividade. Conforme Bakan (2008, p. 102):

Como psicopatas institucionais, as corporações estão acostumadas a remover os obstáculos que aparecem no caminho. As regulações que limitam sua liberdade de explorar pessoas e recursos naturais são os obstáculos, e as corporações têm lutado, com considerável sucesso nos últimos vinte anos, para acabar com eles. Por meio do lobby, das contribuições políticas e de sofisticadas campanhas de relações públicas, as corporações e seus líderes colocaram o sistema político e grande parte da opinião pública contra as regulações. Como resultado, saiu perdendo a habilidade da lei em proteger pessoas e o meio ambiente dos danos causados pela corporação.

Os movimentos e as pressões pelas privatizações e pela mercantilização de tudo, coisas e pessoas, contribuíram para o aumento do poder de dominação das corporações sobre a sociedade. Ora, uma figura, uma pessoa jurídica que foi, conforme Bakan, deliberadamente criada para ser um psicopata – porque só se interessa por si mesma, não se preocupa com os

outros, é amoral, sem consciência e desumana – participa efetiva e avassaladoramente da destruição de seres humanos e da natureza, condena antecipadamente a vida de centenas de milhões de pessoas, porque as jogam em condições materiais de existência em que o futuro e quaisquer perspectivas simplesmente inexistem. As corporações mexem com a razão, os sentimentos e as emoções das pessoas. Apregoam o individualismo e ensinam que compaixão e solidariedade são valores antiquados.

As análises de Bakan sobre as corporações nos ajudam, portanto, a contextualizar mais um dilema nefasto do sistema do capital, que envolve a sociedade, a cultura e o Estado. Assim, parte considerável do cotidiano das pessoas é vivida de acordo com diretrizes impostas pelas corporações. É certo que o estudo histórico-crítico de Bakan nos propõe indagações pertinentes sobre a formação e o poder das corporações. Mas, pensamos que devemos ir além e situarmos as corporações na lógica do sistema do capital, já que elas utilizam seres humanos, comunidades, instituições e governos para lhes proporcionar lucros e legitimar suas ações. Ou melhor, as corporações estão inseridas no processo histórico da luta de classes, da afirmação da propriedade privada e da exploração do trabalho. Trata-se de um dilema sobre o qual a sociologia econômica deveria estar também muito atenta, quando estuda as relações sociais cotidianas e suas conexões com a cultura, a religião, etc. No capítulo quatro, entraremos na discussão crítica dessas questões.

E quanto ao Estado, ele não teria um papel relevante no sentido de conter os danos provocados pelas corporações, de conduzi-las a um processo coerente com a responsabilidade social? O problema é que, na ordem econômica capitalista, o próprio Estado está estreitamente ligado às corporações. Bakan (2008, p. 187) reconhece que:

O Estado é a única instituição do mundo que pode dar vida a uma corporação. Só isso já garante às corporações seus direitos essenciais, como a personalidade legal e a responsabilidade limitada, e isso as faz sempre colocar os lucros em primeiro lugar. Ele cria forças policiais e militares, constrói tribunais e prisões (tudo pago compulsoriamente pelos cidadãos), para garantir os direitos de propriedade das corporações – direitos esses criados pelo Estado. E apenas o Estado, com outros Estados, pode participar de acordos comerciais internacionais e criar instituições globais, como a Organização Mundial do Comércio que, por sua vez, limita sua habilidade de regular as corporações e os direitos de propriedade que criou.

Sem o Estado, a corporação não é nada, literalmente.

Assim, é um engano acreditar que o Estado se tornou fraco porque as corporações são fortes. A globalização econômica e a desregulação diminuíram a capacidade do Estado de proteger o interesse público (por exemplo, por meio de leis trabalhistas, ambientais e de proteção ao consumidor) e fortaleceram seu poder de promover os interesses corporativos e de facilitar suas missões em busca de lucro (por exemplo, por

meio de leis corporativas, de propriedade e de contratos, leis de direito autoral e leis de comércio internacional). No entanto, no geral, o Estado não foi reduzido. Ele foi redistribuído, mais estreitamente ligado às necessidades e aos interesses das corporações do que ao interesse público.

Essa consideração é de muita relevância neste estudo, pois, de fato, o Estado é uma peça-chave na sustentação e manutenção da ordem dominante do sistema do capital. O Estado, que deveria defender os interesses públicos, está aliado às classes dominantes para manter a ordem socioeconômica de exploração e de produção de privilégios para as elites. Na verdade, como já constatava Marx, numa sociedade de classes o Estado representa os interesses das classes economicamente mais poderosas. Assim, as mudanças realmente necessárias devem ser estruturais, devem se situar na base das relações econômicas e sociais, ou seja, no sistema produtivo, nas relações de trabalho, na perspectiva do trabalho não como meio para produzir riquezas que são apropriadas por outros, mas do trabalho como fim em si mesmo, como forma de realização humana.

Bakan acredita nas possibilidades de as corporações inverterem suas funções, isto é, serem instrumentos, a partir de suas imensas estruturas, a serviço das pessoas e das comunidades. Ele faz referência à necessidade de um projeto maior de mudança econômica, mas na atual situação deveríamos construir possibilidades de utilizar as corporações para atender aos interesses públicos. Vejamos como Bakan (2008, p. 194) considera essa questão:

E que tal refazer a corporação, transformando-a em uma entidade não- psicopata? É isso que os defensores da responsabilidade social e da administração ética alegam fazer. Ainda assim, apesar de suas intenções muitas vezes boas, eles estão profundamente limitados pela obrigação legal da corporação de defender, sem exceções, seus próprios interesses [...] Para reformar a corporação de maneira significativa, essa obrigação teria de ser modificada. As corporações teriam de ser reconstituídas para servir, promover e ser responsáveis por setores mais amplos da sociedade do que apenas por si mesmas e por seus acionistas. Essas corporações já existem, e lidamos com elas todos os dias. O serviço postal dos Estados Unidos, uma corporação auto-suficiente de propriedade exclusiva do governo federal norte-americano, é um exemplo. [...] Corporações com objetivos públicos operam em inúmeras outras áreas do serviço público – transportes, saneamento, canais de rádio e tevê e serviços de segurança e resgate, para citar algumas – e são [...] preferíveis a corporações sem fins lucrativos para fornecer programas e serviços fundamentais à população. [...] Mas todas as corporações deveriam tornar-se corporações com objetivos públicos? Essa é a solução para as questões atuais? Essa solução, mesmo que desejável, ainda é muito utópica para ser proposta de maneira realista. Talvez um dia entenderemos como de fato democratizar as relações econômicas, e o amplo uso das corporações com objetivos públicos poderão ser a peça-chave do plano. Enquanto isso, no entanto, no futuro a médio prazo – em termos do que podemos fazer amanhã, na próxima semana ou no próximo ano – a

realidade prevalece, prevendo que a constituição das corporações permaneça a mesma: tão interessada em si mesma a ponto de se tornar psicopata. Vale dizer aqui que a corporação é um reflexo institucional dos princípios capitalistas de *laissez-faire*. A mudança deve ser entendida como parte de um projeto maior de mudança econômica.

As considerações de Bakan nos proporcionam um melhor entendimento sobre a situação dramática da humanidade neste início do século XXI. Os danos causados pelas corporações à sociedade e ao meio ambiente são tão grandes e perversos que faz muito sentido caracterizá-las como psicopatas.

E as corporações invadem as mais diversas áreas, como a música, o teatro, a literatura, a pintura, enfim, a cultura como um todo. Assim, neste nosso percurso analítico sobre as reconfigurações da construção social do mercado, em que objetivamos compreender alguns dos mais fortes e nefastos dilemas do sistema do capital, consideremos algumas questões relativas à cultura, especificamente no mundo das artes, como as pesquisas de Chin-Tao Wu.

Quando pensamos nas produções artísticas, na divulgação de espetáculos e obras, na distribuição de livros, na forma de disseminação e recepção das obras de arte, temos diante de nós um estágio da técnica e da tecnologia incomparável com qualquer fase histórica da humanidade. Os avanços nas áreas das comunicações e dos transportes, a presença cada vez mais forte da internet na vida cotidiana, enfim, uma sociedade realmente caracterizada pela informação e pelas novas tecnologias de comunicação (a despeito de uma imensa massa excluída desse mundo tecnológico), envolve um público também crescente em termos de valores artísticos. Mas, que gosto estético, que tipo de arte é disseminada e imposta à sociedade no mundo globalizado? As corporações participam da divulgação e do patrocínio das artes? Como? A cultura foi realmente privatizada neste final do século XX e início do XXI?

Para Chin-Tao Wu, o discurso da cultura contemporânea tem uma forte participação das empresas a partir dos anos 1970. Ao analisar os governos Reagan e Thatcher no início dos anos 1980, Wu constata que a cultura empresarial tomou de assalto a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, formando uma rede de intervenção corporativa universal e abrangente. Na verdade, a arte entra no circuito de mercantilização de todas as coisas, característica fundamental do capitalismo. De acordo com Wu (2006, p. 26):

Com frequência cada vez maior, criaram-se a partir dos anos 1980, coleções corporativas nos dois lados do Atlântico. Usando seu poder econômico, as empresas modernas, armadas com seus próprios curadores e departamentos de arte, emularam ativamente as prerrogativas anteriores de museus e

galerias de arte públicos, organizando e apresentando coleções próprias em seus países e no exterior. Também transformaram as galerias e museus de arte em veículos de relações públicas, assumindo as funções e explorando o *status* social de que desfrutam as instituições culturais em nossa sociedade. A extensão de sua ambição é mais claramente ilustrada pelas galerias de arte e filiais de museus públicos instalados em suas sedes e pelas exposições de arte que organizaram ali ou fizeram percorrer o país, como se a arte tivesse de fato se tornado parte das atividades normais de seus negócios. Não menos agressivas são as premiações organizadas por empresas, em particular na Grã-Bretanha. Ao premiar o trabalho artístico, as corporações vêm tentando se colocar diretamente no centro do palco e elevar-se à condição de árbitros do bom gosto da cultura de nossos dias. Em suma, a influência empresarial é hoje muito grande em todas as fases da arte contemporânea – produção, disseminação e recepção.

Uma observação importante que queremos destacar nos estudos de Wu sobre a privatização da cultura é a sua referência a Bourdieu e a alguns de seus conceitos para entender a influência e o domínio que as corporações exercem no mundo da cultura.

Como vimos no capítulo dois, Bourdieu trabalha com uma grande quantidade de pesquisas empíricas para fundamentar os conceitos de capital econômico, capital cultural, capital simbólico, capital social, etc. Ao analisar os comportamentos, as posições e situações de classe de trabalhadores – nas suas mais diversas funções na sociedade contemporânea – e elites, Bourdieu (2008c, p. 69) constata que:

O campo da produção cultural é o terreno por excelência do enfrentamento entre as frações dominantes da classe dominante – que combatem aí, às vezes, pessoalmente e, quase sempre, por intermédio dos produtores orientados para a defesa de suas *ideias* e para a satisfação de suas *preferências* – e as frações dominadas que estão totalmente envolvidas neste combate. Por meio desse conflito, consoma-se, em um único e mesmo campo, a integração dos diferentes subcampos socialmente especializados, mercados particulares completamente separados no espaço social e, até mesmo, geográfico, em que as diferentes frações da classe dominante podem encontrar produtos ajustados a seu gosto, tanto em matéria de teatro, como em matéria de pintura, costura ou decoração.

Então, frações dominantes da classe dominante e frações dominadas realizam um combate no campo da produção cultural que tem relações e consequências relevantes para a organização social, econômica e política em diversos contextos e realidades. Além do mais, o campo cultural se inter-relaciona com o campo econômico, produzindo *habitus* que participam efetivamente da dominação simbólica e da legitimação de marcas distintivas que podem ser transformadas em lucros. Assim é que os gostos entram nos esquemas sociais de

dominação e discriminação. Conforme Bourdieu (2008b, p. 57), em *A distinção: crítica social do julgamento*:

Os gostos (as preferências manifestadas) são a afirmação prática de uma diferença inevitável. Não é por acaso que, ao serem obrigados a justificarem-se, eles afirmam-se de maneira totalmente negativa, pela recusa oposta a outros gostos: em matéria de gosto, mais que em qualquer outro aspecto, toda determinação é negação; e, sem dúvida, os gostos são, antes de tudo, *aversão*, feita de horror ou de intolerância visceral (“dá ânsia de vomitar”), aos outros gostos, aos gostos dos outros. Gostos e cores não se discutem: o motivo não é tanto pelo fato de que, na natureza, há gostos para tudo, mas porque cada gosto pretende estar baseado na natureza – e o é praticamente, sendo *habitus* –, lançando os outros no escândalo da contranaturalidade. A intolerância estética exerce violências terríveis. A aversão pelos estilos de vida diferentes é, sem dúvida, uma das mais fortes barreiras entre as classes: como bom testemunho, temos a homogamia. E, para aqueles que julgam ser detentores do gosto legítimo, o mais intolerável é, acima de tudo, a reunião sacrílega dos gostos que, por ordem do gosto, devem estar separados.

Essa constatação de Bourdieu nos ajuda a pensar os gostos, os estilos de vida e os sentidos do belo enquanto *habitus* incorporados. No entanto, como pensar os gostos a partir das influências das corporações no mundo da cultura? De acordo com Wu (2006, p. 31):

A teoria do “capital cultural” desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu é conceitualmente útil para a compreensão do sistema de gosto e valor, no qual se inclui a arte contemporânea, dentro da estrutura geral das formações sociais, econômicas e políticas. O principal interesse de Bourdieu pelas artes é como forma de ideologia hegemônica, em que a transmissão das artes de geração em geração serve para preservar e reproduzir a posição dominante de uma classe dominante. O capital cultural – o conceito de grande influência que criou – serve, assim, como “instrumento de dominação”.

Ademais, Bourdieu desenvolveu argumentos rigorosos sobre as relações sociais entre o capital econômico e o capital cultural que podem ser aplicadas tanto a indivíduos como a entidades econômicas, ou seja, as empresas. Enquanto os indivíduos podem mostrar seu capital cultural sem realmente aplicar grande capital financeiro, as oportunidades para as companhias fazerem o mesmo só se concretizam em função de seu poder econômico.

As análises de Wu reconhecem a importância dos estudos de Bourdieu sobre o campo cultural, no entanto, ela também reconhece alguns limites. Para ela, a principal dificuldade é analisar as ações das corporações sobre a cultura no sentido de que elas vêm promovendo uma verdadeira e arrasadora privatização da cultura. Nesse sentido, as corporações fazem uso da dominação simbólica com o objetivo de acumular capital. Todo o trabalho de Wu passa por

um longo caminho de pesquisa empírica sobre as ações dessas corporações e de governos neoliberais, principalmente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, para compreender o funcionamento de um sistema intrincado e complexo.

Na verdade, os estudos de Wu sobre a privatização da cultura são mais um exemplo do poder das personificações do capital que, ao serem impelidas pela acumulação, estimulam a expansão do capital. Nos limites de nosso trabalho, não é possível um estudo mais detalhado de sua obra.

Como neste capítulo estamos apresentando algumas situações reais que caracterizam a reconfiguração da construção social dos mercados, portanto, situações que chamamos de dilemas do sistema do capital, queremos chamar a atenção para um fator dramático do capitalismo que joga pessoas, instituições e países em condições desumanas de existência. Trata-se da doutrina do choque.

A questão da doutrina do choque vem sendo trabalhada especialmente por Naomi Klein. Em sua obra *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*, Klein, durante mais de seis anos e por meio de pesquisas empíricas e análises históricas profundas, relaciona as ditaduras na América Latina da década de 1960 com o furacão Katrina de Nova Orleans; o massacre da Praça da Paz Celestial na China com o tsunami na Ásia; a guerra do Iraque com a democracia acorrentada da África do Sul. Esses desastres, de ordem natural, social, política e econômica, são analisados à luz das reações de governos com ideologia neoliberal. E Klein vai ainda mais longe ao relacionar essas reações com a teoria dos choques econômicos de Milton Friedman.

Em entrevista à revista *Cult* de junho de 2008, Klein afirma que seu objetivo com o livro *A doutrina do choque* é contestar a alegação principal da máquina neoliberal de propaganda, que identifica pessoas livres com o que chamam mercado livre. Assim, ela mostra o conflito existente entre democracia e neoliberalismo. As regras democráticas não são aplicadas nas situações de crise. Há então a ironia de que, nos estados de exceção ou de emergência, as pessoas se organizam para defender seus interesses. Em reação, entram em cena as medidas de exceção. As crises, portanto, seriam propícias para a implementação de medidas de choque que passam a ser elaboradas como verdadeiras doutrinas de choque que aproveitam os desastres para se consolidarem na política, na economia, nas teorias e universidades.

Na ocasião do furacão Katrina, que varreu Nova Orleans em 2005, um editorial do *Wall Street Journal*, foi escrito por Friedman, no qual, de acordo com Klein (2008, p. 14), o economista de Chicago afirma que “A maior parte das escolas de Nova Orleans está em

ruínas, assim como os lares das crianças que estudavam ali. As crianças agora estão espalhadas por todo o país. Isso é uma tragédia. É também uma oportunidade para reformar radicalmente o sistema educacional”. A racionalidade dessas palavras era a de que parte dos bilhões de dólares utilizados na reconstrução e melhoria do sistema escolar público fosse fornecido como *vouchers* para as famílias. Esses *vouchers* seriam gastos em instituições privadas subsidiadas pelo Estado. Conforme Klein, a proposta de Friedman era de que essa mudança fundamental não significasse apenas uma solução emergencial, mas uma reforma permanente. É nesse sentido que Klein (2008, p. 14) afirma que:

Uma rede de associações de pensamento direitista fechou com a proposta de Friedman e aportou em Nova Orleans após a tempestade. A administração de George W. Bush sustentou seus planos com dez milhões de dólares para converter as escolas da cidade em “escolas licenciadas”, instituições fundadas pelo poder público e dirigidas por entidades privadas, de acordo com suas próprias regras. As escolas licenciadas estão causando uma polarização profunda nos Estados Unidos, e especialmente em Nova Orleans, onde são vistas por muitos pais afro-americanos como um meio de reverter os ganhos do movimento pelos direitos civis, que garantiram a todas as crianças o mesmo padrão de educação. Para Milton Friedman, contudo, o conceito integral de um sistema educacional administrado pelo Estado cheirava a socialismo. De seu ponto de vista, as únicas funções do Estado seriam “proteger a nossa liberdade, tanto contra os inimigos externos quanto contra os nossos próprios concidadãos: preservar a lei e a ordem, reforçar os contratos privados, fomentar os mercados competitivos”. Em outras palavras, suprir as necessidades dos policiais e dos soldados – qualquer outra coisa, inclusive a garantia de uma educação livre, seria considerada uma interferência injusta no mercado.

Assim, o sistema educacional de Nova Orleans foi leiloado num ritmo extremamente rápido, ao contrário da lentidão dos consertos dos diques e da reparação da rede elétrica. A reforma desse sistema educacional desmantelou o conselho de educação administrativa da grande maioria das escolas públicas, enfraqueceu enormemente o sindicato dos professores, rasgou os acordos sindicais, promoveu demissões em massa e jovens professores foram readmitidos com salários reduzidos. De acordo com Klein (2008, p. 15):

Nova Orleans se tornara, de acordo com o *New York Times*, “o laboratório mais importante do país para ampliar o uso das escolas licenciadas”, enquanto o American Enterprise Institute, uma entidade afiliada ao pensamento de Friedman, manifestava seu entusiasmo porque “o Katrina havia realizado em um dia... aquilo que os reformadores educacionais da Louisiana vinham tentando fazer durante anos, sem sucesso”. Os professores da rede pública, por sua vez, observando que o dinheiro destinado às vítimas da enchente estava sendo desviado para erradicar o

sistema público e substituí-lo pela privatização, chamavam o plano de Friedman de “apropriação do terreno educacional”.

Eu chamo esses ataques orquestrados à esfera pública, ocorridos no auge de acontecimentos catastróficos, e combinados ao fato de que os desastres são tratados como estimulantes oportunidades de mercado, de “capitalismo de desastre”.

Esse capitalismo de desastre é fundamentado em uma poderosa doutrina econômica de choques. Trata-se de uma estratégia que aguarda as crises para colocar nas mãos de investidores privados partes do Estado, enquanto os cidadãos se recuperam do choque. É uma doutrina que, por meio dos desastres, transforma as reformas em mudanças permanentes. A escola de economia de Chicago tem tido um papel crucial na elaboração e na implementação dessa doutrina. E Friedman é o seu principal mentor. Para Klein (2008, p. 16), Friedman:

observou que “somente uma crise – real ou pressentida – produz mudança verdadeira. Quando a crise acontece, as ações que são tomadas dependem das ideias que estão à disposição. Esta, eu acredito, é a nossa função primordial: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las em evidência e acessíveis até que o politicamente impossível se torne o politicamente inevitável”. Algumas pessoas costumam estocar alimentos enlatados e água para enfrentar grandes desastres; os seguidores de Friedman estocam ideias em defesa do livre mercado. Tão logo uma crise se instalava, o professor da Universidade de Chicago defendia que era essencial agir rapidamente, impondo mudanças súbitas e irreversíveis, antes que a sociedade abalada pela crise pudesse voltar à “tirania do *status quo*”. Ele calculava que “uma nova administração tem de seis a nove meses para realizar as principais mudanças; caso não agarre a oportunidade para agir de modo decisivo durante esse período, não terá outra chance igual”. Como uma variação das advertências de Maquiavel, no sentido de que os “sofrimentos” devem ser infligidos “todos de uma só vez”, este foi um dos legados estratégicos mais duradouros de Friedman.

Klein trabalha o conceito de choque a partir das torturas praticadas pela CIA para colocar prisioneiros em estado de terrível desorientação e choque forçá-los a fazer concessões contra a própria vontade. Com métodos sofisticados de tortura, os prisioneiros perdem a racionalidade e a própria capacidade de defender seus interesses. Nesse sentido, a doutrina do choque seria uma imitação daquilo que a tortura faz com cada prisioneiro, só que em grande escala. Por exemplo, com o 11 de setembro o governo Bush se pôs na condição e no direito de implementar medidas como guerras no exterior e um complexo de segurança corporativo no país. Klein (2008, p. 27) explica essa doutrina da seguinte forma:

É assim que a doutrina do choque funciona: o desastre original – golpe, ataque terrorista, liquidez do mercado, guerra, tsunami, furacão – põe toda a população em estado de choque coletivo. Os bombardeios, as explosões do terror, os ventos destruidores são tão úteis para amansar sociedades inteiras quanto a música estridente e as pancadas servem para enfraquecer os prisioneiros nas salas de tortura. Como o preso aterrorizado que entrega os nomes de seus companheiros e renuncia à própria fé, as sociedades em estado de choque frequentemente desistem de coisas que em outras situações teriam defendido com toda a força.

De acordo com Klein, o mercado contemporâneo, que deve ser compreendido como ascensão das corporações, tem uma história escrita com choques. Segundo ela, a Escola de Economia de Chicago se coloca como protagonista do papel fundamental de inculcar em seus alunos “a crença de que cada teoria econômica é ‘uma feição sagrada do sistema’, e não uma hipótese a se discutir” (KLEIN, 2008, p. 66). Ela se põe como que a ensinar o sagrado, afirmando que as forças econômicas de oferta, demanda, inflação e desemprego são naturais, fixas e imutáveis, ou seja, elas existem num equilíbrio perfeito, ou seja, os desequilíbrios ocorrem quando não se deixa o mercado encontrar o seu próprio equilíbrio. Assim, a economia deve ser tratada e apresentada como uma ciência de grande rigor e dificuldade como a física e a química.

Toda a discussão de Klein sobre a doutrina do choque e o capitalismo de desastre, suas críticas à escola de economia de Chicago, principalmente na figura e nas construções teóricas de Milton Friedman, caracterizam mais um dilema do sistema do capital, ou seja, para manter as condições de exploração e dominação, o capitalismo recorre à estruturação de uma doutrina que provoca o medo e o horror nas pessoas a fim de que as ideologias econômicas dominantes se imponham de uma forma pretensamente natural. Por isso que todas as situações de catástrofe – natural, econômica, social ou política –, em que as pessoas se encontram em estado de choque, são tomadas como oportunidades para que as ações políticas das classes dominantes sejam colocadas em prática.

Com a apresentação dessas realidades, de dilemas que caracterizam o sistema do capital, suas configurações e reconfigurações, terminamos este capítulo. Nosso objetivo foi o de mostrar que o sistema do capital tem de fato uma face aterrorizante e destruidora. Passemos, agora, ao quarto capítulo, no qual procuraremos relacionar esses dilemas do capital com as teorias econômicas que os sustentam.

4 O SISTEMA DO CAPITAL E AS TEORIAS ECONÔMICAS DOMINANTES

O objetivo deste capítulo é analisar os principais pressupostos das teorias econômicas contemporâneas hegemônicas e suas correlações com o sistema do capital. Esta análise é posta tanto como embasamento crítico às defesas das teorias econômicas ao sistema do capital, e às suas pretensões de exercer um controle sobre o capital, quanto um desafio para as reflexões da sociologia econômica em torno da construção social do mercado e suas críticas às teorias econômicas de cunho neoclássico.

A realidade social em que vivemos nos dias atuais traz as marcas de uma evolução e de uma complexidade implacáveis. Essa complexidade tem uma gênese, não é produto do acaso e nem da imaginação, embora tanto o acaso quanto a imaginação façam parte da história do homem no mundo. A realidade social é complexa porque traz em si uma infinidade de determinações, de ações e reflexões, de condensação de momentos, de um conjunto de trabalho passado e presente, de dramas e tragédias, de conquistas e derrotas, de revoltas, organizações, de lutas, de revoluções, de avanços tecnológicos, de exploração do trabalho, muita exploração, de exclusões e de privilégios. A realidade social é concreta e é concreta porque sintetiza uma infinidade de determinações.

Com a discussão em torno da consciência e do ser social, na introdução desta tese, quisemos reforçar nossa defesa da anterioridade do ser social na lógica e nos pressupostos de quaisquer construções teóricas, como demonstrado por Marx. Sendo o foco de nossa análise, neste último capítulo, as teorias econômicas contemporâneas e suas correlações com o sistema do capital, entendemos que os pressupostos dessas teorias colocam a realidade numa posição invertida, justamente para manter o sistema do capital e sua dominação sobre os homens. A ênfase dessas teorias está, portanto, no indivíduo, na subjetividade, na consciência, no egoísmo, na eficiência de cada um em realizar suas tarefas no sistema produtivo, na meritocracia, na racionalidade burocrática do Estado em facilitar a administração dos recursos (capital) para um atendimento eficaz dos interesses de consumo e bem-estar dos homens (divididos em classes sociais). Nesta forma de produção intelectual os homens reais e atuantes são transformados em uma massa homogênea e abstrata, que entra apenas como volume de produção nos cálculos econométricos que destacam a importância do capital na produção da riqueza social. Contraditoriamente, esta produção intelectual afirma categoricamente que no centro de suas análises estão os interesses dos indivíduos, das famílias, da indústria, do comércio e da agricultura, enfim, a busca da harmonia social.

Mas, é por meio dessa negação do ser social que essas teorias sustentam a dominação de classes e jogam com a ideologia da liberdade dos indivíduos, isto é, os indivíduos, numa economia de mercado, são livres e depende da atuação de cada um o alcance da prosperidade e do bem-estar. Algumas dessas teorias, como as keynesianas, dão ênfase ao papel do Estado e das políticas públicas para que seja atingido um estado de bem-estar social. No entanto, o mercado, o capital, a divisão do trabalho, a propriedade privada e a divisão de classes são pressupostos inquestionáveis e irreversíveis para essas teorias. Estão dentro da circularidade do sistema do capital, no redemoinho arrasador e destrutivo do movimento do capital.

Buscamos aqui os fundamentos de uma crítica mais coerente e consistente aos pressupostos das teorias econômicas contemporâneas que defendem a controlabilidade do capital. As relações sociais e políticas estão ligadas à economia e aos seus princípios, e as teorias econômicas contemporâneas envolvem as relações sociais e políticas como movimentos relevantes para a legitimação do capital e seu controle sociometabólico.

Esta tese, embora trate de uma temática relacionada à economia contemporânea, tem o propósito de ressaltar a relevância das relações sociais e políticas na existência e no movimento das coisas que mantêm os pressupostos e o funcionamento da economia. Neste capítulo, dedicamos uma parte às proposições e argumentos das teorias econômicas. Mas, nossa análise não se fixa nos aspectos meramente econômicos, porque as teorias econômicas hegemônicas – uma percepção que é feita, parcialmente, pela sociologia econômica, como vimos nos dois primeiros capítulos – excluem o homem como ser social e desprezam o processo histórico de construção das relações sociais a partir da centralidade do trabalho humano. Marx e Mészáros são a base de sustentação da crítica que agora fazemos às teorias econômicas, principalmente as contemporâneas, pois ambos desvelam o verdadeiro mal-estar da sociedade capitalista na sua trajetória concreta e histórica.

Ora, o tempo presente não é o presente definitivo, por mais que as ideologias das classes dominantes imponham um futuro e uma esperança só possíveis a partir da naturalização da perspectiva universal do homem maximizador da utilidade e das empresas maximizadoras do lucro. Utilidade e lucro, tendo como base o capital, são construções históricas que se impõem como responsáveis pela construção dos interesses sociais, com a garantia da liberdade e a premiação dos que mais contribuem para o todo social. Mas, o verdadeiro sentido da utilidade e do lucro não é o bem-estar social nem a satisfação dos indivíduos. Esta é uma visão parcial da realidade que atende a interesses específicos.

O tempo presente é uma construção que envolve passados longínquos e próximos, num emaranhado de relações sociais historicamente determinadas no próprio tempo e no

espaço, numa dependência ineliminável da natureza. A humanidade, enquanto processo em construção, constrói-se também como auto-reflexão, como saber que se apóia em premissas que carregam em si a materialidade das relações contraditórias entre os homens nas suas distintas formas de existir e se relacionar com a natureza no tempo e no espaço. Mas, há pensamentos que desfiguram a realidade e colocam as premissas abstratas e a-históricas como fundamentos últimos de determinados modos de ser da humanidade. Vários desses pensamentos se constituem em teorias hegemônicas no meio das relações sociais entre os homens, dentre elas as teorias econômicas contemporâneas.

As teorias econômicas contemporâneas se apresentam numa roupagem inovadora frente às atuais relações sociais e políticas entre os homens. A aparência dessas teorias projeta-se por meio de sofisticadas análises, principalmente estatísticas, e racionalizações que partem de um conceito de homem que, nas condições materiais de uma sociedade da informação e de uma economia global, age em meio a expectativas racionais, propensão a consumir, preferência pela liquidez, preços e salários fixos ou flexíveis, preponderância da oferta ou da demanda, investimentos, emprego, desemprego, crítica à atuação do Estado ou defesa da intervenção do Estado na economia, demanda agregada, demanda reprimida, inflação, deflação, juros, taxas de juros, câmbio, etc. O indivíduo, com sua capacidade de escolha racional e sua satisfação, continua como ponto de partida essencial da construção lógica dessas teorias. São teorias que partem da afirmação de que tomam a realidade tal qual ela é, usam argumentos positivos e não-normativos, e se colocam como ciência econômica.

São teorias que partem da definição de economia segundo a qual as necessidades humanas são ilimitadas e os recursos são escassos. O pensamento econômico contemporâneo, ao fazer uma verdadeira análise da realidade, contribuiria assim para uma combinação dos fatores de produção o mais racional possível para satisfazer os homens em suas necessidades. O indivíduo (família) e a firma, unidades fundamentais da microeconomia, têm diante de si a possibilidade concreta de satisfação de suas necessidades e a concretização de seus lucros. Quanto mais as ações de um e de outro forem racionais, mais sairão ganhando tanto indivíduo como sociedade.

Falamos de roupagem, de aparência das teorias econômicas contemporâneas, porque, de fato, o que elas mais fazem é mistificar a realidade. As saídas econométricas, micro e macroeconômicas, os modelos matemáticos e estatísticos, a irrelevância da história do pensamento econômico, os pressupostos abstratos e impostos como naturais, tudo isso que é colocado como a fundamentação e a fortaleza dessas teorias são, se analisadas mais profunda e realisticamente, a fraqueza das mesmas. A evidência da divisão de classes, da concentração

de renda e riqueza, do nível de desemprego, da miséria e da fome de grande parte da humanidade e a destruição ambiental desfazem muitos argumentos das teorias econômicas contemporâneas. Mas, é preciso ir além das aparências, pois a sofisticação e a racionalidade que permeiam essas teorias têm uma retórica que leva até mesmo muitos críticos das contradições do capitalismo a reverenciarem a proposta de que não existem alternativas fora desse sistema e que, portanto, o melhor é aperfeiçoá-lo para que ele contemple a grande maioria das pessoas na satisfação de suas necessidades, aliás, uma outra abstração muito mal explicada pelos economistas contemporâneos do *mainstream*.

Por outro lado, essas teorias, ao se referirem ao presente, tomam sempre os problemas mais prementes, dramáticos e contraditórios da realidade como distorções que serão corrigidas no futuro, o que coloca o planejamento e a administração científica em estreita relação com a economia. Essas teorias, ao mistificarem a realidade, ao tomarem o indivíduo, o capital, a propriedade privada e a mercadoria como realidades absolutas e inquestionáveis, constroem uma arquitetura lógica que justifica e legitima o futuro como ponto de reconciliação das contradições que problematizam o presente.

Por isso, não podemos prescindir de uma análise da importância e do papel da política na sua relação com a economia. As relações de poder estão irremediavelmente presentes na prática e nas análises econômicas predominantes no atual estágio do capitalismo. A não aceitação de que o capital é incontrolável e a insistência na construção de teorias econômicas que sustentam a possibilidade de controle do capital mistificam, política e ideologicamente, o trabalho estranhado que sustenta a construção do mundo dos homens dominado pelo capital. A importância da política deve, por sua vez, ser encarada de forma realista, pois como diz Mézáros (2006, P. 148) ao se referir a Marx:

Toda política está ligada em maior ou menor medida à parcialidade. Isso está claramente implícito em Marx, quando ele diz que a emancipação da sociedade com relação à propriedade privada é expressa na forma *política* da *emancipação do trabalhador*. Esperar, portanto, que a *parcialidade* realize a *universalidade* da transcendência positiva seria, como atitude prática, no mínimo ingênuo e, do ponto de vista teórico, contraditório em si mesmo.

A transcendência positiva simplesmente não pode, portanto, ser vista como a “negação da negação”, isto é, em termos meramente políticos. Sua realização só pode ser concebida na universalidade da prática social como um todo. Ao mesmo tempo, contudo, devemos enfatizar que, como um elo intermediário necessário, o papel de uma política consciente de seus limites, bem como de suas funções estratégicas na totalidade da prática social, é decisivo para o êxito de uma transformação socialista da sociedade.

Mais à frente voltaremos à questão da política e sua correlação com a economia. Mas, vale ressaltar aqui que a visão de Marx sobre a política, destacada acima por Mészáros, é coerente com uma realidade humana que reconhece verdadeiramente o valor do humano, os limites da política e a necessidade de emancipação do trabalhador, porque só ela é transcendência positiva, ou seja, por si só a política, enquanto parcialidade não é capaz de construir a emancipação – embora possa contribuir com ela – e promover o movimento de superação do trabalho estranhado e alienado. Na verdade, a política, enquanto parcialidade, nega a essência do ser humano, pois, além de não mexer com vigor no ponto crítico do sistema de dominação econômica e social, isto é, nas relações de trabalho estranhadas e alienadas, numa sociedade de classes é instrumento de legitimação de dominação e de exploração.

Por outro lado, compreender os pressupostos das teorias econômicas contemporâneas dominantes nos remete necessariamente a Marx. Ele se debruçou sobre a crítica da economia política para desvelar suas artimanhas e subterfúgios. Para isso, contrapunha-a à realidade efetiva e, assim, desmascarava a lógica abstrata, imaginária e espiritual que estruturava as teorias da economia política. Essa tarefa não era um simples exercício da imaginação que partia de pressupostos e conceitos absolutizados e eternizados, mas um trabalho árduo de investigação histórica e filosófica do sentido desses pressupostos humanos. E o que é humano só pode ser construído histórica e provisoriamente. De acordo com Mészáros (2006, p. 116):

Marx caracteriza a posição da economia política como sendo baseada em uma “condição primordial fictícia”. Essa condição primordial fictícia é uma linha falaciosa de raciocínio: ela exhibe as características de uma *petitio principii*. O economista político “*supõe* na forma do fato, do acontecimento, aquilo que deve *deduzir*, notadamente a relação necessária entre duas coisas, por exemplo entre divisão do trabalho e troca. Assim o teólogo explica a origem do mal pelo pecado original, isto é, *supõe como um fato* dado e acabado, na forma da história, o que deve explicar”. Falácias desse tipo pululam na história do pensamento. Sua variedade é determinada pelo caráter particular das interligações históricas concretas ignoradas em cada caso. (Alguns autores negligenciam ou ignoram as relações existentes; outros afirmam ligações não-existentes; outros, ainda, invertem a ordem das inter-relações efetivas etc.).

Como fizemos referência na introdução deste trabalho, o método, a linha de raciocínio e os estudos de Marx, juntamente com as análises contemporâneas de Mészáros sobre o sistema do capital, constituem a base de construção de nossa investigação. As teorias econômicas que predominam na contemporaneidade, e que se colocam como as últimas

fronteiras do conhecimento científico econômico, estão sendo analisadas, neste capítulo, a partir desse método, que procura compreender os conceitos a partir de suas construções materiais e históricas. A obsolescência não está no método de Marx, mas no método das teorias econômicas que toma a divisão do trabalho, a propriedade privada e o capital como realidades constituintes da natureza humana, assim como já o fazia a economia política. O novo, o ponto de vista dessas teorias, aparece então como o antiquado, e o velho, o método marxiano, enquanto estrutura de análise aberta para a história e para a autocrítica, como o caminho para o conhecimento mais pertinente das contradições do momento presente. O de Marx nos proporciona a busca da forma plenamente desenvolvida do capital para compreendermos as variações e as parcialidades com as quais trabalham as teorias econômicas contemporâneas e as quais são tomadas pelas mesmas como verdades absolutas e eternas. Vejamos como Mészáros (2002, p. 703) se refere ao método marxiano:

O importante princípio metodológico adotado por Marx – segundo o qual, na investigação das características definidoras essenciais da mais avançada forma de economia, a burguesa, a chave para a “anatomia do macaco” deve ser buscada na anatomia humana, e não o contrário, como tentaram fazer as abordagens alegadamente históricas, mas na verdade mais a-históricas – permitiu que ele colocasse no centro da sua análise o capital com o poder despótico da ordem sociometabólica existente. Essa escolha é feita para demonstrar tanto os aspectos *positivos* desse sistema reprodutivo, que faz o capital prevalecer como a força *onipotente* da sociedade, como os *negativos*, que estão destinados a levá-lo à desintegração. É por isso que o capital em sua *forma plenamente desenvolvida* deve constituir o *ponto de partida* e o *ponto de chegada*.

Na sociedade capitalista contemporânea, o estágio de desenvolvimento do capital chega aos limites de suas contradições, como discutimos no capítulo três. A miséria, as favelas, a degradação humana e ambiental, o poder das corporações e o capitalismo de desastre constituem dilemas insolúveis do sistema do capital. Nosso movimento, então, pode ser traduzido como uma busca pela forma do desenvolvimento do capital, que – articulado com as ideologias aliadas à dominação e à exploração de classes, como as teorias econômicas sobre as quais estamos construindo nossas críticas, e articulado com as formas perversas de dominação simbólica, como constatamos na sociologia econômica de Bourdieu – produz uma realidade de destruição e morte, como demonstramos no capítulo três. Prossigamos com a reflexão de Mészáros (2002, p. 703) sobre o princípio metodológico de Marx, quando ele afirma que a forma plenamente desenvolvida do capital deve constituir o ponto de partida e o ponto de chegada:

Naturalmente, a adoção desse curso de análise não significa que, na visão de Marx, os *antecedentes históricos* do sistema do capital não importem, ou que o *capital*, de algum modo, apareceu repentinamente com a formação *capitalista*, saltando das nuvens de mistério, tal como Palas Atena da cabeça de Zeus. Ao contrário, como Marx demonstra em vários contextos, todos os aspectos da forma plenamente desenvolvida do capital – incluindo a mercantilização da força de trabalho, que é o passo mais importante para alcançar a forma mais desenvolvida, a *capitalista* – apareceram em algum grau na história muito tempo antes da fase *capitalista*, em alguns casos, até milênios antes. Concentrar-se na forma plenamente desenvolvida é necessário para mostrar a tendência à dissolução do sistema e também como parte da crítica marxiana da economia política. Em relação à última, a *especificidade* histórica e a necessária *transitoriedade* do sistema do capital são apologeticamente negadas por todos aqueles que – do século XVIII até as teorias de Max Weber, Hayek e seus seguidores – usam os antecedentes históricos *parciais* e *esporádicos* do capital como um *sistema onipotente* para *eternizar* o modo *capitalista* da reprodução sociometabólica da humanidade.

Faz-se necessário, portanto, demonstrar o paradoxo da controlabilidade do capital na construção das teorias econômicas, ou seja, que estas se constroem nos parâmetros dessa controlabilidade, os quais têm como princípios o equilíbrio econômico, as reformas necessárias para a harmonia social, o uso racional do capital para o bem da sociedade como um todo e dos indivíduos, as buscas adequadas e eficientes pela informação, o uso racional das informações, a amenização das incertezas futuras, o melhor atendimento aos interesses das famílias e das empresas com um fluxo racional circular da renda. Trata-se de um paradoxo porque essas teorias, que não são apenas retóricas, mas teorias fortes – porque influenciam o poder político e usam o poder econômico para divulgar e impor suas idéias – e frágeis – porque, ao negarem a especificidade e a necessária transitoriedade do sistema do capital, não se sustentam a uma análise cujos pressupostos são a realidade efetiva das contradições advindas do trabalho estranhado e da miséria e destruição que caracteriza o mundo atual. Essas teorias são construções ideológicas que persistem numa racionalidade que trata o capital como controlável.

Mas, como a essência do capital é a sua incontroleabilidade, as teorias econômicas – sejam de fundo neoclássico, keynesiano ou institucionalista – são, de fato, ideologias que encobrem a realidade, adiam o enfrentamento dos problemas mais candentes do capitalismo atual, justificam e legitimam a dominação dos trabalhadores com seus modelos estéticos, estatístico-matemáticos e metafísicos. O problema aqui não é a estética nem a estatística nem a matemática. O problema é o uso, e os interesses que guiam esse uso, que as teorias econômicas fazem das mesmas. Por que não mensuram a exploração do trabalho, o nível da mais-valia e do estranhamento do trabalho? Porque existem para negar ou justificar e

legitimar a dominação de classes. Por isso que partem de pressupostos naturais e eternizadores.

As teorias econômicas contemporâneas são obsoletas por reafirmarem o caráter estático e abstrato da economia política sobre a natureza humana, muito embora os pensadores clássicos da economia política, como Smith e Ricardo, tratassem a economia com muito mais propriedade, profundidade e cientificidade do que os economistas defensores das teorias econômicas atuais que sustentam a dominação de classes²². No entanto, os interesses de classe estão presentes de forma contundente no pensamento dos economistas clássicos. Segundo Mészáros (2006, p. 136):

Do ponto de vista da economia como uma ciência especial, o que importa, naturalmente, não é a avaliação das implicações *humanas* de um processo econômico objetivo, mas a análise das condições necessárias de funcionamento e reprodução sem perturbações do processo dado. É por isso que o economista político só está interessado nas condições do trabalhador na medida em que estas condições são necessárias à produção em geral, isto é, na medida em que são condições do *trabalhador*. O economista político, portanto, só está interessado nas reformas sociais ou porque elas são necessárias ao funcionamento tranquilo do ciclo de reprodução, ou então porque, como faz por exemplo Adam Smith em algumas de suas obras, está escrevendo do ponto de vista da filosofia moral, desde que esta não entre em choque com o ponto de vista da economia. (A idéia de que o egoísmo constitui o fator decisivo final nas interações humanas é, evidentemente, comum à economia política liberal e à tendência dominante da filosofia moral da época).

Aspectos das teorias passadas estão presentes nas atuais teorias econômicas, mas estas parecem mais superficiais e, ao mesmo tempo, irracionais, pois jogam com a realidade, com a vida dos homens, abafando sempre as conseqüências imediatas e futuras de um pragmatismo econômico destrutivo. Para esses economistas o homem é ainda o homem egoísta e, ao mesmo tempo cindido, ou seja, poderíamos falar na existência do homem real da classe dominante (frugal) e do homem abstrato que trabalha (rústico, interesseiro), que recebe seu justo salário. Para essas teorias, o capital é mais relevante que a vida humana e o trabalho uma simples mercadoria. A sustentação de nossa crítica a essas teorias vem, queremos ressaltar mais uma vez, do método, da racionalidade e da profundidade do pensamento de Marx, que se interpõe sempre que queremos fazer uma análise mais coerente da realidade. Sobre essa questão, Mészáros (2006, p. 137) nos diz o seguinte:

²² Conferir Mészáros, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002, primeira parte do capítulo 3. Cf. também TEIXEIRA, F. J. S. Globalização, ideologia e luta de classes. *Estudos de Sociologia*, nº 12, 1º semestre de 2002. FCL – UNESP – Araraquara.

Toda a obra de Marx é caracterizada por uma referência constante ao homem em oposição à condição de trabalhador assalariado. Isso só é possível porque sua abordagem é baseada numa concepção de natureza humana radicalmente oposta à da economia política. Ele nega que o homem seja um ser essencialmente *egoísta*, porque não aceita algo como uma natureza humana *fixa* (e, na realidade, não aceita nada fixo). Na visão de Marx, o homem não é, por natureza, nem egoísta nem altruísta. Ele *se torna*, por sua própria atividade, aquilo que é num determinado momento. E assim, se essa atividade for transformada, a natureza humana hoje egoísta se modificará, de maneira correspondente.

E aqui podemos ver quão decisivo é o fato de que na teoria de Marx não existe elemento estático. As complexas manifestações da vida humana, inclusive suas formas objetivadas e institucionais, são explicadas numa referência última a um princípio dinâmico: a própria *atividade*. Isso contrasta de maneira aguda com as concepções que tentaram *deduzir* as várias características da forma dada de sociedade, inclusive a propriedade privada, de uma concepção estática arbitrariamente *suposta* de uma natureza humana fixa. Na visão de Marx, a propriedade privada e suas conseqüências humanas têm de ser explicadas historicamente, e não supostas ou deduzidas de uma suposição. De acordo com Marx, a propriedade privada é trazida à existência pela atividade alienada e então, por sua vez, afeta profundamente, é claro, as aspirações humanas.

Ao tomar a história humana como processo e o homem como um *tornar-se* por meio de sua própria atividade, o pensamento marxiano rompe com a visão da imutabilidade histórica, com a perspectiva estática do homem como um ser essencialmente egoísta. Esta suposição do homem egoísta tem sido um fundamento absoluto de várias construções teóricas, ponto de partida essencial para a formulação de argumentos auto-justificadores. E quando Marx coloca o trabalho na centralidade de seu pensamento, na verdade ele coloca o próprio homem. Por isso, sua crítica à economia política é uma crítica radical. Nesse sentido, para Mészáros (2006, p. 136):

Todo o debate econômico culmina num novo conceito de homem. Pois, ao discutir os problemas cruciais da divisão do trabalho, Marx questiona radicalmente a explicação da *natureza humana* dada pelos economistas políticos.

Podemos recordar que ele elogiou a economia política liberal por ter-se abstraído das aparências individuais das inter-relações humanas, por ter desenvolvido, de forma tão aguda e consistente, embora unilateral, a idéia do trabalho como a única essência da riqueza, e por ter incorporado a propriedade privada ao próprio homem. Ele elogiou os economistas porque nessas realizações eles superaram efetivamente as limitações dos “idólatras, fetichistas, católicos”. Contudo, esses avanços dos economistas possuem também um outro lado. A abstração coerente das aparências individuais conduziu a um novo estranhamento do homem. E a incorporação da propriedade privada no próprio homem levou a colocá-lo na órbita da propriedade e da alienação.

Ora, se o trabalhador é um ser humano e o humano é o que os homens se tornam pelas suas atividades, o trabalho, de fato, não pode ser considerado abstratamente como uma coisa. Mas, as relações sociais e de produção estabelecidas pelo sistema do capital têm exatamente esse caráter de transformar trabalho e homem numa coisa, o que desvaloriza o mundo dos homens e coloca as coisas, o produto do próprio trabalho humano, acima dos homens, dominando-os implacavelmente. Essa inversão de relações em que o mundo das coisas – como se este não fosse produto do mundo dos homens – predomina sobre o mundo dos homens tem uma relação direta com a forma com que os homens se relacionam socialmente.

As coisas que estão no interior das relações sociais capitalistas são determinadas pelo sistema de comando do capital, que no curso do processo histórico capitalista toma os pressupostos de seu devir – fundamentalmente o trabalho e seu excedente – e os coloca como resultados de sua ação e de seu ser. É por isso que o capital é *causa sui*, é uma coisa, mas coisa cuja existência só é possível a partir das relações sociais de produção capitalistas, e cujo enfrentamento deve partir da compreensão do capital realmente apenas como uma coisa, já que o capital, um produto, se tornou proprietário de seu produtor, o trabalhador. Para Mészáros (2002, p. 710):

A condição crucial para a existência e o funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer *comando sobre o trabalho*. Naturalmente, as modalidades pelas quais este comando pode e deve ser exercido estão sujeitas às mudanças históricas capazes de assumir as formas mais desconcertantes. Mas a *condição absoluta* do comando objetivado e alienado sobre o trabalho – exercido de modo indivisível pelo capital e por mais ninguém, sob quaisquer que sejam suas formas realmente existentes e possíveis – deve permanecer sempre. Sem ela, o capital deixaria de ser capital e desapareceria da cena histórica.

Mas, o que é afinal de contas o capital? Como ele exerce esse comando tão poderoso? De que forma as relações sociais se envolvem no movimento de sustentação e reprodução do capital? Como se dá o enfrentamento do capital com o trabalhador? Estamos realmente diante de uma situação cujas saídas mais viáveis são as que contemplam formas de organizações entre trabalhadores, empresários, instituições públicas e privadas e setores organizados da sociedade civil que saibam usar o capital de uma forma racional? Ao citar Marx, Mészáros (2002, p. 707) faz um comentário bastante esclarecedor sobre alguns questionamentos que levantamos. Vejamos:

A questão é que, sem entender a *perversa circularidade* do sistema do capital – mediante a qual o trabalho, sob a forma de trabalho *objetivado*, *alienado*, se torna capital e, como *capital personificado*, enfrenta e domina o trabalhador –, não há como escapar do círculo vicioso da auto-reprodução ampliada do capital como o modo mais poderoso de controle sociometabólico jamais conhecido na história. Pois, o poder que domina o trabalhador é o poder circularmente transformado do próprio trabalho social, que assume uma forma “atrofiada, travestida” e se afirma na “situação *fetichizada* em que o *produto é o proprietário do produtor*”. Em outras palavras, o “caráter social” etc., do trabalho do trabalhador o enfrenta, tanto “conceitualmente” como “de fato”, não apenas como alheio, mas hostil e antagônico, como também *objetivado e personificado* no capital. Assim, para ser capaz de romper o círculo vicioso do capital, como forma de controle sociometabólico, é necessário enfrentar o fetichismo do sistema em sua forma plenamente desenvolvida. Uma tarefa que exige que se compreenda que “o capital é apenas uma *coisa*, tal como o dinheiro o é. No capital, tal como no dinheiro, *relações sociais de produção definidas entre pessoas* são expressas como *relação de coisas* com pessoas, ou conexões sociais definidas aparecem como *características sociais naturalmente pertencentes* a coisas [...] O dinheiro não pode se tornar capital sem ser trocado por capacidade de trabalho como uma mercadoria vendida pelo próprio trabalhador. Por outro lado, o trabalho só pode aparecer como trabalho assalariado quando suas próprias condições objetivas o encontram como forças egoístas, como propriedade alheia, valor existente por si mesmo e apoiado em si próprio, em resumo, como capital [...] essas condições objetivas devem, do ponto de vista formal, enfrentar o trabalho como poderes estranhos, *independentes*, como valor – trabalho objetivado – para o qual o trabalho vivo não passa de um meio de sua própria preservação e expansão”.

Portanto, além do comando, do enfrentamento e da dominação do trabalhador, o capital exerce um controle sociometabólico com um poder sem precedentes na história. A forma como os homens estabelecem suas relações sociais é essencial para o funcionamento desse sociometabolismo. Por isso que, a partir da determinação do capital, as relações sociais de produção entre pessoas se expressam na forma de uma relação de coisas com pessoas, sendo as coisas mais importantes do que as pessoas. Assim, nesse sistema a dominação do trabalhador é determinante para a existência e a sustentação do próprio sistema, pois sem ela o capital se arrefeceria e as coisas deveriam ser produzidas não no sentido da produção de riqueza, mas no da riqueza da produção e da valorização dos próprios homens. Entretanto, o objetivo do sistema do capital não é absolutamente a riqueza da produção e, muito menos, a valorização dos homens. Enquanto sistema sociometabólico, ele está voltado para a expansão e a acumulação, explorando intensamente os trabalhadores e usando suas personificações para atingir seus objetivos. Conforme Mészáros (2002, p. 138):

Em sua mais íntima determinação, o sistema do capital está totalmente *orientado para a expansão* – o que significa que está voltado nessa direção a partir de seu próprio ponto de vista objetivo – e é *impelido pela acumulação*, em termos da necessária *instrumentalidade* de seu objetivo projetado. É a mesmíssima correlação que aparece (e deve aparecer), do ponto de vista subjetivo das personificações particulares do capital, exatamente ao inverso – ou seja, eles devem apresentar seu sistema como *voltado para a acumulação e impelido pela expansão*.

O objetivo do sistema do capital está, portanto, claro, ou seja, a expansão, que, por sua vez, é impelida pela acumulação, a qual coincide com o objetivo dos capitalistas (personificações), os quais são impelidos pela expansão. O grande problema é que a expansão econômica ditada pelo movimento do capital deve ser ininterrupta, pois sem isso o capital não se reproduz. Os capitalistas, ao acumularem, cumprem as determinações do capital, mesmo que para isso tenham que continuar explorando ainda mais intensamente os trabalhadores e destruindo de forma irreversível o meio ambiente.

Feitas essas reflexões, queremos agora nos deter mais detalhadamente na análise dos principais pressupostos e argumentos das teorias econômicas contemporâneas. Os princípios dessas teorias se justificam por si mesmos para explicar a realidade. Ora, o que é a realidade para elas? Começamos pela afirmação de que tem como pressupostos: a divisão do trabalho, o assalariamento, os juros, o mercado, a utilidade, a utilidade marginal, o lucro, o homem egoísta, a propriedade privada, etc. Vejamos, de acordo com Sicsú (2007, p. 03), um ponto básico de divergência entre novos-clássicos e novos-keynesianos, duas correntes preponderantes no pensamento econômico contemporâneo:

No interior do *mainstream*, o pensamento econômico amplamente hegemônico até o final dos anos 1980 foi elaborado pela escola novo-clássica. As bases desse pensamento eram: (i) os agentes maximizam suas funções utilidade e lucro e formam expectativas racionais; e (ii) os mercados se auto-equilibram automaticamente via preços que, logicamente, são plenamente flexíveis. Segundo a teoria novo-clássica, na ausência de erros expectacionais, os níveis de produto e de emprego de equilíbrio somente se alterariam se houvesse mudanças de gosto/preferências e/ou choques tecnológicos. Em contrapartida, novos-keynesianos acreditam que flutuações do produto, assim como a existência de desemprego involuntário, ocorrem em função basicamente da existência de falhas de mercado. A imperfeição de mercado que os novos-keynesianos advogam é a rigidez de preços e salários – que impediriam o equilíbrio instantâneo dos mercados (é a negação da hipótese *ii* citada). Dessa forma, ao final dos anos 1980, quebrou-se o consenso ortodoxo com o surgimento de uma nova corrente: a escola novo-keynesiana.

Como podemos perceber, a suposição de que os mercados se auto-equilibram automaticamente não é tratada como uma suposição, mas como um princípio fundante e real da sociedade capitalista de mercado. A outra corrente de pensamento não acredita no equilíbrio instantâneo dos mercados, porque preços e salários são rígidos. Trabalho assalariado, por sua vez, é outro princípio absoluto, natural.

Portanto, o grande empenho dessas teorias econômicas é no sentido de legitimar e reforçar princípios absolutos e eternizadores da realidade social. As divergências entre elas se concentram em aspectos que não trazem nem trarão mudanças significativas nas estruturas de dominação no mundo do trabalho e da propriedade privada. Uma teoria que defende o auto-equilíbrio dos mercados já parte do pressuposto de que o equilíbrio traz vantagens para todos e, por isso, deve ser perseguido e mantido a quaisquer custos. Uma teoria que propugna que as flutuações do produto se devem a falhas de mercado, daí a defesa dos keynesianos, sejam novos ou pós, da intervenção do Estado na economia para corrigir essas falhas, critica o automatismo de mercado, mas coloca o Estado apenas como corretivo das falhas que prejudicam a produção da riqueza social, não importando as condições reais e fundamentais para a construção dessa riqueza, isto é, o trabalho estranhado e a propriedade privada.

Ao partirem do atual estágio da técnica e da ciência, alguns novos-keynesianos, como Stiglitz, colocam o funcionamento da economia nas trilhas de um eficiente sistema de informação e de crédito, o qual gera um dinamismo maior na produção, no consumo e no emprego, além de trazer benefícios para o todo social. Os esforços das políticas monetárias devem ser no sentido de incorporar o crédito no modelo de equilíbrio geral. De acordo com Stiglitz (2004, p. 57):

É notavelmente difícil incorporar o crédito dentro do modelo de equilíbrio geral padrão. O crédito pode ser criado sem praticamente nenhuma utilização de fatores convencionais, e pode ser destruído tão facilmente como foi criado. Não existe maneira fácil de representar a função de oferta para o crédito.

A razão para isso é simples: o crédito se baseia em *informação*. Assegurar-se de que uma pessoa merece crédito exige recursos; e seguindo essa argumentação, prover ou garantir crédito, implica assumir riscos. Não existe relação simples entre esses custos econômicos e a quantidade de crédito concedida.

O capital físico com o qual nós produzimos em nossas fábricas e campos pode ser apenas ligeiramente afetado por perturbações externas – chuva pode provocar ferrugem – mas somente grandes cataclismos, tais como uma guerra, podem ter efeito significativo no curto prazo. No entanto, o capital da informação pode ser perdido ou tornado obsoleto muito mais facilmente. Mudanças nos preços relativos, por exemplo, exigem uma reavaliação do mérito do crédito das pessoas e das empresas.

Para Stiglitz, caminhamos rumo a um novo paradigma em economia monetária, o paradigma do crédito, que deve compreender as forças determinantes da demanda e da oferta de crédito, bem como o papel das instituições bancárias no funcionamento da nova economia. Nesse sentido, a informação exerce uma função essencial num sistema de crédito bem constituído. Para ele, o crédito e o sistema financeiro jogam por terra a centralidade da moeda e passam a fazer as conexões fundamentais da dinâmica econômica atual. Apoiados em um sistema de regulamentação bem tramado e aperfeiçoado, juntamente com o governo e instituições públicas e privadas e fazendo um uso eficaz das atuais tecnologias da informação, o sistema de crédito e o sistema financeiro podem colocar o capital, da forma mais racional possível, a serviço da sociedade. Segundo Stiglitz (2004, p. 385):

Muito tem sido escrito em anos recentes sobre a “nova economia”, as mudanças da tecnologia e o ritmo assumido por essa mudança tecnológica. A nova economia também tem sido marcada pela globalização, maior integração entre os mercados de capitais, mão-de-obra de produtos, um fluxo mais livre de idéias e conhecimento, como resultado de inovações tecnológicas que reduziram os custos de transporte e comunicação e de mudanças nas políticas globais que derrubaram barreiras criadas pelo homem. Essas mudanças tiveram impacto sobre a estrutura geral da economia e sobre o desempenho macroeconômico. (...) O paradigma do crédito ajuda a concentrar o foco nas conseqüências dessas mudanças na economia, e leva a previsões notavelmente diferentes daquelas que poderiam ser derivadas da abordagem baseada em temas como, por exemplo, a eficácia futura da política monetária. As mudanças no setor financeiro desempenharam um papel decisivo na nova economia – o setor financeiro esteve entre os setores que mais sofreram transformações, e que, ao mesmo tempo, induziram a maior parte das mudanças no desempenho geral da economia. Foi a evolução das tecnologias da informação que finalmente aposentou a ideia de que a moeda era necessária para a realização de transações. Os indivíduos sempre utilizaram intensamente crédito para negociar com aqueles a quem conheciam bem; mas, quando realizavam transações que ultrapassavam esse círculo estreito, o dinheiro se tornava necessário, exceto nas circunstâncias em que a magnitude das transações era grande, quando letras de crédito eram emitidas, lastreadas em entidades com reputação bem estabelecida. As novas tecnologias, entretanto, permitiram que informações fossem transmitidas instantaneamente para qualquer lugar do mundo. Uma loja na Malásia poderia verificar imediatamente se a minha compra estava dentro dos limites de crédito estabelecidos pelo banco, e o meu banco, da mesma forma, seria capaz de registrar instantaneamente quanto eu já havia utilizado da minha linha de crédito. Os cartões de crédito têm substituído cada vez mais o dinheiro como um “meio de troca”.

Mais uma vez ficam claros os pressupostos e a realidade com que pensam e trabalham as teorias econômicas contemporâneas: crédito, sistema financeiro e seu importante poder de

transformação, mercados de capitais, inovações tecnológicas, informação, redução de custos de transporte e comunicação, cartões de crédito, etc. É evidente que tudo isso faz parte de todo um processo histórico de construção de riqueza social. No entanto, as teorias econômicas contemporâneas rechaçam essa realidade e não levam em conta o principal fator que envolve todas essas questões: a capacidade de pagamento. O crédito deve ser pago – essas teorias trabalham com estudos sobre calotes e prejuízos, mas também sobre ganhos com juros – de alguma forma no meio do intrincado movimento de capitais e de um sistema financeiro com suas dimensões globais. As faturas de cartões de crédito que substituem cada vez mais o dinheiro como meio de troca devem ser pagas. E quem as paga, afinal de contas, não é o próprio trabalho? Além disso, as inovações tecnológicas não se fazem por si mesmas, mas somente com muito trabalho. As tecnologias da informação envolvem milhões de pessoas trabalhando diariamente no mundo todo, um mundo em tempo real.

As teorias econômicas contemporâneas dão ênfase ao papel do capital a toda essa produção da riqueza social e localizam a capacidade de pagamento no mercado que se auto-equilibra, nas formas eficientes de investimento, na alocação racional de recursos, na aplicação correta do dinheiro, no papel social do sistema bancário e financeiro. Também não deixam de ressaltar sempre o poder maravilhoso das tecnologias. Portanto, o fator que é mais desconsiderado por elas é o fator trabalho, que para nós não é simplesmente um fator de produção, mas o fator determinante da construção do próprio mundo dos homens. Tanto os novos-clássicos, que destacam a importância da oferta, como os novos-keynesianos, que destacam a importância da demanda, não apenas colocam o trabalho num papel secundário, mas escolhem racionalmente a construção teórica que retira de cena o papel determinante do trabalho na criação de valor e de riqueza e, muito mais, desprezam categoricamente o intenso processo de exploração dos trabalhadores na sociedade global. Vários desses teóricos se dedicam a estudos sofisticados, com intensa utilização de dados estatísticos e matemáticos, como já mencionamos em outra parte, sobre salários e preços, mas tratam o assalariamento como um pressuposto absolutamente natural e inquestionável.

Outra questão de destaque trabalhada, refletida e discutida por algumas dessas teorias refere-se ao controle de capitais. Esta é outra das grandes contradições que queremos destacar no nosso trabalho, já que se trata de uma questão bastante discutida pelos que defendem a liberalização dos movimentos de capitais e pelos que argumentam em favor dos controles dos mesmos. Para nós, tanto a liberalização como o controle dos capitais se choca claramente com a tese da incontrollabilidade do capital. Mas, tratemos um pouco dessa questão do movimento

dos capitais. De acordo com Carvalho e Sicsú (2007, p. 125), entre os que argumentam contra a utilização de controles de capital, há o grupo segundo o qual:

a livre movimentação de capitais permitiria uma alocação internacional de capitais mais eficiente, o que seria particularmente benéfico a países em desenvolvimento, já que os capitais deveriam fluir dos países mais ricos, onde sua produtividade seria menor, para os mais pobres, onde a escassez desse fator lhes permitiria obter altos retornos. Colocada diretamente em termos do interesse de países em desenvolvimento em promover a liberalização financeira, a remoção de barreiras à circulação de capital deveria levar a um aumento da poupança disponível para investimento nesses países, acelerando seu crescimento. Benefícios adicionais, que recebem maior ou menor ênfase, dependendo do autor, seriam os derivados da maior eficiência da operação dos sistemas financeiros domésticos, sob pressão de competidores estrangeiros; redução da corrupção, sob a hipótese de que investidores e instituições estrangeiros seriam mais resistentes que os locais; maior estabilidade sistêmica, seja pela diversificação de fontes de recursos para os países, seja pela maior diversidade de opções oferecidas aos investidores. Acreditam alguns que a liberalização financeira permitiria ainda a melhora na qualidade da administração pública, disciplinada que seria pela ameaça permanente de saída de capitais quando as perspectivas futuras daquela economia se vissem ameaçadas por políticas irresponsáveis.

Nem a crise financeira atual, que teve consequências mais drásticas do que a de 1929 para toda a humanidade, é capaz de destruir a convicção dos novos-clássicos de liberalização dos mercados financeiros, a despeito de economistas neoliberais, como Friedrich Hayek e Milton Friedman mencionarem em suas obras, *O caminho da servidão* e *Capitalismo e liberdade*, respectivamente, o papel e a importância do Estado na regulação da livre concorrência²³. No capitalismo de desastre, o Estado é chamado – haja vista as ações coordenadas de governos e bancos centrais do mundo todo para salvar o sistema financeiro e socorrer empresas com trilhões de dólares jogados no mercado mundial. No entanto, para os economistas de linhagem neoclássica as ações estatais devem ser momentâneas e devem contribuir com a criação de mecanismos que possam reforçar ainda mais a iniciativa privada. Por isso, movimentos de estatização não podem ser estruturais, mas circunstanciais, uma vez que o espírito empresarial capitalista é capaz de reconhecer racionalmente as falhas e apontar a ordem e lógica de funcionamento de um mercado livre e com capacidade de auto-regulação.

A eliminação de controles de capitais se sustenta, assim, na existência de mercados eficientes. A liberalização do movimento de capitais, principalmente para os países em

²³ Para maiores detalhes, conferir FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. Tradução Luciana Carli. São Paulo: Abril Cultural, 1984, e HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. 5ª ed. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

desenvolvimento – o que em si já é uma contradição, pois o desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem uma combinação dentro do próprio sistema do capital e da divisão internacional do trabalho –, promove vários benefícios: altos retornos, aumento da poupança disponível para investimento e, conseqüentemente, maior crescimento, redução da corrupção, maior estabilidade sistêmica e melhorias na administração pública. O capital se movimenta dos países ricos para os pobres trazendo em si a bondade, a benevolência, a solidariedade, os princípios da eficiência em alocar recursos e os da boa administração. O capital precisa apenas passar pelas mãos mais competentes para que ele chegue ao seu destino construtivo e criativo.

E o que dizem os que argumentam em favor dos controles dos capitais? De acordo com Carvalho e Sicsú (2007, p. 128), pelo menos duas ordens de críticas podem ser feitas à tese da liberalização. Vejamos como pensam os primeiros críticos da liberalização:

a validade da hipótese da eficiência dos mercados só pode ser estabelecida na presença de um conjunto excessivamente exigente de pressupostos. Dentre esses pressupostos estão os necessários para determinar não só a existência de equilíbrios competitivos (que são identificados na literatura de equilíbrio geral), mas também uma série de suposições adicionais, que garantam não apenas a existência de equilíbrio, mas também que a operação do mercado garanta a convergência para esse equilíbrio. Dentre as imperfeições que se constituiriam em obstáculos, seja à existência do equilíbrio competitivo (que é onde a otimalidade pode ser reconhecida), seja à convergência ao equilíbrio, estão os mercados incompletos (inclusive pela presença de externalidades) e a assimetria na distribuição da informação relevante.

A incompletude de mercados torna improvável que a operação livre dos mercados, inclusive os financeiros, possa realmente produzir os resultados esperados pelos proponentes da liberalização. Exceto se as expectativas forem racionais (ou seja, se a hipótese de expectativas racionais for proposta como empiricamente válida, e não apenas como instrumento analítico), a incompletude dos mercados fatalmente levará a previsões incorretas de preços futuros e a decisões ineficientes.

A assimetria de informações também reduz a eficiência do sistema de preços na obtenção da alocação ótima de recursos. Como é fartamente conhecido, especialmente a partir dos trabalhos de J. Stiglitz, a assimetria de informações dá origem a fenômenos de risco moral (*moral hazard*) e seleção adversa, levando à redução do conteúdo informativo dos preços de mercado e, em conseqüência, gerando situações de racionamento. Além disso, sob informação assimétrica, emergem também problemas de representação e dos incentivos para que essa representação seja feita de forma eficaz. Problemas conhecidos como de agente/principal, porém, envolvem a identificação e avaliação de incentivos a que agentes representem adequadamente o interesse do principal que também reduzem a eficiência de mercados livres.

Mais uma vez queremos dirigir nosso olhar para uma análise dos pressupostos que sustentam o pensamento desses críticos da liberalização, e, portanto, defensores dos controles do capital. Se, por um lado, questionam a existência e as garantias de equilíbrios competitivos, por causa dos mercados incompletos e da assimetria na distribuição da informação, por outro, estão atentos a um bom funcionamento do mercado, às previsões corretas de preços futuros, às decisões eficientes e à alocação ótima de recursos. Para essa corrente, fluxos rápidos de capital para dentro ou para fora de um país podem gerar enormes perturbações ou grandes externalidades, isto é, efeitos até mesmo sobre pessoas comuns que não estão envolvidas nesses fluxos de capital (CARVALHO E SICSÚ, 2007). Trata-se, portanto, de uma corrente que defende os controles de fluxos de capitais para que os mesmos sejam alocados de forma eficiente e ótima. Daí a importância de um sistema financeiro, bancário e de crédito bem estruturado, organizado, informado e eficaz nas suas ações. Nesse sentido, o pressuposto fundamental dessa corrente é o próprio capital, cuja existência, origem e história passam muito longe de ser um problema. O capital é questionado apenas nas suas consequências, isto é, nas formas em que ele se movimenta entre empresas, indústrias, fazendas, bancos e governos, ficando a grande maioria dos homens à margem desse processo, ou melhor, no interior do sistema produzindo riqueza e se desvalorizando como homens.

Mas há outra corrente que faz uma crítica bem mais radical à liberalização dos fluxos de capitais. Vejamos, também de acordo com Carvalho e Sicsú (2007, p. 129), os principais argumentos dessa corrente:

A perspectiva liberalizante é criticada de forma ainda mais radical por autores que consideram a incerteza fundamental que cerca as decisões dos agentes em uma economia de mercado. Para essa escola que se inspira em Keynes, o futuro é incerto porque é construído pela decisão livre dos agentes econômicos. Nessa abordagem, uma economia de mercado é marcada pela dependência de trajetória (*path dependency*) e não há mecanismos que a façam convergir para uma posição predeterminada, ainda que essa posição de equilíbrio pudesse ser definida. Ações são orientadas por expectativas que apenas em parte são influenciadas por dados objetivos. Estados de confiança e *animal spirits* são igualmente importantes quando se trata de tomar decisões. Em mercados financeiros, as incertezas são ainda mais importantes na tomada de decisões, dado que, ao se negociarem ativos, negociam-se, na verdade, recompensas futuras, a serem usufruídas sob condições que também só se revelarão no futuro. A precariedade do conhecimento sobre o futuro abre espaço para uma imensa influência de variáveis subjetivas, como o estado de confiança, e para comportamentos que talvez fossem irracionais em outras circunstâncias. Nessa visão, os mercados não podem ser eficientes para revelar uma realidade subjacente. Os mercados podem ser eficientes para coordenar comportamentos, mas, para tanto, devem estar apoiados em regras e instituições que promovam a

coordenação e canalizem as expectativas, limitando as possibilidades que o futuro abre de modo a diminuir a dispersão das expectativas. Nem sempre isso é possível, e controles e regulações têm de ser definidos para reforçar a coerência dessa economia. A incoerência e a crise são possibilidades sempre presentes, e a intervenção extramercado se faz necessária para conter as tendências imanentes à desagregação intrínsecas a economias de mercado e a mercados financeiros em particular.

Essa abordagem de inspiração profundamente keynesiana – pois enxerga na economia de mercado a incerteza nas decisões dos agentes econômicos, e a incerteza com relação ao futuro se dá em função da liberdade de decisão desses agentes; as ações desses agentes têm uma influência parcial de dados objetivos, pois são orientadas por expectativas; o *animal spirits* e os estados de confiança influenciam as tomadas de decisões; e os mercados financeiros são acometidos de maior incerteza, uma vez que as recompensas estão e devem ser usufruídas no futuro – trabalha com a necessidade de regras e instituições que possam coordenar e canalizar as expectativas, bem como com a presença forte do Estado intervindo no mercado e dando coerência a essa forma de economia. Por sua vez, se os mercados financeiros sofrem de um maior grau de incerteza, faz-se necessário o controle dos movimentos de capitais.

A despeito das críticas ao automatismo de mercado, defendido pelos novos-clássicos, os novos-keynesianos, sejam os de inspiração mais moderada, sejam os intervencionistas chamados de radicais, tratam, sem dúvida, o mercado e o capital como entes naturais sem os quais os homens não desenvolveriam nem suas relações sociais nem suas forças produtivas.

Tanto novos-clássicos como novos-keynesianos estão distantes de uma capacidade de autocrítica de seus pressupostos teóricos e da consideração histórica dos mesmos. Marx compreendeu profundamente a necessidade da autocrítica para a compreensão das contradições de uma dada formação social. Conforme Mészáros (2008, p. 43):

Marx demonstra em seu *Grundrisse* que “somente quando a autocrítica da sociedade burguesa teve início foi que a economia burguesa conseguiu entender as economias feudal, antiga e oriental”. A importância metodológica dessa observação para a ciência social é fundamental, pois, se a compreensão das economias feudal, antiga e oriental exige uma atitude autocrítica em relação à sociedade burguesa, torna-se fácil perceber a necessidade vital de uma instância radicalmente crítica para uma apreensão e demonstração adequada das contradições e leis internas do desenvolvimento da formação social a que o próprio cientista social pertence.

A não aceitação do caráter histórico e transitório de todas as realidades construídas pelos homens só pode fazer parte de um pensamento e de uma estrutura de dominação ideológica e material. As teorias econômicas contemporâneas, inspiradas nas economias clássica, neoclássica e keynesiana, se constituem numa evidente, poderosa e frágil ao mesmo tempo, força a favor do capital, da divisão de classes, da divisão do trabalho, da propriedade privada, dos privilégios de uma minoria dos homens e contra o próprio homem. Elas são uma nítida escolha de classe, constituindo-se em construções teóricas hegemônicas nas universidades e nos cursos de graduação e pós-graduação em economia no mundo todo. Ao se referir às conseqüências da desconsideração da percepção metodológica de Marx citada acima, Mészáros (2008, p. 43) faz o seguinte comentário sobre a sociedade burguesa e sobre o pensamento de Keynes:

Na sociedade burguesa, “o capital é o poder econômico que domina tudo”, e uma atitude acrítica com relação a um poder tão abrangente inevitavelmente resulta em sistemas teóricos dominados por mistificações do *Dasein* burguês, sejam quais forem as intenções subjetivas de pensadores específicos em relação a algumas manifestações parciais desse poder. Um exemplo claro é J. M. Keynes. Ele não hesitou em se identificar totalmente com a perspectiva do capital: “Como posso adotar um credo que, preferindo a lama ao peixe, exalta o *proletariado rude* acima da burguesia e da *intelligentsia*, que, seja lá com que falhas, são, na vida a prosperidade e, certamente, os portadores das sementes de todo o avanço humano? Mesmo se precisássemos de uma religião, como a poderíamos encontrar no *refugio confuso das livrarias vermelhas*? É difícil para um filho educado, decente e inteligente da Europa ocidental encontrar aí os seus ideais, a menos que tenha primeiro sofrido algum *estranho e terrível processo de conversão* que tenha mudado todos os seus valores”. “Quanto à *luta de classes* como tal, meu patriotismo local e pessoal, como os de todo o mundo, exceto alguns desagradáveis entusiastas, liga-se a meu próprio ambiente. Eu posso ser influenciado pelo que me parece ser justiça e bom senso; mas a *guerra de classes me encontrará do lado da burguesia educada*”. Depois dessa identificação com a burguesia não é surpreendente descobrir que Keynes tem de se valer de uma repugnante pregação, quando descreve o que lhe desagrada no capitalismo: “Pelo menos por mais cem anos devemos fingir para nós mesmos e para todo mundo que o belo é impuro e que o impuro é belo, pois o impuro é *útil* e o belo não é”.

Essa colocação desnuda a verdade sobre as interpretações e a cientificidade que defendem a inevitabilidade do capital e seus corolários: divisão do trabalho, trabalho estranhado, propriedade privada e um mundo distorcido e irreconhecível, contraditoriamente construído pelas mãos dos próprios homens. As construções teóricas estão em consonância com a realidade. A lógica pela qual se manifestam não pode escapar de seus pressupostos e suas correlações com o real. Se a realidade do sistema do capital é a do trabalho estranhado e

da luta de classes, a mistificação dessa realidade é a opção pela eternização do provisório, pela absolutização de idéias e práticas sustentadas na dominação e na exploração da maior parte da humanidade.

Como dissemos no início, este trabalho se coloca como uma pesquisa de cunho sociológico. Ao trabalharmos com os pressupostos das teorias econômicas contemporâneas, nosso objetivo, na verdade, é fazer a crítica econômica, política e social dos mesmos, já que, ao se sustentarem no capital como o ente absoluto determinante de tudo o mais, esses pressupostos configuram análises econômicas, políticas e sociais cujas instâncias primeiras e mais fundamentais são o capital, a divisão do trabalho, o Estado e a natural sociedade de classes.

Antes de entrarmos no próximo ponto de nosso trabalho, queremos, mais uma vez, reforçar nossa opção metodológica que tem os pensamentos de Marx e de Mészáros como princípio e finalidade. Para Marx, o que é reforçado por Mészáros, o objetivo das investigações não se presta a uma ação econômica, mas a uma ação política. Conforme Mészáros (2006, p. 118):

Para Marx, em contraposição ao reformador, as investigações econômicas não servem como base teórica para uma ação *econômica*, mas sim para uma ação *política*. Ele está interessado pelos problemas da economia apenas na medida em que eles revelam a complexa hierarquia da estrutura que ele deseja ver positivamente transcendida. Ele quer desvelar não os pontos “*fracos*” do sistema capitalista (que eram em todo caso bastante óbvios, por conta de suas chocantes repercussões humanas, a muitos críticos moralistas bem antes de Marx), mas seus pontos *fortes*. Aqueles que convergem no resultado que ele chama de “*triumfo civilizado da propriedade móvel*”, isto é, o triunfo do capitalismo nascente sobre o feudalismo.

As investigações econômicas de Marx o ajudaram a descobrir as contradições internas da força econômica que resultou nesse “triumfo civilizado”, e com isso a abrir o campo para uma ação de tipo bastante diferente. Diferente porque uma *ação econômica* só poderia atenuar as contradições de uma força dinâmica – aquela detrás da vitória civilizada da propriedade móvel – que tinha, ela mesma, um caráter *econômico*.

Essa reflexão é relevante para nos situarmos em relação ao poder econômico e ao poder político, não no sentido de escolhermos um ou outro, mas no de conhecermos os pressupostos econômicos para delinear os caminhos e os objetivos da política, do reconhecimento de seus limites e da busca pela emancipação humana.

Ora, fazer política é permanente desafio aos homens, assim como refletir o sentido da política ao longo da história. A partir do desenvolvimento do uso das mãos para o provimento das necessidades básicas e da linguagem para se comunicar, o homem se distanciou dos

demais animais, organizando-se em comunidades e criando formas coletivas de enfrentamento do real. O fazer e o falar se traduzem em atos de tecer a sobrevivência, de descobrir um sentido para as coisas, para o mundo ameaçador e aterrorizador imediatamente circundante. Da simples sobrevivência, o homem, ser que modifica a natureza pela ação do trabalho, desenvolve um senso de reflexão daquilo que projeta fazer e faz. Da simples sobrevivência, o homem, ser que pensa e fala, desenvolve um senso de reflexão constituinte de um sistema de linguagem, no sentido não apenas de se comunicar, o que também fazem os outros animais, mas no sentido profundo de compreender o mundo externo, de compreender a si mesmo e de entender a sua relação com o outro.

Engels (1984, p. 11) percebeu com clareza a importância do trabalho para o desenvolvimento das mãos na formação do homem e, posteriormente, da fala. De acordo com ele:

a mão não é apenas um órgão de trabalho, é também produto dele. Foi graças ao trabalho, numa fase de adaptação a novas funções e à transmissão hereditária destes aperfeiçoamentos adquiridos aos músculos e ligamentos, e mais lentamente também aos ossos; devido ao emprego sempre mais amplo, variado e complexo destas habilidades é que a mão do homem pode alcançar tal perfeição a ponto de realizar, como que por magia, os quadros de um Rafael, as estátuas de Thorwaldsen e a música de Paganini. (...) A cada novo progresso que representava um avanço no domínio da natureza, que havia começado com o desenvolvimento da mão, decorrente do trabalho, o homem foi alargando seus horizontes e descobrindo nas coisas outras propriedades até então desconhecidas. Por outro lado, multiplicando-se as circunstâncias e contingências de atividade em comum para mútuo auxílio e as vantagens para cada indivíduo, o desenvolvimento do trabalho contribuiu enormemente para que os homens consolidassem seus laços societários. Numa palavra, os homens, num determinado momento de sua evolução, tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros. Dessa necessidade nasceu o órgão vocal.

A formação do homem ao longo de sua história se faz, portanto, de forma coletiva, como relação entre os únicos seres que constroem conjuntamente os instrumentos e os meios de permanecer no mundo. O homem é essencialmente diferente do animal enquanto ser genérico que se reconhece como gênero humano. Nenhum animal é capaz de se reconhecer assim. E é o trabalho, a forma como os homens trabalham, que, primeiramente, diferencia o homem do animal. Para Marx (2004, p. 85):

O engendrar prático de um *mundo objetivo*, a *elaboração* da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico. É verdade que também o animal

produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto. O animal forma apenas segundo a medida e a carência da species à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer species, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza.

A produção de um mundo objetivo e conscientemente reconhecido é, portanto, o ato de um ser que se relaciona consigo mesmo enquanto ser genérico, o qual é a essência deste ser, ou seja, do próprio homem. Mas, a ação que demanda a presença e o fazer do outro demanda também o ato de falar, que pode se configurar numa ação caracterizada pela reciprocidade, pela ordem, pela imposição ou pelo domínio. O conjunto de ações numa dada comunidade, que por sua vez pode se estender para outras comunidades, forma um todo compreendido por meio de um sistema de conceitos construídos no espaço e no tempo, por meio de uma linguagem acordada, dominada por uns e incompreendida por outros, repleta de significados gerados num mundo materialmente construído conforme as próprias relações de produção e relações sociais que os homens estabeleceram nessas comunidades. O ato de falar se inspira, portanto, no ato de fazer, ou melhor, no mundo feito e no mundo por fazer. Os sonhos dos homens estão no mundo dos próprios homens, por mais que metafísicas sejam construídas no mundo da linguagem para dar sentido ao mundo real dos homens.

Ora, a política está no mundo da fala de ordenamento do mundo, ainda que o mundo do fazer, do trabalho, esteja em desordem. Por isso que a função da política pode ser também a de manter o mundo desordenado ou ordenado conforme a ordem ditada pelos que dominam o processo de fazer o mundo. Daí que enquanto ser genérico pode também o homem não se reconhecer no mundo objetivamente construído por ele. De acordo com Marx (2004, p. 85):

na elaboração do mundo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a *sua* obra e a sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto do trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. Conseqüentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva

objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenständlichkeit*) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza.

Igualmente, quando o trabalho estranhado reduz a auto-atividade, a atividade livre, a um meio, ele faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física.

A consciência que o homem tem do seu gênero se transforma, portanto, mediante o estranhamento, de forma que a vida genérica se torna para ele um meio de sua existência física.

Então, há um mundo objetivo construído pelas relações de produção entre os homens que se relacionam social e politicamente. Mesmo que seja um mundo desordenado, estranho, irreconhecível por aqueles que o produziram. Nesse sentido, reconhecemos uma inversão de valores no processo de produção da sociabilidade no qual o homem perde a sua essência e sua própria vida, pois é transformado num animal de carga que produz valor e riqueza, mas que é desvalorizado e empobrecido. Mas, onde se situa aqui a política? Na materialidade mesma construída pelas múltiplas facetas das relações humanas, tendo como pano de fundo as relações de trabalho. A política faz parte dessa diversidade de relações compondo um todo complexo. Ela está presente nos atos e nas falas dos homens, visando dar um sentido ao mundo. A sustentação do mundo dos homens é concreta, material, implica na ação do homem como ser genérico que tem a capacidade de se reconhecer num mundo construído por suas próprias mãos. Mas, o homem não é apenas músculos e força. É cérebro, vontade, imaginação, luta, interesse, ser presente voltado para o futuro, ser capaz de traçar a destruição e a autodestruição. O homem é o único animal capaz de fazer política, de pensar as relações que podem ou não arquitetar o sentido de seu mundo. No entanto, não podemos perder de vista o caráter histórico e provisório que envolve todos os atributos que são relacionados ao homem e a sua natureza.

Maquiavel é um dos grandes pensadores da política. Sempre se referiu a ela como relação que tem sua gênese na materialidade histórica. Nas suas análises tomava o mundo como ele o é, como ele se nos apresenta. As relações entre os homens, caracterizadas pela violência e pelos interesses mais vis, eram por ele desnudadas na mais pura crueza. Mas, novamente aqui, devemos levar em conta que as considerações de Maquiavel têm como referência o contexto histórico concreto de sua época. Vejamos um pouco melhor como Maquiavel trata a questão da política.

Maquiavel analisa a ação do príncipe, a existência e a manutenção do principado ou da república de acordo com as circunstâncias históricas específicas de cada povo na sua relação política com os governantes tanto interna como externamente. A situação histórica e política é

vista por ele na ótica da relação entre *virtù*, fortuna e *ocasião*. Na verdade, Maquiavel vê o povo como destinatário da liberdade e da sustentação das formas de governo. A sustentação no poder deve estar enraizada no povo. O príncipe deve ser capaz de perceber os anseios do povo, as condições reais de atender aos interesses da maioria, a ação dos inimigos, os perigos iminentes em tempos de paz – daí a necessidade de se manter um exército permanente, constituído de homens que estejam sempre em exercício de conhecimento do próprio território e das condições mais adversas – e a oscilação do humor dos homens.

A manutenção no poder alia a grande *virtù* do príncipe à fortuna, pois sem esta a *virtù* pode se perder no tempo e no espaço, assim como, sem *virtù*, a fortuna pode ser desperdiçada. E a prudência deve sempre guiar os passos do príncipe. Por isso que, para Maquiavel (2001, p. 12), todos os príncipes sábios devem:

precaver-se não somente contra as discórdias atuais, como também contra as futuras, e evitá-las com toda a perícia porque, prevendo-as com ampla antecedência, podem facilmente remediá-las, mas esperando que se avizinhem não haverá tempo para tratá-las, pois a doença já se terá tornado incurável. Acontece, neste caso, o mesmo que dizem os médicos dos tísicos: no princípio o mal é fácil de curar e difícil de diagnosticar, mas, com o passar do tempo, não tendo sido nem reconhecido nem medicado, torna-se mais fácil de diagnosticar e mais difícil de curar. O mesmo acontece nas coisas de estado, já que, quando se conhecem com antecedência (o que só ocorre quando se é prudente) os males que surgem, eles se curam facilmente; mas, quando por não terem sido identificados deixa-se que cresçam a ponto de todos passarem a conhecê-los, não há mais remédio.

Maquiavel está então atento às condições históricas em que vive um povo e como as relações entre os homens, no passado e no presente, devem ser observadas no enfrentamento da realidade e na busca de novos caminhos. Nesse sentido, de acordo com Maquiavel (2001, p. 23):

Os homens trilham quase sempre caminhos abertos por outros e pautam suas ações sobre essas imitações, embora não possam repetir tudo na vida dos imitados nem igualar sua *virtù*. Um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes. Mesmo não alcançando sua *virtù*, deve pelo menos mostrar algum indício dela e fazer como os arqueiros prudentes que, julgando muito distantes os alvos que pretendem alcançar e conhecendo bem o grau de exatidão de seu arco, orientam a mira para bem mais alto que o lugar destinado, não para atingir tal altura com flecha, mas para poder, por meio de mira tão elevada, chegar ao objetivo.

Por outro lado, Maquiavel está também atento à complexidade dos pensamentos, do amor, do ódio, do medo, da adulação e dos jogos de interesses dos homens influenciando as ações políticas. A perspicácia do príncipe, fundada em sua *virtù*, pode dar orientação a essas ações no sentido da libertação de um povo. Pode-se dizer que Maquiavel apresenta várias formas de ações, de relações políticas que, no conjunto, orientam o povo a buscar a liberdade, tanto quanto as respostas que os príncipes devem dar ao povo no sentido de permanecerem no poder. Conforme o próprio Maquiavel (2001, p. 80):

o príncipe deve ser ponderado em seu pensamento e ação, não ter medo de si mesmo e proceder de forma equilibrada, com prudência e humanidade, para que a excessiva confiança não o torne incauto, nem a exagerada desconfiança o faça intolerável.

Surge daí uma questão: é melhor ser amado que temido ou o inverso? A resposta é que seria de desejar ser ambas as coisas, mas, como é difícil combiná-las, é muito mais seguro ser temido do que amado, quando se tem de desistir de uma das duas. Isto porque geralmente se pode afirmar o seguinte acerca dos homens: que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos de ganhar e, enquanto lhes fizeres bem, pertencem inteiramente a ti, te oferecem o sangue, o patrimônio, a vida e os filhos (...) desde que o perigo esteja distante; mas, quando precisas deles, revoltam-se. O príncipe que se apóia inteiramente sobre suas palavras, descuidando-se de outras precauções, se arruína, porque as amizades que se obtêm mediante pagamento, e não com a grandeza e nobreza de ânimo, se compram, mas não se possuem, e, no devido tempo, não podem ser usadas. Os homens têm menos receio de ofender a quem se faz amar do que a outro que se faça temer; pois o amor é mantido por vínculo de reconhecimento, o qual, sendo os homens perversos, é rompido sempre que lhes interessa, enquanto o temor é mantido pelo medo ao castigo, que nunca te abandona.

Maquiavel toma a realidade das relações de vida dos homens sem subterfúgios, na sua dimensão real, e aponta para a possibilidade dos homens vivenciarem a república, ou seja, para a possibilidade do tratamento da coisa pública identificada à liberdade do povo. Ele teve o mérito de nos fazer olhar para a vida nas suas dimensões contraditórias, marcada pelas crueldades advindas de determinadas formas de se exercer o poder, da constituição de relações políticas forjadas no espaço e persistentes no tempo histórico do mundo dos homens. Maquiavel analisa a conjuntura, fazendo uma verdadeira adaptação das categorias ao momento histórico. Para ele, a eficácia das ações políticas, envolvidas nas representações e no imaginário, é um nível de grande importância no mundo da política. Nas suas análises, ele não parte de princípios morais, sendo que o príncipe está desobrigado da moral. Vê o homem político como aquele que deve se adequar ao tempo. E o tempo é o que verdadeiramente muda.

Parece-nos que um dos pontos mais problemáticos no pensamento de Maquiavel, que tem o mérito de analisar de forma profunda as contradições do real, é tomar determinadas ações dos homens como próprias de sua natureza – ligadas principalmente aos interesses próprios e ao egoísmo – e romper, em certo sentido, com a discussão em torno da moral quando argumenta em favor da desobrigação moral do príncipe com suas ações políticas. Partamos, novamente de Mészáros (2006, p. 149), para justificar essa nossa crítica:

O tema central da teoria moral de Marx é: como realizar a *liberdade humana*. Isso significa que ele tem de investigar não só os obstáculos criados pelo homem – ou seja, auto-impostos – à liberdade na forma dada de sociedade, mas também a questão geral da natureza e das limitações da liberdade como liberdade *humana*. O problema da liberdade emerge na forma de tarefas práticas no curso do desenvolvimento humano e apenas mais tarde, de fato muito mais tarde, podem os filósofos elevá-lo ao nível da abstração.

Assim, a verdadeira questão é a liberdade *humana*, não um princípio abstrato chamado “liberdade”. E como o caráter específico de tudo é ao mesmo tempo a “*essência*” (poder, potencial, função) daquela determinada coisa bem como o seu *limite*, chegaremos então ao fato de que a liberdade humana não é a *transcendência* das limitações (caráter específico) da natureza humana, mas uma *coincidência* com elas. Em outras palavras, a liberdade humana não é a *negação* daquilo que é especificamente *natural* no ser humano – uma negação em favor do que parece ser um *ideal transcendental* – mas, pelo contrário, sua *afirmação*.

Os ideais transcendentais – no sentido em que transcendental significa a superação das limitações inerentemente humanas – não têm lugar no sistema de Marx.

Se a liberdade é a liberdade *humana* e se a natureza humana é um tornar-se pela atividade do homem que cria seu mundo e seus obstáculos, a liberdade coincide, de fato, com as limitações da natureza humana. Daí a crítica que Marx faz aos ideais transcendentais que pregam a superação das limitações humanas para construção de novas realidades. Esse tipo de abordagem é esclarecido por Mészáros (2006, p. 150) da seguinte forma:

Criticando esse tipo de abordagem, Marx não se opõe apenas ao transcendentalismo. Ele também rejeita o quadro sobre o qual o ideal transcendental é superposto, isto é, a concepção do homem que é egoísta *por natureza*. Na visão de Marx, esse tipo de superposição é possível somente porque vivemos numa sociedade alienada na qual o homem é *de fato* egoísta. Identificar o homem egoísta (alienado) de uma dada situação histórica com o homem em geral, e assim concluir que o homem é por natureza egoísta, é cometer a “falácia ideológica” de igualar a-historicamente a *parte* (aquilo que corresponde a um interesse *parcial*) com o *todo*. O resultado é, inevitavelmente, um homem fictício, que se presta facilmente a essa superposição transcendental.

Assim, uma crítica do transcendentalismo moral, na visão de Marx, só tem sentido se combinada com a demolição da concepção segundo a qual “o homem é egoísta por natureza”. Se isso não for feito, o transcendentalismo – ou alguma forma de dualismo ético – reaparece necessariamente no sistema do filósofo que é incapaz de compreender o “egoísmo” historicamente, nas contradições de uma situação que produz o “homem-mercadoria” alienado. A crítica do transcendentalismo deve revelar a interdependência da dupla distorção que consiste em inventar *ideais abstratos* para o homem, ao mesmo tempo em que se priva este não só de toda idealidade como de todo caráter humano.

O problema, assim, está na concepção de homem e de natureza humana da qual parte (e impõe) o transcendentalismo, ou seja, a invenção de ideais abstratos para o homem e a concomitante privação do mesmo de seu caráter humano. Se o homem é egoísta num determinado contexto histórico real, isso não significa que o homem é universalmente egoísta. É isso que Marx chama de falácia ideológica, isto é, querer igualar a parte com o todo de uma forma a-histórica. Ao que tudo indica, Maquiavel universaliza determinados pressupostos e contribui para a afirmação ideológica de que o homem é um ser essencialmente egoísta. E, mesmo defendendo a república e a liberdade do povo, Maquiavel cai nas malhas do transcendentalismo porque vê os homens a partir de determinados atributos estáticos (os homens são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos de ganhar...).

Mas, então, a que presta a política, a que se deve a sua existência, quais são os seus objetivos e qual a sua relação com a economia? Foi dito em outra parte que, para Marx, as investigações econômicas não servem como base teórica para uma ação econômica, mas sim para uma ação política e que ele está interessado nos problemas da economia na medida em que os mesmos revelam a complexa hierarquia da estrutura que ele deseja ver positivamente transcendida. Então é isto: a análise econômica é relevante não para que busquemos soluções no interior do sistema econômico dominante, mas para que possamos transcender positivamente as contradições do sistema e para romper materialmente com as forças que dominam os homens e os privam de seu caráter humano. E como entra aqui a política? Conforme Mészáros (2006, p. 119):

a questão de uma transcendência positiva só pode ser colocada em termos *políticos* na medida em que a sociedade considerada como uma superação real da sociedade criticada ainda está para nascer. É uma característica da política (e, naturalmente, da estética, da ética, etc.) *antecipar* (e com isso estimular) a evolução social e econômica futura. A política poderia ser definida como a *mediação* (e, com suas instituições, como um meio dessa mediação) entre o estado *presente* e o estado *futuro* da sociedade. Suas

categorias, conseqüentemente, apresentam um caráter adequado a essa função mediadora, e as referências ao futuro são portanto uma parte integral de suas categorias. (A política conservadora apresenta, tanto quanto a política radical, as características dessa função mediadora. Só que as suas categorias são menos explícitas e a ênfase positiva recai, é evidente, sobre a definição de sua relação com o presente. O tipo conservador de mediação política procura maximizar o elemento de continuidade em suas tentativas de ligar o presente com o futuro, ao passo que a política radical dá ênfase à descontinuidade, evidentemente.)

A ciência econômica, ao contrário, não tem essa função de mediação e, portanto, não pode operar com categorias do futuro. Se o fizer, torna-se necessariamente *política utópica* (ou filosofia social utópica) disfarçada de economia política.

Nessa perspectiva, a política é uma mediação entre o que se passa no presente e o que se quer no futuro. Ela é mediação cujas categorias fazem sempre referência ao futuro. Mas, que categorias são essas relacionadas com o futuro? Que pressupostos fazem parte de suas configurações? As do sistema sociometabólico do capital ou as da sua superação? De acordo com Mészáros (2006, p. 120), ainda se referindo a Marx:

a “superação” não pode ser encarada em termos puramente econômicos, mas com categorias condicionadas *politicamente, moralmente, esteticamente* etc. O tratamento que Marx dá ao assunto não é, de modo algum, uma exceção a esse respeito. Ele só pode usar categorias econômicas quando analisa a forma social existente de atividade produtiva. Quando chega à questão da “transcendência positiva”, da “superação”, etc., ele usa expressões como “a **emancipação** completa de todas as qualidades e sentidos humanos”. Podemos notar não só que esse ponto tem conotações *morais* muito fortes, mas também o fato de que a palavra-chave – *emancipação* –, sublinhada pelo próprio Marx, é um termo especificamente político.

O reconhecimento da necessária emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos é o reconhecimento da circularidade auto-destruidora do sistema sociometabólico do capital, o qual se alimenta e se sustenta da divisão e do estranhamento do trabalho, bem como da alienação social. Mas, vamos prosseguir na nossa análise crítica sobre a política, a economia e a sociedade a partir de outros pensadores importantes.

Hegel é um teórico que elabora um complexo sistema filosófico-político. Alerta-nos para a formação histórica da totalidade. Mergulha os nossos pensamentos e nossas análises na objetividade da história, mesmo tendo dado tanta ênfase à subjetividade, à ideia, ao espírito. Reconhece as limitações do dever-ser em relação ao ser. Hegel conseguiu enxergar uma ontologia fundada numa materialidade histórica, distanciando-se enormemente do pensamento filosófico metafísico “transcendental” até então predominante. Mas, ainda que atento à

história, contraditoriamente, permaneceu numa história dada pelo movimento de auto-reprodução do espírito. Não obstante, é também o pensador atento ao presente, à organização social dos homens, à formação do Estado e seu papel. Conforme Lukács (1979, p. 17):

a filosofia hegeliana busca sua realização conceptual na compreensão adequada do próprio presente histórico. Disso deriva não apenas o desaparecimento do ambíguo dever-ser atribuído à naturalidade, mas inclusive uma atitude bastante crítica em face de qualquer dever-ser. Hegel nega toda espécie de prioridade do dever-ser em relação ao ser. Isso empresta às suas considerações – e não apenas sobre a sociedade e a história – uma notável objetividade, que se situa acima das intenções e dos desejos. Já nisso está presente a nova ontologia, cuja adequada compreensão é a meta última de todo o seu pensamento: ou seja, a posição central e máxima da realidade no sistema categorial global, a supremacia ontológica do ser-precisamente-assim da realidade com relação a todas as demais categorias, subjetivas e objetivas. A grandeza de Hegel como pensador liga-se, não em último lugar, ao fato de ter por vezes advertido com extrema clareza esse problema ontológico e de ter tentado captá-lo conceptualmente em todas as suas conseqüências. Mas o fato de que ele tenha encontrado apenas soluções contraditórias e, com freqüência, fortemente incoerentes, que levam a conseqüências insolúveis, também esse fato é ligado à orientação de sua filosofia da história no sentido do presente, em estreita oposição ao passado e ao futuro.

A prioridade do ser em relação ao dever-ser é o voltar-se da perspicácia do pensamento para o presente eminentemente objetivo e histórico. E Hegel vê as forças constituintes da totalidade histórica, como a família, a sociedade civil, o Estado, a moral, os costumes, as instituições nos seus momentos e evoluções. Vejamos como Hegel (1997, p. 204) descreve as relações fundamentais da evolução do Estado:

Por meio da divisão da sociedade civil, a moralidade objetiva imediata evolui, portanto, até ao Estado que se manifesta como o seu verdadeiro fundamento. Esta evolução é a prova científica do conceito de Estado, e não há outra. Se o desenvolvimento do conceito científico chega ao Estado como a um resultado, quando ele a si mesmo se dá como o verdadeiro fundamento, é porque tal mediação e tal ilusão se anulam a si mesmas na imediaticidade. É por isso que, na realidade, o Estado é, em geral, o primeiro. No intrínseco dele, a família desenvolve-se em sociedade civil, e o que há nestes dois momentos é a própria ideia do Estado. No desenvolvimento da sociedade civil, a substância moral alcança a sua forma infinita, que em si contém os dois momentos seguintes:

1º) A diferenciação infinita até à interior existência para si da própria consciência;

2º) A forma da universalidade que se encontra na cultura, no modo do pensamento pelo qual o espírito se torna objetivo e real, como totalidade orgânica, em leis e instituições que são a sua vontade pensada.

O Estado sintetiza diferentes ações humanas racionalizadas. O Estado é racional por excelência. Estruturado na história, em meio a muitas caminhadas e lutas, ele passa a ser *primeiro*, apontando para a família e a sociedade civil as trilhas que conduzem ao agir racional mais condizente com o ser do homem. É a emergência do hábito gerada na racionalidade do Estado. É a gênese da política no Estado institucionalizado, fragmentado numa operacionalidade que visa o sentido e a eficácia. Nesse sentido, para Hegel (1997, p. 215):

O sentimento político, o patriotismo em geral, como uma certeza que se fundamenta na verdade (uma certeza apenas subjetiva não se baseia na verdade, não passa de uma opinião) e vontade transformada em hábito, só pode resultar das instituições que existem no Estado, porque nelas a razão é verdadeiramente dada e real, pois no comportamento conforme a estas instituições é que a razão adquire a sua eficácia. Este sentimento é sobretudo o da confiança – que pode vir a ser uma compreensão mais ou menos cultivada – e da certeza de que o meu interesse particular e o seu interesse substancial são conservados e resguardados dentro do interesse e dos fins de um outro (no caso, o Estado), portanto, dentro da sua relação comigo enquanto indivíduo. Daí provém, precisamente, que o Estado não seja para mim algo alheio e que, neste estado de consciência, eu seja livre.

Podemos observar a relação essencial que Hegel nos indica entre a liberdade e a ação política, ou seja, o papel que o Estado tem em resguardar as diferenças de interesses e o sentimento de ser livre que o sujeito experimenta quando se coloca na racionalidade acolhedora do Estado. O Estado se traduz, assim, como espírito de um povo, pois é nele e por meio dele que o povo encontra o sentido de seu agir e a garantia de sua liberdade. O povo, por sua vez, é a subjetividade do Estado, daí as diferenças entre os povos, suas leis, suas formas de fazer política. Para Hegel (1997, p. 231):

Como o espírito só é real no que tem consciência de ser; como o Estado, enquanto espírito de um povo, é uma lei que penetra toda a vida desse povo, os costumes e a consciência dos indivíduos, a Constituição de cada povo depende da natureza e cultura da consciência desse povo. É nesse povo que reside a liberdade subjetiva do Estado e, portanto, a realidade da Constituição.

Querer dar a um povo uma constituição *a priori*, até quando ela seja em seu conteúdo mais ou menos racional, é uma fantasia que não tem em conta o elemento que faz dela mais do que um ser de razão. Cada povo tem, por conseguinte, a constituição que lhe convém e lhe é adequada.

O Estado sintetiza a vontade dos diferentes sujeitos, constitui-se objetivamente como totalidade plena. Em Hegel, a certeza de si passa a existir na personalidade do Estado. A

unidade predomina, resolvendo as diferenças, as perplexidades e estimula a ação e o movimento do real. Temos, então, mais uma referência de Hegel (1997, p. 234) ao Estado:

É a instância suprema que elimina na sua unidade a perplexidade sem fim entre as causas e os objetos, que conclui pelo *eu quero*, iniciando toda a ação e toda a realidade.

A personalidade e a subjetividade em geral – que, como infinitas, se referem a si mesmas – só possuem verdade, ou, pelo menos, verdade imediata, como pessoas, como sujeitos que existem para si. Ora, o que existe para si é necessariamente *um*. A personalidade exprime o conceito como tal; a pessoa contém, ao mesmo tempo, a realidade dele. Ora, o conceito só é ideia e verdade com o caráter de realidade. A chamada pessoa moral – sociedade, comuna, família –, por mais concreta que seja, só tem personalidade como momento, de uma maneira abstrata. Não atinge, portanto, a verdade da sua existência. O Estado, ao contrário, é precisamente a totalidade em que os momentos do conceito, por meio da verdade que lhes é própria, atingem a realidade.

Como afirmamos mais acima, Hegel teve o grande mérito de apontar e demonstrar no campo do pensamento filosófico a importância da história para a contextualização do processo de conceituação do mundo. A busca da verdade que desemboca na ciência é o ato que põe o conceito. Por isso que a política é essencialmente racionalidade, pois, no longo processo histórico forjado pelas diferentes ações sintetizadas no Estado, ela, por meio das próprias instituições do Estado, toma os homens e os conduz à integração do mundo, à realização do espírito.

De fato, Hegel enxergou e abriu nossos olhos para o movimento da história e para a constituição de um ser social. Esse ser social tem um caráter espiritual, foi constituído na história dos homens, está acima dos homens e é o que determina o agir dos homens. Esse ser social é o Espírito, o Si, a substância que se sustenta por si mesma. O agir dos homens no mundo é então um agir originário do mundo mesmo, do Espírito do mundo, não-transcendental, diferente do religioso. Assim afirma Hegel (1993, p. 213):

o que na religião era *conteúdo* ou forma do representar de um *outro*, isso mesmo é aqui *agir* próprio do *Si*: o conceito obriga [ob-ligare, lat.] a que o *conteúdo* seja o *agir* próprio do *Si*; pois esse conceito é, como vemos, o saber do agir do *Si* dentro de si como saber de toda a essencialidade e de todo o ser-aí: o saber sobre *este sujeito* como [sendo] a *substância*, e da substância como [sendo] este saber de seu agir. O que aqui acrescentamos é, de uma parte, somente a *reunião* dos momentos singulares, cada um dos quais apresenta em seu princípio a vida do espírito todo; e de outra parte, o “manter-se firme” do conceito na forma do conceito, cujo conteúdo já havia resultado naqueles momentos, e na forma de uma *figura da consciência*.

Ora, o que a história nos proporciona é, enquanto homens no mundo e para o mundo, a tomada de consciência de que o mundo assim construído é um mundo essencialmente humano. E a história é história real e ciência humana. A questão é que, para Hegel, a história é uma construção do espírito, que age sobre o sujeito, que, por sua vez, age conforme o espírito. E, se por outro lado, a ciência busca a verdade, como Hegel (1993, p. 213) vê a verdade e a ciência?

Essa última figura do espírito – o espírito que ao mesmo tempo dá ao seu conteúdo perfeito e verdadeiro a forma do Si, e por isso tanto realiza seu conceito quanto permanece em seu conceito nessa realização – é o saber absoluto. O saber absoluto é o espírito que se sabe em figura-de-espírito, ou seja: é o *saber conceituante*. A verdade não é só *em si* perfeitamente igual à *certeza*, mas tem também a *figura* da certeza de si mesma: ou seja, é no seu ser-aí, quer dizer, para o espírito que sabe, na *forma* do saber de si mesmo. A verdade é o *conteúdo* que na religião é ainda desigual à sua certeza. Ora, essa igualdade consiste em que o conteúdo recebeu a figura do Si. Por isso, o que a essência mesma, a saber, o *conceito*, se converteu no elemento do ser-aí, ou na *forma da objetividade* para a consciência. O espírito, *manifestando-se* à consciência nesse elemento, ou, o que é o mesmo, produzido por ela nesse elemento, é a *ciência*.

A questão da política em Hegel está, portanto, circunscrita na totalidade que reúne os momentos singulares, na forma do saber de si mesmo que se concentra no Estado. A política, tendo uma forma objetiva, se caracteriza pela manifestação do espírito à consciência, a política se consolida como ciência.

Outro pensador também atento à questão da política é Weber. Ao partir da evolução e da complexidade cada vez maior da sociedade capitalista, ele toma o Estado como referência fundamental para o entendimento da política. A legitimidade das ações dos sujeitos no âmbito do ser social está nas mãos do Estado. O poder e a dominação são centrais nas análises de Weber. É nesse sentido que ele desenvolve as categorias da tradição, do carisma e da burocracia nos processos de dominação. São os denominados tipos puros de dominação legítima, que, na verdade, podem estar presentes numa mesma ou em várias instituições em diferentes combinações. Em Weber (1979, p. 97), a política está essencialmente relacionada ao poder e à força:

Se não existissem instituições sociais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de “Estado” seria eliminado, e surgiria uma situação que poderíamos designar como “anarquia”, no sentido específico da palavra. É claro que a força não é, certamente, o meio normal, nem o único, do Estado – ninguém o afirma – mas um meio específico ao Estado. (...) o Estado é

uma comunidade humana que pretende, com êxito, o *monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território. Note-se que “território” é uma das características do Estado. Especificamente, no momento presente, o direito de usar a força física é atribuído a outras instituições ou pessoas apenas na medida em que o Estado o permite. O Estado é considerado como a única fonte do “direito” de usar a violência. Daí “política”, para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado.

É, então, a partir da existência da violência nas instituições sociais que se faz necessária a presença do Estado. Este está posto, está aí na sua materialidade em função das forças e da violência enraizadas na sociedade. O Estado deve criar mecanismos racionais para exercer o seu domínio, que deve, portanto, ser calculado, planejado, administrado com eficiência, profissionalizado por meio de contínuos treinamentos. A obediência é também um fator imprescindível à eficácia da dominação. No Estado, a administração deve estar nas mãos de peritos profissionais e não propriamente dos políticos movidos pela paixão. De acordo com Weber (1979, p. 138):

O domínio organizado, que demanda a administração contínua, exige que a conduta humana seja condicionada à obediência para com os senhores que pretendem ser os portadores do poder legítimo. Por outro lado, em virtude da obediência, o domínio organizado exige o controle dos bens materiais que em determinado caso são necessários para o uso da violência física. Assim, o domínio organizado exige o controle do quadro de pessoal executivo e os implementos materiais da administração.

Weber analisa cuidadosamente o domínio organizado, que, de fato, depende de um corpo de funcionários bem treinados e de meios materiais para completar a racionalidade da ação estatal. Existe, portanto, um liame entre o político, o funcionário e o exercício do poder. A moderação e o alcance dos objetivos políticos na sociabilidade estão no campo da ética. Para Weber (1979, p. 139):

a carreira do político proporciona uma sensação de poder. Saber que influencia homens, que participa no poder sobre eles, e, acima de tudo, o sentimento de que tem na mão uma fibra nervosa de acontecimentos historicamente importantes, pode elevar o político profissional acima da rotina cotidiana, mesmo quando ele ocupa posições formalmente modestas. Mas a questão do momento para ele é: através de que qualidades posso esperar fazer justiça a essa força (por mais limitada que seja, no caso individual)? Como pode ele esperar fazer justiça à responsabilidade que o poder lhe impõe? Com isso ingressamos no setor das indagações éticas, pois aí se situa o problema: que tipo de homem se deve ser para que se possa colocar a mão no leme da história?

Podemos dizer que três qualidades destacadas são decisivas para o político: paixão, senso de responsabilidade e senso de proporções.

A responsabilidade e a objetividade são colocadas, por Weber, no centro da ação política. Nesse sentido, o futuro pode ser previamente traçado, planejado de acordo com uma lógica que deverá se materializar se os passos das ações forem racionalmente seguidos. Assim é que uma organização burocrática, racional mesma, caracterizada pela impessoalidade, pode dar ordem, eficiência ao movimento político e criar obstáculos à corrupção. Segundo Weber (1979, p. 140):

Em última análise, há apenas dois tipos de pecado mortal no campo da política: a falta de objetividade e – com frequência idêntica a ele, mas nem sempre – a irresponsabilidade. A falta de objetividade tenta-o a lutar pela aparência atraente do poder, e não pelo poder real. Sua irresponsabilidade, porém, sugere que ele gosta do poder sem uma finalidade substantiva. Embora – ou antes, justamente porque – o poder é o meio inevitável, e a luta pelo poder é uma das forças motrizes de toda a política, não há deformação mais prejudicial da força política do que a ostentação de poder tão a gosto dos *parvenus*, e a inútil complacência no sentimento do poder, e em geral qualquer culto do poder em si.

Essa passagem deixa ainda mais clara a preocupação que Weber tem em relação à política e ao poder. Embora se ocupe com a análise da relação entre a política, a economia e a sociedade, ele toma como dadas as relações capitalistas de produção praticamente como relações naturais, próprias dos homens em qualquer período histórico. É nesse sentido que para Mészáros (2002, p. 409):

O objetivo de Weber é a descrição tendenciosa das relações capitalistas como horizonte insuperável da própria vida social. É esta a razão pela qual a sua concepção, que eterniza as “alternativas” históricas, está articulada ao capitalismo, de um modo ou de outro, desde as alegadas “antigas formas capitalistas de aquisição” (em outras palavras, para ele aquisição se iguala a capitalismo, tanto ao antigo como ao moderno) até a “especificidade racional” do “capitalismo moderno”.

Como se depreende da citação acima, a organização da vida social na perspectiva weberiana toma as relações capitalistas como ponto de partida natural e como propósito insuperável. Trata-se novamente do método de absolutizar e eternizar pressupostos para que o sistema de dominação seja mantido e para que sejam dificultados os questionamentos sobre os mesmos. Continua Mészáros (2002, p. 410):

Por um lado, o conceito weberiano de “capitalismo” é historicamente estendido de modo a abarcar, no sentido mais genérico, milhares de anos de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Ao mesmo tempo, e por outro lado, a especificidade materialmente fundada do capitalismo, como *sistema socioeconômico antagônico* historicamente circunscrito, com suas *classes em luta*, e com a incurável *irracionalidade* da sua estrutura geradora-decrise, é transformada em uma entidade fictícia: uma ordem social caracterizada pela “estrita organização racional do trabalho”, articulada com uma “tecnologia racional”, assim como com um correspondente “sistema racional de leis” e uma conveniente “administração racional”. É claro que tudo isso se funde sem maiores problemas em um sistema global estritamente racional e calculável de *controle burocrático intercambiável*, tanto nos variados “interesses empresariais” enquanto tais como no Estado burocrático que politicamente os abarca, sob o comando do “empreendedor”, por um lado, e do “chefe político”, por outro. Na visão de Weber, qualquer tentativa de questionar e desafiar esse sistema burocrático da “racionalidade” capitalista deve ser considerada “mais e mais utópica”, já que “o dominado não pode abrir mão ou substituir o aparato burocrático de autoridade uma vez que ele exista”.

Assim, a eternização das relações capitalistas dominantes, como horizonte inalterável da vida social, é realizada como sucesso, por Weber, graças a uma série de suposições definidoras e asserções categóricas.

Ao proceder assim, não se interessa em discutir perspectivas críticas, alternativas ao sistema político que se alia ao movimento do capital na busca da eficiência seja por parte do Estado seja por parte das empresas privadas capitalistas. Muito menos é colocada em causa a forma da relação capital e trabalho que dinamiza o sistema político-econômico capitalista. Weber, com sua análise, faz ciência nos caminhos do positivismo²⁴, colocando-se numa posição constante de neutralidade política.

Diferentemente, Marx retoma o caráter de historicidade que caracteriza as relações políticas, sociais e econômicas entre os homens. Considera, antes de tudo, a materialidade dessas relações, ou seja, analisa-as como forças que se originam do domínio primário dos meios de produção, do subjugar o trabalho alheio, da explicação, não mágica, mas racional, da acumulação de capital enquanto exploração do trabalho humano.

Nesse sentido, as ações políticas, no Estado e por meio do Estado, podem ser essencialmente irresponsáveis a partir do momento em que a essência das mesmas é a manutenção da realidade de uma sociedade dividida em classes. Nesta, a política está relacionada a jogo de forças, de interesses econômicos e de manutenção de privilégios, principalmente quando as classes mais poderosas economicamente fazem uso do aparelhamento do Estado para sua própria sustentação e manutenção.

²⁴ Cf. LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5ª ed. rev. – São Paulo: Cortez, 1994, p. 34-41.

Marx faz uma análise minuciosa da *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*, afirmando e reafirmando que Hegel inverte a verdadeira relação, ao tomar o sujeito como predicado e o predicado como sujeito, entre a sociedade civil e o Estado, ou seja, o Estado é o grande sujeito, o agir racional da Ideia (Espírito), que direciona a formação da sociedade civil e da família. Ao analisar ponto a ponto – direito público, constituição, poder soberano, poder governamental e poder legislativo, serviço público, burocracia, etc. – desta obra de Hegel, Marx desmistifica o misticismo, o idealismo que sustenta a teoria hegeliana da política e do Estado, estabelecendo um olhar sobre o mundo real dos homens, isto é, a sociedade civil é que é determinante do Estado, cuja ação se faz em consonância com as forças econômicas e sociais que estão em jogo no espaço e no tempo. Sobre a relação estabelecida por Hegel entre Estado, sociedade civil e família, Marx (2005, p. 30) faz a seguinte análise:

Racionalmente, as sentenças de Hegel significam apenas que:

A família e a sociedade civil são partes do Estado. Nelas, a matéria do Estado é dividida “pelas circunstâncias, pelo arbítrio e pela escolha própria da determinação”. Os cidadãos do Estado (*Staatsbürger*) são membros da família e membros da sociedade civil.

“A Ideia real, o Espírito, que se *divide ele mesmo* nas duas esferas ideais de seu conceito, a família e a sociedade civil, como em *sua finitude*” (portanto: a divisão do Estado em família e sociedade civil é *ideal*, isto é, necessária, pertence à essência do Estado; família e sociedade civil são partes reais do Estado, existências espirituais reais da vontade; elas são modos de existência do Estado; família e sociedade civil se fazem, *a si mesmas*, Estado. Elas são a força motriz. Segundo Hegel, ao contrário, elas são *produzidas* pela Ideia real. Não é seu próprio curso de vida que as une ao Estado, mas é o curso de vida da Ideia que as discerniu de si; e, com efeito, elas são a finitude dessa Idéia; elas devem a sua existência a um outro espírito que não é o delas próprio; elas são determinações postas por um terceiro, não autodeterminações; por isso, são também determinadas como “finitude”, como a *finitude* própria da “Ideia real”. A finalidade de sua existência não é essa existência mesma, mas a Ideia segrega de si esses pressupostos “para ser, a partir da idealidade delas, espírito real e infinito para si”, quer dizer, o Estado político não pode ser sem a base natural da família e a base artificial da sociedade civil; elas são, para ele, *conditio sine qua non*. Mas a condição torna-se o condicionado, o determinante torna-se o determinado, o produtor é posto como o produto de seu produto. A Ideia real só se degrada, rebaixa-se à “finitude” da família e da sociedade civil, para, por meio da suprassunção destas, produzir e gozar sua infinitude); ela divide, *por conseguinte* (para alcançar sua finalidade), nessas esferas, a matéria dessa sua realidade finita (dessa qual? Essas esferas são, de fato, a “sua realidade finita”, sua “matéria”?), os “indivíduos como a multidão” (“os indivíduos, a multidão” são aqui matéria do Estado, “deles provém o Estado”, essa sua procedência se expressa como um ato da Ideia, como uma “distribuição” que a Ideia leva a cabo com sua própria matéria. O *fato* é que o Estado se produz a partir da multidão, tal como ela existe na forma dos membros da família e dos membros da sociedade civil. A especulação enuncia esse *fato* como um ato da Ideia, não como a idéia da multidão, senão como o ato de uma ideia

subjetiva e do próprio *fato* diferenciada), “de maneira que essa divisão, no singular (antes, o discurso era apenas o da divisão dos singulares nas esferas da família e da sociedade civil), pelas circunstâncias, pelo arbítrio etc. aparece mediada”. A realidade empírica é, portanto, tomada tal como é; ela é, também, enunciada como racional; porém, ela não é racional devido à sua própria razão, mas sim porque o fato empírico, em sua existência empírica, possui um outro significado diferente dele mesmo. O fato, saído da existência empírica, não é apreendido como tal, mas como resultado místico. O real torna-se fenômeno; porém, a Ideia não tem outro conteúdo a não ser esse fenômeno. Também não possui a Ideia outra finalidade a não ser a finalidade lógica: “ser espírito real para si infinito”.

A realização da infinitude da Ideia, do Espírito, na finitude da sociedade civil e da família, uma forma de se degradar, mas também de gozar sua infinitude pela supressão de ambos, sai do caminho do complexo e doloroso processo histórico de constituição do mundo dos homens, dos confrontos reais entre os homens que estão na base da formação das organizações econômicas e políticas para, conforme Marx, permanecer no âmbito da idealidade e do misticismo. Daí o caráter materialista do pensamento de Marx. Por isso que, para Marx, “Hegel não considera o universal como a essência efetiva do realmente finito, isto é, do existente, do determinado, ou, ainda, não considera o ente real como o *verdadeiro sujeito* do infinito” (MARX, 2005, p. 44).

Para Hegel, a relação entre o particular e o universal, ao passar pelo Estado, é filtrada e direcionada para o bem universal. O servidor público deve sacrificar sua própria satisfação e subjetividade para satisfazer-se na prestação de acordo com o dever. Nesse sentido, a burocracia é o formalismo de Estado, a consciência do Estado, a potência do Estado, a corporação que coincide com o interesse universal. Mas, segundo Marx, aqui também se percebe a mistificação e o misticismo da teoria hegeliana. Vejamos como Marx (2005, p. 65), bem antes de Weber e tomando os escritos de Hegel, faz sua análise e crítica à burocracia:

A “burocracia” é o “*formalismo de Estado*” da sociedade civil. Ela é a “consciência do Estado”, a “vontade do Estado”, a “potência do Estado” como *uma corporação* (em contraposição ao particular, o “interesse universal” pode se manter apenas como um “particular”, tanto quanto o particular, contraposto ao universal, mantém-se como um “universal”. A burocracia deve, portanto, proteger a universalidade *imaginária* do interesse particular, o espírito corporativo, a fim de proteger a particularidade *imaginária* do interesse universal, seu próprio espírito. O Estado deve ser corporação tanto quanto a corporação quer ser Estado), como uma sociedade *particular, fechada*, no Estado. Mas a burocracia quer a corporação como uma potência *imaginária*. De fato, também cada corporação tem, como seu interesse *particular*, esta vontade contra a burocracia, mas ela *quer* a burocracia contra a outra corporação, contra o outro interesse particular. Portanto, a burocracia traz consigo, como *corporação acabada*, a vitória

sobre a *corporação*, como burocracia inacabada. Ela rebaixa a corporação a uma aparência e quer rebaixá-la a esta condição, ao mesmo tempo em que pretende que esta aparência exista e creia em sua própria existência. A corporação é a tentativa da sociedade civil de se tornar Estado; mas a burocracia é o Estado que se fez realmente sociedade civil. (...)

Visto que a burocracia é, segundo a sua *essência*, o “Estado como formalismo”, então ela o é, também, segundo a sua *finalidade*. A finalidade real do Estado aparece à burocracia, portanto, como uma finalidade *contra* o Estado. O espírito da burocracia é o “espírito formal do Estado”. Por isso ela transforma o “espírito formal do Estado”, ou a *real* falta de espírito do Estado, em imperativo categórico. A burocracia se considera o fim último do Estado. Como a burocracia faz de seus fins “formais” o seu conteúdo, ela entra em conflito, por toda parte, com seus fins “reais”. Ela é forçada, por conseguinte, a fazer passar o formal pelo conteúdo e o conteúdo pelo formal. Os fins do Estado se transmutam em fins da repartição e os fins da repartição se transformam em fins do Estado. A burocracia é um círculo do qual ninguém pode escapar. Sua hierarquia é uma *hierarquia do saber*. A cúpula confia aos círculos inferiores o conhecimento do particular, os círculos inferiores confiam à cúpula o conhecimento do universal e, assim, eles se enganam reciprocamente.

Podemos perceber, a partir da afirmação acima, que Marx procura identificar os reais interesses que movimentam tanto o Estado quanto a burocracia, isto é, o que o Estado almeja coincide com os fins da repartição e o que a repartição almeja coincide com os fins do Estado. Entre a Ideia universal, que sabe o quer o particular, e os interesses particulares, há uma hierarquia do saber que se relaciona, com base na confiança, com as camadas inferiores do sistema burocrático que perpassa o Estado, num círculo vicioso de enganação recíproca. Marx já enxergava os interesses reais que existem por trás da burocracia, o que realmente está oculto no seu segredo e no seu mistério. Tanto que na sua crítica ao pensamento hegeliano, Marx (2005, p. 66) nos diz o seguinte:

O espírito universal da burocracia é o *segredo*, o mistério; guardado em seu interior por meio da hierarquia e, em relação ao exterior, como corporação fechada. Por isso o espírito público do Estado, assim como a disposição política aparecem para a burocracia como uma *traição* de seu mistério. A autoridade é, portanto, o princípio de seu saber e o culto à autoridade é sua *disposição*. No seu interior, porém, o *espiritualismo* se torna um *materialismo crasso*, o materialismo da obediência passiva, da fé na autoridade, do *mecanismo* de uma atividade formal, fixa, de princípios, idéias e tradições fixos. Quanto ao burocrata tomado individualmente, o fim do Estado se torna seu fim privado, uma *corrida por postos mais altos*, um *carreirismo*.

Como podemos perceber, é o real, a vida material mesma, o fio que, o tempo todo, conduz a análise de Marx sobre o mundo, as organizações políticas e sócio-econômicas,

diferentemente de Hegel, para quem o espírito, a idéia, o mistério é que conduz a vida dos homens. A hierarquia do saber, econômica, política, jurídica e ideologicamente constituída, carrega consigo os segredos da construção do mundo, mas do mundo da dominação, da exploração e da exclusão.

Daí que a importância que Marx dá às relações de produção – materiais, concretas, efetivas – se deve à sua profunda análise do mundo real dos homens, da historicidade que caracteriza este mundo, da produção material das relações sociais, da identificação dos verdadeiros sujeitos determinantes da idealidade, do espírito, da infinitude. Ora, se as relações de produção são analisadas a partir de seu poder de determinação do modo de ser dos homens no mundo, então a economia, enquanto análise racional dessas relações, desponta como um instrumental necessário e fundamental para o processo de desmistificação da exploração e sujeição dos sujeitos construtores do mundo efetivamente real. E Marx, mesmo sendo um materialista que defendia o imperativo da derrubada do poder material pelo poder material, compreendeu plenamente o poder da teoria ao afirmar que “a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical” (MARX, 2005, p. 151).

A reflexão sobre o mundo dos homens ao longo da história está na base do desenvolvimento da economia e da política enquanto ciência, reflexão que se materializa como teoria e teoria que se materializa como construção do mundo. O fundamento da teoria é, na perspectiva marxiana, material, real, efetivo. A reflexão teórica empreendida pela economia e pela política é essencialmente humana, está no espaço e no tempo construídos pelos próprios homens. Analisar o sentido da economia e da política implica, portanto, em analisar histórica e realmente o contexto em que se travam as relações de produção e as relações sociais entre os homens, bem como as possibilidades de superação da dominação e da emancipação humana. Por sua vez, tanto a economia, reflexão sobre as relações de produção, como a política, reflexão sobre as relações de poder e de jogos de interesses, estão irremediavelmente interligadas, pois a condução das relações de produção no curso da história humana se amarrou à formação de instituições políticas inter-relacionadas a instituições privadas para consolidação da predominância do modo de produção capitalista.

Ao constatarmos que os pressupostos das teorias econômicas contemporâneas giram em torno de construções que propugnam pelo controle racional do capital, queremos afirmar que este é exatamente o paradoxo dessas teorias, pois o sistema do capital é um modo de controle sociometabólico cuja essência é a sua incontornabilidade. Nele, a política não é

mediação para a “emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos” e a sociedade tem que ser necessariamente alienada, uma vez que as relações de produção devem estar fundadas no trabalho estranhado.

As considerações que aqui fizemos sobre as teorias econômicas contemporâneas, as relações que estabelecemos entre a economia e a política, o reconhecimento do limites da política, e de sua função estratégica, a afirmação da necessidade premente de superação do sistema do capital, possibilidade apenas possível a partir da superação das relações de trabalho estranhadas e alienadas, todas essas questões provocam a sociologia econômica e suas reflexões sobre a construção social do mercado.

Defendemos nesta tese a relevância da sociologia econômica para um processo de compreensão mais profundo da realidade social e a complexidade dos mecanismos, das redes e dos laços que a compõem. Procuramos analisar os dilemas do sistema do capital na perspectiva da sociologia econômica, dos desafios que ela nos coloca, a partir de pensadores clássicos e contemporâneos, sobre a força das motivações não-econômicas presente no funcionamento dinâmico da economia, assim como buscamos entender a sociologia econômica de Bourdieu, os processos de dominação por ele descritos e relacioná-los com os dilemas do sistema do capital.

Este último capítulo, por sua vez, trabalhou com a perspectiva de que se faz necessária uma análise profunda do caráter sistemático de dominação do capital, o qual perpassa todo o tecido social e que, de forma totalitária, exerce um domínio estupendo sobre nossas vidas e nosso cotidiano. Por isso, analisamos os pressupostos das teorias econômicas contemporâneas, mas, antes disso, observamos o poder destrutivo do capital na realidade material, ou seja, nas reconfigurações da construção social do mercado. Assim, a própria sociologia econômica foi objeto de análise crítica por meio das construções teóricas de Marx, Engels, Lukács e Mészáros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta é a nossa tese. Percorremos um caminho em que, para enfrentar algumas questões, alguns obstáculos, enveredamos por trilhas fora da estrada principal, demos algumas voltas, mas justamente para analisarmos melhor onde queríamos chegar, como dar passos mais consistentes para alcançarmos nosso objetivo no final da caminhada.

A introdução desta tese é o primeiro grande sinal de um caminho aparentemente estranho no desafio de relacionar a sociologia econômica com os dilemas do sistema do capital. Mencionamos a crise financeira e econômica do capitalismo atual como ponto de partida de nossas reflexões. No entanto, numa observação das discussões que fizemos sobre as teorias econômicas, as posições críticas da sociologia econômica e a insistência do marxismo em nos mostrar os dilemas insolúveis intrínsecos ao sistema do capital, constatamos que a crise é uma constante no percurso histórico do capitalismo. Se a palavra crise²⁵ – que vem do sânscrito e do grego e tem os seguintes sentidos: acrisolar, purificar, oportunidade, decisão e ruptura – é posta pela teoria econômica dominante como oportunidade, como no caso específico da crise financeira atual, de aprendizado e reformulação do sistema financeiro mundial, a partir da criação de uma estrutura mais eficiente de conexão entre os mercados financeiros mundiais, os dilemas do sistema do capital nos mostram que as crises do sistema do capital são permanentes e catastróficas, são usadas de forma perversa pelas elites dominantes para impor seus projetos econômicos e políticos de dominação e manutenção da exploração da maior parte dos seres humanos e da natureza, são, portanto, oportunidades apenas para algumas minorias e calamidade e desastre para a grande maioria.

Na introdução, discutimos também o peso das teorias na sua relação dialética com a realidade. É neste campo que aflora o papel da consciência no processo histórico de construção do mundo humano. As formas de consciência estão inter-relacionadas com as estruturas sociais, como demonstra Mészáros. Ora, Mészáros tem muitas razões que fundamentam a necessidade de construirmos uma teoria da transição nos caminhos da superação da ordem sociometabólica do capital. E essa construção passa pelo campo da reflexão teórica e pelo campo da práxis social. Porém, para constatarmos que a realidade é muito mais complexa, a sociologia de Bourdieu, empírica e reflexiva, nos coloca diante de vários campos de luta e em meio a *habitus* inculcados e incorporados, estilos de vida, busca por *status* e distinção, poder estruturado e estruturante da língua, injunções, jeitos e maneiras.

²⁵ Conferir BOFF, Leonardo. *Vida segundo o espírito*. Petrópolis: Vozes, 1983.

Daí a necessidade que tivemos na introdução de trabalhar a questão da consciência e a perspectiva da totalidade a partir do contexto histórico da modernidade e da última modernidade, como se refere Lima Vaz em *Raízes da modernidade*. Uma visão sobre a construção da modernidade, centrada nos conflitos intelectuais e teóricos na universidade de Paris do século XIII e em outras universidades europeias, nos dá não apenas um dado a mais, mas um dado histórico bastante significativo que nos orienta na compreensão da relevância de outros conflitos teóricos, como os de Marx com Hegel no século XIX sobre o papel e a força da consciência na construção da realidade social, a despeito da insistência de Marx de que os filósofos se ocupavam com a interpretação do mundo, mas o que era mesmo necessário era a sua transformação. A própria complexidade das obras de Marx, Mészáros e Bourdieu não é uma prova de que as teorias têm um peso e uma função histórica inescapável no processo de construção do mundo humano?

Nossa introdução, portanto, teve exatamente o sentido de situar a nossa reflexão no campo da relação dialética entre a abordagem que a teoria sociológica econômica faz da realidade socioeconômica – e como essa abordagem vê o sistema econômico e a teoria econômica que o sustenta – e os dilemas do sistema do capital no seu sentido material, assim como a partir das teorias econômicas que o sustentam. Ora, as análises teórico-críticas com fundamentos mais consistentes sobre o sistema do capital partem de Marx e Engels e têm hoje em Mészáros a maior referência analítica. Por outro lado, consideramos a sociologia econômica de Bourdieu como a construção mais consistente no campo da sociologia econômica e que melhor identifica os mecanismos de dominação na realidade social. Por isso que nossa introdução fez referências a Marx, Engels, Mészáros e Bourdieu numa busca de contextualização do sentido da relação que propomos entre a sociologia econômica e os dilemas do sistema do capital, ou seja, ao mesmo tempo em que procuramos identificar as contribuições da sociologia econômica para as análises do sistema do capital e para a construção de uma teoria da transição para uma sociedade para além do capital, procuramos também fazer uma leitura crítica da sociologia econômica a partir dos dilemas materiais do sistema do capital e das contribuições críticas de Mészáros.

Procuramos distribuir os capítulos de uma forma didática, histórica e crítica. O primeiro capítulo é indispensável para uma contextualização histórica da sociologia econômica. Mas, não só isso. Nele já procuramos estabelecer algumas contribuições da sociologia econômica para a nossa constatação das diferentes forças, dos mecanismos, dos interesses, das construções históricas enraizadas, das racionalidades técnicas que envolvem o

mundo do trabalho, instituições e governos, dos valores, do peso das religiões e da cultura que compõem a complexidade da realidade social.

O segundo capítulo reflete alguns dos principais pontos da sociologia econômica de Bourdieu. Aqui procuramos avançar nossa percepção sobre os mecanismos de dominação que perpassam o tecido social. Há uma dimensão que Bourdieu constata, por meio de suas pesquisas empíricas, que é um desafio para as análises marxistas, ou seja, para um maior aprofundamento sobre a dominação simbólica. Numa economia de trocas simbólicas e linguísticas a dominação passa por um mercado de trocas de bens simbólicos – no campo cultural, político, social, religioso, etc. – que contribui sobremaneira para a acumulação material do capital e para a exploração do trabalho humano. A construção de uma teoria da transição não pode e não deve relegar a um plano secundário essas realidades constatadas pela sociologia econômica, uma vez que o sistema sociometabólico do capital também se incorpora enquanto *habitus*, herança, capital acumulado em vários sentidos, assim como se manifesta nos diferentes campos de luta.

Todas as discussões que fizemos sobre a consciência, a linguagem e as condições materiais de existência também estão presentes nas análises de Bourdieu, segundo as quais há fortes indícios de que na construção do *habitus* as instruções mais determinantes não são transmitidas pela linguagem e pela consciência, mas através de sugestões inscritas nos aspectos aparentemente mais insignificantes das coisas, situações ou práticas da existência comum, que dão sentido ao poder simbólico. Assim, em *A economia das trocas linguísticas*, Bourdieu (2008a, p. 38) afirma que:

a modalidade das práticas, as maneiras de olhar, de se apurar, de ficar em silêncio, ou mesmo de falar (“olhares desaprovadores”, “tons” ou “ares de censura” etc.), são *carregadas* de injunções tão poderosas e tão difíceis de revogar por serem silenciosas e insidiosas, insistentes e insinuantes. (Eis o *código secreto* explicitamente denunciado por ocasião das crises típicas da unidade doméstica, crises da adolescência ou crises conjugais: a desproporção aparente entre a violência da revolta e as causas que a suscitam deve-se ao fato de que as ações ou as palavras mais anódinas passam a ser percebidas em sua verdade de injunções, intimidações, intimações, advertências, ameaças, e denunciadas enquanto tais com violência tanto maior quando continuam agindo aquém da consciência e da própria revolta que suscitam). O poder de sugestão exercido através das coisas e das pessoas é a condição de eficácia de todas as espécies de poder simbólico capazes de se exercerem em seguida sobre um *habitus* predisposto a senti-las. Por exemplo, ao anunciar à criança não o que ela deve fazer, por meio de ordens, mas o que ela deve ser, tal poder sugestivo faz com que ela se transforme duradouramente naquilo que deve ser. A relação entre duas pessoas pode ser tal que basta que uma delas diga que está frio para que a outra feche a janela.

O terceiro capítulo teve o objetivo de demonstrar que as condições materiais do sistema do capital coadunam-se com realidades socioeconômicas terríveis e desumanas para bilhões de seres humanos, bem como com uma lógica altamente destrutiva do meio ambiente. O processo de urbanização dirigido pelo capital e suas personificações, o poder devastador das corporações, a privatização da cultura e o capitalismo de desastre constituem alguns dos dilemas cruciais que revelam o poder e o alcance, na perspectiva da totalidade, do sistema do capital. Esse capítulo mostrou também que a dimensão sistêmica do capital tem uma lógica sobre a qual a sociologia econômica deve ter olhos muito atentos, principalmente quando, em muitas de suas pesquisas e considerações, ela se restringe a análises bastante específicas das relações cotidianas.

O quarto capítulo analisou alguns dos principais pressupostos das teorias econômicas contemporâneas dominantes à luz do marxismo. Uma vez que a sociologia econômica se estabelece como crítica à teoria econômica, principalmente à de bases neoclássicas, demonstramos neste capítulo que o marxismo, especialmente o de Mészáros, tem uma construção crítica sobre as teorias econômicas com uma fundamentação histórica, filosófica e material muito difícil de ser alcançada. As análises de Mészáros sobre o sistema do capital se estendem às teorias econômicas construídas sob o ponto de vista do capital. É assim que a mão invisível de Smith, o marginalismo de Jevons, a matemática e o cavalheirismo capitalista de Marshall, o Estado intervencionista de Keynes, o novo Estado industrial e a tecnoestrutura de Galbraith, se revelam construções teóricas do ponto de vista do capital e da defesa da possibilidade de seu controle.

Os dois últimos capítulos de nossa tese mostram que a nossa leitura da sociologia econômica vai ao encontro de uma perspectiva fundamentalmente crítica às bases materiais e teóricas que sustentam a realidade social e econômica do capitalismo contemporâneo. Por isso que a sociologia econômica, que realmente traz contribuições significativas sobre a realidade social, deve estar muito mais atenta ao caráter sistêmico e de totalidade próprio do capital.

As enormes dificuldades de disseminação das análises críticas ao sistema do capital e de construção de uma teoria da transição para uma sociedade para além do capital são reflexos da dominação material e espiritual que sofremos violentamente no mundo atual. Trata-se de uma dominação que perpassa múltiplas áreas e campos: relações de trabalho, instituições, governos, partidos políticos, sistema educacional, sistema monetário, sistema jurídico, religiões, igrejas, cultura, etc. E a grande questão é que em todas essas áreas e campos o capital está presente enquanto estrutura “totalizadora” de controle sociometabólico. Daí que a compreensão do sentido do que é o capital e de seu poder de controle passa a ser um dos

maiores desafios no processo de construção de uma realidade social para além do capital. Em *Para além do capital* Mézáros (2002, p. 96) traz para nós uma reflexão essencial para compreendermos essas questões:

Para entender a natureza e a força das restrições estruturais prevalecentes, é necessário comparar a ordem estabelecida do controle sociometabólico com seus antecedentes históricos. Ao contrário da mitologia apologética de seus ideólogos, o modo de operação do sistema do capital é a *exceção* e não a *regra*, no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si.

Antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é [...] um “mecanismo” racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro “mecanismo de mercado” (a ser alegremente abraçado pelo “socialismo de mercado”) – mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe, *a mais* poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos.

Ora se, por um lado, vivemos inseridos num metabolismo social dominado pelo capital, por outro, as relações sociais nos envolvem como que em redes trançadas por múltiplas formas de relacionamentos estabelecidos nos mundos do trabalho, nas dinâmicas institucionais, nos sentimentos familiares e religiosos, nos traços culturais sulcados nos corpos humanos, nas estruturas racionais das moralidades, nas correlações de forças da política, nas discussões teóricas das ciências, particularmente as sociais, nos enfrentamentos intelectuais em torno de interpretações do sentido da vida e do mundo.

Estar no mundo é carregar consigo um processo histórico de múltiplas faces, reflexões e ações entrelaçadas no tempo e no espaço historicamente determinados. A percepção dos nós e dos fios que nos amarram e nos soltam no mundo se liga à construção histórica da linguagem, da consciência, da árdua conquista dos conceitos, na coletividade e nas individualidades. A compreensão do mundo é limitada pela linguagem (Wittgenstein) que

denota os limites do mundo de cada ser humano. As interpretações do mundo estão presas às experiências concretas construídas pelas ações codificadas e decifradas ininterruptamente pela razão. Neste meio histórico, aflora a construção do humano a partir das condições naturais e instintivas.

A história humana carrega intrinsecamente um conjunto de complexidades difícil de ser apreendido. A história não dá sobressaltos. Ela vem se fazendo em contextos de mudanças profundas e extraordinárias, pacíficas ou violentas, de revoluções tecnológicas e guerras de grandes proporções. Mas, rupturas e continuidades andam juntas na construção de realidades. O tempo e o espaço – também historicamente determinados, engendrados nas relações de produção dominantes nas variadas formações sociais e nos conceitos articulados pela linguagem que proporciona a comunicação e forma o sentido do mundo que rodeia os indivíduos dessas formações – limitam mudanças bruscas, dificultam o esquecimento e impossibilitam uma renovação completa dos conceitos explicativos das ações construtoras de mundos e da própria história.

Os nós comprometidos com os fios que compõem a história humana retratam forças da vida prática e exercícios da razão que se estendem sob e sobre a humanidade que os teceu e os tece incessantemente num presente sempre aberto e por definir-se. Esses fios se formam nas múltiplas relações entre homens, mulheres e natureza, em tempos e espaços distintos, às vezes próximos e contíguos; às vezes distantes, mas complementares; outras vezes, essencialmente diferentes e contraditórios. Dois fios são fundamentais na formação da história humana: o do trabalho e o da razão. Debruçar-se sobre as próprias ações e sobre os próprios pensamentos, em atividades da e sobre a razão, é um ato essencialmente humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 02, p. 35-64, nov. 2004.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 260 p.
- ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. 528 p.
- BACAN, J. **A corporação**: a busca patológica por lucro e poder. Tradução Camilha Werner. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008. 272 p.
- Bíblia de Jerusalém**. Edições Paulinas, 1981. 1660 p.
- BOFF, L. **Tempo de transcendência**: o ser humano como um projeto infinito. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 96 p.
- _____. **Vida segundo o espírito**. Petrópolis: Vozes, 1983. 182 p.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Tradução Sérgio Miceli et al. São Paulo: Edusp, 2008a. 188 p. (Clássicos 4).
- _____. **A economia das trocas simbólicas** 5ª ed. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2003. 361 p.
- _____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008b. 556 p.
- _____. **Meditações pascalianas**. Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro, 2007. 324 p.
- _____. O campo econômico. **Política & Sociedade**. Florianópolis, n. 06, p. 15-57, abr. 2005.
- _____. **O poder simbólico**. 12ª ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 311 p.
- _____. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2008c.
- BRAGA, José Carlos Braga. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. **Estud. av.**, São Paulo, v.23, n. 65, p. 89-102, 2009.
- CARNEIRO, R. **Os clássicos da economia**. São Paulo: Ática, 1997. Volume I. 280 p.
- CHESNAIS, F. **A finança mundializada**: raízes sociais políticas, configuração, consequências. Tradução Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005. 255 p.

CIOCCA, Pierluigi. 1929 e 2009: duas crises comensuráveis? **Estud. av.**, São Paulo, v.23, n. 66, p. 81-89, 2009.

COHN, G. (Org.) e FERNANDES, F. (Coord.). **Max Weber: Sociologia**. São Paulo: Ática, 2003. 168 p.

DAVIS, M. Entrevista com Mike Davis. **Margem esquerda: ensaios marxistas**. São Paulo, n. 12, p. 11-23, nov. 2008.

_____. **Planeta favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006. 270 p.

DRUCK, G. e FRANCO, T. (Orgs). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. 235 p.

EAGLETON, T. **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Tradução Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 301 p.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008. 388 p.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo: Global editora, 1984. 64 p.

FLIGSTEIN, N. **The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies**. Princeton: Princeton University Press, 2002. 274 p.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. Tradução Luciana Carli. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 187 p. (Coleção Os Economistas).

GOWAN, Peter. Crise no centro: consequências do novo sistema de Wall Street. **Estud. av.**, São Paulo, v.23, n. 65, p. 49-72, 2009.

GUIMARÃES, N. A. e HIRATA, H. **Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo: Editora Senac, 2006. 314 p.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Slak. São Paulo: Annablume, 2006. 252 p. (Coleção Geografia e Adjacências).

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 5ª ed. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. 221 p.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Menezes. Petrópolis: Vozes, 1992. 271 p.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Menezes. Petrópolis: Vozes, 1993. 222 p.

_____. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução Norberto de Paula Lima, adaptação e notas Márcio Pugliesi. São Paulo: Ícone, 1997. 279 p.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**: uma perspectiva crítica. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo. 7ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 541 p.

JAMESON, F. **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Tradução Maria Elisa Cevasco e Marcos César da Paula Soares. Petrópolis: Vozes, 2001. 207 p.

_____. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. Tradução Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Editora Ática, 1997. 431 p.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1982. 328 p.

KLEIN, N. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução Vânia Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 590 p.

LEBARON, F. **La croyance économique**: Les économistes entre science et politique. Paris: Éditions du Seuil, 2000. 260 p.

_____. O campo dos economistas franceses no fim dos anos 90: lutas de fronteira, autonomia e estrutura. **Mana**: estudos de antropologia social, Rio de Janeiro, v. 07, n. 01, p. 0-29, abr. 2001.

LE GOFF, J. *Por amor às cidades*: conversações com Jean Lebrun. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 144 p.

LIMA VAZ, H. C. **Raízes da modernidade**. São Paulo: Loyola, 2002. 291 p.

LINHART, D. **A desmedida do capital**. Tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2007. 244 p.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Tradução Juarez Guimarães e Suzanne Léwy. 5ª ed. rev. – São Paulo: Cortez, 1994. 224 p.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria editora ciências humanas, 1979. 173 p.

_____. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria editora ciências humanas, 1979. 174 p.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 182 p.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Global, 1985. 225 p.

_____. **Contribuição para a crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Mandacaru, 1989. 365 p.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus; supervisão e notas Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo Editoria, 2005. 167 p.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo editorial, 2004. 175 p.

_____. **O capital:** crítica da economia política. 25ª ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. Livro I, v.1. 574 p.

_____. **Para a crítica da economia política.** Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Col. Os Pensadores. 496 p.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. 614 p.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** Tradução Marcus Vinicius Massari. In *Estudos Avançados*. V. 12, n. 34, setembro-dezembro 1998.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx.** Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006. 296 p.

_____. **Estrutura social e formas de consciência:** a determinação social do método. Tradução Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009. 309 p.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social:** ensaios de negação e afirmação. Tradução Laboratório de Tradução Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008. 237 p.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. Tradução Ana Corim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. 396 p.

_____. **O poder da ideologia.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: editora ensaio, 1996. 635 p.

_____. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas: editora da Unicamp; São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1102 p.

OLIVEIRA, Roberto Guena. A teoria do consumidor. In DIVA, Benevides Pinho e VASCONCELOS, Antonio S. **Manual de economia.** Equipe de professores da USP. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v.23, n. 66, p. 25-39, 2009.

PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital:** uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009. 144 p.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 4ª ed. Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349 p.

RAUD, C. Bourdieu e a nova sociologia econômica. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 02, p. 203-232, nov. 2007.

RESENDE, André Lara. Em plena crise: uma tentativa de recomposição analítica. **Estud. av.**, São Paulo, v.23, n. 65, p. 73-87, 2009.

SADER, E. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 205 p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997. 176 p.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. 174 p.

SAWAYA, Rubens R. Crise: um problema conjuntural ou da lógica da acumulação mundial? **Estud. av.**, São Paulo, v.23, n. 66, p. 53-70, 2009.

SICSÚ, J. **Emprego, juros e câmbio**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 350 p.

STEINER, P. **A sociologia econômica**. Tradução Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2006. 134 p.

SWEDBERG, R. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Tradução Dinah Abreu Azevedo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005. 384 p. (Col. Economia e Sociedade, v. 5).

_____. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 02, p. 7-34, nov. 2004.

STIGLITZ, J. **Rumo a um novo paradigma em economia monetária**. Tradução Laura Knapp e Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Francis, 2004. 440 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de trabalho Normalização Documentária da UNESP. **Normalização documentária para a produção científica da UNESP**: normas para apresentação de referências segundo a NBR 6023:2002 da ABNT. São Paulo, 2003. Disponível em <<http://www.biblioteca.unesp.br/pages/normalização.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2009.

WACQUANT, L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 19, p. 95-110, nov. 2002.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 424 p.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Tradução Waltensir Dutra. 4^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 530 p.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2005. 352 p. (Coleção Pensamento Humano)

WU, CHIN-TAO. **Privatização da cultura**: a intervenção corporativa na arte desde os anos 1980. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2006. 408 p.

ZARIFIAN, Philippe. Uma crise inédita do capitalismo, tanto em suas características quanto em sua gravidade: análise e perspectivas. **Estud. av.**, São Paulo, v.23, n. 65, p. 07-26, 2009.

OBRAS CONSULTADAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSZNAJDER. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 203 p.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008. 432 p.
- BENSAÏD, D. **Os irredutíveis**: teoremas da resistência para o tempo presente. Tradução Wanda caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2008. 102 p.
- BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo**. 5ª ed. Tradução Mateus S. Soares Azevedo et al. Petrópolis: Vozes, 1997. 747 p.
- _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996. 224 p.
- BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J. C. e PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2007. 328 p.
- BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. 320 p.
- BRUE, S. L. **História do pensamento econômico**. 6ª ed. Tradução Luciana Penteadó Miquelino. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 553 p.
- CATANI, A. M. A sociologia de Pierre Bourdieu (ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras). **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 78, p. 57-75, abril 2002.
- COSTA, E. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 216 p.
- CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas**: neoliberalismo e ordem global. 5ª ed. Tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 192 p.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Editora, 2007. 165 p.
- DUPAS, G. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 145 p.
- EICHENGREEN, B. J. **A globalização do capital**: uma história do sistema monetário internacional. Tradução de Sérgio Blum. São Paulo: Editora 34, 2000. 288 p.
- FEIJÓ, R. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2007. 506 p.
- FERREIRA, L. P. e LOMBARDO JORGE, V. (Orgs.). **Curso de ciência política**: grandes autores do pensamento político e contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 478 p.

- FLIGSTEIN, N. and DAUTER, L. The Sociology of Markets. **Annu. Rev. Sociol.**, Berkeley, n. 33, p. 105-128, abril 2007. Disponível em: < <http://soc.annualreviews.org>>. Acesso em: 22/01/2009.
- GALA, P. e REGO, J. M. (Orgs.). **A história do pensamento econômico como teoria e retórica**: ensaios sobre metodologia em economia. São Paulo: Ed. 34, 2003. 312 p.
- GALA, P. A teoria institucional de Douglas North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 02, p. 89-105, abr./jun. 2003.
- GARCIA-PARPET, M. F. A gênese social do homo economicus: a Argélia e a sociologia da economia em Pierre Bourdieu. **Mana**: estudos de antropologia social, Rio de Janeiro, v. 12, n. 02, p. 333-357, out. 2006.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 201 p.
- LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo: 2002. 287 p.
- LALLEMENT, M. Raízes alemãs da sociologia econômica. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 01, p. 375-394, jun. 2006.
- MICELI, S. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 01, p. 63-79, abr. 2003.
- MONTAGNER, M. A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.
- NETTO, J. P. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004. 256 p.
- OLIVEIRA, P. P. Illusio: aquém e além de Bourdieu. **Mana**: estudos de antropologia social, Rio de Janeiro, v. 11, n. 02, p.529-543, out. 2005.
- ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'água, 2003. 169 p.
- PAULANI, L. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005. 214 p.
- PINASSI, M. O. e LESSA, S. (Orgs.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002. 189 p.
- RAUD, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber. Uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, n. 34, p. 01-38, out. 2003.
- RICARDO, D. **Princípios de economia e tributação**. Tradução Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. 320 p. (Coleção Os Economistas).
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Tradução Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p. (Coleção Os Economistas).

SMITH, A. **Teoria dos sentimentos morais**. Tradução Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 457 p.

_____. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Volume I, 479 p. Volume II, 400 p. (Coleção Os Economistas).

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 01, p. 27-53, jan./fev. 2006.

VALLE, I. R. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.1, p. 117-134, jan./abr. 2007.

VAISMAN, E. Encontros e dissonâncias: o caráter da interlocução de Weber & Lukács. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, n. especial, p. 90-100, mai. 2005.

VASCONCELOS, M. A. S. **Economia**: micro e macro. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. 441 p.

WACQUANT, L. **As duas faces do gueto**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008. 156 p.

_____. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 26, p. 13-29, jun. 2006.

ZELIZER, V. A pasts and futures of economic sociology. **American Behavioral Scientist**, Princeton, v. 50, n. 08, p. 1056-1059, april 2007. Disponível em: <<http://abs.sagepub.com>.> Acesso em: 22/01/2009.

ZELIZER, V. A. The Social Meaning of Money: "Special Monies". **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 95, n. 02, p. 342-377, sep. 1989.

ŽIŽEK, S. **Bem-vindo ao deserto do Real!**: cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 191 p.